

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

Marco André Cadoná

**A inserção neoliberal: burguesia industrial e a
inserção econômica do Rio Grande do Sul no processo
de reestruturação do capitalismo durante os anos 1990.**

Florianópolis, SC - Brasil
Dezembro 2009

Marco André Cadoná

A inserção neoliberal: burguesia industrial e a inserção econômica do Rio Grande do Sul no processo de reestruturação do capitalismo durante os anos 1990.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia Política.

Orientador: Professor Dr. Ary César Minella

Florianópolis, dezembro de 2009.

Dr. Ary César Minella (Orientador)

Dra. Denise Barbosa Gros (FEE - RS)

Dr. Wagner Tadeu Iglecias (USP)

Dr. Erni José Seibel (UFSC)

Dr. Ricardo Gaspar Müller (UFSC)

Dr. Jacques Mick (UFSC)

Dr. Itamar Aguiar (UFSC)

Dedico este trabalho:

Ao meu pai (Orestes) e aos meus irmãos (Alda, Loiva, Célio e Adriana),
ligados que estamos a gerações presentes em nossas vivas memórias.

Para João Paulo, Gabriel e Giordano,
o desejo e a esperança de que queiram, sempre, saber para onde estão
caminhando.

Para Thaís, presente amoroso de um viver mais leve.

Agradecimentos

A realização da presente tese contou com a colaboração de diferentes pessoas e instituições, sem as quais os caminhos que o trabalho necessitou cruzar seriam muito mais árduos. Nesse sentido, meus agradecimentos se dirigem:

– À Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) que, através de um programa de incentivo à qualificação de seus professores, possibilitou que eu pudesse dedicar (a partir do segundo ano do doutorado) um tempo importante à realização da pesquisa e dos estudos requeridos.

– À Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), que disponibilizou materiais demandados e vinculados aos objetivos da pesquisa.

– Ao Museu *Hipólito da Costa*, de Porto Alegre, pela dedicação de seus funcionários e pelo cuidado do material de imprensa, tão importantes para pesquisas que se voltam à compreensão de dinâmicas históricas.

– Aos professores e às professoras do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, com os quais encontrei um ambiente estimulador de reflexão acerca dos desafios e das possibilidades que as transformações que ocorrem nas sociedades contemporâneas colocam para as Ciências Sociais e, em especial, para a Sociologia.

– À Albertina e à Fátima, pela acolhida sempre carinhosa e atenciosa na secretaria do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade de Santa Catarina.

– Aos professores e às professoras do Departamento de Ciências Humanas da Universidade de Santa Cruz do Sul, pessoas queridas, companheiros e companheiras de trabalho e de reflexão, pela presença

acadêmica e de amizade que têm me proporcionado em todos esses anos de convívio.

– Ao meu amigo Valter: suas palavras suavizaram muitas inquietações e seus conselhos facilitaram muitas decisões.

– Ao professor Ary César Minella, meu orientador. O professor Ary foi decisivo em minha escolha pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade de Santa Catarina. Nele encontrei um cientista social com uma percepção instigante e instigadora acerca das formas de organização e de poder das classes dominantes no capitalismo contemporâneo. Mas encontrei no professor Ary, também, uma pessoa amiga, aberta ao diálogo, tendo mostrado grande sensibilidade e apoio diante das dificuldades que encontrei no período de realização do doutorado. Ao professor Ary, portanto, meu agradecimento especial.

Resumo

Esta tese de doutoramento analisa a formação de classe da burguesia industrial no Rio Grande do Sul no contexto da reestruturação neoliberal do capitalismo no Brasil durante a década de 1990. Tendo como referência empírica a atuação política da FIERGS (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul) durante a década de 1990, o estudo enfatiza a articulação classista deste segmento regional da burguesia industrial no Brasil em defesa de um projeto de desenvolvimento econômico para o Rio Grande do Sul num momento de crise da capacidade estruturante do Estado brasileiro e de ajuste da política econômica nacional dentro de uma lógica de abertura comercial, de desregulamentação econômica e de atração ao capital internacional.

A análise é desenvolvida a partir de três questões principais. A primeira está relacionada à importância histórica que a FIERGS assumiu a partir da “redemocratização” do País (década de 1980) na articulação da burguesia industrial no Rio Grande do Sul enquanto força social e coletivamente organizada. A segunda refere-se aos posicionamentos políticos desse segmento regional da burguesia industrial no Brasil em relação ao projeto neoliberal de reestruturação do capitalismo executado pelos governos brasileiros durante a década de 1990. Por fim, a terceira enfatiza as lutas de classe da burguesia industrial visando interferir na definição de estratégias de inserção econômica do Rio Grande do Sul no contexto da reestruturação do capitalismo no País.

A tese em torno da qual a argumentação está construída é de que a reorientação neoliberal do capitalismo no Brasil impulsionou a burguesia industrial à defesa de um projeto de “inserção competitiva” do espaço sul-rio-grandense no processo de reestruturação do capitalismo no País. Ou seja, diante do crescente comprometimento da capacidade estruturante do Estado brasileiro, da abertura da economia nacional e do predomínio de uma política econômica que apostou na eficiência do mercado e das regiões no estabelecimento de estratégias de inserção econômica, a burguesia industrial mobilizou-se em favor de um projeto de *adaptação* do espaço econômico e político sul-rio-grandense à lógica da mundialização do capital. A criação de condições históricas favoráveis a esse projeto de “inserção competitiva” no processo de mundialização do capital tornou-se, assim, um aspecto central no

processo de formação de classe da burguesia industrial no Rio Grande do Sul.

Palavras Chaves

Burguesia Industrial no Rio Grande do Sul, formação de classe, mundialização do capital, projeto neoliberal de reestruturação do capitalismo no Brasil, desenvolvimento subnacional.

Abstract

This doctoral thesis examines the formation of the industrial bourgeoisie class in Rio Grande do Sul in the context of neoliberal restructuring of capitalism in Brazil during the 1990s. With reference to empirical political activity FIERGS (Federation of Industries of Rio Grande do Sul) during the 1990s, the study emphasizes the relationship of this class segment of the regional industrial bourgeoisie in Brazil in support of an economic development project for Rio Grande do Sul in a crisis of structural capacity of the Brazilian state and setting national economic policy in a system of open trade, economic deregulation and attraction of international capital.

The analysis is developed from three main issues. The first is related to the historically significant FIERGS taken from the "democratization" of the country (1980) articulation of the industrial bourgeoisie in Rio Grande do Sul as a social force and collectively organized. The second refers to the political positions of this segment's regional industrial bourgeoisie in Brazil in relation to the neoliberal project of capitalist restructuring implemented by the Brazilian government during the 1990s. Finally, the third emphasizes the class struggle of the industrial bourgeoisie in order to interfere with the development of strategies for economic insertion of Rio Grande do Sul in the context of the restructuring of capitalism in Brazil.

The argument around which the argument is built is that the re-liberal capitalism in Brazil boosted the industrial bourgeoisie to defend a model of a competitive entry "in space South Rio Grande to the restructuring of capitalism in Brazil That is, given the increasing impairment of structuring of the Brazilian state, the opening of the national economy and the dominance of an economic policy that bet on market efficiency and regions to develop strategies to promote economic inclusion, the industrial bourgeoisie mobilized in for a project to adapt the economic space and political South Rio Grande to the logic of globalization of capital. The creation of historical conditions favorable to the project of "competitive entry" in the process of globalization of capital has become so central in the process of class formation of the industrial bourgeoisie in Rio Grande do Sul.

Keywords:

Industrial Bourgeoisie in Rio Grande do Sul, class formation, globalization of capital, the neoliberal restructuring of capitalism in Brazil, subnational development.

Sumário

Resumo	xi
Abstract	xiii
Introdução.....	17

PARTE I

Uma nova fase do capitalismo:

Mundialização do Capital e reestruturação do capitalismo no Brasil

Comentário Inicial.....	35
1. Uma nova fase do capitalismo: reestruturação produtiva e neoliberalismo	39
1.1. A reestruturação produtiva.....	53
1.2. O neoliberalismo.....	70
2. A reestruturação do capitalismo no Brasil.....	85
2.1. O projeto neoliberal de reestruturação do capitalismo no Brasil.....	86
2.2. O desenvolvimento subnacional no contexto da reestruturação do capitalismo no Brasil.....	113

PARTE II

A formação de classe da burguesia industrial no Rio Grande do Sul no contexto da reestruturação do capitalismo no Brasil

3. Classe e formação de classe: um enfoque teórico para a análise da ação coletiva da burguesia industrial.....	133
---	-----

4. A capacidade organizacional da burguesia industrial no Rio Grande do Sul	159
4.1. A FIERGS e o processo de formação de classe da burguesia industrial no Rio Grande do Sul durante a década de 1990.....	165
5. Os posicionamentos políticos da burguesia industrial no Rio Grande do Sul no contexto da execução do projeto neoliberal no Brasil.....	189
5.1. A experiência de reorientação neoliberal durante os governos de Collor de Melo (1990 – 1992) e de Itamar Franco (1992 – 1994).	190
5.2. Os posicionamentos políticos em relação ao primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 1998)	220
5.3. Neoliberalismo e as “reformas estruturais”	246
5.3.1. A mobilização Política em favor das Reformas Neoliberais	247
5.3.2. As “reformas estruturais” defendidas.....	264
6. Neoliberalismo e desenvolvimento subnacional: a inserção econômica do Rio Grande do Sul no processo de reestruturação do capitalismo na perspectiva da burguesia industrial.....	277
6.1. A participação política da burguesia industrial nas eleições para o executivo estadual no Rio Grande do Sul (1994 e 1998)...	278
6.1.1. Os posicionamentos políticos nas eleições estaduais de 1998.....	294
6.2. Os posicionamentos em relação ao tratamento dado aos investimentos estrangeiros no estado gaúcho: o caso FORD	311
6.3. A ‘inserção subordinada’: o projeto burguês de desenvolvimento subnacional no contexto de reestruturação do capitalismo no Brasil	321
Conclusões	331
Anexos.....	341
Referências	373

Introdução

... Se os capitalistas se tornam cada vez mais sensíveis às qualidades espacialmente diferenciadas que se compõem a geografia do mundo, é possível que as pessoas e forças que dominam esses espaços os alterem de um modo que os torne mais atraentes para o capital altamente móvel. As elites dirigentes locais podem, por exemplo, implementar estratégias de controle da mão-de-obra local, de melhoria de habilidades, de fornecimento de infra-estrutura, de política fiscal, de regulamentação estatal etc., a fim de atrair o desenvolvimento para o seu espaço particular...¹

As questões abordadas na presente tese estão relacionadas com a experiência histórica de reestruturação do capitalismo no Brasil durante a década de 1990 e seus impactos sobre a formação de classe da burguesia industrial no Rio Grande do Sul. Tomando como referência empírica a mobilização política da FIERGS (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul) durante a década de 1990, atenta-se para a atuação social e coletivamente organizada da burguesia industrial no Rio Grande do Sul na defesa de seus interesses de classe no processo de reestruturação do capitalismo no Brasil.

O período de análise compreendeu um momento importante na história recente da formação social brasileira. Durante a década de 1980, sob o impacto da reestruturação do capitalismo em nível mundial, o modelo de desenvolvimento capitalista até então adotado no País, dinamizado pela ação decisiva do Estado e com um grau elevado de dependência em relação aos investimentos estrangeiros, entrou em crise. Aquela crise (estagnação econômica, endividamento externo, comprometimento da capacidade estruturante do Estado, inflação, aumento do desemprego e dos níveis de exclusão social) aprofundou as contradições sociais e econômicas no País e impulsionou um amplo movimento social e político de transição do regime autoritário (1964 –

¹ David HARVEY, *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, p. 266.

1985) para um regime político mais aberto; deu início, assim, a um processo de redefinição do Estado brasileiro, com a formação de novos canais de participação política e social e de intervenção nos centros de poder estatal.²

Naquele contexto histórico, diferentes frações da burguesia no Brasil viram-se frente à necessidade de ampliação e de renovação em suas formas de atuação predominantes durante o período autoritário. Necessidade que decorreu especialmente do fato de que a classe trabalhadora no País, através de diferentes formas de organização e de luta em defesa de seus interesses (movimento sindical, movimentos sociais urbanos, movimento sociais no campo, participação político-partidária), demonstrou grande capacidade de articulação classista, participando ativamente no processo histórico, comprometendo-se com transformações econômicas e políticas capazes de superarem as profundas e históricas desigualdades existentes no País e, nesse sentido, pleiteando demandas que, quase sempre, se contrapunham diretamente aos interesses da burguesia.

No caso da burguesia industrial, durante o período autoritário, em que a definição das políticas governamentais ocorria de forma centralizada e fechada, sua atuação política junto ao Estado se dava, predominantemente, através de pressões junto aos escalões burocráticos estatais, organizadas por seus órgãos corporativos de representação e de intermediação de interesses ou pelas próprias empresas e/ou grupos econômicos.³

Com as condições históricas que emergiram da passagem do autoritarismo para um regime político mais aberto, a burguesia industrial demonstrou enorme capacidade de organização e de mobilização, visando uma intervenção mais ativa na definição das condições a partir das quais o “regime democrático” se consolidaria. Além dos instrumentos de pressão costumeiramente usados, novas formas de mobilização – como a imprensa, a organização de movimentos políticos, a eleição de representantes para o legislativo (tanto em nível estadual quanto em nível nacional), a ampliação e a

² Não é demais lembrar que, desde a década de 1970, a crise do modelo de desenvolvimento capitalista adotado no Brasil e a transição do regime autoritário para um regime político mais aberto contextualizaram um período de polarização política e ideológica. Nesse sentido, mais do que uma descentralização do poder decisório nas diferentes instâncias governamentais de Estado, a “transição democrática” marcou um período de intensificação das lutas sociais e políticas no País.

³ Sebastião V. CRUZ, *Empresariado e estado na transição brasileira*; Eli DINIZ, Renato BOSCHI, *Empresários, interesses e mercado*.

renovação de suas entidades de representação política – passaram a ser utilizadas para a expressão e para a defesa de seus interesses de classe.⁴

Nesse sentido, pode-se afirmar que a partir da “abertura democrática” a burguesia industrial no Brasil trocou definitivamente os “bastidores pelo centro do palco”,⁵ ou seja, sua participação política tornou-se mais intensa e mais explícita, materializando-se tanto na atuação direta de suas lideranças (seja em cargos vinculados diretamente aos governos, seja através da representação no Congresso Nacional) quanto na “modernização” e na ampliação do número e da esfera de atuação política de suas entidades representativas de classe.⁶

Num contexto histórico marcado pela polarização política e ideológica, o *neoliberalismo* foi crescentemente incorporado no ideário político da burguesia industrial no Brasil. Em especial a partir da “abertura democrática”, nas discussões ocorridas em torno da nova ordem política e econômica, demandas em favor de reformas no Estado e na economia orientadas para o mercado, e críticas às propostas e projetos de democratização do Estado defendidos pelas forças sociais e políticas vinculadas à classe trabalhadora no País, tornaram-se predominantes na ação política da burguesia industrial.⁷ O neoliberalismo, portanto, tornou-se uma significativa orientação política e ideológica para a burguesia industrial no Brasil ainda durante a década de 1980.

Ora, se a década de 1980 foi de indefinição política e ideológica em torno dos rumos da economia e do processo democrático no Brasil, a década de 1990 caminhou para a *hegemonia neoliberal*. O poder político demonstrado pelo conjunto de forças sociais e políticas (incluindo-se aí a burguesia industrial), que já na década de 1980 defendiam reformas (na economia e no Estado) orientadas para o mercado e fundamentadas no neoliberalismo, fez com que esse se constituísse no ideário preponderante do debate em torno do processo de reestruturação do

⁴ Eli DINIZ, *Empresariado e projeto neoliberal na América Latina*; Denise GROS, *Os industriais gaúchos e a constituinte: uma reflexão acerca do ‘Movimento pela Liberdade Empresarial’*; René DREIFUSS, *O jogo da direita*; Francisco de OLIVEIRA, *Os protagonistas do drama: estado e sociedade no Brasil*.

⁵ Expressão utilizada por René Dreifuss para ilustrar a intensa mobilização de amplos setores da burguesia no Brasil a partir da “abertura democrática” (1985). René DREIFUSS, *O jogo da direita*.

⁶ Eli DINIZ, *Empresariado e projeto neoliberal na América Latina*.

⁷ IDEM, *Neoliberalismo e corporativismo: as duas faces do capitalismo no Brasil*; René DREIFUSS, *O jogo da direita*; Denise GROS, *Institutos Liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República*.

capitalismo no Brasil e, como consequência, da orientação dada pelos governos brasileiros às políticas estatais durante os anos 1990.

Assim, principalmente a partir do governo de Fernando Collor de Melo (1990 – 1992), alguns dos principais princípios do ideário neoliberal como, por exemplo, abertura comercial, privatização de empresas estatais, eliminação das restrições para investimentos estrangeiros no País, desregulamentação econômica e trabalhista (flexibilização da legislação trabalhista), política de estabilização da economia, com o controle do déficit público e dos índices inflacionários, colocaram-se como norteadores das políticas governamentais no Brasil e afirmados como estratégicos não somente na solução da crise econômica do País, mas, também, para uma integração “competitiva” no processo de reestruturação do capitalismo em nível mundial.

No entanto, após uma década de governos comprometidos com reformas e políticas econômicas orientadas para o mercado, o balanço dos resultados alcançados e das perspectivas para o “capitalismo brasileiro” não era alentador. O sucesso no combate à inflação teve como custo um incontrolado endividamento (externo e interno), o aumento das taxas de juros, o comprometimento dos investimentos e dos gastos públicos e a deteriorização ainda maior da capacidade estruturante do Estado; a privatização, as fusões e as compras de empresas nacionais provocaram o aumento da oligopolização e da desnacionalização da economia do País;⁸ e a economia apresentou um crescimento ainda mais insignificante daquele registrado durante a chamada “década perdida” (1980): em média, a economia brasileira cresceu 1,9% ao ano durante a década de 1990, contra os 2,2% alcançados durante a década de 1980.⁹

Para a indústria instalada no Brasil, as reformas neoliberais representaram mudanças significativas na concepção de desenvolvimento capitalista predominante até a década de 1980 e que pretendia construir uma estrutura industrial completa e integrada, reservando ao Estado um papel central, tanto na proteção em relação à competição externa quanto no fomento ao desenvolvimento industrial e à empresa localizada no País.

A nova orientação política e econômica impôs uma nova realidade, caracterizada pela retração do papel do Estado e pela abertura comercial, que expôs a indústria instalada no País a uma maior

⁸ José Luis FIORI, *60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo*.

⁹ Wilson CANO, *Soberania e política econômica na América Latina*.

concorrência internacional, num momento em que o capitalismo se reestruturava profundamente, através do processo de mundialização do capital e de uma intensa revolução técnico-científica e organizacional. Como consequência, a indústria no Brasil se viu diante da necessidade de aumentar seus níveis de produtividade e de competitividade, impulsionando uma ampla reestruturação produtiva, com impactos diferenciados entre empresas, setores e regiões.

Em que pese aquela reestruturação produtiva ter impulsionado processos de inovações tecnológicas e organizacionais e maior preocupação com uma inserção mais competitiva no mercado mundial, o resultado geral da década de reformas neoliberais não foi positivo: a indústria de transformação obteve um crescimento médio de 0,2% durante os anos noventa, inferior ao crescimento alcançado durante a década de 1980 (0,9%) e diferentes setores industriais apresentaram resultados comprometedores, atingidos pela política econômica recessiva adotada no País, pelo comprometimento nos investimentos estatais, pela perda de mercados externos e pela maior exposição à competição internacional.¹⁰

Não se pode esquecer, também, que a condução e os resultados da política econômica adotada durante a década de 1990 atingiram negativamente amplos setores da classe trabalhadora no País, agravando ainda mais um quadro já existente de desigualdade e de exclusão social. A título de exemplo, o desemprego aberto apurado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nas regiões metropolitanas do País saltou de 3,4%, em 1989, para 8,1%, em 1999, e o Brasil passou da décima primeira colocação mundial em desemprego, em 1989, para a quarta posição, em 1998, sendo que, naquele período, 3,2 milhões de pessoas perderam seus empregos.¹¹ Aquela situação, evidentemente, aprofundou as contradições sociais no País e aguçou ainda mais o desejo político de mudanças econômicas e sociais, potencializando projetos e forças políticas e sociais comprometidas com reformas no Estado numa direção diferente daquela defendida a partir do ideário neoliberal.

Esse quadro sintético dos resultados do projeto neoliberal de reestruturação do capitalismo executado pelos governos nacionais no Brasil durante os anos 1990 já assinala a importância da análise de seus impactos sobre a burguesia industrial no País. Quais foram os posicionamentos políticos dessa fração da burguesia no Brasil em

¹⁰ Wilson CANO, *Soberania e política econômica na América Latina*, p. 276-77.

¹¹ IDEM, *Ibid.*, p. 277 et. seq.

relação ao projeto neoliberal executado? Como e em que momentos a burguesia industrial procurou interferir na execução daquele projeto? Como a reorientação neoliberal do capitalismo brasileiro, com o conseqüente comprometimento da já combalida capacidade estruturante do Estado nacional e o ajuste da política econômica do País dentro de uma lógica de abertura comercial, de desregulamentação econômica, de privatização de empresas estatais e de atração ao capital internacional, afetou a relação entre o Estado e o processo de formação de classe da burguesia industrial?

Na presente tese, essas questões são analisadas a partir do processo de formação de classe da burguesia industrial no Rio Grande do Sul. Importante assinalar, nesse sentido, que, sob o ponto de vista do movimento geral da economia, o Rio Grande do Sul acompanhou a tendência da economia nacional: o PIB (Produto Interno Bruto) no estado gaúcho cresceu apenas 2,1% ao ano entre 1990 e 2002, sua indústria cresceu 2,25% ao ano no mesmo período e, embora esse crescimento industrial tenha sido levemente superior àquele apresentado pela indústria em nível nacional, setores importantes e históricos na estrutura industrial sul-rio-grandense (calçados, vestuário, produtos alimentares) foram atingidos negativamente pela política econômica adotada no País, em especial pela abertura comercial.¹²

Sob o ponto de vista da implantação do projeto neoliberal no País, no entanto, no Rio Grande do Sul (especialmente na segunda metade da década de 1990) se configurou um quadro de intensa polarização política, tendo como sua expressão maior a disputa pelo governo estadual naquele período. Ainda em 1994, aliás, num momento em que em nível nacional a implantação do Plano Real e a eleição de Fernando Henrique Cardoso para Presidente da República (já no primeiro turno) consolidavam a hegemonia do projeto neoliberal, no Rio Grande do Sul somente no segundo turno das eleições estaduais¹³ as forças sociais e políticas identificadas com o projeto neoliberal conquistaram o governo estadual.¹⁴

¹² Ronaldo HERRLEIN JR., *O crescimento econômico do Rio Grande do Sul entre 1990 e 2002*.

¹³ Em 1994, os Governadores e o Presidente da República já eram escolhidos nas mesmas eleições, realizadas em dois turnos quando um dos candidatos (no caso do Presidente, no território nacional; no caso dos Governadores, nos territórios estaduais) não alcançava 50% mais um dos votos válidos ainda no primeiro turno.

¹⁴ Olívio Dutra e Antônio Britto disputaram o segundo turno das eleições para o governo do Rio Grande do Sul em 1994. Antônio Britto ganhou aquelas eleições com 52,2% dos votos, contra 47,8% alcançados por Olívio Dutra. *Jornal do Comércio*, 04 de novembro de 1994.

Uma vez eleito, o novo governo (de Antônio Britto, do PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro), executou um conjunto de políticas governamentais muito afinadas ao projeto neoliberal: privatizou empresas estatais, promoveu a concessão de serviços públicos à iniciativa privada, executou um programa de demissão de funcionários públicos, procurou “disciplinar” as finanças públicas, com controle dos gastos públicos e, ao mesmo tempo, subsidiou e incentivou grandes investimentos privados em território gaúcho, colocando o Rio Grande do Sul na disputa pelos investimentos estrangeiros realizados no País (em especial, os investimentos da indústria automobilística).

Entretanto, em 1998, quando em nível nacional Fernando Henrique Cardoso se reelegia Presidente da República, no Rio Grande do Sul Antônio Brito foi derrotado nas urnas por Olívio Dutra (PT - Partido dos Trabalhadores),¹⁵ apoiado naquelas eleições por um conjunto de forças sociais e políticas que no estado gaúcho se opunham ao projeto neoliberal. Durante seu governo, Olívio Dutra se contrapôs abertamente às estratégias de “inserção competitiva” na mundialização do capital adotadas no governo que lhe antecedeu, em especial no que diz respeito às políticas governamentais de atração de empresas multinacionais e de privatização das empresas públicas.

Um pressuposto que orienta a presente tese é o de que a burguesia industrial no Rio Grande do Sul, acompanhando o movimento político de diferentes frações da burguesia no País, *atuou como força social e coletivamente organizada em defesa da implantação e da consolidação da hegemonia do projeto neoliberal no Brasil ao longo da década de 1990.*

É claro que a execução do projeto neoliberal contrariou interesses da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, seja porque determinadas políticas adotadas prejudicaram seus interesses econômicos (principalmente as altas taxas de juros, a política de abertura comercial e a política cambial), seja porque determinadas reformas neoliberais consideradas importantes não foram realizadas com a rapidez e o alcance desejados. Essas questões, aliás, como está analisado nesta tese, impulsionaram mobilizações políticas da burguesia industrial no Rio Grande do Sul durante toda a década de 1990.

Mas o projeto neoliberal *atendeu amplos interesses da burguesia*

¹⁵ Em 1998, Olívio Dutra e Antônio Britto se enfrentaram novamente no segundo turno das eleições estaduais no Rio Grande do Sul. Embora tenha sido o candidato com maior votação no primeiro turno daquelas eleições, Antônio Brito perdeu o segundo turno para Olívio Dutra por uma diferença de apenas 87.366 votos. *Jornal do Comércio*, 04 de novembro de 1998.

industrial em todo o País. As ações governamentais de desregulamentação do mercado de trabalho e de redução dos custos sociais e trabalhistas das empresas foram objeto de lutas unificadas de toda a burguesia no Brasil naquela década. As privatizações, ainda que tenham beneficiado fundamentalmente grandes grupos nacionais e internacionais que compraram as empresas estatais privatizadas, atendeu aos interesses de amplos segmentos da burguesia industrial; seja pela expectativa de “modernização”, através de investimentos privados, de uma infra-estrutura “sucateada” em virtude da perda da capacidade estruturante do Estado, seja pelo interesse de atrair investimentos estrangeiros, muitas vezes vistos como “locomotivas” capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico das diferentes regiões e, mesmo, do País. A reforma administrativa do Estado, com políticas de demissão de funcionários públicos, redução dos gastos governamentais com salários, concessão de serviços públicos para a iniciativa privada, seletividade nas políticas públicas, pelo menos desde a década de 1980 era cobrada pela burguesia industrial, em todo o País, colocada que era como estratégia fundamental no controle déficit público, afinal eleito como a causa principal dos altos índices inflacionários com os quais o País convivia naquele período. Na mesma direção, a reforma na previdência estava na pauta de lutas da burguesia industrial naquele período, havendo a compreensão dos gastos previdenciários como “déficit” e a defesa do aumento do tempo de contribuição e da idade mínima para a obtenção da aposentadoria. A defesa de um Banco Central autônomo, de igual forma, estava presente nas pautas de mobilização políticas da burguesia industrial desde a década de 1980, afirmada a partir do pressuposto de que somente um Banco Central isento das pressões “populistas” e “inflacionárias” dos governos teria condições de defender a moeda nacional e controlar a inflação no País. O interesse pela estabilização da economia, com o controle do processo inflacionário, se colocou como base de sustentação do discurso crítico às diferentes políticas econômicas adotadas pelos governos brasileiros a partir da redemocratização (1985).

Mais importante ainda, *a atuação favorável da burguesia industrial à implantação e à consolidação da hegemonia do projeto neoliberal no País* inseriu-se num movimento político (com o qual toda a burguesia no Brasil esteve comprometida durante a década de 1990) de “contra-reforma”,¹⁶ não somente visando paralisar o período de

¹⁶ A utilização do conceito gramsciano de “contra-reforma” para a análise do significado histórico do projeto neoliberal (não somente no Brasil, mas, também, na própria dinâmica

“acolhimento de uma ‘certa parte das exigências que vêm de baixo’”,¹⁷ num contexto de “democratização” da sociedade brasileira, mas, também, e fundamentalmente, objetivando aprofundar aquilo que Florestan Fernandes denominou “dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia”.¹⁸ Não se pode esquecer, nesse sentido, que o projeto neoliberal adotado no Brasil durante os anos 1990 esteve comprometido com uma maior mobilidade do capital diante do Estado e, portanto, com a “dissociação” em relação a formas de controle com mediação na esfera política.¹⁹

Portanto, a proposição de que a burguesia industrial no Rio Grande do Sul atuou como força social e coletivamente organizada em defesa da implantação e da consolidação da hegemonia do projeto neoliberal no País é um pressuposto que orienta a análise apresentada na presente tese. O foco da análise, porém, está relacionado com as *implicações do projeto neoliberal de reestruturação do capitalismo no Brasil sobre o desenvolvimento subnacional* (o desenvolvimento estadual no País).

A dimensão subnacional ganhou significado histórico no contexto da reestruturação do capitalismo no Brasil. Por um lado, a reestruturação do capitalismo em nível mundial já conferira ao capital (em especial ao grande capital) uma crescente liberdade e poder para descentralizar seus investimentos, buscando “espaços locais” (um município, uma região, uma subnação ou, mesmo, uma nação) com condições mais favoráveis para a sua valorização (condições de uso da força-de-trabalho, padrões de regulamentação estatal, recursos naturais e humanos, posição geográfica, políticas governamentais de subsídios e de renúncias fiscais etc.). Por outro lado, os capitais “localmente localizados”, num contexto de comprometimento da capacidade estruturante do Estado-nação e de

histórica do capitalismo a partir das últimas décadas do século XX) deve-se a Carlos Nelson Coutinho, para quem, “na época neoliberal”, “estamos diante da tentativa aberta (...) de eliminar (...) direitos, de desconstruir e negar as reformas já conquistadas pelas classes subalternas”. Carlos Nelson COUTINHO, *A época neoliberal*.

¹⁷ A expressão, utilizada por Gramsci para caracterizar processos reformistas “pelo alto”, é citada, igualmente, por Carlos Nelson Coutinho. IDEM, *Ibid*.

¹⁸ Florestan FERNANDES, *A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*, p. 292. (O grifo é do original).

¹⁹ Como afirma Luiz Filgueiras, “com a vitória do Projeto Neoliberal, as decisões relevantes, cruciais com relação aos interesses e disputas de classes, foram, cada vez mais, deslocadas para fora das instâncias formais dos parlamentos, encapsuladas nas agências e nos órgão ‘técnicos’ do Estado, ‘autônomos e livres das influências políticas’...” Luiz FILGUEIRAS, *Projeto político e modelo econômico neoliberal no Brasil: implantação, evolução, estrutura e dinâmica*, p. 34.

constrangimentos decorrentes da própria lógica de valorização do capital mundializado (como, por exemplo, a maior abertura das economias e, em consequência, a maior exposição à competição internacional), viram-se diante da necessidade de dar “respostas estratégicas” ao ambiente competitivo e seletivo decorrente da mundialização do capital.²⁰

Essa “transnacionalização dos espaços econômicos”,²¹ que atribuiu maior importância às “dimensões locais”, teve sua expressão no projeto neoliberal executado pelos governos brasileiros durante a década de 1990. Numa perspectiva de comprometimento da capacidade de intervenção econômica do Estado nacional, de relativização (ou, mesmo, abandono) das políticas de desenvolvimento nacional e de aposta na eficiência do mercado e das regiões para estimular o desenvolvimento econômico, o projeto neoliberal adotado no País impulsionou os espaços subnacionais à definição de estratégias de desenvolvimento e de inserção econômica para seus respectivos territórios.

Assim, a corrosão estruturante do Estado nacional, somada às estratégias do capital (em especial, das grandes empresas estrangeiras que investiram no País durante a década de 1990) de “leiloar” seus investimentos ao sabor da melhor oferta em termos de renúncia fiscal e de subsídios públicos e, também, às pressões do capital “localmente localizado” visando criar “condições locais” favoráveis à competitividade num mercado que se reestruturava em função de políticas de abertura econômica, atribuiu maior significado histórico aos espaços subnacionais no País enquanto *espaço-tempo de organização social e política visando interferir na definição de projetos de inserção econômica no processo de mundialização do capital*.

Como foi indicado anteriormente, no caso específico do Rio Grande do Sul, ao impulsionar a definição de estratégias subnacionais de desenvolvimento e de inserção econômica, o projeto neoliberal executado pelos governos brasileiros durante a década de 1990 criou condições históricas favoráveis para que se configurasse um quadro de conflitos sociais, com alto grau de polarização política.

Dessa forma, a presente tese dá atenção especial à atuação política da burguesia industrial no contexto conflituoso que se configurou no Rio Grande do Sul em torno de estratégias de inserção no processo de mundialização do capital, argumentando-se que essa fração

²⁰ Dinizar BECKER, *A economia política da regionalização do desenvolvimento contemporâneo*: em busca de novos fundamentos teórico-metodológicos para entender as diferentes dinâmicas de regionalização do desenvolvimento contemporâneo.

²¹ IDEM, *Ibid.*

industrial da burguesia gaúcha *atuou como força social e coletivamente organizada na defesa de um projeto histórico de inserção competitiva da economia sul-rio-grandense no processo de mundialização do capital.*

Ou seja, num contexto de mundialização do capital e de comprometimento da capacidade estruturante do Estado nacional, a burguesia industrial no Rio Grande do Sul, dentro de uma lógica de articulação verticalizada e hierarquizada com os interesses transnacionalizados da reprodução do capital, *atuou em defesa de um projeto de adaptação subordinada do espaço econômico e político subnacional à lógica da mundialização do capital.* Defendeu, nesse sentido, um projeto de inserção econômica do território sul-rio-grandense sustentado, fundamentalmente, numa concepção segundo a qual, num contexto de mundialização do capital e de crise estrutural do Estado nacional, *a vinculação do espaço subnacional às redes internacionais do capital mundializado impulsionaria processos de reestruturação produtiva, aumento da competitividade do parque produtivo local e, assim, uma inserção mais ativa da economia sul-rio-grandense no processo de reestruturação do capitalismo.*

A tese de que a burguesia industrial no Rio Grande do Sul *atuou como força social e coletivamente organizada* (“fez-se” enquanto classe) num contexto conflituoso de definição de um projeto histórico de inserção da economia sul-rio-grandense no processo de mundialização do capital tem implícito um pressuposto teórico-metodológico fundamental para a análise apresentada. Como esclarece o historiador inglês Edward Thompson, a “formação de classe” é um “processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionantes”.²²

Evidentemente, o processo de reestruturação do capitalismo em nível mundial, a forma como esse processo se concretizou na formação social brasileira a partir dos anos 1990, e, também, como impactou sobre a dinâmica estrutural da economia sul-rio-grandense (especialmente sobre sua estrutura industrial) são questões centrais na compreensão da formação de classe da burguesia industrial no Rio Grande do Sul naquela conjuntura histórica. Nesse sentido, pode-se afirmar que a condição histórica da indústria situada em território gaúcho no contexto da reestruturação capitalista colocou-se como um “limite estrutural” que, embora não tenha definido mecanicamente, fixou limites às possibilidades de atuação e de comportamento político e

²² Edward THOMPSON, *A formação da classe operária inglesa – a árvore da liberdade*, p. 9.

ideológico da burguesia industrial no Rio Grande do Sul naquele mesmo contexto.

É importante enfatizar, assim, que a situação de classe (que expressa a posição que indivíduos e grupos ocupam numa estrutura de classes, ou, então, a posição social de indivíduos e grupos que decorre das relações sociais de produção presentes numa determinada formação social), não gera necessariamente nem consciência de uma identidade de interesses, nem organização, nem lutas coletivas. A situação de classe, no entanto, define o terreno dos interesses materiais a partir dos quais indivíduos e grupos *podem* identificar-se entre si e, em função dessa identidade construída, articularem-se enquanto força social e coletivamente mobilizada para a defesa daqueles interesses. A formação de classe, assim, ocorre como um processo histórico de construção dessas identidades coletivas. E, nesse sentido, como afirma Thompson, a classe “acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), *sentem e articulam* a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”.²³

É com esse pressuposto teórico-metodológico que, na presente tese, dá-se atenção à forma histórica como a burguesia industrial no Rio Grande do Sul atuou diante da reestruturação do capitalismo no Brasil durante a década de 1990. Foi sob aquela experiência histórica que a burguesia industrial no Rio Grande do Sul vivenciou um processo constante de organização, desorganização e reorganização. Não de forma passiva, mas como agente histórico, consciente e capaz de refletir sobre a realidade em que estava inserida, identificar seus interesses, construir (e reconstruir) seus conceitos e suas expectativas, articular (e rearticular) suas práticas e suas concepções de mundo. Foi a partir da experiência concreta de reestruturação do capitalismo no Brasil, portanto, que a burguesia industrial no Rio Grande do Sul se fez enquanto força social e coletivamente organizada, defendendo interesses que, muitos deles, foram também sendo afirmados, reafirmados, definidos e redefinidos no próprio processo de reestruturação do capitalismo no País.

Note-se, porém, que o *formar-se enquanto força e social coletivamente organizada*, com poder e habilidade para interferir no processo histórico, não é algo espontâneo. Pelo contrário, expressa a capacidade organizativa (organização consciente dos membros de uma

²³ Edward THOMPSON, *A formação da classe operária inglesa – a árvore da liberdade*, p. 10.

classe), na qual “agentes coletivos político-ideológicos, especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política da classe” têm importância crucial.²⁴

É nesse sentido que, na presente tese, a FIERGS é tomada como uma entidade de representação orgânica da burguesia industrial no Rio Grande do Sul; ou seja, como uma entidade de representação que, durante a década de 1990, ocupou um papel hegemônico na organização e na execução da ação política da burguesia industrial no Rio Grande do Sul e que, portanto, melhor expressou sua capacidade política na defesa de seus interesses de classe.

No contexto da reestruturação do capitalismo no Brasil durante a década de 1990, a FIERGS colocou-se como uma entidade que procurou definir e redefinir interesses políticos, econômicos e ideológicos que potencialmente poderiam ser partilhados social e coletivamente pela burguesia industrial no Rio Grande do Sul, e, ao mesmo tempo, uma entidade com poder de mobilização e de organização de ações coletivas capazes de afirmar aqueles interesses no contexto de lutas sociais e políticas que caracterizaram aquela década.

Ao tomar a ação histórica da FIERGS como expressiva no processo de formação de classe da burguesia industrial gaúcha não se ignora, é claro, a existência de outras formas de intermediação de seus interesses de classe. Como está amplamente registrado na bibliografia que aborda a participação política da burguesia industrial no Brasil a partir da década de 1980, também no Rio Grande do Sul observou-se uma complexificação das formas de representação dos interesses da burguesia industrial, com o crescimento e a intensificação das ações políticas de entidades extra-corporativas (em especial, associações industriais e entidades de promoção política e ideológica, como, por exemplo, o Instituto Liberal).

No entanto, a FIERGS, na medida em que compreendia mais de cem sindicatos de indústrias existentes no Rio Grande do Sul (em 1999, eram 111 sindicatos filiados ao sistema FIERGS/CIERGS), com prerrogativa de “representar os interesses das categorias econômicas da indústria e os dos sindicatos filiados”,²⁵ congregava um poder político capaz de dar grande legitimidade às posições políticas por ela assumidas em nome de setores predominantes da indústria gaúcha. Além disso, a

²⁴ René DREIFUSS, *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional* (1918 – 1986).

²⁵ Conforme Estatuto da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.

FIERGS se apresentou já a partir da “abertura democrática” (1985), como a “voz da indústria gaúcha” nos principais fatos políticos.²⁶ Portanto, aquela entidade exercia, já na década de 1980, forte liderança na representação dos interesses de classe da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, tanto no que diz respeito às suas relações com o poder público (estadual e nacional) quanto em sua articulação enquanto força social e coletivamente organizada.

Evidentemente, isso não quer significar que as posições políticas e ideológicas assumidas pela FIERGS representavam, de forma unívoca e em todos os assuntos considerados relevantes pelos industriais no Rio Grande do Sul, todos os setores da indústria gaúcha. Pelo contrário, mesmo entre os setores pertencentes à entidade existiam diferenças que, muitas vezes, representavam posições divergentes em relação aos mesmos fatos políticos e econômicos analisados. É importante considerar, nesse sentido, que unidade e divergência são constituintes da experiência histórica das classes sociais e a análise da formação de classe num período histórico específico deve dar conta tanto das diversidades de atitudes sociais quanto dos elementos integrativos “que dão forma e conteúdo a valores culturais compartilhados” pelos indivíduos e grupos pertencentes à classe analisada.²⁷

Para a reconstituição dos posicionamentos políticos da FIERGS no período de análise, o levantamento de informações ocorreu nos seguintes documentos, vinculados a FIERGS: boletim *O Produto; Projeto FIERGS/Novo Governo do RGS* (documento produzido pela entidade, com sugestões para o governo gaúcho, e entregue aos principais candidatos em 1994); *A rearquitectura do Rio Grande do Sul – garantindo o futuro* (documento, igualmente, produzido pela entidade, com sugestões para o governo gaúcho e entregue aos candidatos em 1998); *A reindustrialização do Rio Grande do Sul* (livro, publicado em dois volumes, apresentando as “ações” da FIERGS durante as duas gestões do industrial Dagoberto Lima Godoy – 1993 a 1999 e os textos publicados por aquele dirigente industrial – na qualidade de presidente da entidade – em jornais do Estado e do País); *Liberdade para crescer*, vídeo produzido pela FIERGS visando a mobilização da burguesia industrial no Rio Grande do Sul para as eleições presidenciais de 1989; *Termos de referência sobre setores da economia do Rio Grande do Sul*

²⁶ Denise GROS, *A atuação política do empresariado industrial gaúcho nos anos 80*; Marco André CADONA, *Dos bastidores ao centro do palco: a atuação política da burguesia industrial gaúcha no processo de redemocratização*.

²⁷ Cláudio BATALHA; Fernando T. da SILVA; Alexandre FORTES, *Culturas de classe*, p. 15.

face ao processo de integração (documento produzido pela Comissão para Assuntos do MERCOSUL com um diagnóstico dos setores industriais gaúchos diante do processo integrativo).²⁸ Além desses documentos, foram considerados todos os números publicados entre 1989 e 2000 da *Revista Amanhã*²⁹ e todos os registros, pelo *Jornal do Comércio*, de Porto Alegre, de atividades ou posicionamentos políticos da FIERGS no período de janeiro de 1989 a dezembro de 2002.

A apresentação da investigação dos impactos da reestruturação do capitalismo no Brasil sobre a formação de classe da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, orientada pela perspectiva teórico-metodológica enunciada, está estruturada em duas partes.

Na primeira parte, a hipótese que orienta a análise é que as transformações que ocorreram no modo de produção capitalista nas duas últimas décadas do século XX e, em especial, na formação social brasileira, contribuíram no desenvolvimento de condições favoráveis para que o capital pudesse adotar “uma conduta global” (mundialização do capital), redefiniram os padrões de atuação do Estado e impulsionaram lutas sociais e políticas localmente localizadas (subnacionais) em torno de projetos de inserção na mundialização do capital.

Na segunda parte, já resultado da investigação empírica realizada, a análise orienta-se pela hipótese de que, diante da experiência histórica de reestruturação do capitalismo no Brasil, a burguesia industrial no Rio Grande do Sul atuou como força social e coletivamente organizada visando definir estratégias de inserção econômica do Rio Grande do Sul na mundialização do capital. No desenvolvimento dessa proposição, três questões são enfocadas: a) a centralidade da FIERGS na organização da burguesia industrial enquanto força social e coletivamente organizada; b) a atuação política da burguesia industrial diante do projeto neoliberal adotado pelos governos nacionais no Brasil durante a década de 1990; c)

²⁸ Cabe destacar que o projeto inicial da tese previa a investigação nas Atas de Diretoria do sistema FIERGS/CIERGS no período de análise. No entanto, a instituição não permitiu a consulta nesses documentos, dando acesso apenas ao livro (*A reindustrialização do Rio Grande do Sul*) que, de acordo com a assessoria de comunicação da mesma, refletiria as principais questões discutidas pelas diretorias durante as duas gestões do industrial Dagoberto Lima Godoy (1993 – 1996 – 1999).

²⁹ A *Revista Amanhã* foi criada pela FIERGS durante a década de 1980. Durante a década de 1990, no entanto, sua editoração ficou sob a responsabilidade da *Plural Comunicações*, editora de Porto Alegre. Embora com maior autonomia editorial, a *Revista* continuou priorizando a publicação de dados e de informações sobre a indústria gaúcha e apresentando, em suas edições, entrevistas com lideranças industriais no Rio Grande do Sul.

as lutas de classe da burguesia industrial diante das estratégias de inserção da economia gaúcha na mundialização do capital adotadas pelos governos estaduais no Rio Grande do Sul durante a década de 1980.

PARTE I:

Uma nova fase do capitalismo:

Mundialização do Capital e reestruturação do capitalismo no Brasil

A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais (...). O contínuo revolucionamento da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações fixas e cristalizadas (...) são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo o que é sólido e estável se volatiliza, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida, suas relações recíprocas.³⁰

³⁰ Karl MARX & Friedrich ENGELS, *Manifesto do Partido Comunista*, p. 69.

Comentário Inicial

No final da década de 1960 e início da década de 1970, os principais países capitalistas conheceram uma profunda crise estrutural, cujas manifestações principais foram o crescimento econômico muito baixo, a diminuição dos investimentos, a alta dos índices inflacionários, a redução no ritmo do progresso técnico, a diminuição da rentabilidade do capital, a estagnação dos salários, o crescente desemprego.³¹ Em decorrência, nas três últimas décadas do século XX, as tentativas de superação daquela crise promoveram grandes transformações nas condições históricas de desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Há uma vasta bibliografia acerca do significado histórico daquelas transformações e seus impactos sociais, econômicos, políticos, culturais, sobre as sociedades contemporâneas.³²

Na tradição marxista, com a qual este trabalho busca a orientação principal, um ponto comum de acordo é que o modo de produção capitalista entrou em crise no final da década de 1960 e início da década de 1970 e que, portanto, as transformações que ocorreram nas três últimas décadas do século XX em suas formas de estruturação e de funcionamento são expressões de uma “nova fase” de seu desenvolvimento histórico.

Ernest Mandel, por exemplo, ao propor que o capitalismo entrou numa fase de estagnação econômica a partir da primeira metade da década de 1970, identifica quatro períodos “mais longos” na história do modo de produção capitalista: o período compreendido entre o fim do século XVIII e a crise de 1847, a “onda longa da própria Revolução Industrial”; o período entre a crise de 1847 e o início da década de noventa do século XIX, “a onda longa da primeira revolução tecnológica”; o período entre o início da década de noventa do século

³¹ Gerard DUMÉNIL; Lévy DOMINIQUE, *Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo*, p. 15.

³² Krishan Kumar realiza uma síntese dos principais paradigmas do pensamento social que analisam as transformações que ocorreram nas sociedades contemporâneas a partir da segunda metade do século XX. Krishan KUMAR, *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*.

XIX e a Segunda Guerra Mundial, “a onda longa da segunda revolução tecnológica”; e o período iniciado na década de 1940 nos principais países capitalistas (e que, segundo Mandel, se estende até hoje), “a onda longa da terceira revolução tecnológica”.³³

Na análise histórica de Mandel, cada um desses períodos apresenta duas fases: uma fase inicial, caracterizada “por uma taxa de lucros ampliada, *acumulação acelerada*, crescimento acelerado, auto-expansão do capital anteriormente ocioso”, e uma segunda fase, caracterizada “por lucros em declínio, *acumulação gradativamente desacelerada*, crescimento econômico desacelerado, dificuldades cada vez maiores para a valorização do capital total acumulado (...) e o aumento gradativo, auto-reprodutor, no capital posto em ociosidade”.³⁴ A crise do capitalismo, intensificada a partir da década de 1970, portanto, demarcou o fim de uma fase de expansão econômica, iniciada durante a década de 1940, e o início de uma fase de “acumulação gradativamente desacelerada”.

Outros teóricos que se inscrevem na tradição marxista priorizam a análise das características essenciais das mudanças que ocorreram a partir das últimas décadas do século XX no modo de funcionamento e de organização do capitalismo.

É o caso, por exemplo, de François Chesnais, para quem as mudanças estruturais da economia capitalista mundial das três últimas décadas do século XX são expressões de um novo “regime de acumulação capitalista” com predominância financeira. No centro desse regime de acumulação, afirma Chesnais, encontram-se as “novas formas de concentração do capital-dinheiro” (fundos de pensão, fundos de aplicação financeira), os “mecanismos de captação e de centralização de frações de valor e de mais-valia” e as “instituições que garantem segurança, política, mas também financeira, das operações de investimento financeiro”.³⁵ Esse novo regime de acumulação tem uma relação com a “mundialização do capital”, pois, embora seja “uma ‘produção’ dos países capitalistas avançados”, ele é “efetivamente mundializado”, já que seu funcionamento exige “um grau bastante elevado de liberalização e de desregulamentação não apenas das finanças, mas também do investimento externo direto (IED) e das trocas

³³ Ernest MANDEL, *O capitalismo tardio*, p. 83-4.

³⁴ IDEM, *Ibid.*, p. 84.

³⁵ François CHESNAIS, *A ‘nova economia’*: a conjuntura própria à potência econômica estadunidense, p. 48.

comerciais”.³⁶ O caráter mundializado do “regime de acumulação com dominância financeira” tem como função, assim, garantir a apropriação, em escala mundial, das rendas financeiras e, portanto, pressupõe uma significativa subordinação dos governos nacionais às injunções de liberalização e de desregulamentação (financeira e comercial) defendidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial como pré-requisito para o recebimento de capitais de investimento estrangeiro.³⁷

Evidentemente, o presente estudo não tem pretensão de dar uma contribuição original para a reflexão teórica relacionada à dinâmica histórica do capitalismo e aos traços essenciais das transformações que ocorreram no seu modo de funcionamento e de estruturação a partir das últimas décadas do século XX. A compreensão das características fundamentais da “nova fase” do desenvolvimento histórico do capitalismo, no entanto, é de grande importância para o desenvolvimento da tese apresentada.

Na nova fase do modo de produção capitalista, uma ampla reestruturação produtiva e um novo arcabouço político e ideológico, o neoliberalismo, criaram as condições históricas para que o capital adquirisse uma conduta global, usufruindo de crescente liberdade e poder na definição de padrões de organização do processo de produção e de trabalho, de comércio, de consumo, de uso da força-de-trabalho e, mesmo, nas formas de atuação dos Estados nacionais.

Por um lado, a mobilidade alcançada pelo capital facilitou o deslocamento de seus investimentos para regiões com condições mais favoráveis para a sua valorização (recursos humanos e naturais, políticas fiscais e tributárias, padrões de regulamentação econômica e social). Por outro lado, diante da maior mobilidade do capital e da crise estruturante do Estado nacional, os “espaços locais” (um município, uma região, uma subnação) viram-se diante de pressões crescentes de forças sociais e políticas vinculadas aos interesses do capital para que se adaptassem ao processo de mundialização, seja através de mudanças institucionais capazes de transformarem o “espaço local” mais atrativo aos investimentos do capital, seja através da criação de *condições locais de competitividade* frente à mundialização do capital e aos padrões de produtividade e de competitividade econômica por ela impostos.

³⁶ IDEM, *Ibid.*, p. 52.

³⁷ IDEM, *Ibid.*, p. 53.

A capacidade de intervenção no âmbito local, em especial na definição de estratégias de inserção e/ou de resistência no âmbito do “Estado local”, ganhou, assim, importância na dinâmica de conflitos sociais e de formação das classes.

1. Uma nova fase do capitalismo: reestruturação produtiva e neoliberalismo

No período que compreendeu as décadas de 1940 e 1960, o modo de produção capitalista, sob a hegemonia dos Estados Unidos, apresentou uma significativa fase de expansão, sustentado por estratégias de ativa intervenção estatal, que deu um poderoso impulso às forças produtivas, propiciou um salto para a concentração e a centralização de capitais e para a internacionalização da produção.³⁸

Aquela fase de expansão foi resultado da articulação de um conjunto de condições estruturais e conjunturais, dentre as quais se destacaram: 1. O *Acordo de Ialta*, compromisso firmado entre os Estados Unidos e a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS (única potência militar que poderia ameaçar os Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial), a partir do qual o mundo foi dividido entre uma zona de influência norte-americana e outra sob a influência soviética, conservando-se, para cada um daqueles países, “a liberdade de se engajar em uma retórica enérgica de hostilidade recíproca (...) cuja função principal parecia ser proporcionar a consolidação do controle político” em suas respectivas zonas de influência.³⁹ 2. O acordo de *Breton Woods* que, sob a liderança dos Estados Unidos, além de colocar o dólar na condição de equivalente geral do capitalismo mundial, formatou uma estrutura institucional de controle e de regulamentação da economia capitalista internacional (através da criação de instituições internacionais como, por exemplo, o Fundo Monetário Internacional – FMI, o Banco Mundial, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio – GATT).⁴⁰ 3. A reconstrução dos países europeus atingidos pela Segunda Guerra Mundial, liderada pelos Estados Unidos e que, através do *Plano Marshall*, garantiu que uma imensa massa de capital-dinheiro fosse disponibilizada no mundo

³⁸ Ernest MANDEL, *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*, p. 12.

³⁹ Immanuel WALLERSTEIN, *Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo*, p. 74.

⁴⁰ Giovanni ARRIGUI, *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*, p. 306.

inteiro, em especial nos países europeus, dando uma “contribuição decisiva à ‘decolagem’ da expansão do comércio e da produção mundiais das décadas de 1950 e 1960”.⁴¹ 4. A dissolução, a partir da Segunda Guerra Mundial, das fronteiras coloniais, o que garantiu aos países capitalistas centrais um espaço ainda maior para a produção e para a circulação de capitais e de mercadorias no mundo todo – criando facilidades enormes para um avanço significativo do processo de internacionalização do capital. 5. A expansão do modelo fordista em esfera mundial e a conseqüente racionalização dos processos produtivos e de trabalho, o que garantiu condições favoráveis para a elevação da produtividade do trabalho e das taxas de mais-valia.⁴² 6. A aceleração das inovações tecnológicas que, além de impulsionar o aumento da produtividade do trabalho e do capital, gerou novos ramos da economia e promoveu a recuperação da acumulação de capital no capitalismo central, em especial nos Estados Unidos, consolidando sua condição de potência econômica, tecnológica e militar no mundo.⁴³ 7. A aplicação generalizada de políticas “anticíclicas de teorização keynesiana”, que promoveram o surgimento de uma “economia mista” e do *Estado de bem-estar social*, através da intervenção econômica do Estado, de políticas monetárias expansionistas e políticas fiscais deficitárias e, dessa forma, garantiram para os países capitalistas centrais melhores condições de investimento na produção e um mercado consumidor em expansão. Naquele período, portanto, se constituiu um “padrão de financiamento público da economia capitalista”, padrão esse em que os recursos públicos (estatais) passaram a ser “o pressuposto do financiamento da acumulação do capital, de um lado, e, de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais”.⁴⁴

No final da década de 1960 e início da década de 1970, no entanto, as condições históricas a partir das quais o modo de produção capitalista alcançou a expansão econômica por mais de duas décadas apresentaram sinais de uma profunda crise.

As expressões fenomênicas daquela crise, no início da década de 1970, eram visíveis. As taxas médias dos lucros apresentaram quedas

⁴¹ IDEM, *Ibid.*, p. 306.

⁴² David HARVEY, *A condição pós-moderna: uma pesquisa social sobre as origens da mudança cultural*.

⁴³ Ernest MANDEL, *O capitalismo tardio*.

⁴⁴ Francisco de OLIVEIRA, *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*, p. 19-20.

significativas nos países capitalistas centrais.⁴⁵ De uma inflação controlada que estimulava a atividade econômica, a maioria daqueles países passou a conviver com uma situação de estagflação (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) em 1970/71 e de “slumpflação” (recessão com alta inflação) em 1974/75.⁴⁶ Uma alta dos preços internacionais do petróleo, em 1973, acentuou, por um lado, a tendência inflacionária (pela alta dos custos e pelo aumento da liquidez) e, por outro lado, a queda das taxas médias de lucratividade.⁴⁷ A concorrência entre os principais países do capitalismo central se acirrou durante a década de 1960, com um crescimento significativo da participação da Alemanha e do Japão no comércio internacional.⁴⁸ O padrão fordista de organização da produção e do trabalho tornou-se cada vez mais incapaz de responder às necessidades de acumulação do capital, dada sua concepção rígida de organização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo, mas, fundamentalmente, em virtude da crescente resistência dos trabalhadores às formas despóticas presentes no ambiente fabril, decorrentes da “vigência de técnicas de disciplinamento próprias da exploração intensiva de força de trabalho” e implicadas no modelo fordista.⁴⁹

Há de se considerar, nesse sentido, o papel fundamental exercido naquele período pela capacidade social e coletiva dos trabalhadores: a dificuldade do capital em alcançar taxas mais elevadas de lucro, em especial no período em que a recessão econômica se fez sentir (a partir da segunda metade da década de 1960), teve razões políticas e sociais, ou seja, encontrou resistência dos movimentos operários nos países capitalistas centrais.⁵⁰

⁴⁵ As margens de lucros das sociedades por ações norte-americanas não financeiras passaram de uma média de 20%, no período de 1959/1966 para 12% em 1970/71 e 11/12% em 1975; na Alemanha, a taxa média dos lucros caiu de 10%, em 1960, para 9% em 1968, 6% em 1972 e 4,5% em 1975; Na Grã-Bretanha, as taxas médias dos lucros caíram de 6,6% no período de 1954/64 para 5,3% no período de 1965/69 e 4,1% em 1970; na Itália, as taxas médias dos lucros caíram de 5,6% no período 1966/69 para 4,9% em 1970 e 3% em 1975; no Japão, as taxas médias dos lucros caíram de 14% em 1967 para 11,9% em 1974. Ernest MANDEL, *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*, p. 12.

⁴⁶ IDEM, *Ibid.*, p. 29.

⁴⁷ IDEM, *Ibid.*, p. 38.

⁴⁸ IDEM, *Ibid.*, p. 38.

⁴⁹ Ricardo ANTUNES, *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*.

⁵⁰ Ernest MANDEL, *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*, p. 77.

Olhadas numa perspectiva histórica, as expressões fenomênicas da crise do modo de produção capitalista no início da década de 1970 são ilustrativas de um traço essencial e recorrente no capitalismo, tantas vezes enfatizado na análise de Marx sobre o desenvolvimento do capitalismo: *a acumulação capitalista é propensa a crises e as soluções históricas às crises capitalistas conduzem a novas crises.*

... A moderna sociedade burguesa, que fez surgir como que por encanto possantes meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar as potências infernais por ele postas em movimento. Há mais de uma década a história da indústria e do comércio não é senão a história da revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que são a condição de existência da burguesia e de seu domínio. Basta mencionar as crises comerciais que, com seu periódico retorno, põem em questão e ameaçam cada vez mais a existência de toda a sociedade burguesa. (...). As forças produtivas disponíveis já não favorecem mais o desenvolvimento da civilização burguesa e das relações burguesas de propriedade. (...). As relações burguesas tornaram-se estreitas demais para conter a riqueza por elas mesmas criadas. E de que modo a burguesia vence tais crises? De um lado, através da destruição forçada de uma massa de forças produtivas; de outro, através da conquista de novos mercados e da exploração mais intensa dos antigos. De que modo, portanto? Mediante a preparação de crises mais gerais e mais violentas e a diminuição dos meios de evitá-las.⁵¹

Esse pressuposto marxista evidencia algumas das problemáticas centrais colocadas pela natureza contraditória da acumulação capitalista e que impele o modo de produção capitalista a crises periódicas: quais são os obstáculos centrais que a acumulação capitalista enfrenta, criando condições para que o próprio modo de produção capitalista entre em crise? Quais são as soluções estruturais que, na história do modo de produção capitalista, são impulsionadas visando superar os obstáculos à acumulação capitalista? Trata-se, além disso, de um pressuposto que impulsiona uma análise das crises capitalistas que requer uma atenção especial à articulação historicamente específica das forças produtivas e

⁵¹ Karl MARX & Friedrich ENGELS, *Manifesto do Partido Comunista*, p. 71-2.

das relações sociais de produção e ao papel fundamental exercido na história do capitalismo pela luta de classes.

Nesse sentido, é importante destacar que a expansão capitalista ocorrida a partir da Segunda Guerra Mundial resultou de um conjunto de ajustes nas condições históricas de desenvolvimento do capitalismo. Na primeira metade do século XX, a economia capitalista apresentou uma fase de expansão (no primeiro quartel do século), decorrente de investimentos de capitais nas colônias, do crescimento dos monopólios, do aumento lento dos preços das matérias-primas e das inovações tecnológicas (Segunda Revolução Tecnológica), que impulsionou um aumento da produtividade do trabalho e do capital, da mais-valia e, em consequência, permitiu um acréscimo geral nas taxas de lucros.⁵²

Num contexto marcado pela ausência de mecanismos sociais e políticos que garantissem a contínua absorção dos excedentes econômicos e amenizassem os efeitos das contradições inerentes ao processo acumulativo, o aumento nas taxas de lucro teve como consequência o estímulo a várias formas de especulação financeira que resultou num processo agudo de falências financeiras e de crise econômica e social, cujo desfecho foi a Grande Depressão do final da década de 1920.⁵³

Naquele cenário de crise, uma nova configuração de Estado tornou-se necessária e as soluções keynesianas de intervenção estatal ganharam cada vez maior legitimidade. Parecia claro (para amplos setores da burguesia e para muitas lideranças políticas dos principais países capitalistas) que tal crise fora resultado do fracasso do livre mercado irrestrito e que, portanto, para que a mesma fosse solucionada, mas, também, para que efeitos indesejáveis (revoluções sociais orientadas pela perspectiva de uma sociedade comunista) fossem evitados, era necessária uma nova orientação ao desenvolvimento capitalista, onde a intervenção estatal (na economia e na sociedade) tornara-se imprescindível.⁵⁴

Portanto, a partir da crise do final da década de 1920 e início da década de 1930, havia razões subjetivas e objetivas para que as funções do Estado capitalista assumissem proporções cada vez maiores.⁵⁵ Como questão de fundo, ao Estado passou a ser creditada a possibilidade de

⁵² Ernest MANDEL, *O capitalismo tardio*, p. 92.

⁵³ Erik Olin WRIGHT, *Classe, crise e o estado*, p. 155.

⁵⁴ Eric HOBBSBAWM, *A era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1991)*, p. 266-67.

⁵⁵ Ernest MANDEL, *O capitalismo tardio*, p. 337.

“administrar” as crises econômicas e políticas inerentes ao processo de desenvolvimento capitalista: economicamente, através de “políticas anticíclicas”, com o objetivo de evitar, ou pelo menos adiar tanto quanto possível, “o retorno de quedas bruscas e catastróficas como a de 1929/32”,⁵⁶ socialmente, através do “esforço permanente para impedir a crise cada vez mais grave das relações de produção capitalistas por meio de um ataque sistemático à consciência de classe do proletariado”.⁵⁷

Há de se considerar, ainda, que outros componentes da conjuntura histórica da primeira metade do século XX, principalmente para os países capitalistas centrais, contribuíam para a afirmação de uma configuração entre Estado, economia e sociedade onde ao Estado estava reservado um papel central.

Em primeiro lugar, a necessidade de aceleração das inovações tecnológicas e o aumento dos custos relacionados à acumulação de capital, num contexto de crescentes transformações tecnológicas, tornaram a intervenção estatal fundamental para a acumulação capitalista, não somente em termos de planejamento econômico, mas, também, de socialização dos custos (e riscos) do processo acumulativo privado (financiamento de pesquisas e custos do desenvolvimento, financiamento de projetos industriais, fornecimento de matérias-primas com preços subsidiados etc.).⁵⁸

Em segundo lugar, a crescente influência política do movimento operário teve efeitos contraditórios sobre o Estado capitalista: por um lado, “o surgimento de poderosos partidos da classe trabalhadora aumentou a urgência e o grau do papel integrador do Estado”; por outro lado, o crescimento de representantes de partidos vinculados ao movimento operário nos parlamentos fez com que a permanência da dominação política do capital se vinculasse a um processo de despolitização das decisões, ou seja, tendeu a centralizar o poder político “cada vez mais no aparato do Estado” (ditaduras militares, bonapartismo, nazi-fascismo).⁵⁹

Em terceiro lugar, a luta de classes e o crescimento político da classe operária nas principais formações sociais capitalistas, mas, também, a necessidade de “assegurar a reconstituição física da força de trabalho onde ela estava ameaçada pela superexploração”, tornou

⁵⁶ Ernest MANDEL, *O capitalismo tardio*, p. 340.

⁵⁷ IDEM, *Ibid.*, p. 340-41.

⁵⁸ IDEM, *Ibid.*, p. 340.

⁵⁹ IDEM, *Ibid.*, p. 340.

urgente a “ampliação geral da legislação social”.⁶⁰

Em quarto lugar, a tendência de exportar capital e de dividir o mundo em “esferas de influência sob o controle das potências imperialistas”, decorrentes da superacumulação permanente nas metrópoles, criou a necessidade de um aumento substancial nas despesas militares, tornando uma maior intervenção estatal funcional não apenas para a defesa dos interesses dos países capitalistas centrais no mundo, mas, também, para a própria acumulação capitalista (fonte de maior acumulação de capital).⁶¹

A crescente importância atribuída à intervenção do Estado apontava, assim, para uma característica essencial da fase de expansão econômica do modo de produção capitalista que se iniciaria após a Segunda Guerra Mundial: o arcabouço político e ideológico que se tornou hegemônico ressaltava a capacidade de *organização* e de *planejamento* (técnico e científico), através da intervenção estatal, capaz de “eliminar gradualmente todas as possibilidades de crise”, encontrar soluções “técnicas” para todas as contradições da ordem social e econômica, integrar as classes sociais e evitar as explosões políticas.⁶²

Sob o ponto de vista do padrão de produção e de organização do trabalho, aquele arcabouço político-ideológico teve como expressão fenomênica o *modelo fordista*. Como é amplamente conhecido, o modelo fordista se desenvolveu a partir das experiências de reestruturação produtiva das indústrias norte-americanas no começo do século XX, expandindo-se por todos os países capitalistas ainda antes da Segunda Guerra Mundial.

No que diz respeito à organização do processo de trabalho, o fordismo é um modelo de racionalização (e de controle) do processo do trabalho que ocorre através da otimização dos tempos e dos movimentos, da linha de montagem acoplada à esteira rolante, da radical separação entre concepção e execução, da organização vertical do trabalho, da simplificação e fragmentação do processo de execução, tornando os ciclos operatórios muito curtos e requerendo pouco tempo para a formação e o treinamento da força-de-trabalho.⁶³ Como modelo de organização da produção, o fordismo fundamenta-se na produção em massa de bens homogêneos, na uniformidade e na padronização, em

⁶⁰ Ernest MANDEL, *O capitalismo tardio*, p. 340.

⁶¹ IDEM, *Ibid.*, p. 337-338.

⁶² IDEM, *Ibid.*, p. 337-38.

⁶³ Sônia LARANJEIRA, *Fordismo e pós-fordismo*, p. 89-90.

grandes estoques, na produção voltada para os recursos, na integração vertical.⁶⁴

Mas ao modelo fordista esteve vinculado, também, um “sistema de compromisso” que, ao mesmo tempo, encaminhou soluções para os problemas relacionados à demanda (mercado consumidor) e “ofereceu a ilusão de que o sistema de metabolismo social do capital pudesse ser efetiva, duradoura e definitivamente controlado, regulado e fundado num compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado”.⁶⁵ Aquele sistema de compromisso “procurava delimitar o campo da luta de classes”, buscando a obtenção de elementos constitutivos do *Welfare State* (estado de bem-estar social) e de investimentos do capital na produção em troca do abandono, pelos trabalhadores, “do seu projeto histórico-societal”. Ou seja, implementação de ganhos sociais e trabalhistas, políticas de seguridade social e acesso ao consumo de massa para os trabalhadores, “desde que a temática do socialismo fosse relegada a um futuro de perder de vista”.⁶⁶

No plano das ações dos Estados nacionais, o arcabouço político-ideológico preponderante no período de expansão econômica do capitalismo a partir da Segunda Guerra Mundial teve como expressão fenomênica o *Welfare State* (Estado de bem-estar social), “um padrão de financiamento público da economia capitalista” que, ao mesmo tempo, financiou a acumulação de capital e a reprodução da força de trabalho, “atingindo globalmente toda a população por meio de gastos sociais”.⁶⁷

Na base daquele “padrão de financiamento público da economia capitalista” estava uma concepção segundo a qual é possível *organizar* e *planejar* o desenvolvimento econômico, evitando as crises econômicas e, ao mesmo tempo, as explosões políticas e sociais decorrentes de suas contradições. Em decorrência, os principais países capitalistas estruturaram a partir da Segunda Guerra Mundial um complexo sistema de controles das crises cíclicas do capitalismo, de incentivo ao desenvolvimento econômico e de integração econômica das classes trabalhadoras.

No plano internacional, igualmente, o *Plano Marshall* e o *Acordo*

⁶⁴ David HARVEY, *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, p. 165.

⁶⁵ Ricardo ANTUNES, *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, p. 38.

⁶⁶ IDEM, *Ibid*, p. 38.

⁶⁷ Francisco de OLIVEIRA, *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*, p. 19-20.

de Bretton Woods são ilustrativos do arcabouço político-ideológico que acompanhou a fase de expansão econômica do capitalismo a partir da Segunda Guerra Mundial. O *Plano Marshall*, bem como outros programas similares de ajuda dos Estados Unidos a diferentes áreas de sua influência (inclusive para a América Latina), “injetou uma quantidade enorme de poder de compra adicional na área internacional”, contribuindo para uma grande expansão do comércio mundial.⁶⁸ Através do *Acordo de Bretton Woods*, os países capitalistas centrais, sob a liderança norte-americana, elevaram o dólar à condição de moeda mundial e instituíram um sistema monetário internacional que pretendeu “ser a base da versão internacional da expansão inflacionária do crédito que já fora aceita em escala nacional”.⁶⁹ Além de se constituírem em estratégias econômicas importantes para a expansão alcançada a partir da Segunda Guerra Mundial, as ações dos países capitalistas centrais, sob a hegemonia norte-americana, tiveram uma importante função anti e pró-sistêmica. Ou seja:

...a predominância de um quadro de guerra fria, fortemente marcado pela bipolaridade nas relações internacionais, especialmente entre EUA e URSS, terminou favorecendo no segundo pós-guerra não apenas a reconstrução da Europa e do Japão, mas a reformulação do próprio centro capitalista mundial, com a geração de um bloco de países semiperiféricos engajados tanto na estratégia anti-sistêmica (economia centralmente planejada) como na estratégia pró-sistêmica (economia de mercado subdesenvolvida)...⁷⁰

No final da década de 1960, a crise econômica nos países capitalistas centrais indicou que a “fase fordista” de acumulação e o arcabouço político e ideológico a ela vinculada se tornaram incompatíveis com os interesses da acumulação do capital.

É conhecida a análise que Ernest Mandel realizou da crise do capitalismo no início da década de 1970,⁷¹ na qual defende que a mesma

⁶⁸ Ernest MANDEL, *O capitalismo tardio*, p. 326.

⁶⁹ IDEM, *Ibid.*, p. 325.

⁷⁰ Marcio POCHMANN, *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*, p. 22-3.

⁷¹ Ernest MANDEL, *O capitalismo tardio; A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*.

foi uma “crise clássica de superprodução”: uma longa fase de queda da taxa média de lucros nos principais países capitalistas e o “crescimento regular da capacidade ociosa de produção na indústria”, em especial na indústria norte-americana⁷² não poderiam expressar melhor a natureza da crise daquele período “enquanto crise clássica de superprodução capitalista”.⁷³

... A expansão acelerada de longa duração do pós-guerra resultava da superexploração da classe operária realizada pelo fascismo e pela II Guerra Mundial (...), que permitiu uma alta pronunciada da taxa de mais-valia e, dessa forma, da taxa de lucro. Tal fato levou a uma acumulação amplificada de capitais, utilizada para tornar possível pôr em marcha em grande escala a terceira revolução tecnológica (...). Aumentando consideravelmente a produção de mais-valia relativa e os superlucros dos monopólios tecnologicamente de ponta (...), essa revolução permitiu o prolongamento da expansão em condições ‘ideais’ para o capital – *ao mesmo tempo*, com uma taxa de lucro elevada e um nível de vida real das massas trabalhadoras em elevação, isto é, um mercado em expansão.

Mas a terceira revolução tecnológica e a própria expansão, uma vez que implicam uma concentração acentuada do capital, levaram a um aumento pronunciado da composição orgânica do capital. O longo período de pleno emprego reforçou consideravelmente o peso objetivo da classe operária, a força de suas organizações de massa (...) e, em relação a um ciclo autônomo de luta de classes em escala internacional, sua combatividade. Daí as dificuldades crescentes para o capital em compensar a elevação da composição orgânica do capital por uma alta contínua da taxa de mais-valia a partir dos anos 60. Daí a erosão inexorável da taxa média de lucros, que, em correlação com a difusão cada vez mais universal das características da terceira revolução tecnológica (...) termina por determinar a inversão da ‘onda longa’.⁷⁴

⁷² Segundo Mandel, no final da década de 1960 e início da década de 1970 “perto de um terço da capacidade instalada de produção nos Estados Unidos” não tinha utilização, “quase permanente”, “para fins civis produtivos”. IDEM, *Ibid.*, p. 26.

⁷³ IDEM, *Ibid.*, p. 26.

⁷⁴ IDEM, *Ibid.*, p. 26-7.

Essa citação, ainda que longa, torna-se importante para destacar que a afirmação da crise do capitalismo no início da década de 1970 como uma “crise clássica de superprodução” já é resultado de uma análise dos obstáculos ao processo acumulativo característico da fase de expansão econômica que se estendeu entre a Segunda Guerra Mundial e a década de 1960. O padrão fordista de organização do processo produtivo e de controle sobre os trabalhadores, impulsionado por uma intensa revolução técnico-científica, somado à intervenção estatal e o decorrente padrão de regulação econômica e social implicado no Estado de bem-estar social, foram fundamentais para que a fase de expansão econômica pudesse ocorrer. A continuidade daquele processo expansivo, no entanto, esbarrou nas próprias condições que lhes tornaram possível.

O modelo fordista garantiu (pelo menos até a década de 1960), ao mesmo tempo, o crescimento da produtividade do trabalho e do capital, a disciplina fabril requerida pelos interesses do capital e o compromisso político dos trabalhadores organizados, dada a progressiva “subordinação dos organismos institucionalizados, sindicais e políticos” e a decorrente conversão desses organismos em “verdadeiros cogestores do processo global de reprodução do capital”.⁷⁵ Desse modo, a conjunção entre “uma expansão em longo prazo na taxa de mais-valia” e um “aumento simultâneo nos salários reais” tornou-se fundamental para o “crescimento cumulativo em longo prazo” dos principais países capitalistas centrais no período 1945/65.⁷⁶

No entanto, ainda durante a década de 1960, o crescimento econômico mais vagaroso, o aumento da competição internacional, as mudanças que se processavam no mercado consumidor,⁷⁷ passaram a exigir um padrão de produção capaz de conciliar uma redução de custos com “uma política de produtos”, capaz de permitir, “por adaptação ou por antecipação, a atração de círculos de consumidores já então delimitados e com demandas determinadas”.⁷⁸ Ou seja, o aumento da competição internacional, o crescimento mais lento, os limites (do

⁷⁵ Ricardo ANTUNES, *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, p. 39.

⁷⁶ Ernest MANDEL, *O capitalismo tardio*, p. 119.

⁷⁷ A produção destinada à exportação assumia cada vez maior importância nas atividades de todos os grandes grupos industriais e os mercados internos dos principais países capitalistas, já expandidos, tornavam-se mais complexos, demandando uma produção muito mais diversificada. Thomas GOUNET, *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*, p. 62.

⁷⁸ IDEM, *Ibid.*, p. 62.

fordismo) na redução dos custos da produção, as mudanças nas condições da demanda convergiram para a afirmação de que o fordismo tornara-se crescentemente incompatível com as necessidades da acumulação capitalista.⁷⁹

Além disso, o fordismo foi determinante, também, de um processo de socialização dos trabalhadores num ambiente marcado pela parcelarização do trabalho, pela radical divisão entre concepção e execução no processo de trabalho, pela desqualificação das atividades laborativas, pelo controle e disciplinamento fabril; portanto, o fordismo criou as condições para a construção de “uma nova identidade” e de uma “nova forma de consciência” entre os trabalhadores: “se o *operário-massa* foi a base social para a expansão do ‘compromisso’ social-democrático anterior, ele *foi também seu principal elemento de transbordamento, ruptura e confrontação, da qual foram forte expressão os movimentos pelo controle social da produção ocorridos no final dos anos 60*”.⁸⁰ Assim, durante a década de 1960 “mais uma vez se avivou a luta em torno da taxa de mais-valia”,⁸¹ num momento em que uma nova geração de trabalhadores, mais cética em relação ao “compromisso fordista”, e o alto nível de emprego contribuíam para “uma considerável expansão da força dos assalariados”.⁸²

De igual forma, o planejamento e a intervenção estatais, elementos fundamentais para que a expansão econômica pudesse ocorrer, tornaram-se incompatíveis com os interesses do capital. No período posterior à Segunda Guerra Mundial, em todos os países capitalistas a intervenção estatal assumiu proporções fundamentais, participando de forma decisiva nas políticas financeiras (definição do orçamento), monetárias (ações sobre política de créditos e taxa de câmbio), sociais (regulamentação dos salários, políticas sociais e previdenciárias), de comércio exterior (políticas de proteção econômica e de incentivos à competitividade internacional), de desenvolvimento econômico (atuação direta em infra-estrutura e setores básicos da economia), de desenvolvimento tecnológico.

Em função daquela intervenção estatal, os gastos públicos, mas também as políticas de crédito (ou seja, a disponibilização de dinheiro tanto para a produção das empresas capitalistas quanto para o consumo

⁷⁹ IDEM, *Ibid.*, p. 62.

⁸⁰ Ricardo ANTUNES, *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, p. 41. (Grifos no original).

⁸¹ Ernest MANDEL, *O capitalismo tardio*, p. 126.

⁸² IDEM, *Ibid.*, p. 126.

particular, em especial para a compra de bens de consumo duráveis), tornaram-se fundamentais na sustentação do período de expansão econômica, definindo verdadeiramente um padrão de financiamento público da economia capitalista. Como consequência daquele padrão de financiamento público da economia capitalista, a inflação, a princípio funcional para os objetivos da acumulação do capital, transformou-se em inflação galopante e os Estados capitalistas passaram a conviver com crescentes crises fiscais.⁸³

Durante a década de 1960, as lutas de classes e a força política e social dos trabalhadores, principalmente nos países capitalistas centrais, pressionaram ainda mais o Estado e o capital no sentido de uma maior participação na divisão dos excedentes produzidos no período de expansão econômica e, nesse sentido, agravaram as contradições entre o arcabouço político e institucional fordista/keynesiano e as necessidades colocadas pela reprodução ampliada do capital.

Simultaneamente (num contexto de recuperação da capacidade de competição internacional principalmente da Alemanha e do Japão), a concorrência capitalista internacional se intensificou, do que resultou a necessidade de uma participação ainda maior do Estado na socialização dos custos e dos riscos da concorrência capitalista. Nesse sentido, a crescente internacionalização da economia, decorrente da própria expansão econômica do período posterior à Segunda Guerra Mundial, intensificou a incompatibilidade funcional existente entre o padrão de articulação de forças e relações de produção que prevaleceu naquele período de expansão e os objetivos da acumulação capitalista.⁸⁴

O rompimento do círculo perfeito do Estado-providência, em termos keynesianos, é devido, em primeira instância, à internacionalização produtiva e financeira da economia capitalista. A regulação keynesiana funcionou enquanto a reprodução do capital, os aumentos da produtividade, a elevação do salário real,

⁸³ No período entre 1945 e 1967, a quantidade de dinheiro cresceu 90% e era sete vezes maior do que em 1929; no entanto, a produção industrial total de 1967 era apenas quatro vezes maior do que a de 1929. De modo que, no final da década de 1960 era indiscutível que a existência de uma massa inflacionária de dinheiro não correspondia “a nenhum aumento proporcional da produção de mercadorias”. Ernest MANDEL, *O capitalismo tardio*, p. 300.

⁸⁴ Por um lado, a expansão econômica alcançada naquele período aumentou as dificuldades de venda e de valorização do capital nos limites dos mercados nacionais, intensificando a internacionalização econômica. Por outro lado, especialmente o Plano Marshall, mas também o apoio à reconstrução do Japão, criou condições favoráveis para que Alemanha e Japão recuperassem rapidamente a capacidade de competição internacional.

se circunscreveram aos limites – relativos, por certo -, da territorialidade nacional do processo de interação daqueles componentes da renda e do produto. (...). Ultrapassados certos limites, a internacionalização produtiva e financeira dissolveu relativamente a circularidade nacional dos processos de retroalimentação. Pois des-territorializam-se o investimento, e a renda, mas o padrão de financiamento público do Welfare State não pôde – nem pode, até agora – des-territorializar-se. Em outras palavras, a circularidade anterior pressupunha ganhos fiscais correspondentes ao investimento e à renda que o fundo público articulava e financiava; a crescente internacionalização retirou parte dos ganhos fiscais, mas deixou aos fundos públicos nacionais a tarefa de continuar articulando e financiando a reprodução do capital e da força-de-trabalho. Daí que, nos limites nacionais de cada uma das principais potências industriais desenvolvidas, a crise fiscal (...) emergiu na deterioração das receitas fiscais e parafiscais (previdência social, por exemplo), levando ao déficit público...⁸⁵

Foi naquele contexto, portanto, de intensificação das contradições entre as necessidades da acumulação capitalista e o arcabouço político e institucional arquitetado durante a primeira metade do século XX e executado a partir da Segunda Guerra Mundial, em todo o sistema capitalista mundial, que o modo de produção capitalista entrou em crise no final da década de 1960 e início da década de 1970.

Diante da crise, as forças sociais e políticas comprometidas com a valorização ampliada do capital, em escala mundial, impulsionaram um profundo processo de reestruturação no modo de produção capitalista. Desde então, capitaneado pela ação hegemônica dos países capitalistas centrais (sob a liderança dos Estados Unidos) e das forças sociais (individuais e coletivas) economicamente dominantes em esfera mundial, um processo de reestruturação intentou soluções sistêmicas para os impedimentos que, a partir do final da década de 1960, emperraram o processo de acumulação de capital. *Uma profunda reestruturação produtiva*, apoiada na flexibilidade dos padrões de organização do processo de trabalho e da produção, dos mercados de trabalho, dos produtos e do consumo, e com ênfase na financeirização

⁸⁵ Francisco de OLIVEIRA, *Os direitos do antivalor*: a economia política da hegemonia imperfeita, p. 26.

da economia e na mundialização do capital, somado a um *novo arcabouço político e ideológico*, o *neoliberalismo*, colocaram-se como as principais expressões daquele processo de reestruturação que, desde a década de 1970, deu forma a uma nova fase do modo de produção capitalista.

Na base daquele processo de reestruturação colocaram-se objetivos sistêmicos do modo de produção capitalista: *aumentar a produtividade do capital e do trabalho, aprofundar a lógica de produção de mais-valia* (excedente econômico) nas relações entre capital e trabalho, *mundializar a produção, a comercialização e os mercados*, buscando espaços mais atrativos para a valorização do capital e *redefinir as funções do Estado capitalista* em favor de ganhos de produtividade e de competitividade para o capital e em detrimento aos interesses dos trabalhadores.

1.1. A reestruturação produtiva

Com o objetivo de aumentar a produtividade do trabalho e do capital e aprofundar a lógica de produção de mais-valia na relação direta com o trabalho, a partir da década de 1970 uma profunda transformação nos modos de trabalhar e de produzir passou a ser impulsionada pelas empresas capitalistas em todo o mundo, em diferentes setores. O aproveitamento das oportunidades proporcionadas pelas tecnologias informacionais (robótica, microeletrônica, computação, telecomunicações e optoeletrônica) e pelas inovações organizacionais, orientadas pela busca de maior adaptabilidade e maior flexibilidade na organização do processo de trabalho e de produção, foram cruciais naquela transformação.

Ainda antes da década de 1970, novas tendências organizacionais impulsionavam significativas mudanças nos modos de trabalhar e de produzir. Uma das principais expressões daquelas novas tendências foi a experiência histórica da indústria automobilística japonesa, iniciada no final da década de 1940 e da qual resultou um “modelo japonês” de organização do processo de trabalho e de produção.⁸⁶

⁸⁶ Durante a década de 1960, num momento em que os principais países capitalistas do Ocidente enfrentavam uma crescente crise econômica, o “modelo japonês” de organização da produção e do trabalho garantia índices de produtividade do trabalho e do capital que permitiram que o Japão alcançasse “espetaculares performances no seu comércio exterior”, tornando-se, portanto, uma espécie de “farol para o mundo capitalista”. Guilherme G. de F. XAVIER SOBRINHO, *Modelo japonês*, p. 157.

Teoricamente, o modelo japonês se propôs a *pensar pelo avesso*⁸⁷ o modelo fordista, ou seja, promover inovações organizacionais que objetivassem a racionalização do processo de produção e de trabalho não numa perspectiva de expansão da demanda, mas, ao contrário, num contexto em que a demanda, além de exigir diversificação na produção, era reduzida, não crescia ou crescia muito pouco (contexto histórico do Japão no período posterior à Segunda Guerra Mundial).⁸⁸

Da experiência histórica da indústria japonesa resultou um conjunto de técnicas e métodos de organização do processo de trabalho e de produção que, em linhas gerais, pode ser assim sintetizado: a) *a produção é puxada pela demanda*, ou seja, intenta-se romper com a orientação fordista de produzir o máximo de produtos padronizados (e estocá-los a espera do mercado consumidor) e propõe-se uma produção de muitos modelos (cada um em quantidades adequadas), mais atenta à diversidade e às “exigências” da demanda; b) *racionalização do processo produtivo*, com uma busca constante de eliminação de tudo que possa representar desperdício;⁸⁹ c) a busca de maior flexibilidade do aparato produtivo e sua melhor adaptação às flutuações do mercado acarretam a *flexibilização da organização do trabalho*: o trabalho tende a ser organizado em equipes e o trabalhador precisa ser “polivalente”, realiza mais do que uma atividade (aumento da unidade de trabalho), podendo agregar atividades de produção, de manutenção, de supervisão e de controle de qualidade; d) para organizar e permitir um maior controle sobre o processo produtivo instala-se o *kanban*, um sistema de comunicação que facilita uma maior integração entre as diferentes fases da produção e um maior controle sobre todo o processo produtivo; e) as *máquinas e ferramentas são facilmente adaptáveis*: como o objetivo é produzir pequenas quantidades de uma variedade grande de produtos, é preciso que as máquinas e as ferramentas sejam flexíveis e adaptáveis às mudanças na produção com o menor tempo possível; f) *focalização*: visando racionalizar a produção, o modelo japonês propõe o rompimento com a “integração vertical” fordista e o estabelecimento de relações de subcontratação com os fornecedores (no caso da indústria automobilística, isso resulta numa estrutura produtiva na qual as grandes empresas nucleiam um conjunto de pequenas empresas fornecedoras e

⁸⁷ Benjamin CORIAT, *Pensar pelo avesso*: trabalho e organização na empresa japonesa.

⁸⁸ Thomas GOUNET, *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*.

⁸⁹ Gounet refere-se ao modelo Toyota como um sistema de organização do trabalho e da produção que pode ser sintetizado em “cinco zeros”: zero atrasos, zero estoques, zero defeitos, zero panes e zero papéis. IDEM, *Ibid.*, p. 29.

subordinadas a elas).⁹⁰

Há de se considerar, ainda, que o modelo japonês implica um “regime fabril calcado na cooperação entre capital, gerências e empregados”, através de relações mais individualizadas (ao nível da empresa, tanto na definição de condições de trabalho e salariais quanto na organização sindical – o “sindicato-empresa”), com o qual se busca a cooptação dos trabalhadores (um trabalhador “subjetivamente engajado à empresa, com um sentimento de identificação, compromisso e pertencimento a ela”) em troca da concessão, pela empresa, de benefícios materiais e/ou simbólicos.⁹¹

De igual importância, as inovações tecnológicas implementadas pelas empresas capitalistas facilitaram enormemente a busca por maior flexibilidade na produção, superando a rigidez das máquinas automáticas vinculadas à produção em massa do modelo fordista, cujo “aparato gigantesco, custoso e rígido” mostrou-se ineficaz num contexto de intensificação da competição econômica, “onde a maleabilidade do aparelho produtivo para acompanhar mais rapidamente as exigências do mercado emergia como um dos principais requisitos”.⁹² A adoção de equipamentos microeletrônicos flexíveis, com possibilidade de adaptação às exigências de modificação do produto, utilizáveis tanto para a produção de pequenas quantidades quanto para grandes séries, capazes de reduzir o tempo de produção (elevação dos ritmos de trabalho e maior integração do conjunto do processo produtivo), atendeu não apenas as exigências de maior flexibilidade na produção, mas, também, aumentou crescentemente a produtividade do trabalho.⁹³

Máquinas mais flexíveis e adaptáveis às exigências do mercado seriam, no entanto, apenas a *ponta do Iceberg* no curso das transformações nos modos de trabalhar e de produzir decorrentes das transformações tecnológicas.

Durante as décadas de 1980 e 1990, a continuidade da revolução das tecnologias da informação aumentou significativamente as possibilidades de transformação do processo produtivo e de trabalho: diferentes fases do processo de trabalho, tanto de execução quanto de concepção, puderam ser pré-codificadas e programadas para que máquinas as executassem; diferentes tecnologias de informação

⁹⁰ IDEM, *Ibid.*, p. 28.

⁹¹ Guilherme G. de F. XAVIER SOBRINHO, *Modelo japonês*, p. 157.

⁹² Márcia de Paula LEITE, *O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária*, p. 84.

⁹³ IDEM, *Ibid.*, p. 84-5.

tomaram-se “ingredientes decisivos do processo de trabalho”, determinando “uma enorme capacidade de inovação”, permitindo reduções significativas nos tempos necessários para a realização das atividades, possibilitando “a correção de erros e a geração de efeitos de *feedback* durante a execução”, fornecendo “a infra-estrutura para flexibilidade e adaptabilidade ao longo do gerenciamento do processo produtivo”;⁹⁴ o processo de trabalho incorporou cada vez mais conhecimento, exigindo uma redefinição permanente na qualificação dos trabalhadores; o valor agregado passou a ser gerado principalmente pela inovação, “tanto de processo quanto de produto”, desafiando as empresas a investirem mais em pesquisa, desenvolvimento, especificação (capacidade de desenvolver novos conhecimentos e aplicá-los em objetivos específicos) e em dar respostas a alterações macroeconômicas;⁹⁵ a teleinformática permitiu que as grandes empresas deslocassem, sem perda de controle sobre o processo produtivo, seus investimentos em escala internacional, reforçando suas operações em âmbito mundial;⁹⁶ muitas atividades, antes realizadas por trabalhadores assalariados, foram transferidas para os próprios consumidores (serviços bancários, compras pela internet etc.).

Vinculado aos novos modelos de organização do trabalho e da produção, e enormemente facilitado pelas inovações tecnológicas, emergiu um novo padrão de organização empresarial, comprometido com diferentes formas de “flexibilidade organizacional”. Manuel Castells sintetiza e ilustra esse novo padrão organizacional através de seis tendências principais de “evolução organizacional”.

A primeira delas aponta para uma “transição da produção em massa para a produção flexível”. Ou seja, a substituição de um padrão organizacional centrado na “grande empresa estruturada nos princípios de integração vertical e na divisão social e técnica institucionalizada de trabalho” por “sistemas flexíveis de produção em grande volume, geralmente ligados a uma situação de demanda crescente de determinado produto”, que coordenam “grande volume de produção, permitindo economias de escala e sistemas de produção personalizada reprogramável, captando economias de escopo”.⁹⁷

⁹⁴ Manuel CASTELLS, *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*, p. 265.

⁹⁵ IDEM, *Ibid.*, p. 264.

⁹⁶ François CHESNAIS, *A mundialização do capital*, p. 28.

⁹⁷ Manuel CASTELLS, *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*, p. 175.

A segunda tendência se expressa no “declínio da grande empresa verticalmente integrada como um modelo organizacional” e a “flexibilidade das pequenas e médias empresas como agentes de inovação e fontes de criação de empregos”. Essa tendência não testemunha o fim das poderosas empresas de grande porte, mas, “a crise do modelo corporativo tradicional baseado na integração vertical e no gerenciamento funcional hierárquico”, pois, se é verdadeiro que “as empresas de pequeno e médio porte parecem ser formas de organização bem-adaptadas ao sistema produtivo flexível”, é também verdade que o “renovado dinamismo” dessas empresas “surge sob o controle das grandes empresas”.⁹⁸

A terceira tendência vincula-se diretamente aos novos métodos de organização do processo de trabalho e da produção, em especial aqueles que decorrem do “modelo japonês”, e caracteriza-se pela adoção (ou adaptação) dos métodos de gerenciamento das empresas japonesas (just-in-time, kanban, controle de qualidade total, envolvimento dos trabalhadores no processo produtivo, focalização, redução dos estoques e dos desperdícios, flexibilidade na produção, no trabalho, na organização, nas máquinas).⁹⁹

A quarta tendência é identificada no “modelo de redes multidirecionais posto em prática por empresas de pequeno e médio porte”, ou seja, redes de empresas formadas através de relações entre pequenas e médias empresas com grandes empresas ou somente entre pequenas e médias empresas com o objetivo de encontrar nichos de mercado ou realizar empreendimentos cooperativos.¹⁰⁰

A quinta tendência se expressa através do “modelo de licenciamento e subcontratação de produção sob o controle de uma grande empresa”, do qual o chamado “Modelo Benetton” é exemplar.¹⁰¹

Por fim, a sexta tendência é identificada na “interligação de empresas de grande porte que passou a ser conhecido como alianças estratégicas”, em especial nos setores de alta tecnologia e em acordos visando partilhar o acesso a informações privilegiadas, desenvolver conjuntamente novos produtos, aperfeiçoar novas tecnologias.¹⁰²

O que decorre dessas tendências organizacionais é que, na nova

⁹⁸ Manuel CASTELLS, *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*, p. 176.

⁹⁹ IDEM, *Ibid.*, p. 177.

¹⁰⁰ IDEM, *Ibid.*, p. 179.

¹⁰¹ IDEM, *Ibid.*, p. 182.

¹⁰² IDEM, *Ibid.*, p. 184.

fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista, como resultado da reestruturação produtiva, observou-se uma tendência de ruptura com “um modelo organizacional de burocracias racionais e verticais, típicas da grande empresa sob as condições de produção padronizada em massa”¹⁰³ e de afirmação de um novo padrão organizacional, cuja principal característica é a formação de diferentes tipos de redes de empresas, que se utilizam das ferramentas tecnológicas disponibilizadas pela permanente revolução técnico-científica para estabelecerem uma intensa conexão (entre trabalhadores e gerência, entre diferentes gerências, entre empresas, etc.), *on-line*, em qualquer espaço e a qualquer hora. No contexto dessas novas tendências organizacionais, principalmente as grandes redes de empresas adotaram uma conduta global, impondo, em diferentes lugares que atuam, mudanças nos produtos, nos processos, nos mercados, na estruturação do mercado de trabalho, sempre contando “com diferentes níveis de apoio estatal”.¹⁰⁴

Vinculados aos novos padrões organizacionais, e igualmente expressivos das profundas transformações que ocorreram nos modos de produzir e de trabalhar, novos padrões de produção, de consumo e de utilização do trabalho se desenvolveram.

Como afirma Mészáros, no modo de produção capitalista observa-se uma lógica de produção que determina um curso que vai da “maximização da ‘vida útil das mercadorias’” ao “triunfo da produção generalizada do desperdício”.¹⁰⁵ Assim, a intensificação da competição, a necessidade de explorar novos nichos de mercado, a aceleração do ritmo de inovação dos produtos possibilitada pelas novas tecnologias e pelas novas lógicas organizacionais, colocaram no “museu da história” os tempos médios dos produtos fordistas: o norte passou a ser produzir o descartável, o substituível em curtíssimo prazo. A intensificação da *taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias* tornou-se fundamental para o processo de valorização do capital e o “aprimoramento do supérfluo, uma vez que os produtos devem durar pouco e ter uma reposição ágil no mercado”, tornou-se uma tendência geral.¹⁰⁶

¹⁰³ Manuel CASTELLS, *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*, p. 187.

¹⁰⁴ IDEM, *Ibid.*, p. 214.

¹⁰⁵ István MÉSZÁROS, *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*, p. 634.

¹⁰⁶ Ricardo ANTUNES, *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, p. 50.

Evidentemente, não seria possível levar adiante essa lógica produtiva que ressalta o “triunfo da produção generalizada do desperdício” se não fosse aprofundada uma lógica do também *consumo do desperdício*. Nessa direção, como afirma Harvey, “a acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo (...) por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica”, e uma nova estética (a “estética pós-moderna”), que “celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais”, tornou-se hegemônica na definição dos padrões de consumo.¹⁰⁷

Essa orientação econômica e cultural, que celebra o supérfluo, o descartável, o efêmero, se fez presente, também, no *novo padrão de utilização da força de trabalho*. No contexto da reestruturação promovida pelo capital a partir das últimas décadas do século XX, qualquer compromisso mais estável com os trabalhadores, regulado social e politicamente, capaz de ser estendido a um coletivo disposto numa determinada região, numa subnação, numa nação, passou a ser considerado “na contramão da história”.

Nas novas tendências organizacionais, onde a flexibilidade (na produção, no trabalho, no mercado) foi tornada sagrada, o capital passou a utilizar-se da força-de-trabalho com o pressuposto do desengajamento, do enfraquecimento dos compromissos em relação às regulamentações sociais e políticas, da individualização das relações, da unilateralidade na definição das mudanças. Como afirma Bauman, na fase mais recente de desenvolvimento do modo de produção capitalista, “a reprodução e o crescimento do capital, dos lucros e dos dividendos e a satisfação dos acionistas se tornaram independentes da duração de qualquer comprometimento local com o trabalho”.¹⁰⁸

No que diz respeito à organização do processo do trabalho, as novas tendências organizacionais não necessariamente romperam com os princípios básicos do fordismo: “o monopólio gerencial em termos do controle do processo de programação da tecnologia computadorizada, da esfera da pesquisa e desenvolvimento e do processo de informação e difusão”¹⁰⁹ continuou inalterado; o trabalho de execução permaneceu na esfera da operação, da manutenção das máquinas, sem intervenção ao

¹⁰⁷ David HARVEY, *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, p. 148.

¹⁰⁸ Zygmunt BAUMAN, *A modernidade líquida*, p. 171.

¹⁰⁹ Sonia LARANJEIRA, *Fordismo e pós-fordismo*, p. 92.

nível da programação; as transformações tecnológicas e organizacionais continuaram sendo meios para se poupar mão-de-obra e aumentar a produtividade do trabalho; o controle fabril continuou e foi aperfeiçoado (formas de autocontrole subjetivo decorrentes de uma cultura do engajamento, do compromisso com a organização etc.).

O novo, nesse sentido, se colocou no desemprego estrutural (resultado direto das novas formas de organização do processo de trabalho e da produção, das inovações tecnológicas, da flexibilização de legislações trabalhistas, de processos de “estabilização” econômica), na criação de novas modalidades de emprego (meio-expediente, temporários, subcontratados), nas formas contratuais e condições salariais mais flexíveis e individualizadas, nos movimentos de fuga de legislações sociais e trabalhistas, nas ofensivas contra as formas de organização dos trabalhadores, nas estratégias de fragmentação e de dispersão da classe-que-vive-do-trabalho.¹¹⁰

Transformando os modos de trabalhar e de produzir, criando novos padrões de produção/consumo e de utilização da força-de-trabalho, o capital promoveu profunda reestruturação no modo de produção capitalista, sempre perseguindo novas e mais favoráveis condições para a sua valorização. Nesse movimento, diversificou suas formas de valorização, investindo em diferentes setores (o crescimento dos serviços), e impulsionou, também, uma das características essenciais daquele processo de reestruturação: *a financeirização da economia*.

Originalmente, a tendência de valorização do capital na esfera financeira esteve relacionada à necessidade do capital encontrar um meio de investimento que compensasse à crescente dificuldade de valorização na esfera produtiva (crise de superprodução). Sua expansão e a importância que assumiu na economia capitalista internacional, no entanto, foi possível graças à derrubada do sistema monetário internacional que havia sido estabelecido a partir da Segunda Guerra Mundial.¹¹¹ O *Sistema de Bretton Woods*, que definiu o sistema monetário internacional a partir da Segunda Guerra Mundial, foi criado com a convicção de que era necessário estabelecer “uma moeda internacional com todos os seus atributos” e, nesse sentido, conferiu ao dólar “um papel central” (ao lado do ouro). A partir de então, o dólar, ainda que “atrelado ao ouro por uma taxa de conversão fixa, negociada internacionalmente”, passou a ser a referência para a definição das taxas

¹¹⁰ Ricardo ANTUNES, *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*.

¹¹¹ François CHESNAIS, *A mundialização do capital*, p. 248.

de câmbio de todas as outras moedas, que poderiam ser alteradas somente em função de desvalorizações ou valorizações definidas pelos Estados.¹¹² Além disso, o *Sistema de Bretton Woods* atendeu à necessidade de financiamento da acumulação e permitiu que se alicerçasse um sistema financeiro e monetário internacional “que comportava a existência de autoridades estatais, dotadas de instrumentos que lhes possibilitavam controlar a criação de crédito e assegurar a relativa subordinação das instituições financeiras e do capital de empréstimo às necessidades do investimento industrial”.¹¹³

A quebra do *Sistema de Bretton Woods* foi uma ação dos governos dos países capitalistas centrais, iniciando pelos Estados Unidos. Visando financiar o duplo déficit do orçamento e dos pagamentos externos, os governos daquele país, a partir da segunda metade da década de 1960, passaram a emitir dólares sem a conversão em ouro na paridade (ou próxima dela) definida pelo *Sistema de Bretton Woods*. Assim, “sem freios”, os instrumentos de liquidez criados pelo governo norte-americano para financiar sua dívida pública “deram início à economia do endividamento” que, desde a década de 1970, passou a ser uma das características estruturais da economia capitalista no mundo.¹¹⁴

Um passo adiante na quebra do *Sistema de Bretton Woods* foi dado com o florescimento dos *euromercados* que, ao internacionalizarem a economia de endividamento norte-americana, definiram a primeira etapa do processo de subordinação da economia capitalista mundial ao capital rentista.¹¹⁵

Os euromercados resultaram de um processo de enfraquecimento da intervenção dos bancos centrais dos principais países europeus, o que permitiu o estabelecimento (e o crescimento) de um mercado privado interbancário que escapava às regras e medidas estatais de controle e enquadramento para a criação de créditos. Através desse mercado, alimentado pelos capitais industriais que, ainda no final da década de 1960, saíram em busca de formas de valorização puramente financeiras e, na década de 1970, pelos petrodólares,¹¹⁶ os bancos internacionais

¹¹² IDEM, *Ibid.*, p. 249.

¹¹³ IDEM, *Ibid.*, p. 249-50.

¹¹⁴ IDEM, *Ibid.*, p. 250-51.

¹¹⁵ François CHESNAIS, *A mundialização do capital*, p. 251.

¹¹⁶ Designação utilizada para as divisas (geralmente em dólar) resultantes das exportações de petróleo. Em 1973, quando os países membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) decidiram aumentar de três para doze dólares o preço do barril de óleo cru, houve

deram forma a uma política de empréstimos aos “países em desenvolvimento” que, a partir da década de 1980, colocariam esses países em crescente estado de subordinação ao sistema financeiro internacional.¹¹⁷

O processo de subordinação da economia capitalista mundial ao capital rentista ganhou impulso ainda maior através das políticas de liberalização e de desregulamentação do sistema de finanças implementadas, primeiramente, pelos governos norte-americano (Ronald Reagan) e britânico (Margaret Thatcher).

As medidas decididas, conjuntamente, pelos governos americano e britânico deram à luz o sistema contemporâneo de finanças, liberalizadas e mundializadas. Neste sistema, as instituições dominantes não são mais os bancos, e sim os mercados financeiros e as organizações financeiras que nelas atuam. Pelo contrário, os bancos passaram a sofrer, na esfera financeira, a concorrência dessas formas recentes de centralização e concentração capitalistas – os fundos de pensão e os fundos mútuos (...). As medidas tomadas a partir de 1979 acabaram com o controle dos movimentos de capitais em relação ao exterior (entradas e saídas), ou seja, liberalizaram, melhor dizendo, escancararam os sistemas financeiros nacionais. Essas medidas também abrangeram as primeiras fases de um vasto movimento (...) de desregulamentação monetária e financeira, cuja primeira consequência foi acarretar, desde o começo da década de 1980, a rápida expansão dos mercados de obrigações, interconectados internacionalmente.¹¹⁸

Com a organização de mercados financeiros “escancarados para fora e largamente abertos aos investidores institucionais”,¹¹⁹ os principais países capitalistas, tendo novamente os Estados Unidos à

um afluxo muito grande de divisas para os países exportadores de petróleo. Esses dólares não encontraram aplicação nas limitadas estruturas econômicas de alguns dos países membros da OPEP e se dirigiram para os principais países capitalistas, injetados nos bancos e grandes financeiras, originando uma imensa liquidez do mercado financeiro internacional, que durou até o final da década de 1970. Paulo SANDRONI, *Dicionário de economia e administração*, p. 318.

¹¹⁷ François CHESNAIS, *A mundialização do capital*, p. 255-57.

¹¹⁸ IDEM, *Ibid.*, p. 258.

¹¹⁹ François CHESNAIS, *A mundialização do capital*, p. 259.

frente, puderam financiar seus déficits orçamentários “mediante a aplicação de bônus do Tesouro e outros ativos da dívida, nos mercados financeiros”.¹²⁰ A partir de então, o capital rentista passou a exercer crescente pressão sobre os governos para que esses reservassem parte de seus orçamentos para o serviço da dívida pública.

No final dos anos 1980, o poder mundial do capital rentista aumentaria ainda mais, quando o governo norte-americano, visando financiar seu déficit público e garantir a drenagem para o mercado financeiro americano da liquidez mundial, instaurou um regime de taxas de juros reais positivas e, como resultado, deu início a uma era de “mercadorização dos financiamentos”.¹²¹ Esse “novo enfoque de mundialização” financeira permitiu, a partir de então, um espaço de liberdade cada vez maior ao capital rentista.

... Todo Estado que não esteja disposto a abrir um confronto direto com os ninhos de capital monetário concentrado de seu país (bancos, grandes companhias de seguros) é obrigado a acompanhar, ou até a antecipar-se aos demais. Com efeito, a manutenção de controles e restrições maiores do que se pratica em outras praças financeiras só pode dar em desviar os operadores, e seus fundos, para as praças onde reina a ‘liberdade de empreendimento’ em matéria financeira. A busca de lucros financeiros ditará então o caminho a seguir, quaisquer que sejam as conseqüências econômicas e sociais últimas.¹²²

De acordo com Chesnais, nessa etapa do processo de subordinação da economia mundial ao capital financeiro se afirmaram três elementos constitutivos do que ele denomina “mundialização financeira”: a *desregulamentação ou liberalização monetária e financeira*, a *desintermediação* e a *abertura dos mercados financeiros nacionais*.¹²³

A *desregulamentação ou liberalização monetária e financeira* resultou na quase completa perda de controle pelos bancos centrais sobre a determinação do nível das taxas de juros e na “abolição das

¹²⁰ IDEM, *Ibid.*, p. 259.

¹²¹ Termo utilizado por J. Régner, *Les nouveaux produits financiers*. IDEM, *Ibid.*, p. 260.

¹²² IDEM, *Ibid.*, p. 260-61.

¹²³ IDEM, *Ibid.*

regulamentações e controles no tocante à fixação dos preços dos serviços bancários”.¹²⁴

A *desintermediação* permitiu que os usuários de serviços financeiros buscassem formas mais vantajosas de operar no mercado financeiro, como, por exemplo, a busca, pelas grandes empresas, de fundos de curto prazo onde as taxas de juros são inferiores àquelas cobradas pelos bancos, ou, então, a transferência de fundos das contas de poupança para fundos que oferecem maior rentabilidade.¹²⁵

Por fim, a *abertura dos mercados nacionais* (seja através da desregulamentação interna nos sistemas financeiros nacionais, seja através da abertura externa por intermédio de liberalização dos fluxos de câmbio, abertura do mercado de créditos aos operadores estrangeiros, abertura da bolsa às empresas estrangeiras etc.) teve como consequência uma tendência de afirmação de políticas macroeconômicas que buscam, entre suas prioridades principais, tornar o mercado financeiro nacional atrativo ao capital financeiro mundial.¹²⁶

A subordinação da economia capitalista mundial ao capital financeiro continuou sua evolução durante os anos 1990, com a incorporação dos assim chamados “mercados financeiros emergentes” às redes de finanças mundiais¹²⁷ e com uma conjuntura mundial caracterizada por taxas de crescimento econômico (mesmo nos países capitalistas centrais) muito baixas, deflação rastejante, desemprego estrutural elevado, exclusão de regiões inteiras do sistema de trocas internacionais, intensificação da competição entre as principais economias capitalistas, freqüentes crises monetárias e financeiras. Naquele contexto, atuando num mundo em que “a regulação financeira foi destruída de modo relativamente consciente” e com instituições “habilitadas por seus mandantes a fazerem lucros financeiros”, os mercados financeiros alcançaram um enorme poder mundial, capaz não só de subordinar políticas econômicas de diferentes países no mundo, mas, também, de (literalmente) quebrar suas economias.

Por fim, a reestruturação produtiva implementada pelo capital objetivou *mundializar a produção, a comercialização e os mercados, buscando espaços mais atrativos para a sua valorização*, tanto na esfera da produção industrial quanto nas esferas do comércio e das finanças.

¹²⁴ François CHESNAIS, *A mundialização do capital*, p. 261-2.

¹²⁵ IDEM, *Ibid.*, p. 262-63.

¹²⁶ IDEM, *Ibid.*, p. 264-65.

¹²⁷ IDEM, *Ibid.*, p. 265.

Claro que a história do modo de produção capitalista é uma história de mundialização: uma história de expansão contínua pela geografia e pela história das nações e dos continentes, integrando e reintegrando “diversos espaços, as mais diferentes formas sociais de vida e de trabalho”, revolucionando as “condições sociais, econômicas, políticas e culturais de povos e civilizações não capitalistas ou ocidentais”, criando e recriando “as forças produtivas e as relações sociais de produção”, concentrando e centralizando o capital em escala mundial.¹²⁸

Nesse sentido, a “mundialização do capital” deu continuidade ao curso histórico do capitalismo. Contudo, o caráter mundial do modo de produção capitalista não é sempre o mesmo: até meados do século XIX predominavam as nações mais desenvolvidas; a partir da Primeira Guerra Mundial, os imperialismos, os sistemas mundiais articulados “segundo as diretrizes das nações ou metrópoles”; depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos assumiram a hegemonia econômica, política, cultural do modo de produção capitalista, porém, num contexto marcado pela polarização entre capitalismo e socialismo, que dividia o mundo “em dois blocos, dois sistemas, duas geopolíticas, duas superpotências militares e nucleares”.¹²⁹

A mundialização do capital dessa mais recente fase histórica do modo de produção capitalista, assim, tem características específicas: o capitalismo parece ter triunfado (diante da crise da experiência socialista na Ásia e Leste Europeu) e passou a dominar todo o planeta;¹³⁰ a revolução técnico-científica e organizacional (em especial através das tecnologias informacionais) permitiu um funcionamento da economia como uma unidade de tempo real, em escala mundial; e, o mais importante, “as relações econômicas mundiais, compreendendo a dinâmica dos meios de produção, das forças produtivas, da tecnologia, da divisão internacional do trabalho e do mercado mundial” passaram a ser organizadas a partir dos interesses e das exigências do grande capital multinacional que adotou uma conduta mundial.¹³¹

Nesse sentido, a mundialização do capital expressa “a capacidade estratégica de todo o grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta ‘globais’”.¹³²

¹²⁸ Octavio IANNI, *A sociedade global*, p. 53-4.

¹²⁹ IDEM, *Ibid.*, p. 56.

¹³⁰ François CHESNAIS, *A mundialização do capital*, p. 14.

¹³¹ Octavio IANNI, *A sociedade global*, pp. 58.

¹³² François CHESNAIS, *A mundialização do capital*, p. 17.

Torna-se necessário, no entanto, qualificar a afirmação de que, no contexto da reestruturação produtiva promovida pelo capital, se observou uma “mundialização do capital”. Tem sentido a afirmação de Hirst e Thompson, segundo a qual a “globalização” “é basicamente um mito”.¹³³ É importante que se observe que a economia capitalista sempre teve um ímpeto globalizante, que as multinacionais não perderam completamente suas bases nacionais (embora tenham uma conduta “global”, ou seja, movimentam-se e expandem-se mundialmente, de acordo com as oportunidades de valorização que os diferentes espaços geográficos oferecem), que a mobilidade do capital não implicou em integração dos chamados países de “Terceiro Mundo”, que os investimentos (produtivos, comerciais e financeiros) se concentraram nas principais formações sociais capitalistas e que o Estado nacional não perdeu completamente seu poder de regulamentação econômica.

Ainda que isso tudo obtenha concordância com o curso histórico dos acontecimentos que marcaram o processo de reestruturação do modo de produção capitalista nas últimas décadas do século XX, a designação “mundialização do capital” destaca especificidades da nova etapa de desenvolvimento do modo de produção capitalista: as inovações tecnológicas, fortalecidas pelas medidas de liberalização e desregulamentação implementadas no mundo inteiro a partir da década de 1980, permitiram que o capital financeiro movimentasse-se “sem restrições de uma praça para outra” e “de uma forma a outra de investimento (de tal divisa, de tal ação, de tal título da dívida pública a outro)”, numa velocidade nunca antes vista;¹³⁴ de igual forma, o espaço de movimento do grande capital industrial passou a ser determinado pelas “relações constitutivas do oligopólio mundial” e pelas

¹³³ Segundo Paul Hirst e Grahame Thompson, a idéia de uma “mundialização da economia” é um mito, pois: a) a economia internacionalizada tem precedentes e, em outras épocas (mais especificamente, no período entre 1870 e 1914), a economia internacional foi mais aberta do que nas últimas décadas do século XX; b) as “empresas genuinamente transnacionais parecem ser relativamente raras” e “a maior parte das empresas tem uma forte base nacional”; c) a mobilidade do capital não promove uma transferência maciça de investimentos e de empregos dos países avançados para os países em desenvolvimento” (ao contrário, concentra os investimentos na Tríade Estados Unidos, Europa e Japão); d) dessa concentração dos investimentos (comerciais, industriais, financeiros) na Tríade resulta que “a economia mundial está longe de ser genuinamente ‘global’”; e) em decorrência da concentração dos investimentos, “essas grandes potências econômicas” têm a capacidade “de exercer fortes pressões de governabilidade sobre os mercados financeiros e outras tendências econômicas”. Paul HIRST; Grahame THOMPSON, *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*, p. 14-5.

¹³⁴ François CHESNAIS, *Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo*.

“oportunidades de deslocalização”, ou seja, de transferência de unidades de produção para locais onde as condições de valorização do capital mostraram-se mais vantajosas.¹³⁵

A “mundialização do capital”, então, enfatiza uma realidade em que a produção, os investimentos e as trocas passaram a ser organizados, em esfera global, visando a valorização do capital, em especial o grande capital centralizado e concentrado mundialmente. Um capital que, igualmente, passou a ter suas formas principais (industrial, comercial e financeiro) “fortemente marcadas por seu cunho rentista”, pela autovalorização própria do capital financeiro, o que foi fortalecido por “políticas monetárias e financeiras elaboradas em seu favor”, que a partir de então comandaram “o movimento conjunto da acumulação capitalista”.¹³⁶

O domínio do capital financeiro sobre o conjunto da acumulação capitalista não eliminou a realidade dos Estados nacionais. A importância política e econômica de determinados Estados nacionais, em especial o Estado norte-americano, aumentou nas últimas décadas do século XX, expressando-se não somente no fato dos Estados Unidos concentrarem os fluxos de investimentos mundiais (industriais, comerciais e financeiros), mas, também, por terem condições de impor a países do mundo inteiro regras e diretrizes de reestruturação de suas economias e de inserção na economia mundial. Como afirma Chesnais,

São eles, pois, que ditam as regras do comércio e das finanças internacionais através de suas posições no seio do FMI e do GATT (transformado em Organização Mundial do Comércio, com poderes de intervenção aumentados). Impõem aos países mais fracos as políticas de liberalização e de desregulamentação que levarão ao último grau o estado de miséria das massas...¹³⁷

Em sua nova fase de desenvolvimento, o modo de produção capitalista também não eliminou as desigualdades entre os países e entre as diferentes regiões no mundo. Antes, pelo contrário, aprofundou-as. Principalmente para os Estados nacionais que se situam fora do epicentro capitalista, “o poder econômico privado – das empresas produtivas e das organizações financeiras – se lançou de maneira hostil

¹³⁵ IDEM, *Ibid.*

¹³⁶ IDEM, *Ibid.*, p. 18.

¹³⁷ François CHESNAIS, *Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo*, p. 8.

contra as políticas nacionais de proteção social, de um lado, e por outro, contra as políticas nacionais de preservação dos sistemas industriais voltados para o mercado interno”, transformando esses Estados nacionais “em reféns das políticas do Grande Capital”.¹³⁸

De igual forma, o capital industrial continuou dominando a produção industrial em esfera mundial, em que pese a acumulação capitalista ter sido orientada fundamentalmente a partir dos interesses do capital rentista. O que a nova condição histórica trouxe de novo para o capital industrial é que para os grandes grupos industriais (ou de serviços), “a estreita imbricação entre as dimensões produtiva e financeira da mundialização do capital” passou a representar “um elemento inerente ao seu funcionamento”.¹³⁹ Na nova fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista, o grande capital industrial passou a ser constituído por “grupos financeiros predominantemente industriais”, distintos da maioria das empresas capitalistas “por sua dimensão, seu ‘alcance global’, seus modos de organização, sua capacidade exclusiva de ter pleno direito de acesso aos mercados financeiros tanto para neles aplicar suas obrigações sem intermediários, como para operar como investidores financeiros”.¹⁴⁰

A participação desses *grupos financeiros predominantemente industriais* aumentou significativamente na produção mundial, em decorrência de diferentes “mutações organizacionais”: primeiro, em virtude da aglomeração de muitas empresas que se ligaram a esses grupos através “de uma multiplicidade de acordos de subcontratação e de colaboração interempresas entre parceiros cuja força econômica é freqüentemente desigual”; segundo, pelas *mudanças de propriedade de capital* que esses grupos promoveram, principalmente a partir da década de 1980, aproveitando-se de processos de privatização de empresas públicas ou, então, promovendo aquisições ou fusões com empresas já existentes, em diferentes partes do mundo; terceiro, aproveitando-se da liberalização das trocas, da abertura dos mercados, dos processos de liberalização e de desregulamentação, pelas possibilidades enormes que esses grupos alcançaram de “explorar simultaneamente as vantagens da livre circulação das mercadorias e das fortes disparidades entre os países, regiões ou locais situados dentro das fronteiras do mesmo

¹³⁸ João Manuel Cardoso de MELLO, *A contra-revolução neoliberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana: um prólogo em homenagem a Celso Furtado*, p. 20.

¹³⁹ François CHESNAIS, *A mundialização do capital*, p. 275.

¹⁴⁰ IDEM, *Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo*, p. 19.

‘mercado único’”.¹⁴¹

Nesse sentido, é importante notar que não só a mundialização do capital, mas, também, a financeirização da economia e os novos padrões (flexíveis) de organização do trabalho e da produção, da produção e do consumo e da utilização da força-de-trabalho, tiveram impulso a partir da década de 1980 graças ao novo arcabouço político e ideológico que, legitimado pelo capital e incorporado nas políticas governamentais da maioria dos países do mundo, promoveu mudanças significativas no papel do Estado no processo de acumulação de capital.

Como afirma Chesnais, referindo-se à mundialização do capital, ela só foi possível graças às “políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980”,¹⁴² iniciando pelos governos norte-americano e britânico e se estendendo para o mundo todo.

A perda, para a esmagadora maioria dos países capitalistas, de boa parte de sua capacidade de conduzir um desenvolvimento parcialmente autocentrado e independente; o desaparecimento de certa especificidade dos mercados nacionais e a destruição, para muitos Estados, da possibilidade de levar adiante políticas próprias, não são *consequência mecânica* da globalização, intervindo como processo ‘externo’, sempre mais coercitivo, impondo a cada país, a seus partidos e a seus governos uma determinada linha de conduta. Sem a intervenção política ativa dos governos Thatcher e Reagan, e também do conjunto dos governos que aceitaram não resistir a eles, e sem a implementação de políticas de desregulamentação, de privatização e de liberalização do comércio, o capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais não teriam podido destruir tão depressa e tão radicalmente os entraves e freios à liberdade dele de se expandirem à vontade e de explorarem os recursos econômicos, humanos e naturais, onde lhes for conveniente.¹⁴³

¹⁴¹ A título de exemplo, o “movimento de realocização” das grandes indústrias mecânicas e elétricas no espaço formado pela NAFTA (Associação de Livre Comércio da América do Norte) permitiu que “a parte dos custos de mão-de-obra de média e baixa qualificação no total dos custos de produção” passasse de aproximadamente 25%, nos anos 1970, para 10%, nos anos 1990. François CHESNAIS, *Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo*, p. 22.

¹⁴² IDEM, *A mundialização do capital*, p. 34.

¹⁴³ François CHESNAIS, *A mundialização do capital*, p. 34.

1.2. O neoliberalismo

No plano teórico, o neoliberalismo está ligado a uma concepção de mundo “ultra-apologética do mercado”,¹⁴⁴ surgida logo após a Segunda Guerra Mundial como uma “reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar”.¹⁴⁵ Tendo como um dos seus principais expoentes o economista austríaco Friedrich von Hayek, o neoliberalismo se contrapôs à tendência assumida pelas políticas econômicas dos países capitalistas desenvolvidos a partir da II Guerra Mundial, defendendo que o mercado deveria atuar livre de qualquer intervenção, cabendo ao Estado somente aquelas funções que, por sua natureza, não poderiam ser realizadas pela iniciativa privada. Defendeu, portanto, o ideal de um mundo regido pelas leis do mercado, afirmando-as como sinalizadoras fundamentais das ações econômicas e sociais.

Criar as condições em que a concorrência seja tão eficiente quanto possível, complementar-lhe a ação quando ela não o possa ser, fornecer os serviços que, nas palavras de Adam Smith, ‘embora ofereçam as maiores vantagens para a sociedade, são contudo de tal natureza que o lucro jamais compensaria os gastos de qualquer indivíduo ou pequeno grupo de indivíduos’, são as tarefas que oferecem na verdade um campo vasto e indisputável para a atividade estatal ...¹⁴⁶

... Embora a concorrência consiga suportar certo grau de controle governamental, ela não pode ser harmonizada em qualquer escala com o planejamento central sem que deixe de operar como guia eficaz da produção. (...) planificação e concorrência só podem ser combinadas quando se planeja visando à concorrência, mas nunca contra ela.¹⁴⁷

Ainda durante a década de 1960, a concepção neoliberal recebeu a contribuição do economista norte-americano Milton Friedman que, a partir de então, tornou-se uma referência importante do pensamento

¹⁴⁴ José C. V. FEIJÓO, *O estado neoliberal e o caso mexicano*.

¹⁴⁵ Perry ANDERSON, *Balanço do neoliberalismo*, p. 9.

¹⁴⁶ Friedrich HAYEK, *O caminho da servidão*, p. 60.

¹⁴⁷ IDEM, *Ibid.*, p. 62.

neoliberal. No livro *Liberdade de Escolher*, uma de suas principais obras e escrito com sua esposa Rose Friedman, Milton Friedman defende a idéia de um “capitalismo competitivo”, sistema no qual a organização econômica deve ser exclusivamente pautada pela ação de empresas privadas operando num mercado livre.¹⁴⁸

Ao longo do referido livro, o casal Friedman afirma o “livre mercado” como o mecanismo mais eficiente na tarefa de estimular os “agentes econômicos”, impulsionando-os a agir economicamente com o maior grau de otimização. Uma das críticas centrais apresentadas no livro dirige-se ao papel assumido pelo governo norte-americano pós-eleição do “democrata” Franklin Roosevelt (1932), que marca o período de ascensão de políticas econômicas de inspiração keynesiana tanto nos Estados Unidos quanto na Europa. Segundo os autores, a partir de Roosevelt ocuparam o governo norte-americano pessoas que acreditaram demasiadamente “na responsabilidade social de um governo centralizado e poderoso”, que assumiu funções de regulação de preços, salários, relações entre trabalhadores e patrões, criou políticas de intervenção na economia através de subsídios, tributação, tarifas alfandegárias, operação de empresas, formulou “políticas protecionistas” de criação de empregos e programas sociais (previdência, seguro-desemprego, assistência médica etc.).¹⁴⁹

A história, entretanto, enfatiza o casal Friedman, se encarregou de demonstrar “a falácia do Estado de Bem Estar Social” e restabeleceu a verdade de que uma sociedade e uma economia somente se desenvolvem harmoniosamente quando dinamizadas pelas leis de um mercado livre. *Liberdade de Escolher* é, nesse sentido, uma persistente defesa da economia de mercado, mas, ao mesmo tempo, tem um caráter de “cartilha política”, destinada aos defensores das idéias neoliberais, no sentido de proporem e defenderem políticas de dismantelamento do “estado de bem-estar social” e de restabelecimento da economia de mercado.

Seus autores sugerem, nesse sentido, oposição a qualquer medida governamental que vise “expandir ainda mais o poder e o escopo do governo”, luta para a eleição de “legisladores e executivos” que estejam de acordo com as idéias neoliberais, mudanças constitucionais (falam da incorporação de uma “carta que limite o poder do governo nas áreas

¹⁴⁸ Milton FRIEDMAN, Rose FRIEDMAN, *Liberdade de escolher*.

¹⁴⁹ IDEM, *Ibid.*, p. 102.

econômica e social”)¹⁵⁰ e uma ampla campanha publicitária objetivando criar um clima favorável “da opinião do povo e de seus líderes”.¹⁵¹

Cabe notar que a expansão econômica alcançada pelo capitalismo no período posterior à Segunda Guerra Mundial, decorrente da aplicação de políticas governamentais orientadas pelas idéias keynesianas de intervenção do Estado como forma de impulsionar investimentos e assegurar a distribuição mais ou menos equitativa dos lucros, conseguiu amortecer as críticas neoliberais ao planejamento econômico durante as décadas de 1950 e 1960. Contudo, a crise do capitalismo no final da década de 1960 e início da década de 1970 revitalizou as idéias neoliberais.

A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas de inflação, mudou tudo. A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.¹⁵²

A crise estrutural do capitalismo foi explicada, pelos partidários do neoliberalismo, como uma crise da estratégia de desenvolvimento baseada na intervenção estatal. Para eles, o Estado tinha se agigantado, intervindo de forma exagerada na economia e impondo ao capital uma carga tributária e de regulamentações prejudiciais ao desenvolvimento econômico. A solução à crise era clara: desmantelamento do Estado de

¹⁵⁰ As sugestões dos autores à “carta constitucional” a ser aprovada pelas sociedades que caminham em “direção de maior liberdade” é um bom demonstrativo do que os arautos do neoliberalismo têm defendido como reformas estruturais do capitalismo a partir do final da década de 1970 em esfera mundial. As sugestões são no sentido de “limitações de impostos e gastos” e de políticas de afastamento do governo da economia: abertura das economias nacionais, fim de controles de preços e salários e das políticas de regulamentação da iniciativa privada, privatizações. Milton FRIEDMAN, Rose FRIEDMAN, *Liberdade de escolhe*, p. 295-96.

¹⁵¹ IDEM, *Ibid.*, p. 291-93.

¹⁵² Perry ANDERSON, *Balanço do neoliberalismo*, p. 10.

bem-estar social, com a contenção de gastos nas áreas sociais e a ruptura com as formas de regulamentação social e econômica, e uma reforma tributária ampla capaz de dar maior liberdade aos agentes econômicos.

... O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa 'natural' de desemprego (...). Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. (...). O crescimento retornaria quando a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos.¹⁵³

Durante os anos 1970, no entanto, as forças sociais e políticas hegemônicas nas principais formações sociais capitalistas acreditaram ser possível superar as adversidades e os impedimentos à acumulação do capital, promovendo o retorno da expansão econômica, através dos instrumentos de política econômica que os governos até então utilizavam. Nessa direção, os governos das principais formações sociais capitalistas intervieram no mercado de trabalho, com políticas de contenção dos salários e de desregulamentação e flexibilização do trabalho, promoveram políticas tributárias que visavam reduzir a tributação sobre os rendimentos que poderiam financiar os investimentos (tributação sobre os lucros), impulsionaram o processo de reestruturação produtiva, através das inovações tecnológicas e organizacionais, buscando aumentar a produtividade do trabalho e a produtividade e a competitividade do capital.¹⁵⁴

No entanto, na base da crise estrutural do capitalismo estava uma superprodução que gerava um capital excedente, que não conseguia mais uma expansão satisfatória na esfera produtiva e necessitava mudanças profundas no quadro político e institucional que regera a fase anterior de desenvolvimento econômico. Com essas mudanças, o capital esperava encontrar espaços mais amplos para sua valorização, através da ampliação dos processos de desregulamentação, abertura da economia e

¹⁵³ Perry ANDERSON, *Balanço do neoliberalismo*, p. 11.

¹⁵⁴ IDEM, *Ibid.*

internacionalização econômica especialmente da esfera financeira, cada vez mais consolidada como uma esfera de investimentos que cumpria mais a contento os interesses do capital.

Desse modo, no final da década de 1970 e início da década de 1980, mais especificamente a partir dos governos conservadores de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, o neoliberalismo ganhou crescente prestígio entre os governos dos principais países capitalistas. Teve início com aqueles governos uma “época de hegemonia neoliberal” entre os países capitalistas centrais, ainda que com penetração e importância distribuídas de maneira diferente segundo países e governos.

O governo de Margareth Thatcher foi o mais feroz na adoção da orientação neoliberal, implementando “reformas econômicas” que contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os mais ricos, flexibilizaram os fluxos financeiros, cortaram os gastos públicos, privatizaram amplos setores do Estado, impulsionaram um forte crescimento no desemprego, impuseram uma legislação anti-sindical, com forte ataque ao movimento sindical e favorecimento ao aumento do desemprego.¹⁵⁵

O governo Ronald Reagan, por sua vez, embora tenha reduzido impostos em favor dos mais ricos, elevado as taxas de juros, investido contra o movimento sindical, não respeitou a disciplina orçamentária sugerida pelo receituário neoliberal, lançando-se numa corrida armamentista que resultou num crescimento estrondoso do déficit público.¹⁵⁶

No continente Europeu, os governos de direita eleitos “praticaram em geral um neoliberalismo mais cauteloso e matizado que as potências anglo-saxônicas, mantendo a ênfase na disciplina orçamentária e nas reformas fiscais, mais do que em cortes brutais de gastos sociais ou enfrentamentos deliberados com os sindicatos”.¹⁵⁷

De qualquer forma, essas primeiras experiências de governos de orientação neoliberal contribuíram para o rompimento com o consenso keynesiano anterior e para a afirmação de reformas no Estado capitalista que, desde então, passaram a ser crescentemente adotadas em diferentes partes do mundo.

¹⁵⁵ Perry ANDERSON, *Balanço do neoliberalismo*.

¹⁵⁶ IDEM, *Ibid.*

¹⁵⁷ IDEM, *Ibid.*, p. 13.

O que demonstravam estas experiências era a hegemonia alcançada pelo neoliberalismo como ideologia. No início, somente governos explicitamente de direita radical se atreveram a pôr em prática políticas neoliberais; depois, qualquer governo, inclusive os que se autoproclamavam e se acreditavam de esquerda, podia rivalizar com eles em zelo neoliberal. O neoliberalismo havia começado tomando a social-democracia como sua inimiga central, em países de capitalismo avançado, provocando uma hostilidade recíproca por parte da social-democracia. Depois, os governos social-democratas se mostraram os mais resolutos em aplicar as políticas neoliberais...¹⁵⁸

Durante a década de 1980 o neoliberalismo continuou mostrando vitalidade. Mesmo os governos de esquerda eleitos ao sul do Continente europeu (como, por exemplo, os governos de François Mitterrand, na França, e de Felipe Gonzáles, na Espanha), que se apresentaram como progressistas e alternativas vinculadas às classes trabalhadoras à linha neoliberal anglo-saxônica, fracassaram em suas tentativas de produzir uma política de deflação, de redistribuição, de pleno emprego e de proteção social; e praticaram políticas governamentais muito semelhantes à ortodoxia neoliberal, priorizando a estabilidade monetária, a contenção orçamentária, as concessões fiscais ao capital, o abandono das políticas de pleno emprego, com conseqüências sociais desastrosas.¹⁵⁹

No final da década de 1980, o neoliberalismo recebeu um alento ainda maior: a queda do comunismo na Europa Oriental e na União Soviética (entre 1989 e 1991), que simbolizou a vitória do Ocidente capitalista na guerra fria, sendo “capitalizada” pelos defensores do neoliberalismo e apresentada como uma demonstração histórica do triunfo do capitalismo representado pelos governos de Ronald Reagan e de Margareth Thatcher. Os próprios “reformadores do Leste” contribuíram para isso, na medida em que realizaram reformas orientadas para o mercado que, em muitos casos, foram mais amplas e realizadas em períodos de tempo muito mais curtos daqueles observados

¹⁵⁸ Perry ANDERSON, *Balanço do neoliberalismo*, p. 14.

¹⁵⁹ No final da década de 1980, na França os índices de desemprego eram superiores aos observados na Inglaterra de Margareth Thatcher e a Espanha obteve o recorde europeu de desemprego, com 20% de sua população economicamente ativa desempregada. IDEM, *Ibid.*, p. 13-4.

no Ocidente capitalista. Como afirmava Perry Anderson durante a década de 1990, os “reformadores do Leste” transformaram-se nos “mais intransigentes” neoliberais do mundo e “o dinamismo continuado do neoliberalismo como força ideológica em escala mundial” sustentava-se, em grande parte, por aquele “‘efeito de demonstração’ do mundo pós-soviético”.¹⁶⁰

Na América Latina, o governo autoritário de Augusto Pinochet no Chile foi pioneiro, ainda na década de 1970, na adoção de políticas neoliberais. Foi a partir da década de 1980, no entanto, que o neoliberalismo tornou-se uma orientação importante das políticas econômicas adotadas pela ampla maioria dos governos na região. Assim, em meados daquela década, num contexto de euforia pela “redemocratização” e pela expectativa de que as mudanças políticas e a abertura econômica pudessem trazer “liberdade e prosperidade”, as políticas governamentais adotadas nos principais países da região deram início às reformas orientadas para o mercado.¹⁶¹ Já naquela década, essas reformas econômicas foram impulsionadas com a participação crucial de instituições representativas do capitalismo internacional, como, por exemplo, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Essas instituições cumpriram uma “função disciplinadora”, na medida em que se utilizaram da situação de crise econômica na região, marcada especialmente pela forte recessão econômica e o peso das dívidas interna e externa, para impor seus receituários – de cunho neoliberalizante – cujo seguimento colocou-se como pré-condição para possíveis “benevolências” dos “países centrais” e organismos internacionais de financiamento.¹⁶²

No começo dos anos noventa, ao conjunto de propostas defendidas e recomendadas pelas instituições máximas do capitalismo internacional, atribuiu-se a denominação de “Consenso de Washington”, termo utilizado para listar dez tipos de políticas e reformas econômicas que foram objeto de consenso entre os “ideólogos de Washington” (em especial, os técnicos e os políticos vinculados ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial) durante os anos oitenta. Tratava-se de propostas de disciplina fiscal, reordenamento nas prioridades dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização do setor financeiro (livre determinação das taxas de juros pelo mercado e abolição dos

¹⁶⁰ Perry ANDERSON, *Balanço do neoliberalismo*, p. 18.

¹⁶¹ James PETRAS, *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*, p. 94-5.

¹⁶² Atilio BORÓN, *A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal*.

controles de câmbio), manutenção de taxas de câmbio competitivas, liberalização comercial, atração de investimentos estrangeiros, privatização de empresas estatais, desregulamentação econômica e social (afrouxamento da legislação econômica e trabalhista) e proteção a direitos autorais.¹⁶³

Comprometidas com a formulação de mercados econômicos abrangentes, no núcleo das reformas estruturais propostas estava a convicção de que o crescimento econômico dos países dependeria da capacidade competitiva de cada economia para situar-se num processo de “globalização econômica” sem precisar recorrer a medidas protecionistas. Eram propostas, portanto, que defendiam uma “reforma estrutural” radical, centrada na desregulamentação dos mercados, na racionalização e redução do papel do Estado na economia e na redefinição das relações entre economias nacionais e economia mundial. Como afirma Fiori, o “Consenso de Washington” pode ser entendido como,

Um programa ou estratégia sequencial em três fases: a primeira consagrada à estabilização macroeconômica, tendo como prioridade absoluta um superávit fiscal primário envolvendo invariavelmente a revisão das relações fiscais intergovernamentais e reestruturação dos sistemas de previdência pública; a segunda, dedicada ao que o Banco Mundial vem chamando de ‘reformas estruturais’: liberação financeira e comercial, desregulação dos mercados, e privatização das empresas estatais; e a terceira etapa, definida como a da retomada do investimento e do crescimento econômico.¹⁶⁴

A partir da década de 1990, o “Consenso de Washington” tornou-se a orientação principal das políticas governamentais e das reformas no Estado realizadas em toda a América Latina, em especial a partir dos governos de Carlos Menen (Argentina), Fernando Collor de Melo (Brasil), Luis Alberto Lacalle (Uruguai), Gonzalo Sanchez de Lozado (Bolívia), Carlos Salinas de Gortari (México), Alberto Fujimori (Peru), Rafael Caldera (Venezuela).

Embora tenham encontrado um clima político marcado pela insatisfação eleitoral diante os resultados alcançados com a abertura

¹⁶³ João J. NEGRÃO, *Para conhecer o neoliberalismo*, p. 43-5.

¹⁶⁴ José Luis FIORI, *Os moedeiros falsos*, p. 6.

política e as reformas econômicas orientadas para o mercado realizadas ainda durante a década de 1980, aqueles governos deram início a um período de aprofundamento das reformas neoliberais na região e, mais do que isso, de criação de um consenso em torno da amplitude e eficácia das mesmas na superação do modelo desenvolvimentista e de inserção competitiva no processo de reestruturação do capitalismo em nível mundial.¹⁶⁵

Nessa direção, idéias como desregulamentação econômica e social, abertura comercial, privatização de empresas públicas, redução das funções do Estado, especialmente de suas funções sociais, “globalização da economia”, liberdade de comércio, crítica ao Estado (“mau administrador”, “ineficiente”, “gigantesco” e “oneroso”), defesa intransigente da iniciativa privada e das leis do mercado, livre contratação do trabalho, equilíbrio fiscal, controle do déficit público, conquistaram crescente aceitação na América Latina e, em conseqüência, colocaram-se como fundamentos políticos e ideológicos do processo de reestruturação do capitalismo na região. Passou valer para a América Latina a afirmação de Anderson, segundo a qual,

Política e ideologicamente (...) o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes...¹⁶⁶

Torna-se importante destacar que as experiências de reformas neoliberais impulsionadas pelo Consenso de Washington (não somente na América Latina, mas, também, na Europa Oriental e na Rússia), representaram, fundamentalmente, o triunfo político-ideológico do neoliberalismo, assentado “sobre a derrota epocal das forças populares e das tendências mais profundas da reestruturação capitalista”.¹⁶⁷

¹⁶⁵ José Luis FIORI, *Os moedeiros falsos*, p. 96-7.

¹⁶⁶ Perry ANDERSON, *Balanço do neoliberalismo*, p. 23.

¹⁶⁷ Atílio BORÓN, *Os ‘novos leviantas’ e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina*, p. 9.

Um triunfo ideológico que, segundo Borón, se manifestou em quatro dimensões: 1) na “avassaladora tendência à mercantilização de direitos e prerrogativas conquistadas pelas classes populares ao longo de mais de um século de luta, convertidos agora em ‘bens’ ou ‘serviços’ adquiridos no mercado”;¹⁶⁸ 2) no “deslocamento do equilíbrio entre mercados e estado”, que “satanizou” o estado, ao mesmo tempo em que ressaltou as virtudes do mercado;¹⁶⁹ 3) na “criação de um ‘senso comum’ neoliberal, de uma nova sensibilidade e de uma nova mentalidade que penetraram muito profundamente no chão das crenças populares” e que resultou num crescente conformismo (teórico e político) em torno do “pensamento único”;¹⁷⁰ 4) na vitória do neoliberalismo “no terreno da cultura e da ideologia”, expressa no convencimento de “amplísimos setores das sociedades capitalistas (...) de que não existe outra alternativa”.¹⁷¹

A hegemonia política e ideológica alcançada pelo neoliberalismo, com as implicações apontadas por Borón, não conseguiu, no entanto, recuperar os índices de crescimento econômico observados na etapa anterior à crise dos anos 1970. Ao contrário, no mundo inteiro a execução de reformas econômicas orientadas para o mercado e fundamentadas pelo ideário neoliberal agravaram ainda mais as contradições sociais e econômicas inerentes ao processo de desenvolvimento capitalista. Nessa direção, uma série de indicadores, referentes ao período entre 1970 e o final da década de 1990, atestam que o modo de produção capitalista, em sua nova fase de desenvolvimento, em que pese o profundo processo de reestruturação e o novo arcabouço político e ideológico, continuou imerso numa profunda crise estrutural. A dinâmica de crescimento da economia mundial, o crescimento da dívida pública, a hipertrofia financeira, a desigualdade, exclusão e pobreza e a crise do Estado são alguns dos principais indicadores que permitem ilustrar a dinâmica da crise estrutural que marca essa fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista.

O crescimento da economia mundial foi se desacelerando a partir da década de 1970 e a reestruturação do capitalismo não conseguiu reverter essa situação até o final do século XX. Durante o período entre

¹⁶⁸ IDEM, *Ibid.*, p. 9.

¹⁶⁹ Atílio BORÓN, *Os ‘novos leviatãs’ e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina*, p. 10.

¹⁷⁰ IDEM, *Ibid.*, p. 10.

¹⁷¹ IDEM, *Ibid.*, p. 11.

1950 e 1970, a economia mundial cresceu, em média, 4,91% ao ano; essa média baixou para 4,5% no período entre 1970 e 1979, para 3,4% entre 1980 e 1989 e para 2,9% entre 1990 e 1999.¹⁷² Na Europa central, o crescimento médio anual entre 1950 e 1973 foi de 4,81%, baixando para 2,11% entre 1973 e 1998; os Estados Unidos obtiveram um crescimento médio de 3,93% ao ano entre 1950 e 1973 e viram esse crescimento baixar para 2,99% entre 1973 e 1998; na América Latina, de igual forma, uma média de crescimento anual de 5,33% no período de 1950 a 1973 baixou para 3,02% no período entre 1973 e 1998.¹⁷³

A desaceleração econômica foi acompanhada por crescentes dificuldades fiscais, em praticamente todas as formações sociais capitalistas do mundo.

Nas principais formações sociais capitalistas, a combinação de estagnação e inflação durante os anos 1970 fez com que os Estados promovessem políticas que visavam impulsionar a demanda, frear os preços e garantir os lucros empresariais. As conseqüências disso foram: a expansão dos gastos públicos com o fim de apoiar as atividades industriais; a estagnação dos salários, aumentando os lucros das empresas, mas, também, deteriorando a capacidade de consumo (a demanda); um rigor monetário e a liberalização financeira que, “somados à demanda estatal de fundos (motivada pelo déficit orçamentário), fez subir as taxas de juros”.¹⁷⁴

Assim, ainda no final da década de 1970 uma situação caracterizada pelo aumento dos gastos públicos e pela alta das taxas de juros configurava um quadro de crescimento da dívida pública dos principais países capitalistas, agravando-se durante a década de 1980 e chegando, nos anos 1990, a uma situação bastante dramática (mais especificamente, em 1996, somadas as dívidas públicas dos países pertencentes ao Grupo dos Sete – Estados Unidos, Japão, Inglaterra, Alemanha, Itália, França e Canadá – chegava-se a uma cifra próxima de 14 trilhões de dólares).¹⁷⁵

Nas formações sociais capitalistas situadas fora do “centro” capitalista, o peso da dívida externa converteu-se num fator decisivo de destabilização econômica e política, principalmente a partir da década de 1980. O crescimento da dívida externa, num contexto de estagnação

¹⁷² Jorge BEINSTEIN, *Capitalismo senil: a grande crise da economia global*, p. 104.

¹⁷³ Grasiela C. BARUCO, Marcelo D. CARCANHOLO, *Crise dos anos 1970 e as contradições da resposta neoliberal*, p. 17.

¹⁷⁴ Jorge BEINSTEIN, *Capitalismo senil: a grande crise da economia global*, p. 115-16.

¹⁷⁵ IDEM, *Ibid.*, p. 120.

econômica e de imposição do FMI numa direção de contenção do déficit público e pagamento dos compromissos da dívida externa, comprometeu significativamente a capacidade fiscal desses Estados.

Uma “interação perversa” entre desaceleração econômica, dificuldades fiscais crescentes dos Estados capitalistas e um processo de “financeirização empresarial” constituiu uma “trama de comportamentos” que impulsionaram uma *hipertrofia financeira*.¹⁷⁶ Como foi afirmado, o crescimento econômico, no mundo inteiro, apresentou quedas que perduraram até o final do século XX. Ainda na década de 1970, esse quadro de recessão econômica causou déficits fiscais. A persistência dos déficits fiscais durante a década de 1980 levou os principais Estados capitalistas a liberalizar os sistemas financeiros, “abrindo suas ofertas de títulos ao capital internacional”, com atraentes políticas de juros (num quadro de recessão econômica, esse capital ansiava por encontrar uma forma de valorização mais vantajosa do que o investimento produtivo). Assim, no início dos anos 1990, parcelas significativas dos títulos da dívida pública de alguns dos principais países capitalistas estavam nas mãos de investidores estrangeiros (em 1992, 20% dos títulos da dívida pública norte-americana, 25% dos títulos da dívida alemã e 32% dos títulos da dívida pública francesa).¹⁷⁷ Nesse contexto, as dívidas públicas dos principais países capitalistas subiram geometricamente (o Estado norte-americano devia 1,1 trilhão em 1981 e passou a dever 4,6 trilhões em 1996; o Japão devia cerca de 140 trilhões de ienes em 1981 e passou a dever 410 trilhões em 1996).¹⁷⁸

Num quadro histórico de instabilidade econômica, de flutuações cambiais e altas taxas de juros, de redução das demandas, de mercantilização das dívidas públicas, empresas e bancos “foram embarcando rapidamente num processo de ‘financeirização’ que lhes assegurou lucros que compensavam a menor rentabilidade de suas atividades tradicionais”.¹⁷⁹ Ou seja, por um lado, as crescentes dívidas públicas e as políticas econômicas adotadas pelos Estados capitalistas tornaram-se atrativas para os grupos econômicos que encontraram na especulação financeira a compensação para os rendimentos insuficientes em suas atividades produtivas; por outro lado, aproveitando-se da

¹⁷⁶ Jorge BEINSTEIN, *Capitalismo senil: a grande crise da economia global*, p. 142.

¹⁷⁷ IDEM, *Ibid.*, p. 128-29.

¹⁷⁸ IDEM, *Ibid.*, p. 129.

¹⁷⁹ IDEM, *Ibid.*, p. 130.

liberalização e da desregulamentação financeiras, as empresas capitalistas lançaram-se ao mercado financeiro, colocando nele ações e obrigações para, assim, levantar fundos para o financiamento de suas operações tecnológicas e comerciais, cada vez mais custosas diante de um processo permanente de inovação tecnológica e de aumento da competitividade internacional.¹⁸⁰

Somaram-se a esses fenômenos três outros componentes principais: primeiro, o comportamento dos consumidores dos países capitalistas centrais e das classes superiores dos países periféricos que, “através de diversos mecanismos de endividamento e especulação (da generalização dos cartões de crédito à participação familiar maciça nos negócios da bolsa...)” passaram a contribuir para a “hipertrofia financeira”;¹⁸¹ segundo, os países capitalistas periféricos foram transformados em “uma área de negócios rápidos de altíssima rentabilidade”, através das privatizações de empresas públicas, da hipervalorização de ativos como imóveis ou títulos, da multiplicação de bolsas de valores, de políticas econômicas altamente favoráveis aos investimentos especulativos, permitindo “injetar enormes massas de fundos excedentes centrais que rendiam ganhos não só mais altos do que os gerados por atividades industriais ou comerciais, mas também com relação às atividades financeiras tradicionais”;¹⁸² por fim, até mesmo os “negócios ilegais” (tráfego de drogas e de armas, prostituição, corrupção do Estado) passaram a ser componentes do crescimento financeiro.¹⁸³

Configurou-se, então, um quadro histórico em que, segundo Chesnais, pela primeira vez na história do modo de produção capitalista parece ser possível levantar a hipótese de que a própria acumulação do capital industrial “não está mais orientada, no centro do sistema, para a reprodução ampliada” na indústria, mas, sobretudo, na especulação transformada em fonte de lucro, “buscada por si mesma” (valorização de forma parasitária).¹⁸⁴

Os índices de desemprego e os níveis de desigualdade, exclusão e pobreza no mundo, tanto nos países capitalistas centrais quanto nos “países periféricos”, constituem outro indicador importante das contradições inerentes às reformas neoliberais implementadas a partir da década de 1980.

¹⁸⁰ Jorge BEINSTEIN, *Capitalismo senil: a grande crise da economia global*, p. 132.

¹⁸¹ IDEM, *Ibid.*, p. 130.

¹⁸² IDEM, *Ibid.*, p. 131.

¹⁸³ IDEM, *Ibid.*, p. 132.

¹⁸⁴ François CHESNAIS, *A mundialização do capital*.

Nos países “subdesenvolvidos”, os ajustes neoliberais “produziram o dismantelamento de burocracias estatais, sistemas de previdência social, empresas públicas e estruturas protecionistas” e, segundo os cálculos do Banco Mundial, durante a década de 1990 mais de 1,3 bilhão de pessoas viviam com uma renda diária inferior a um dólar.¹⁸⁵

No bloco formado pelos países da Europa Oriental e da Ex-União Soviética, segundo o mesmo Banco Mundial, a população que vivia com menos de um dólar por dia aumentou de dois milhões em 1987 para quatorze milhões em 1993.¹⁸⁶

Nos países pertencentes à União Européia, o número de desempregados passou de oito milhões em 1980 para doze milhões em 1990 e cerca de dezenove milhões em 1996; no Japão, a taxa de desemprego se manteve em torno de 2% durante a década de 1980, mas na década de 1990 começou a crescer, alcançando 2,9% em 1994 e mais de 4% em 1998; nos Estados Unidos, durante a década de 1980 as taxas de desemprego cresceram e tiveram uma melhora durante os anos 1990; contudo, a situação da década de 1980 estimulou um processo amplo de precarização do trabalho, provocando a deterioração dos salários e a concentração de renda.¹⁸⁷

Num quadro de crise econômica e de agravamento das contradições sociais, de crescente endividamento público e de hipertrofia financeira, o próprio Estado capitalista entrou em crise.

Nas principais formações sociais capitalistas, três tendências convergentes impulsionaram a crise do Estado: a mundialização do capital, com os conseqüentes processos de desregulamentação econômica, as privatizações e as transferências de indústrias para diferentes locais do mundo comprometeram grandemente a capacidade de regulação econômica do Estado; o crescimento da dívida pública sujeitou cada vez mais os governos aos mercados financeiros; o crescimento do desemprego e o agravamento das desigualdades sociais, “e suas seqüelas em termos de marginalidade urbana, predomínio do individualismo e outros fatores que deterioraram seriamente o ‘pacto keynesiano’ (‘estado de bem-estar social’)”, afetaram os vínculos entre o Estado e a sociedade, em especial setores vinculados às classes populares e de trabalhadores.¹⁸⁸

¹⁸⁵ Jorge BEINSTEIN, *Capitalismo senil: a grande crise da economia global*, p. 61.

¹⁸⁶ IDEM, *Ibid.*, p. 62.

¹⁸⁷ IDEM, *Ibid.*, p. 64 et. seq.

¹⁸⁸ Jorge BEINSTEIN, *Capitalismo senil: a grande crise da economia global*, p. 68-9.

Nas formações sociais capitalistas situadas fora do “centro” capitalista, se até a década de 1980 os Estados tinham ainda um pequeno poder de decisão, “a onda neoliberal levou ao colapso ou à drástica retração” de numerosas formas de regulamentação social e econômica.¹⁸⁹ Assim como nos países capitalistas centrais, contudo com maior gravidade, a estagnação econômica, o crescimento da dívida pública, os processos de desregulamentação econômica e social, as privatizações, as altas taxas de juros e a subordinação ao capital financeiro, as desigualdades sociais, configuraram um quadro de crescente impotência do Estado, tanto no que diz respeito à indução ao desenvolvimento econômico quanto no que diz respeito ao aprofundamento dos processos democráticos iniciados durante a década de 1980.

Portanto, já no final do século XX, um contexto marcado pela persistência de um baixo crescimento econômico mundial, pelo endividamento público crônico, pelo conseqüente comprometimento do Estado enquanto indutor de desenvolvimento econômico e social, pela hipertrofia financeira e pelo agravamento das contradições sociais colocava-se, ao mesmo tempo, como elemento de desmistificação das promessas neoliberais de solução da crise estrutural do capitalismo (e de uma conseqüente nova fase de expansão econômica) e de confirmação de uma velha tese em relação ao modo de produção capitalista: sua dinâmica histórica é propensa a crises periódicas e as soluções a essas crises tendem a gerar “crises mais gerais e mais violentas e a diminuição dos meios de evitá-las”.¹⁹⁰

¹⁸⁹ IDEM, *Ibid.*, p. 69.

¹⁹⁰ Karl MARX & Friedrich ENGELS, *Manifesto do Partido Comunista*, p. 71-2.

2. A reestruturação do capitalismo no Brasil

No Brasil, a crise estrutural do modo de produção capitalista se fez sentir a partir da segunda metade da década de 1970, já como consequência da reestruturação neoliberal adotada pelos países capitalistas hegemônicos, em especial nos Estados Unidos. A partir daquele período, o aumento das taxas internacionais de juros e dos preços do petróleo (o chamado “segundo choque do petróleo”), elevou significativamente a dívida externa do País, deteriorou suas contas externas e internas, agravou a situação fiscal do Estado e, em consequência, colocou em crise o modelo de desenvolvimento capitalista que, principalmente a partir da década de 1950, promoveu uma intensa industrialização no País, com ação decisiva do Estado, com grande participação dos investimentos internacionais e com elevada proteção ao mercado interno.

Durante a década de 1980, a transição do regime autoritário para um regime político mais aberto criou expectativas quanto à capacidade do Estado nacional superar a crise econômica e alavancar um novo ciclo de desenvolvimento econômico. O fracasso das políticas econômicas do primeiro governo civil após o período autoritário (governo de José Sarney – 1985 – 1989), o agravamento da crise econômica e, principalmente, o crescimento do poder político de setores importantes da classe trabalhadora, aglutinou amplas forças sociais e políticas vinculadas à burguesia no País em favor de reformas no Estado e na economia orientadas pelo mercado. Quando, em 1989, ocorreram as primeiras eleições diretas para Presidente da República após o período autoritário, essas mesmas forças sociais e políticas conseguiram tornar preponderante um projeto neoliberal de reestruturação do capitalismo no País.

Ao longo da década de 1990, esse projeto neoliberal se consolidou enquanto orientação principal das políticas econômicas e das reformas no Estado e na economia implementadas pelos governos brasileiros.

2.1. O projeto neoliberal de reestruturação do capitalismo no Brasil

A formação do capitalismo no Brasil, pelo menos até as primeiras décadas do século XX, esteve centrada num padrão de acumulação de base agropecuária que atendia, fundamentalmente, aos mercados externos e “irrigava” monetariamente a economia interna.¹⁹¹ Naquele contexto, a preponderância política da oligarquia agro-exportadora junto ao Estado assegurava uma política estatal comprometida com a criação de condições favoráveis à expansão do capitalismo agroexportador e com a manutenção de uma ordem social caracterizada por profunda concentração do poder econômico e político nas mãos das oligarquias rurais.

Durante a segunda década do século XX, no entanto, o padrão de acumulação agroexportador sofreu um abalo profundo. A crise estrutural vivenciada pelo capitalismo em esfera mundial naquele período, cujo desfecho mais claro foi a “grande depressão de 1929”, criou dificuldades crescentes, por um lado, para o então produto principal de exportação brasileira, o café,¹⁹² e, por outro lado, para que o País pudesse manter sua política de importações.¹⁹³ As contradições de um padrão de acumulação estruturado exclusivamente em bases dependentes “das reações longínquas de mercados internacionais” criaram as condições históricas favoráveis para que forças sociais e políticas insatisfeitas com a hegemonia da oligarquia cafeicultora impulsionassem um processo de transição do padrão de acumulação agroexportador para um novo padrão de acumulação no País.¹⁹⁴

A “Revolução de 1930”, nesse sentido, foi expressão de uma nova correlação de forças junto ao Estado no Brasil. Um novo e complexo arranjo de classes (envolvendo os interesses da burguesia

¹⁹¹ É essa característica, pois, que define a essência da formação histórica brasileira. Como afirma Caio Prado Jr., “nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão; e, em seguida, café, para o comércio europeu. Nada mais do que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país (...) que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras...” Caio PRADO JR., *A revolução brasileira*, p. 23.

¹⁹² Em 1929, o Brasil produziu 28,94 milhões de sacas de café e apenas 14,28 milhões foram exportadas. Celso FURTADO, *Formação econômica brasileira*, p. 181.

¹⁹³ Em 1929, ao mesmo tempo em que a economia brasileira se ressentia da crise do café e, em decorrência, as rendas monetárias e reais se contraíam, os preços relativos aos produtos importados pelo País subiram 33%. IDEM, *Ibid.*, p. 197.

¹⁹⁴ Caio PRADO JR., *História econômica do Brasil*, p. 211.

industrial emergente, de setores das camadas médias urbanas e, mesmo, de oligarquias regionais insatisfeitas com o padrão de desenvolvimento econômico até então adotado) comprometeu-se com a consolidação de um modelo de acumulação capitalista centrado na expansão industrial e com maior preocupação com o atendimento das necessidades internas do desenvolvimento capitalista.¹⁹⁵

A partir de então, o Estado brasileiro assumiu a tarefa de desenvolver e consolidar o capitalismo industrial no País. Como agente principal na promoção do desenvolvimento econômico, o Estado brasileiro impôs o confisco cambial ao principal produto de exportação do País, o café (redistribuindo “os ganhos entre grupos das classes dominantes no País”), rebaixou “o custo do capital na forma de subsídio cambial para as importações de equipamentos para as empresas industriais”, expandiu o crédito a taxas de juros negativas reais, investiu na infra-estrutura necessária à expansão do processo de industrialização e do mercado nacional.¹⁹⁶ Mais do que isso, assumiu importância crucial na regulamentação e no controle social e político dos trabalhadores, institucionalizando as relações de trabalho assalariado, atrelando as organizações sociais e políticas vinculadas aos trabalhadores e definindo condições de remuneração da força de trabalho assalariada amplamente vantajosas ao processo de acumulação industrial.¹⁹⁷

O resultado da intervenção do Estado brasileiro em favor do desenvolvimento industrial se fez sentir ainda durante as décadas de 1930 e 1940, através de uma significativa expansão da produção industrial no País: no período entre 1928 e 1955, a indústria de transformação obteve o melhor desempenho setorial no País, passando sua participação no Produto Interno Bruto de 12,5% para 20%.¹⁹⁸ As condições históricas da dinâmica da acumulação capitalista no País, no entanto, não eram favoráveis para que se desenvolvesse no Brasil um processo de industrialização que não de forma “restringida”.¹⁹⁹

Em decorrência, em que pese as transformações pelas quais o capitalismo no Brasil passou a partir da década de 1930, ele “não logrou superar algumas de suas principais debilidades originárias, e libertar-se da sua dependência e subordinação no que respeita ao sistema

¹⁹⁵ Francisco de OLIVEIRA, *Economia brasileira: crítica à razão dualista*, p. 14.

¹⁹⁶ IDEM, *Ibid.*, p. 18-9.

¹⁹⁷ IDEM, *Ibid.*

¹⁹⁸ Wilson CANO, *Soberania e política econômica na América Latina*, p. 177.

¹⁹⁹ João Cardoso MELLO, *Capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira*.

econômico e financeiro internacional”.²⁰⁰ Claro que a diversificação da produção e a expansão industrial não só diminuíram o exclusivismo de algumas atividades voltadas para os produtos primários de exportação como, também, contribuíram para que o Brasil deixasse de ser “um simples fornecedor de gêneros alimentares e matérias-primas demandadas pelos mercados internacionais”.²⁰¹ Contudo, a expansão industrial e a tentativa de um desenvolvimento “voltado para dentro” apresentava uma limitação estrutural, estreitando significativamente a perspectiva de um desenvolvimento nacional e autônomo. Ou seja, ela se subordinava a circunstâncias que guardavam com o padrão de acumulação agroexportador uma grande semelhança: “a diversificação da produção para o atendimento das necessidades próprias do país e de sua população, e a libertação com isso do exclusivismo de atividades econômicas voltadas para a exportação, se realizavam paradoxalmente por um processo em que a função exportadora” conservava sua primazia e, assim, retinha “a economia brasileira dentro de seu velho e aparentemente ultrapassado enquadramento colonial”.²⁰²

Durante a década de 1950, uma nova fase da acumulação capitalista no Brasil se iniciou, com características que demarcavam “um processo de industrialização pesada”, implicando “um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens de consumo duráveis”.²⁰³ Isso, no entanto, não significou uma ruptura com o “enquadramento colonial” do capitalismo brasileiro. É verdade que, a partir dos anos 1950, por dois momentos históricos, uma aliança de classes envolvendo setores da burguesia industrial no País, um movimento operário “ainda incapacitado para se auto-organizar” e “um grande setor menos favorecido das classes médias”,²⁰⁴ tentou tornar hegemônica uma política econômica nacionalista na condução do processo de expansão da industrialização do País.

O primeiro deles ocorreu na primeira metade da década de 1950, quando, sob a presidência de Getúlio Vargas (1951 – 1954), o governo brasileiro procurou restringir as possibilidades de financiamento externo e de participação do capital estrangeiro na implantação das bases de uma

²⁰⁰ Caio PRADO JR., *A revolução brasileira*, p. 77.

²⁰¹ IDEM, *Ibid.*, p. 77.

²⁰² IDEM, *Ibid.*, p. 77-8.

²⁰³ João Cardoso MELLO, *Capitalismo tardio*: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira, p. 117.

²⁰⁴ Theotônio dos SANTOS, *Evolução histórica do Brasil*: da colônia à crise da Nova República, p. 63.

indústria pesada no País. As limitações da acumulação financeira nacional, a dependência em relação aos financiamentos e aos aportes de tecnologia externos e, principalmente, a falta de sustentação política do governo Vargas, em especial junto à burguesia industrial no País (cujo desfecho foi a deposição de Vargas e, em seguida, seu suicídio), expressam as dificuldades encontradas na execução daquele projeto.²⁰⁵

Com o fim do governo Vargas, em 1954, se iniciou um “período radicalmente novo em termos de política econômica” no Brasil.²⁰⁶ O “breve governo” de Café Filho (1954 – 1956), praticou uma política de contenção das classes trabalhadoras e de incentivo (explícito) à penetração dos interesses multinacionais no País.²⁰⁷ O “bloco de poder” que sustentou politicamente o governo Café Filho perdeu as eleições presidenciais seguintes para uma aliança formada entre o PSD (Partido Social Democrático) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Essa aliança (representativa dos interesses da burguesia industrial, de um setor da “burguesia comercial especializada no comércio de produtos industriais locais”, das “classes médias progressistas” e de setores sindicalizados da classe trabalhadora)²⁰⁸ correspondia, em termos gerais, a uma coligação de forças sociais e políticas que expressavam “o desejo de um processo de desenvolvimento nacional baseado na expansão da indústria no Brasil”²⁰⁹ No entanto, uma vez eleita, elevando Juscelino Kubitschek à condição de Presidente da República, implementou uma política de desenvolvimento que afirmou um padrão de desenvolvimento associado e dependente em relação ao capitalismo internacional.

A política econômica adotada durante o governo de Juscelino Kubitschek promoveu uma rápida (é amplamente conhecido o slogan do governo de Kubitschek: “cinquenta anos em cinco”) e intensa expansão da produção industrial no País,²¹⁰ articulada diretamente pelo Estado,

²⁰⁵ IDEM, *Ibid.*

²⁰⁶ René DREIFUSS, *1964: a conquista do estado – ação política, poder e golpe de estado*, p. 33.

²⁰⁷ IDEM, *Ibid.*, p. 33.

²⁰⁸ IDEM, *Ibid.*, p. 33-4.

²⁰⁹ IDEM, *Ibid.*, p. 33.

²¹⁰ Com a política desenvolvimentista adotada pelo governo Juscelino Kubitschek, a estrutura industrial brasileira ganhou maior complexidade e interdependência, “reduzindo o peso relativo do setor de bens de consumo não-duráveis” e aumentando a importância do setor de bens intermediários, bens de consumo duráveis e de bens de capital. Wilson CANO, *Soberania e política econômica na América Latina*, p. 177.

com a proeminência econômica do capital multinacional e a participação, como “sócio menor”, do capital privado nacional.

Estado e grande empresa oligopolística internacional comandaram, inequivocadamente, o processo de industrialização pesada. Não se pense, no entanto, que o capital industrial nacional tenha sido ferido em seus interesses concretos. Não resta qualquer dúvida de que a burguesia industrial nacional não poderia afrontar por si só os problemas da industrialização pesada (acesso à tecnologia externa, financiamento interno e externo), pois que ancorada nas indústrias leves e detendo um frágil poder de acumulação. Mais do que isso, não era mesmo sequer capaz de definir com o Estado um esquema de acumulação que não significasse estatização quase completa dos novos setores. (...). Por isso mesmo, o capital industrial nacional ‘optou’ pela entrada do capital estrangeiro nos novos setores e pelo papel relativamente do Estado como empresário.²¹¹

Como resultado, o País apresentou um significativo crescimento econômico na segunda metade da década de 1950.²¹² No entanto, ainda ao final daquele governo, as contradições do modelo de desenvolvimento adotado já se faziam notar, principalmente através da alta inflacionária (resultado do forte investimento estatal sem cobertura financeira) e de uma forte crise financeira externa, resultando na queda do ritmo de crescimento industrial e numa crise econômica no início da década de 1960.²¹³

Foi naquela conjuntura histórica que as forças sociais e políticas defensoras de um projeto nacional de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, pela segunda vez a partir da década de 1950, intentaram desenvolver uma política econômica de caráter reformista e nacionalista.

O governo de João Goulart (1961 – 1964) foi expressão daquele movimento político e social. Sob forte pressão de diferentes segmentos das classes trabalhadoras no País, o governo Goulart tentou implementar

²¹¹ João Cardoso MELLO, *Capitalismo tardio*: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira, p. 119-20.

²¹² Durante o período 1957-1961, o PIB brasileiro cresceu numa taxa média anual de 8,2%, resultando num aumento de 5,1% ao ano da renda per capita. Antonio LACERDA et. al., *Economia brasileira*, p. 91.

²¹³ IDEM, *Ibid.*, p. 95-6.

um conjunto de reformas (agrária, tributária, financeira, administrativa e educacional) comprometidas com uma alternativa distributiva e nacionalista de desenvolvimento econômico. Seu projeto reformista, no entanto, entrou em contradição com os interesses fundamentais das classes dominantes no Brasil: ao se comprometer com a realização de uma reforma agrária, atingiu frontalmente os interesses das oligarquias rurais no País; ao propor a ampliação do mercado interno através do crescimento da renda dos assalariados se opôs com o interesse da burguesia de manter a taxa média de lucros e de concentrar uma forte massa de lucros capaz de permitir a realização dos investimentos “cada vez mais gigantescos que exigia a nova etapa de acumulação” capitalista no País; ao pretender limitar a participação do capital estrangeiro no País, mobilizou outros fortes inimigos do programa nacionalista – o capital internacional já instalado no País e o projeto de consolidação do capitalismo internacional na América Latina capitaneado pelos Estados Unidos.²¹⁴

O projeto reformista de João Goulart se opôs, portanto, aos interesses do capital existente no País, não obtendo, inclusive, apoio da chamada “burguesia nacional”, considerada pelos ideólogos do projeto nacionalista liderado pelo governo Goulart como portadora de uma missão histórica revolucionária e, portanto, capaz de assumir a hegemonia no projeto de desenvolvimento do capitalismo no Brasil com base nacional e autônoma. A “burguesia brasileira” não se comprometeu com o rompimento das “cadeias do atraso” que as relações externas de subordinação, mas, também, “as estruturas internas concentradoras e excludoras”, impunham ao capitalismo no País. Mostrou-se uma burguesia comprometida com um desenvolvimento econômico assentado na exploração de uma mão-de-obra barata e avessa à perspectiva de uma integração econômica da força de trabalho e à conseqüente formação de um mercado interno suficientemente amplo para dar dinamismo próprio e autônomo ao capitalismo no Brasil.²¹⁵ Na conjuntura que desembocou no golpe militar de 1964, portanto, “a burguesia brasileira optou pela contra-revolução e por uma aliança desfavorável com o grande capital internacional, com o latifúndio e com os setores reacionários da pequena burguesia e da classe média”.²¹⁶

²¹⁴ Theotônio dos SANTOS, *Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República*, p. 165.

²¹⁵ Theotônio dos SANTOS, *Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República*, p. 37.

²¹⁶ IDEM, *Ibid.*, p. 85.

A questão é que um padrão de dominação externa com grande semelhança com aquele presente no antigo sistema colonial dinamizou o processo de industrialização no Brasil a partir da década de 1950. A partir daquela década, tornou-se predominante no País um modelo de desenvolvimento capitalista em que a dominação externa se organizou “a partir de dentro em todos os níveis da ordem social” e no qual se observou uma “falta dos requisitos básicos para o rápido crescimento econômico, cultural e social em bases autônomas”.²¹⁷ Um padrão de dominação, portanto, que: a) impediu a superação, dentro dos quadros de um desenvolvimento capitalista, de uma “realidade estrutural” caracterizada pela concentração da renda e do poder político em classes e frações de classe com “importância estratégica para o núcleo hegemônico da dominação externa”;²¹⁸ b) garantiu a existência de estruturas econômicas, socioculturais e políticas necessárias “para a articulação e a expansão de toda a economia, como uma base para a exploração externa e para a concentração da renda, do prestígio social e do poder político”;²¹⁹ c) excluiu amplas parcelas da população da ordem econômica, política e social, “como um requisito estrutural e dinâmico da estabilidade e do crescimento de todo o sistema”.²²⁰

O golpe militar de 1964 marcou a consolidação daquele padrão de dominação no Brasil. Frente à possibilidade de afirmação de uma política econômica de caráter reformista e nacionalista, as forças sociais e políticas representativas dos interesses do grande capital nacional e internacional no País reagiram através de uma “contra-revolução preventiva”.²²¹

Uma “contra-revolução preventiva” que significou, no plano político e social, o controle, a repressão e o desmantelamento de amplos setores da sociedade que se colocaram como base de sustentação do projeto reformista e nacionalista defendido durante o governo de João Goulart. E que, no plano econômico, representou o compromisso das forças sociais e políticas vinculadas ao grande capital nacional e internacional instalado no País com um modelo de desenvolvimento capitalista em que o crescimento econômico se daria através da concentração da renda nas mãos de um setor minoritário de alto poder

²¹⁷ Florestan FERNANDES, *Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, p. 20.

²¹⁸ IDEM, *Ibid.*, p. 20.

²¹⁹ IDEM, *Ibid.*, p. 20.

²²⁰ IDEM, *Ibid.*, p. 20.

²²¹ Theotônio dos SANTOS, *Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República*.

aquisitivo (“capaz de adquirir os produtos de tecnologia sofisticada produzidos basicamente pelas corporações multinacionais”) e da diminuição significativa dos salários mais baixos (capaz de permitir o aumento da taxa média de lucros, de concentrar os investimentos e de centralizar os capitais), bem como através da ampliação dos mercados externos e de “uma política de claro comprometimento com os Estados Unidos e de aceitação aberta do papel fundamental do capital estrangeiro” no desenvolvimento econômico do País.²²² Um modelo de desenvolvimento capitalista, portanto, concentrador, excludente e fortemente associado e dependente do capital internacional.

O Estado brasileiro, a partir do golpe militar de 1964, atuou abertamente em favor daquele modelo de desenvolvimento capitalista. Num primeiro momento, mais especificamente no período entre 1964 e 1967, essa atuação implicou uma política estatal comprometida com a “estabilização” econômica e política do País. Assim, formou-se um Estado forte, autoritário, livre das pressões internas, tanto dos setores da burguesia que seriam afetados pelas reformas “modernizadoras” necessárias para aprofundar a inserção dependente da economia do País aos interesses do grande capital nacional e internacional, quanto, mas principalmente, das pressões das classes populares e de trabalhadores que, afinal, seriam atingidas pelos “custos sociais” de uma política econômica orientada pela concentração da renda, pelo forte arrocho salarial e pelo controle social e político.²²³

Sob o ponto de vista da economia, a “estabilização” perseguida resultou numa política econômica que: a) promoveu um violento arrocho salarial (os salários “perderam aproximadamente 45% do seu valor de compra num curto período”), elevando, portanto, a margem de lucro das empresas em geral; b) praticou uma política de contenção dos créditos estatais, diminuindo a circulação financeira e as pressões inflacionárias (cujas conseqüências, para as empresas com dificuldades tecnológicas e financeiras, foram desastrosas); c) aumentou a arrecadação fiscal com um forte aumento dos impostos, aumento da repressão sobre as enormes evasões e a “adoção de mecanismos de revisão anual das dívidas do Estado segundo o índice de aumentos de preços”; d) executou uma política cambial com objetivo de aumentar as exportações e, principalmente, diminuir as importações.²²⁴

²²² Theotônio dos SANTOS, *Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República*, p. 167-68.

²²³ IDEM, *Ibid.*, p. 101 et. seq.

²²⁴ Theotônio dos SANTOS, *Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República*, p. 103.

Foi assim, e contando com uma conjuntura internacional favorável aos investimentos externos no País,²²⁵ que o regime autoritário instalado no Brasil a partir de 1964 conseguiu superar a crise econômica do início da década de 1960 e impulsionar um novo ciclo de crescimento econômico, no período de 1967 e 1973, nomeado pelos ideólogos do regime de “milagre brasileiro”.²²⁶ A conjuntura favorável da economia internacional (que facilitava a abertura de brechas no comércio internacional, o acesso fácil ao crédito externo e garantia maior acesso à tecnologia)²²⁷ e os instrumentos utilizados de política econômica a partir de 1964 (com destaque para o arrocho salarial, a “modernização financeira” do Estado e a política de exportação fortemente subsidiada pelo Estado), “permitiram o desenho de uma política de crescimento acelerado que não só enxugou rapidamente a capacidade ociosa prévia do setor industrial, como também elevou substancialmente a taxa de inversão da economia”.²²⁸

Ainda em 1973, no entanto, no ápice do ciclo expansivo, o crescimento do endividamento externo (a dívida externa brasileira subiu de 3,4 bilhões de dólares em 1967 para 12,6 bilhões de dólares em 1974),²²⁹ o desequilíbrio da balança comercial do País (entre 1970 e 1974, as exportações brasileiras cresceram anualmente em 30%; contudo, no mesmo período as importações cresceram anualmente em 35%, sendo que, no ano de 1974, cresceram 104%),²³⁰ a emergência de uma série de pressões inflacionárias (“contidas ou encobertas pela

²²⁵ A expansão da economia mundial no período pós-guerra, ao garantir altas taxas de crescimento econômico nas formações capitalistas centrais, provocou o crescimento de fluxos mundiais de comércio e de capitais financeiros, favorecendo o crescimento econômico mesmo de países dependentes, como foi o caso do Brasil.

²²⁶ O ciclo de crescimento econômico no Brasil durante o período de 1967 a 1973 foi, assim como durante o período do governo Juscelino Kubitschek, comandado pelos setores produtores de bens de consumo duráveis e de bens de capital. O crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) do País no período foi de 11,2%, sendo que a produção industrial cresceu numa média de 12,6%. Antonio LACERDA et. al., *Economia brasileira*, p. 112.

²²⁷ Aproveitando-se daquela conjuntura internacional, o governo autoritário buscou no exterior capital e tecnologia, utilizados no desenvolvimento da infra-estrutura econômica e na expansão e modernização do parque e da produção industrial. Os recursos externos entraram no Brasil sob duas formas principais: a) empréstimos e financiamentos para o governo e para as empresas privadas; b) investimentos diretos para a ampliação de multinacionais que já operavam no País, para a instalação de novas empresas ou para a compra e/ou associação com empresas nacionais. Argemiro BRUM, *Desenvolvimento econômico brasileiro*, p. 331.

²²⁸ Wilson CANO, *Soberania e política econômica na América Latina*, p. 51.

²²⁹ Argemiro BRUM, *Desenvolvimento econômico brasileiro*, p. 328.

²³⁰ Wilson CANO, *Soberania e política econômica na América Latina*, p. 194.

política de controle de preços... e por manipulações nos índices de preços”),²³¹ indicavam os limites da “aventura do expansionismo econômico sobre uma base artificial de oportunismo econômico, de entrada em massa de capitais internacionais, de um aumento das exportações subvencionadas pelo Estado, de um estímulo desproporcional às altas taxas de lucros e à concentração e centralização do capital”.²³²

Contudo, nem os limites da “aventura expansionista”, nem o choque do petróleo, no final de 1973, abalaram a retórica desenvolvimentista do governo autoritário. Pelo contrário, diante dos problemas já perceptíveis do modelo econômico adotado e da crise do petróleo, o governo militar optou por dar continuidade ao ciclo expansionista, através de um plano de investimentos que ficou conhecido como *Projeto Brasil - Potência*. Utilizando-se, principalmente, do endividamento externo, do arrocho salarial e da inflação, o *Projeto Brasil – Potência* (cuja execução ocorreu durante o governo do general Ernesto Geisel – 1974 – 1979), objetivou manter o ciclo de expansão econômica observado no período 1967 – 1973 (contudo, com taxas de crescimento econômico um pouco menores) e implantar um novo padrão de industrialização, com base na expansão da indústria de bens de produção, definindo como prioridade da política industrial a indústria básica (produção de bens de capital, eletrônica pesada e produção de insumos ou matérias-primas básicas), a grande mineração e o setor energético.²³³

Como resultado do projeto de continuidade da expansão econômica, a economia brasileira conseguiu manter uma taxa significativa de crescimento (6,9% ao ano no período), num momento em que a economia capitalista internacional se encontrava em recessão. Além disso, as indústrias de bens de capital, de insumos básicos e de mineração apresentaram uma expansão expressiva, consolidando o processo de industrialização do País e diversificando sua estrutura de exportações (em 1979, os produtos industrializados passaram a superar o valor das exportações de bens primários).²³⁴

²³¹ Amaury GREMAUD, Flavio de A. SAES, Rudinei TONETTO JR., *Formação econômica do Brasil*, p. 190.

²³² Theotônio dos SANTOS, *Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República*, p. 196.

²³³ Argemiro BRUM, *Desenvolvimento econômico brasileiro*, p. 360-62.

²³⁴ Argemiro BRUM, *Desenvolvimento econômico brasileiro*, p. 370.

A partir de 1976, no entanto, o crescimento da dívida externa, a tendência ascendente das taxas de inflação,²³⁵ o endividamento interno (a dívida pública federal aumentou de 240 bilhões de cruzeiros, em 1977, para 520 bilhões de cruzeiros, em 1979),²³⁶ o agravamento das contradições sociais (a crise social provocada pelos baixos níveis salariais), indicavam que o projeto de transformar o Brasil numa potência econômica não conseguiria se realizar e o capitalismo no Brasil, após um período de expansão econômica, enfrentaria mais uma crise.

Em que pese, novamente, os sinais de crise econômica e do próprio modelo de desenvolvimento econômico adotado, o último governo autoritário ainda pretendeu controlar os indicadores da crise e dar continuidade ao crescimento econômico. Entretanto, a partir de 1979 o capitalismo brasileiro foi atingido por quatro alterações profundas no capitalismo internacional.

A primeira delas foi o “segundo choque do petróleo”, em 1979, que duplicou os preços do petróleo, elevando os preços de produtos industrializados e de matérias-primas que o País importava (no período, mais de 80% do petróleo consumido no País era importado).

A segunda delas decorreu da recessão econômica dos países capitalistas centrais, que retraiu o comércio mundial e a demanda por produtos brasileiros de exportação, acentuando, ainda, a deterioração dos termos de intercâmbio comercial do País (baixa dos preços dos produtos de exportação e elevação dos produtos de importação).²³⁷

A terceira alteração ocorreu com a elevação das taxas de juros internacionais, imposta pelos Estados Unidos, que representou para o Brasil um custo adicional em suas obrigações vinculadas à dívida externa,²³⁸ no período entre 1979 a 1984, de aproximadamente 29 bilhões de dólares.²³⁹

²³⁵ Enquanto a taxa anual de inflação em 1974 foi de 34,5%, baixando para 29,3% em 1975, em 1976 ela alcançou os 46,3%. Em 1977, a taxa anual de inflação baixou para 38,8%, voltando a subir em 1978, para 40,7%, e alcançando os 77,3% em 1979. IDEM, *Ibid.*, p. 335.

²³⁶ IDEM, *Ibid.*, p. 371.

²³⁷ A diferença entre os preços dos produtos brasileiros de exportação e os produtos que o País importava chegou a 46% entre 1977 e 1982 e resultou, para o País, durante o governo Figueiredo (1979 – 1984), perdas na ordem de 43 bilhões de dólares. Argemiro BRUM, *Desenvolvimento econômico brasileiro*, p. 387.

²³⁸ Até 1977, os empréstimos contratados pelo Brasil no exterior tinham sido negociados com uma taxa média de 4% a 6% de juros anuais. A partir de 1978, os Estados Unidos, visando atrair capital externo para superar a crise econômica que enfrentava, elevou, de forma unilateral, as taxas de juros que chegaram, em 1981, aos 21% ao ano. IDEM, *Ibid.*, p. 387.

²³⁹ IDEM, *Ibid.*, p. 387.

Por fim, a quarta alteração ocorreu em 1982, quando, em função da moratória da dívida externa decretada pelo México, o sistema financeiro internacional suspendeu os créditos aos países endividados e passou a exigir (como condição para renegociar as dívidas e para conceder novos empréstimos) que esses países submetessem suas políticas econômicas às determinações (ortodoxas) do Fundo Monetário Internacional.²⁴⁰

O resultado não poderia ser pior: a dívida externa bruta cresceu 109% entre 1978 e 1984, passando de 43,5 bilhões de dólares para 91,1 bilhões de dólares; a dívida interna elevou-se de 12,3 bilhões de dólares, em 1979, para 28,3 bilhões de dólares, em 1984; o déficit em conta corrente saltou de 5,8 bilhões de dólares, em 1978, para 16,5 bilhões de dólares em 1982; a inflação pulou de 77,2% em 1979, para 110,2% em 1980, 95,2% em 1981, 99,7% em 1982, 211,0% em 1983 e chegou a 223,8% em 1984; a economia entrou em recessão, e depois de apresentar crescimento em 1979 e 1980, teve crescimento negativo (-4,3%) em 1981, crescimento positivo de apenas 0,8% em 1982, voltou a “crescer negativamente” em 1983 (-2,9%) e, em 1984, obteve crescimento positivo de 5,4%.²⁴¹

Já num contexto internacional de crescente adversidade, o último governo autoritário viu-se obrigado a abandonar suas pretensões desenvolvimentistas e subordinou o desenvolvimento do capitalismo no País às determinações de um processo já em andamento de reestruturação neoliberal do capitalismo mundial.

Nessa direção, ainda no início da década de 1980, num quadro de agravamento da recessão econômica e de crescimento vertiginoso da dívida externa do País, a política econômica do governo autoritário passou a ser orientada por uma “proposta negociada” entre o FMI e os países capitalistas da América Latina que estavam endividados. Uma proposta que, visando contrair drasticamente todos os segmentos da demanda interna, gerar excedentes exportáveis e, assim, criar condições para que o País cumprisse com suas obrigações junto ao capitalismo financeiro internacional, impôs ao governo brasileiro: a) uma política fiscal prevendo cortes radicais nos gastos correntes e nos investimentos públicos; b) uma política monetária, com contenção drástica da expansão dos meios de pagamento, do crédito interno e elevação das taxas de juros reais; c) uma política salarial prevendo contenção dos

²⁴⁰ IDEM, *Ibid.*, p. 387-88.

²⁴¹ IDEM, *Ibid.*, p. 388.

reajustamentos salariais e queda do salário real; d) uma política cambial e de comércio exterior prevendo a desvalorização do câmbio, incentivos às exportações e restrição às importações.²⁴²

Cabe notar, no entanto, que as contradições do modelo de desenvolvimento econômico adotado e as dificuldades encontradas para encaminhar soluções à crise econômica a partir da segunda metade da década de 1970 foram determinantes para um crescente questionamento político e social do regime autoritário. Já a partir daquele período, um processo político de confrontação entre “o sistema que se organizou em torno da ditadura (e que buscou perpetuar-se através de concessões liberais, da abertura política, da recriação de antigas e novas lideranças associadas ao velho regime para comprometê-las, aparentemente, com as mudanças democráticas e reciclá-las para adaptar-se às novas circunstâncias) e uma proposta de real democratização que emergiu do movimento popular e foi ganhando corpo”,²⁴³ configurou um contexto histórico de “transição política” cujo desfecho foi o fim do regime autoritário em 1985.

A “transição política”, porém, ocorreu sem grandes rupturas, dentro da lógica expressa pelo general-presidente Ernesto Geisel ainda na década de 1970, segundo o qual a transição do regime autoritário para um regime político mais aberto deveria ser “lenta, gradual e segura”. Reproduziu-se, nesse sentido, um expediente historicamente adotado pelas forças sociais e políticas representativas dos interesses do capital, ou seja, a “contra-revolução”, uma maneira de fazer frente a configurações históricas de forças sociais e políticas vinculadas à classe trabalhadora no País. Como observa Octávio Ianni:

... sempre que há um avanço político das forças populares (operários, camponeses, camponeses e operários, setores médios urbanos) as classes dominantes, mesmo débeis, juntam as suas forças para garantir e fortalecer o Estado burguês. Em todas as ocasiões de grande ascenso político popular, quando o Estado esteve ameaçado, as classes e frações de classes agrárias, comerciais, bancárias e industriais, nacionais e estrangeiras, buscam criar ou refazer o bloco de poder, de modo a garantir e fortalecer o aparelho estatal...²⁴⁴

²⁴² Wilson CANO, *Soberania e política econômica na América Latina*, p. 296.

²⁴³ Theotônio dos SANTOS, *Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República*, p. 243.

²⁴⁴ Octavio IANNI, *Pensamento social no Brasil*, p. 239.

Foi naquele contexto, portanto, que as “rachaduras nas vigas de sustentação do velho Estado” decretaram a crise final do regime militar-autoritário e impulsionaram um processo (controlado de cima) de “abertura democrática”.²⁴⁵ E foi dentro daquela lógica de mudanças (controladas e avessas a rupturas) que o primeiro governo civil após o período militar-autoritário (governo de José Sarney – 1985 – 1989) ainda tentou, através de ensaios heterodoxos e ortodoxos de enfrentamento da crise econômica, recuperar a capacidade estruturante do “estado desenvolvimentista” e impulsionar uma nova fase de crescimento econômico.²⁴⁶ A instabilidade do capitalismo no País, no entanto, se agravou ainda mais²⁴⁷ e o primeiro governo civil após a “redemocratização” terminou em profunda crise política, mostrando-se impotente diante do quadro de agravamento da crise econômica e social no País.

Para as forças sociais e políticas representativas do capital no Brasil, o contexto histórico de “transição democrática” representou um período caracterizado pela impotência do governo diante do agravamento da crise econômica, por pressões externas (em especial dos organismos representativos do capitalismo internacional, FMI e Banco Mundial) em favor da abertura da economia e de reformas neoliberais no Estado, pelo crescimento da capacidade política dos movimentos populares e de trabalhadores no País, pelo crescente ceticismo em relação ao padrão desenvolvimentista de condução do capitalismo no País.²⁴⁸ Em consequência, observou-se uma importante reorientação política e ideológica da burguesia no País, em favor não da reconstituição do “estado desenvolvimentista”, mas, numa outra direção, em favor de sua reestruturação neoliberal e da ampliação do grau de “enquadramento” do capitalismo do País em relação ao capitalismo internacional.²⁴⁹

²⁴⁵ Basílio SALLUM JR. *O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo*, p. 25.

²⁴⁶ Durante o governo Sarney (governo da “Nova República”), a política econômica do governo brasileiro se orientou através da apresentação e execução de cinco planos econômicos: Plano Cruzado I (fevereiro de 1986), Plano Cruzado II (novembro de 1986), Plano Bresser ou Plano de Consistência Macroeconômica ((abril de 1987) e o Plano Verão (em janeiro de 1989). Wilson CANO, *Soberania e política econômica na América Latina*, p. 213 et. seq.

²⁴⁷ Como indicado na introdução desta tese, durante a década de 1980 a economia brasileira cresceu numa média de apenas 2,2% ao ano, justificando a afirmação de economistas segundo os quais aquela década foi uma “década perdida” para o capitalismo no País.

²⁴⁸ Basílio SALLUM JR. *O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo*, p. 26.

²⁴⁹ IDEM, *Ibid.*, p. 26.

No final da década de 1980, a candidatura de Luis Inácio Lula da Silva (do Partido dos Trabalhadores) no segundo turno das primeiras eleições diretas para Presidente da República depois da “abertura democrática”, comprometida com a implementação de um “projeto de desenvolvimentismo democrático e distributivista”,²⁵⁰ e vinculada a um conjunto de forças sociais e políticas que (naquela conjuntura) se contrapunham diretamente aos interesses do capital no País, consolidou entre amplos e hegemônicos setores da burguesia a posição de distanciamento em relação a uma “saída desenvolvimentista” para a crise econômica do País e em favor de uma reorientação neoliberal do modelo de desenvolvimento capitalista no País.

Nesse sentido, a vitória de Fernando Collor de Melo nas eleições presidenciais de 1989 foi expressão da preponderância política alcançada pela proposta burguesa de reorientação neoliberal do capitalismo no Brasil. E, em decorrência, marcou o início de um processo histórico de danificação do “arcabouço institucional” desenvolvimentista e da reorientação do capitalismo no Brasil num sentido neoliberal, “anti-estatal e internacionalizante”.²⁵¹

A partir da década de 1990, portanto, *um projeto neoliberal de reestruturação do capitalismo* passou a orientar as políticas governamentais no Brasil. A implementação desse projeto, naquela década, teve expressão no governo de Fernando Collor de Melo (1990 – 1992), que iniciou o processo de ruptura com o modelo de desenvolvimento capitalista até então adotado e implementou as primeiras reformas neoliberais no Estado e na economia. A hegemonia daquele projeto, no entanto, foi alcançada em 1994, com o lançamento do Plano Real e com a eleição de Fernando Henrique Cardoso para Presidente da República.

Embora sua campanha (com forte apelo publicitário) tenha sido centralizada na moralização do Estado e no controle da inflação (vencer a inflação com “um tiro só” e moralizar o País através da “caça aos marajás”), o programa político apresentado pelo candidato Fernando Collor de Melo possuía uma forte afinidade com a reorientação política e ideológica neoliberal promovida a partir da segunda metade da década de 1980 por amplos setores da burguesia no País. Seu programa político defendia a abertura da economia nacional, a reestruturação do Estado brasileiro, através de uma reforma administrativa (objetivando enxugar

²⁵⁰ IDEM, *Ibid.*, p. 27.

²⁵¹ IDEM, *Ibid.*, p. 27.

o quadro funcional público e reordenar as funções entre os governos federal, estaduais e municipais) e de um processo de privatização de empresas públicas, e a desregulamentação da economia, afirmando que a ação do Estado “bloqueava” a “modernização do País”.²⁵²

Sob o ponto de vista da política econômica adotada, o governo de Fernando Collor de Melo foi um fracasso. Enquanto esteve no governo, lançou dois planos de estabilização econômica: o primeiro, logo no início de seu governo (Plano Collor I), envolvendo medidas na área monetária, fiscal e administrativa,²⁵³ intensificou a estagnação econômica do País (em que pese ter baixado a inflação nos primeiros meses após seu anúncio)²⁵⁴ e, com o confisco de ativos financeiros que atingiu parcelas significativas da população, criou um clima de enorme desconfiança política no País; na mesma direção, o segundo plano não conseguiu controlar a inflação e agravou ainda mais o movimento paralisante da economia do País (a inflação fechou o ano de 1991 com um acumulado de 480% e o PIB nacional cresceu apenas 1,0% naquele ano).²⁵⁵ Durante o ano de 1992, último ano em que Collor esteve no governo, o movimento geral da economia brasileira seguiu a mesma tendência: a recessão econômica continuou (o PIB caiu 0,5%) e a inflação continuou crescendo (acumulando um aumento de 1200% no ano).²⁵⁶

²⁵² Martin CLARET (org.). *O fenômeno Collor*.

²⁵³ Na área monetária, o Plano Collor I causou maior impacto. Entre as medidas anunciadas estavam a criação de uma nova moeda (o cruzeiro, em substituição ao cruzado novo) e o confisco de valores acima de cinquenta mil cruzados novos depositados em qualquer conta bancária, com promessa de devolução após quinze meses. Na área fiscal, o plano econômico extinguiu vários subsídios estatais, elevou as alíquotas de alguns impostos e criou novos tributos. Na área administrativa, o plano anunciou privatizações de empresas estatais, fechamento de órgãos públicos e demissões de funcionários públicos (visando reduzir drasticamente o déficit público). Wilson CANO, *Soberania e política econômica na América Latina*, p. 234.

²⁵⁴ A inflação baixou de 81% (mês de março) para 10% nos meses de abril e maio; contudo, em dezembro já alcançou os 19%, totalizando 1.800% no ano de 1990. Wilson CANO, *Soberania e política econômica na América Latina*, p. 234.

²⁵⁵ Entre as principais medidas anunciadas com o Plano Collor II estavam: congelamento de preços por prazo indeterminado; unificação das datas-base de reajuste dos salários da iniciativa privada, reajustados pela média real dos últimos 12 meses; correção dos aluguéis pela média dos últimos 12 meses e reajustados a cada seis meses, conforme aumento dos salários; imposição da tablita para contratos; forte reajuste (em torno de 60%) das tarifas e preços público e corte dos subsídios ao pão e ao trigo; fortes gastos nos gastos públicos; extinção dos fundos com operação sobre o overnight e do BNT (Bônus do Tesouro Nacional); criação da TR (Taxa de Juros de Referência) fixada pelo Banco Central, como pré-fixador de correção monetária; criação de vários fundos de aplicação financeira. IDEM, *Ibid.*, p. 234.

²⁵⁶ IDEM, *Ibid.*, p. 235.

O fracasso da política econômica adotada, o agravamento da crise social, a frágil base política no Congresso Nacional, a desconfiança de diferentes setores da burguesia em relação a medidas econômicas adotadas,²⁵⁷ o “seu arrogante autoritarismo”²⁵⁸ e as crescentes denúncias de corrupção envolvendo pessoas diretamente ligadas ao Presidente minaram rapidamente a legitimidade política do governo Collor e culminaram na aprovação, pelo Congresso Nacional, do seu *impeachment*, em setembro de 1992.

De qualquer forma, enquanto esteve no governo Collor de Melo deu início às reformas neoliberais no Estado e na economia no País: promoveu a abertura da economia, extinguindo a maior parte das barreiras não-tarifárias existentes até então e estabelecendo um cronograma de redução das tarifas de importação no País (entre 1990 e 1994, a tarifa média de importação no Brasil baixou de 48% para 15,4% e a máxima de 156% para 44,6%);²⁵⁹ desregulamentou os fluxos de capital internacional no País;²⁶⁰ promoveu uma reforma administrativa, demitindo funcionários públicos, fechando entidades públicas e dando início a um processo de privatização de estatais.²⁶¹ Mais do que isso, a vitória de Collor de Melo e seu governo foi de grande importância histórica na constituição de “uma nova hegemonia burguesa no Brasil: a hegemonia das concepções e das propostas neoliberais”.²⁶² Como afirma Boito Jr.:

A apologia do mercado e da empresa privada, como espaços da eficiência e da iniciativa inovadora e progressista, e a correspondente condenação do Estado e das empresas públicas, como o espaço do desperdício, do burocratismo e dos privilégios, são idéias que ganharam

²⁵⁷ Como afirma Ricardo Antunes, diferentes setores do capital no País, muitos ameaçados por algumas medidas do governo Collor (imposto sobre grandes fortunas, progressividade ao imposto territorial rural e ao da propriedade urbana e, mesmo a abertura da economia), “começaram a perceber que a aventura eleitoral, desencadeada para derrotar uma candidatura de esquerda e fundada em expressivo leque de forças sociais e políticas, levou a uma situação inusitada e catastrófica, dada a simultaneidade e intensidade com que despontou: crise econômica, recessão intensificada, crise social brutal, corrupção compulsiva, tensão militar, desequilíbrio e instabilidade política, com possibilidades de fratura institucional...”. Ricardo ANTUNES, *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*, p. 18.

²⁵⁸ Wilson CANO, *Soberania e política econômica na América Latina*, p. 228.

²⁵⁹ Wilson CANO, *Soberania e política econômica na América Latina*, p. 247.

²⁶⁰ IDEM, *Ibid.*, p. 248.

²⁶¹ IDEM, *Ibid.*, p. 250.

²⁶² Armando BOITO JR., *Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil*.

a condição de verdadeiro “senso comum”, difundindo-se e penetrando, de modo desigual e às vezes contraditório, porém largamente, no conjunto da sociedade brasileira, inclusive, portanto, nas classes populares...²⁶³

Com o *Impeachment* de Collor de Melo, o seu vice, Itamar Franco, assumiu a Presidência da República. Durante o período em que esteve no governo, Itamar Franco manteve o projeto neoliberal de Collor²⁶⁴ e, *através da implantação do Plano Real* (fundamental para a eleição de Fernando Henrique Cardoso para Presidente, em 1994), *lançou as bases para a consolidação da hegemonia do projeto neoliberal no Brasil*.

A implantação do Plano Real teve início, portanto, ainda durante o governo Itamar Franco e, até o lançamento da nova moeda, o Real, em julho de 1994, compreendeu diferentes fases.

Em junho de 1993, o governo Itamar Franco lançou um conjunto de medidas econômicas (que recebeu o nome de Programa de Ação Imediata – PAI) objetivando equilibrar o déficit orçamentário previsto para o ano de 1993 e que compreendeu cortes nos gastos públicos, programas visando melhorar a eficiência dos mecanismos de recolhimento de impostos, retomada do pagamento das dívidas dos estados e dos municípios junto ao governo federal, recuperação financeira dos bancos federais, melhoria e expansão do programa de privatizações.²⁶⁵

Em agosto de 1993, então visando equilibrar o orçamento federal de 1994, o governo Itamar conseguiu aprovar junto ao Congresso Nacional um novo conjunto de medidas econômicas que, além de prever cortes e maior controle nos gastos públicos, criou o Fundo Social de Emergência (que mais tarde mudaria para Fundo de Estabilização Fiscal), garantindo ao governo central a concentração de 18% do

²⁶³ IDEM, *Ibid.*, p. 80.

²⁶⁴ A título de exemplo, enquanto esteve no governo Itamar Franco deu continuidade ao projeto de desestatização da economia lançado por Collor de Melo. Privatizou 15 empresas, num processo caracterizado pela “ênfase no uso de moeda corrente nas aquisições, conclusão da desestatização do setor siderúrgico, ampliação do uso de créditos contra o Tesouro Nacional como meio de pagamento, venda de participações acionárias minoritárias do Estado e eliminação da discriminação contra a participação do capital estrangeiro. Com efeito, a partir desse período, permitiu-se a participação de investidores estrangeiros em até 100% do capital votante das empresas alienadas...”. Juarez de SOUZA, *Críticas à construção de um Estado neoliberal no Brasil (1987 – 2002: 15 anos de profundas mudanças)*, p. 5.

²⁶⁵ Wilson CANO, *Soberania e política econômica na América Latina*.

orçamento federal, com o qual superou “entraves de vinculação prévia de receitas e gastos” e criou “graus de liberdade orçamentária para seus propósitos”.²⁶⁶

Em fevereiro de 1994 foi anunciado o Plano de Estabilização (mais tarde denominado Plano Real), tendo como principal medida a criação da Unidade Real de Valor (URV), um indexador básico da economia que visou eliminar a memória inflacionária (com anos de inflação, os agentes econômicos passaram a indexar preços aos índices inflacionários, criando um círculo vicioso de aumento de preços). Inicialmente, o governo promoveu a passagem compulsória dos salários (com base na média do salário real dos últimos quatro meses – novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994) e, após, a conversão de todos os preços e contratos dos setores público e privado para a URV;²⁶⁷ por fim, em julho de 1994, foi estabelecida a conversão da URV em Real, a nova moeda, numa proporção de uma URV (que, então, valia CR\$ 2.750,00) = 1 Real, e, também, ficou definida a “âncora cambial” concebida no Plano, sendo a taxa de câmbio fixada em US\$ 1 = R\$ 1, “com o apoio e a garantia das reservas em dólar acumuladas desde 1993, mas sem a instituição da conversão do Real em dólar”.²⁶⁸

A implantação do Plano Real, no entanto, não implicou somente o conjunto de medidas elencadas no parágrafo anterior. Primeiro, por que as medidas econômicas adotadas somente se tornaram possíveis porque se apoiaram numa política de abertura da economia às importações, com o aprofundamento da queda das alíquotas de importação, com a quebra de barreiras para a entrada de capital estrangeiro no mercado financeiro, seguidas pela alta nas taxas de juros (estratégica para a atração de um grande fluxo de capitais em curto prazo, disponíveis no mercado mundial a partir dos anos 1990), e num elevado nível de reservas cambiais (que, em junho de 1994, chegaram a US\$ 40 bilhões). Mas é importante destacar, igualmente, que além dessas medidas econômicas, as reformas no Estado (em especial, as

²⁶⁶ IDEM, *Ibid.*, p. 236.

²⁶⁷ No caso do setor privado, a conversão dos preços e contratos para a URV não ocorreu de forma compulsória, de tal sorte que os preços somente foram convertidos em URV às vésperas da introdução do Real (em julho de 1994). Isso possibilitou um aumento de preços em Cruzeiro Real, o que foi altamente positivo para o Plano, pois, uma vez implantada a nova moeda, os preços se alinharam não a partir de uma pressão para cima, mas, ao contrário, como já tinham sido elevados, a partir de pressões para reduzi-los. Luiz FILGUEIRAS, *História do Plano Real*, p. 106-07.

²⁶⁸ Luiz FILGUEIRAS, *História do Plano Real*, p. 108.

reformas tributária, administrativa e previdenciária) e na ordem econômica (com a aprovação da quebra dos monopólios estatais, da isonomia entre capital nacional e capital estrangeiro e da desregulamentação de atividades e mercados que até então eram considerados estratégicos para o País), somadas à política de privatizações, se constituíram em “dimensões cruciais do Plano Real” e da consolidação da hegemonia do projeto neoliberal a partir de então.²⁶⁹

Cabe ainda uma importante observação em relação ao Plano Real. Aquele plano, mais do que um plano de estabilização econômica, se constituiu numa estratégia política e econômica sustentada pelos setores hegemônicos da burguesia no País e vinculada à estratégia internacional do processo de mundialização do capital que, sob a pressão de órgãos internacionais (FMI e Banco Mundial, em especial), obrigou o governo brasileiro a ajustar a economia do País dentro de uma lógica de abertura comercial, desregulamentação financeira e cambial, controle do déficit público, reestruturação do Estado (com amplo processo de privatização),²⁷⁰ para atender aos interesses do capital mundializado, em especial para absorver o excesso de liquidez existente a partir da década de 1990.²⁷¹ O Plano Real, nesse sentido, reafirmou o velho “enquadramento colonial” a que o Brasil esteve sujeito ao longo de sua história. Como afirma Filgueiras (2006), “nunca antes, a política econômica no Brasil havia sido tão reflexa, determinada de fora para dentro do país e de forma quase imediata, como nesse ‘modelo econômico’ que vem sendo construído a partir do Plano Real”.²⁷²

Essa observação torna-se importante, inclusive, para que se possa compreender as oscilações que a economia brasileira apresentou a partir de então e durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1998). Durante aquele período, a economia brasileira apresentou quatro fases principais, profundamente vinculadas às

²⁶⁹ IDEM, *Ibid.*, p. 109.

²⁷⁰ A partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, o processo de privatização compreendeu cinco setores: as privatizações no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (ou seja, dentro do programa estabelecido ainda durante o governo Collor), as privatizações no setor ferroviário, as privatizações no setor elétrico, as privatizações no setor de telecomunicações e as privatizações realizadas no âmbito estadual. Em função dessa ampliação, durante a década de 1990 (mais especificamente, até março de 1999) foram privatizadas 87 empresas no âmbito federal e 28 empresas no âmbito estadual. Adilson Marques GENNARI, *Mundialização do capital e reformas privatizantes no Brasil e na Inglaterra*, p. 7.

²⁷¹ José Luis FIORI, *Os moedeiros falsos*.

²⁷² FILGUEIRAS, *História do Plano Real*, p. 117.

oscilações que, naquela conjuntura, o movimento geral do capitalismo internacional apresentou.

A primeira fase (entre julho de 1994 e março de 1995) foi de expansão econômica. O lançamento da nova moeda, a queda da inflação (de 46,60%, em junho, para 3,34% em agosto), o aumento das compras em prazo (decorrente da ampliação do número de prestações, em que pese as elevadas taxas de juros), a baixa remuneração nominal das aplicações financeiras (com retirada dos recursos para o consumo), a nova política salarial (que não indexou os salários, mas, no entanto, definiu reajustes salariais para cada categoria de trabalhadores na respectiva data-base), o favorecimento às importações através de uma queda abrupta das alíquotas do Imposto de Importação (o que foi funcional para manter baixos índices inflacionários) e uma política cambial que sobrevalorizou o real frente ao dólar, aceleraram o ritmo de crescimento no restante do ano de 1994 e no primeiro trimestre de 1995 (o PIB cresceu 5,8% em 1994).²⁷³

Um efeito direto da liberalização das importações e da sobrevalorização do real foi observado com um imediato desequilíbrio na balança comercial do País²⁷⁴ que, inicialmente, foi compensado pela entrada de capitais estrangeiros e pela diminuição das reservas em dólar (acumuladas no período anterior à implantação do Real). Em dezembro de 1994, porém, com a eclosão de uma crise cambial no México, a cotação do dólar baixou em todos os mercados internacionais e o Brasil “começou a perder rapidamente reservas, em virtude da saída dos capitais especulativos, temerosos com a possibilidade de se repetir aqui o mesmo fenômeno ocorrido no México”.²⁷⁵

A crise cambial no México, assim, marcou o início de uma segunda fase pós-Real. Visando amenizar os efeitos daquela crise, o governo Fernando Henrique Cardoso (que assumiu em primeiro de janeiro de 1995) tomou um conjunto de medidas que tiveram como efeito a desaceleração das atividades econômicas. Diante da fuga dos capitais especulativos, além da elevação das taxas de juros e da desvalorização do Real, o governo brasileiro adotou as seguintes medidas: reduziu os prazos de consórcios e do número de prestações nas compras a prazo, elevou as alíquotas do Imposto de Importação de mais de cem produtos de consumo durável, incentivou a exportação e a

²⁷³ IDEM, *Ibid.*, p. 120-22.

²⁷⁴ Entre novembro de 1994 e março de 1995, o déficit acumulado na balança comercial brasileira foi de US\$ 3,55 bilhões. IDEM, *Ibid.*, p. 123.

²⁷⁵ Luiz FILGUEIRAS, *História do Plano Real*, p. 125.

entrada de capitais especulativos (através da retirada ou diminuição do IOF – Imposto sobre Operações Financeiras) e estabeleceu quotas de importação para automóveis;²⁷⁶ além disso, promoveu cortes no orçamento da União, mudou a data de pagamentos dos salários dos funcionários públicos, reduziu as despesas de custeio das estatais e dos bancos federais e incluiu a Companhia do Vale do Rio Doce no programa de privatizações.²⁷⁷ Visando sinalizar ao capital mundializado e especulativo que o Brasil não corria o mesmo caminho do México, o governo brasileiro promovia, assim, uma recessão econômica, que resultou na diminuição do crescimento econômico (em 1995, o PIB brasileiro cresceu 4,2%, depois de ter alcançado 5,9% no ano de 1994), no crescimento da inadimplência de empresas e pessoas físicas e no aumento das falências e concordatas.²⁷⁸

A terceira fase pós-Real teve início em abril de 1996 e durou até junho de 1997.²⁷⁹ Com o restabelecimento de uma “normalidade” nos mercados financeiros internacionais (observado naquele período), com a melhora das contas externas do País e, também, motivado por um ano eleitoral (em 1996 ocorreram as primeiras eleições municipais após o Plano Real e, nesse sentido, a uma vitória eleitoral das forças políticas que davam sustentação ao governo Fernando Henrique Cardoso foi dado, evidentemente, um significado especial para a própria política econômica adotada), o governo promoveu uma diminuição lenta das taxas de juros, incentivando as compras a prazo que, empurrados com os gastos públicos maiores (funcionais num ano eleitoral), permitiu um crescimento da economia do País na ordem de 2,7% no ano de 1996.²⁸⁰

A partir de julho de 1997, a economia brasileira entrou num novo período de recessão. Dessa vez, a “crise asiática”, que atingiu vários países da Ásia (Tailândia, Malásia, Indonésia, Filipinas, Hong Cong, Coreia do Sul), muitos dos quais até então tidos como “tigres” na fase da mundialização do capital, promoveu uma nova fuga de capitais no Brasil. Como resposta, o governo elevou as taxas de juros para incríveis 43% ao ano, tomou medidas para incentivar a entrada de capitais estrangeiros no País e, em dezembro daquele ano, anunciou “medidas de ajuste fiscal e competitividade”, entre as quais as principais foram:

²⁷⁶ IDEM, *Ibid.*, p. 126-7.

²⁷⁷ IDEM, *Ibid.*, p. 127-8.

²⁷⁸ IDEM, *Ibid.*, p. 130.

²⁷⁹ IDEM, *Ibid.*, p. 133.

²⁸⁰ Luiz FILGUEIRAS, *História do Plano Real*, p. 133-34.

demissão de 33 mil funcionários públicos não estáveis da União; suspensão dos reajustes salariais do funcionalismo público; redução de 15% dos gastos do governo para o ano de 1998; aumento da alíquota do Imposto de Renda de Pessoa Física em 10% e redução das deduções; elevação das alíquotas incidentes sobre automóveis; majoração dos preços dos derivados de petróleo e álcool.²⁸¹

Em agosto de 1997, porém, mais uma crise mundial agravou ainda mais a situação econômica do País. Naquele mês, a Rússia decretou moratória de sua dívida externa e promoveu a desvalorização de sua moeda, o Rublo, intensificando a já existente instabilidade dos mercados financeiros internacionais. Como resposta, o governo brasileiro elevou novamente as taxas de juros (para absurdos 49%) e, em outubro, anunciou um novo “pacote fiscal”, para o período entre 1999 e 2001 (Programa de Estabilidade Fiscal), prevendo cortes nas despesas estatais e aumento nas receitas. O objetivo dessas medidas era o mesmo: “de um lado, conseguir superávits primários nas contas públicas e, de outro, reduzir o nível de atividade econômica, buscando a redução dos déficits na balança comercial, através da diminuição das importações e do incitamento às exportações”.²⁸²

Contudo, naquele momento, os efeitos da instabilidade dos mercados financeiros internacionais foram maiores e o governo brasileiro precisou recorrer ao Fundo Monetário Internacional. Assim, em dezembro de 1998, o Brasil assinou um acordo com o FMI, através do qual o governo Fernando Henrique Cardoso recebeu empréstimos na ordem de U\$ 41,5 bilhões e, em troca, submeteu sua política econômica a um conjunto de “metas impostas” por aquele organismo internacional: comprometer-se com um resultado primário (total do setor público) de 3,1% em 1999, 3,25% em 2000 e 3,35% em 2001, com corte de gastos em todos os setores; limitar o déficit nominal para 4,7% do PIB; manter a dívida pública em torno de 50% do PIB; alterar as taxas de juros com “consulta prévia ao FMI”; manter o regime de câmbio que era então seguido (com bandas e alargamento gradativo); limitar a emissão monetária, com promessa de reduzir os depósitos compulsórios dos bancos junto ao Banco Central; manter a inflação baixa permanentemente; expandir o processo de privatização de empresas estatais, incluindo setores de eletricidade, saneamento, Instituto de Resseguros do Brasil e bancos públicos; manter uma reserva

²⁸¹ IDEM, *Ibid.*, p. 137.

²⁸² IDEM, *Ibid.*, p. 140.

internacional líquida na ordem de US\$ 38,5 bilhões de dólares (excluído o financiamento do FMI); ampliar, no máximo, a dívida pública de curto prazo de US\$ 6 bilhões para US\$ 10 bilhões; promover reformas flexibilizantes no mercado de trabalho, no sistema tributário e dar continuidade à flexibilização no sistema financeiro.²⁸³

Fernando Henrique Cardoso chegou, assim, ao final de seu primeiro governo, tendo como grande conquista do projeto neoliberal implementado o controle da inflação. Depois de um longo período convivendo com altos índices inflacionários que, em 1994, chegou alcançar índices superiores aos 2000%, a partir de 1995 os índices inflacionários apresentaram uma queda significativa chegando, em 1998, a menos de 1% (0,47%, segundo os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE).²⁸⁴ No entanto, a combinação da abertura comercial, da sobrevalorização cambial e das altas taxas de juros teve um efeito catastrófico sobre a dinâmica de desenvolvimento econômico e social do País. O crescimento pífio do PIB no período, o processo de desnacionalização da economia brasileira, o crescimento do déficit da balança comercial, da dívida externa, da dívida líquida do setor público, do déficit público operacional de todo o setor público e do desemprego são ilustrativos.

Quanto ao desempenho da economia brasileira, como já foi referido, ao longo do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso o PIB brasileiro apresentou uma queda significativa: depois de alcançar um crescimento de 5,85% em 1994, cresceu 4,22% em 1995, 2,66% em 1996, voltou a subir para 3,60% em 1997, caindo, em 1998, para -0,12%.²⁸⁵

O processo de privatizações de empresas estatais e de serviços de infra-estrutura, a submissão da indústria do País “à concorrência predatória de importações e de investimentos estrangeiros”,²⁸⁶ o abandono do sistema de fomento estatal ao desenvolvimento econômico, foram fatores determinantes para um processo de desnacionalização da economia brasileira, sendo ilustrativo que, entre 1994 e 1998, o número de aquisições de empresas brasileiras por empresas estrangeiras tenha crescido 146%.²⁸⁷

²⁸³ Wilson CANO, *Soberania e política econômica na América Latina*, p. 241-2.

²⁸⁴ Luiz FILGUEIRAS, *História do Plano Real*, p. 155.

²⁸⁵ Luiz FILGUEIRAS, *História do Plano Real*, p. 168.

²⁸⁶ Wilson SUZIGAN, João FURTADO, *Política industrial e desenvolvimento*, p. 190.

²⁸⁷ Luiz FILGUEIRAS, *História do Plano Real*, p. 163.

A balança comercial brasileira, depois de acumular um superávit de US\$ 60,3 bilhões de dólares entre 1990 e 1994, no período entre 1995 e 1998 acumulou um déficit de US\$ 23,7 bilhões, em especial devido ao aumento das importações.²⁸⁸

A dívida externa bruta do Brasil que, entre 1990 e 1994 cresceu US\$ 25,5 bilhões (passou de US\$ 122,8 bilhões para US\$ 148,3 bilhões), no período entre 1995 e 1998 cresceu US\$ 77,1 bilhões (alcançou a cifra de US\$ 226,4 bilhões).²⁸⁹ A dívida líquida total do setor público, num contexto caracterizado por taxas de juros de quase 30% ao ano, que correspondia a 29,2% do PIB em 1994, alcançou a cifra de 388 bilhões de reais (42,6% do PIB) em dezembro de 1998.²⁹⁰

O déficit público operacional de todo o setor público, que em 1994 apresentava um superávit de 1,4% do PIB, alcançou “a incrível marca de 7,71% do PIB em dezembro de 1998”.²⁹¹

Por fim, quanto ao desemprego, é ilustrativo que a região metropolitana de São Paulo, onde se concentra o maior contingente de trabalhadores do País, passou de 8,7%, em 1989, para 18,2%, em 1998.²⁹²

Durante a campanha eleitoral de 1998, Fernando Henrique garantiu a continuidade da “estabilidade econômica” que, a partir de então, seria acompanhada com uma política “menos conservadora” em termos de desenvolvimento econômico, comprometendo-se com a implementação de políticas mais ativas de crescimento econômico.

Logo no início de 1999, no entanto, o seu governo precisou administrar uma crise no balanço de pagamentos do país que o levou, em decorrência, a promover três grandes mudanças em relação à política econômica adotada durante seu primeiro mandato: a) o regime de câmbio fixo foi substituído por uma política de câmbio flutuante; b) o regime monetário, até então atrelado à defesa das bandas cambiais, foi substituído pelo sistema de metas inflacionárias estabelecido pelo Banco Central; c) o regime fiscal foi alterado com o compromisso de manter superávits fiscais primários elevados e crescentes, visando garantir uma trajetória confiável na relação entre a dívida do Estado e o PIB e, com

²⁸⁸ IDEM, *Ibid.*, p. 152.

²⁸⁹ IDEM, *Ibid.*, p. 153.

²⁹⁰ IDEM, *Ibid.*, p. 175.

²⁹¹ IDEM, *Ibid.*, p. 175.

²⁹² DIEESE, *A situação do trabalho no Brasil*, p. 53.

isso, garantir o pagamento da dívida do Estado (e de seus serviços) junto aos credores externos.²⁹³

Sob o ponto de vista do desempenho da economia brasileira, o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso deu continuidade às oscilações entre períodos de crescimento econômico e períodos de estagnação econômica, num vai e vem diretamente vinculado com a dinâmica da economia internacional no período. Assim, durante o ano de 1999, em virtude das dificuldades econômicas enfrentadas no início do ano e da implementação das novas medidas econômicas, a economia brasileira apresentou crescimento nulo.

Durante o ano de 2000, a economia apresentou um reaquecimento (o PIB brasileiro cresceu 4,4% no ano 2000), em decorrência do retorno dos capitais estrangeiros (atraídos pelas altas taxas de juros e pela possibilidade de comprar ativos de empresas brasileiras num momento em que o dólar estava bastante valorizado), mas, também, do crescimento da produção industrial no País, do aumento das exportações (favorecidas com a descompressão propiciada pelo câmbio flutuante) e a retomada do crédito, em especial para os setores de bens de capital e de consumo duráveis.

Em 2001, com uma crise econômica na Argentina, mas, fundamentalmente, em decorrência de uma crise na economia norte-americana, o Real voltou a se desvalorizar, ocorreu um movimento intenso de saída de capitais no País, o governo precisou recorrer novamente ao FMI (na ocasião tomou empréstimo no valor de US\$ 15,6 bilhões), as taxas de juros no País foram elevadas e a economia do País se desacelerou, “com o PIB crescendo apenas 1,5%”.²⁹⁴

Por fim, em 2002, na mesma direção, o País viveu uma nova crise cambial, com grande fuga de capitais e desvalorização do Real, o que obrigou o governo a recorrer novamente ao FMI (buscando empréstimo de US\$ 30 bilhões de dólares), elevar as taxas de juros e cortar gastos públicos (dentro do processo de monitoramento externo da política econômica implicado nos acordos estabelecidos com o FMI), com impactos negativos sobre as atividades econômicas no País; em consequência, o PIB voltou a crescer apenas 1,51%.²⁹⁵

Cabe notar que as mudanças na política econômica, a partir das quais o governo Fernando Henrique Cardoso flexibilizou o câmbio,

²⁹³ Fabrício OLIVEIRA; Paulo NAKATANI, *A política econômica do crescimento insustentável*.

²⁹⁴ Luiz FILGUEIRAS, *História do Plano Real*, p. 229.

²⁹⁵ IDEM, *Ibid.*, p. 230.

estabeleceu metas inflacionárias e um regime fiscal mais “draconiano”, não reverteram “a vulnerabilidade externa da economia e a fragilidade do setor público”, fatores determinantes para o fraco desempenho econômico do primeiro governo.²⁹⁶

É verdade que a balança comercial apresentou uma melhora se comparada com o seu primeiro governo: de um déficit acumulado no período entre 1995 e 1998, o Brasil alcançou um superávit de US\$ 13,9 bilhões de dólares no período entre 1999 e 2002, como resultado da diminuição das importações e de um favorecimento às exportações.²⁹⁷

No entanto, dado principalmente a política de juros altos mantida pelo governo, a fragilidade financeira do setor público aumentou (no período entre 1999 e 2002, a dívida líquida do setor público se elevou de R\$516,6 bilhões, em dezembro de 1999, para R\$ 881,1 bilhões, em dezembro de 2002), em que pese os superávits primários perseguidos e alcançados, o aumento da carga tributária bruta (que se elevou de 28% do PIB em 1995 para 36% do PIB em 2002) e a criação de uma “Lei de Responsabilidade Fiscal” (criada em 2000 com o objetivo de “disciplinar” os gastos públicos nas três esferas governamentais – municipal, estadual e nacional).²⁹⁸

A inflação, colocada como a grande conquista do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, voltou a subir a partir de 1999: 8,94% em 1999, 5,97% em 2000, 7,67% em 2001 e 12,53% em 2002.²⁹⁹ O crescimento econômico do País, como já indicado, foi medíocre, com reflexos sobre a situação de desemprego no País; depois de um crescimento significativo do desemprego durante toda a década de 1990, a partir de 1999 os índices de desemprego nas principais regiões metropolitanas do País mantiveram-se elevadas.³⁰⁰

²⁹⁶ IDEM, *Ibid.*, p. 230.

²⁹⁷ Luiz FILGUEIRAS, *História do Plano Real*, p. 241.

²⁹⁸ IDEM, *Ibid.*, p. 250-52.

²⁹⁹ De acordo com os índices do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). IDEM, *Ibid.*, p. 235.

³⁰⁰ O DIEESE realiza pesquisas mensais, desde a década de 1990, em seis das principais regiões metropolitanas do Brasil: Belo Horizonte, Distrito Federal, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo. Em 1999, os índices de desemprego nessas regiões eram os seguintes: Belo Horizonte – 17,9%; Distrito Federal – 21,6%; Porto Alegre – 19,0%; Recife 22,1%; Salvador – 27,7%; São Paulo – 19,3%. DIEESE, *A situação do trabalho no Brasil*, p. 53. Em 2002, os dados apresentados pelo DIEESE nessas mesmas regiões metropolitanas eram os seguintes: Belo Horizonte – 18,1%; Distrito Federal – 20,7%; Porto Alegre – 15,3%; Recife – 20,3%; Salvador – 27,3%; São Paulo – 19,0%. IDEM, *Pesquisa de Emprego e Desemprego nas Regiões Metropolitanas do Brasil* – dezembro de 2006.

Fernando Henrique Cardoso terminava, assim, seu segundo governo. Portanto, um período de oito anos na Presidência da República. Como traço geral daquele período, a execução de uma política econômica que priorizou a estabilidade econômica (controle inflacionário), promoveu ampla abertura da economia nacional, favoreceu os investimentos do capital mundializado (em especial o capital financeiro especulativo), subordinou a dinâmica das políticas governamentais às imposições dos organismos internacionais do capitalismo (Banco Mundial e FMI), estagnou a economia nacional e agravou a situação de precariedade do trabalho no País.

2.2. O desenvolvimento subnacional no contexto da reestruturação do capitalismo no Brasil

Um fenômeno notável e observado no contexto da execução do projeto neoliberal no Brasil (em especial a partir de 1994) foi o acirramento do caráter competitivo das políticas subnacionais de desenvolvimento no País. Utilizando-se de subsídios e de renúncias fiscais, os principais governos subnacionais travaram uma verdadeira “guerra fiscal” visando manter os investimentos já localizados em seus respectivos territórios, mas, principalmente, atrair os investimentos diretos que as empresas multinacionais, num quadro de mundialização do capital e de políticas nacionais de atração ao capital estrangeiro, realizaram no País. A disputa pelos investimentos da indústria automobilística, nesse sentido, foi emblemática.

Foi no setor automobilístico que, durante os anos noventa, os investimentos na indústria brasileira foram concentrados. A partir de 1994, com o lançamento do Plano Real, o governo brasileiro aprofundou a abertura da economia nacional e, ao mesmo tempo, privilegiou alguns setores da economia, entre os quais a indústria automobilística. Assim, ainda em 1995, o governo Fernando Henrique Cardoso criou o “Novo Regime Automotivo”, com o qual pretendeu atrair novas empresas, manter em funcionamento grandes empresas do setor já instaladas no País, contribuir para uma reestruturação das empresas automobilísticas e reforçar a posição do Brasil no MERCOSUL – Mercado Comum do Sul.³⁰¹ Supunha-se que, mais do que contribuir para o crescimento econômico e para a criação de novos empregos, a instalação de novas

³⁰¹ Glauco ARBIX, *Guerra fiscal e competição intermunicipal por novos investimentos no setor automotivo*, p. 47.

fábricas da indústria automobilística teria um importante papel na atração de novos investimentos e de novas tecnologias, o que seria significativo para que os concorrentes nacionais pudessem se “modernizar”.

Como resultado, dezesseis grandes empresas automobilísticas se instalaram no Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. No entanto, ao contrário da década de 1950, quando seus investimentos ficaram concentrados especialmente no estado de São Paulo, na década de 1990 as empresas automobilísticas promoveram uma relativa descentralização geográfica. Uma razão importante para isso foi, sem dúvida, “a guerra fiscal e de oferta deflagrada entre estados e municípios à procura de IDE (Investimentos Diretos Estrangeiros)”.³⁰² Argumentando principalmente que os investimentos da indústria automobilística tinham um potencial muito grande para a dinamização das economias locais (transferência de tecnologias, integração de setores econômicos pertencentes à cadeia produtiva da indústria automobilística etc.), além da promoção de empregos, os governos subnacionais que entraram na disputa (especialmente dos estados do Paraná, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, da Bahia e do Rio Grande do Sul) comprometeram-se com planos de incentivos que envolviam não somente investimentos em infra-estrutura e isenções fiscais, mas, também, financiamentos em dinheiro para que as empresas implantassem suas unidades de produção em seus respectivos territórios.³⁰³

É importante destacar que a reestruturação do capitalismo ocorrida nas últimas décadas do século XX, ao mesmo tempo em que criou as condições históricas para que o capital pudesse adotar uma “conduta global”, impulsionou uma crescente “transnacionalização dos espaços econômicos”, o que significa dizer que os “espaços econômicos” (uma cidade, uma região, uma subnação, mesmo uma

³⁰² Glauco ARBIX, *Guerra fiscal e competição intermunicipal por novos investimentos no setor automotivo*, p. 52.

³⁰³ IDEM, *Ibid.* Ainda que apresentando algumas pequenas diferenças, de modo geral a instalação de uma fábrica de automóveis em um dos estados anteriormente referidos teve como contrapartida do poder público subnacional as seguintes condições: fornecimento de infra-estrutura necessária para a instalação das fábricas; isenção de impostos estaduais e locais por períodos superiores a dez anos; concessão de empréstimos financeiros com taxas de juros subsidiadas; criação de garantias estatais, financeiras e legais; concessão de benefícios adicionais (tais como fornecimento de transporte coletivo aos trabalhadores, creches para seus filhos, medidas ambientais). IDEM, *Ibid.*, p. 56.

nação) ganharam importância enquanto “possibilidades alternativas” de valorização para o capital.³⁰⁴

Isso não significa afirmar, evidentemente, que o “desenvolvimento local” foi integrado à economia mundial, criando-se possibilidades para que forças sociais e políticas localmente localizadas pudessem, através da valorização dos recursos materiais e humanos existentes em seus respectivos territórios, autopromover o desenvolvimento local. Como já foi dito neste trabalho, a mundialização do capital ocorrida nas últimas décadas do século XX não esteve comprometida com a integração de espaços econômicos, como muitas vezes a acepção “globalização da economia” parece indicar. A mundialização do capital mostrou-se altamente seletiva e excludente, colocando-se como expressão do fortalecimento do poder de dominação do capital em escala mundial, o que lhe atribuiu possibilidades crescentes de “escolher, em total liberdade”, quais os países e regiões eram de seu interesse, podendo, inclusive, promover “desconexões forçadas”, ou seja, retirar do circuito dos investimentos mundiais não somente determinados países, mas, também, áreas continentais inteiras.³⁰⁵

Por outro lado, “a rigor, a história do capitalismo pode ser vista como a história da mundialização”.³⁰⁶ Desde seus primórdios, o modo de produção capitalista expande-se continuamente, integra (e reintegra) os mais diversos espaços e “as mais diferentes formas sociais de vida e de trabalho”, “cria e recria as forças produtivas e as relações de produção”, implica “simultânea concentração e centralização do capital”.³⁰⁷ Nessa perspectiva histórica, o modo de produção capitalista é um “processo civilizatório” que, face à “necessidade de mercados cada vez mais extensos”, transforma continuamente “as condições de vida e de trabalho, os modos de ser de indivíduos e coletividades, em todos os cantos do mundo”.³⁰⁸

Nas últimas décadas do século XX, o modo de produção capitalista deu continuidade à sua *marcha na história*, absorvendo espaços, volatilizando realidades (econômicas, sociais, políticas e

³⁰⁴ Dinizar BECKER, *Necessidades e finalidades dos projetos regionais de desenvolvimento local*, p. 72.

³⁰⁵ François CHESNAIS, *A mundialização do capital*, p. 18.

³⁰⁶ Octavio IANNI, *A sociedade global*, p. 55.

³⁰⁷ IDEM, *Ibid.*, p. 53-4.

³⁰⁸ IDEM, *Ibid.*, p. 59.

culturais) sólidas e estáveis, dissolvendo relações fixas e cristalizadas,³⁰⁹ promovendo uma verdadeira “mercantilização” dos modos de vida e de trabalho, localmente localizados, em esfera mundial. No contexto da mundialização do capital, portanto, os espaços locais foram transformados em potencialidades do processo de mercantilização: mesmo características locais, como, por exemplo, estilos culinários, expressões culturais típicas (dança, música, folclore etc.), áreas de preservação ambiental, mas, também, a educação, a saúde, o consumo de energia, a telefonia etc. puderam ser transformados em “nichos de mercado”, explorados e adaptados à lógica de valorização do capital mundializado. É nesse sentido, inclusive, que a mundialização do capital, ao mesmo tempo em que homogeneíza os espaços globais, explora as diferenciações locais.

... quanto mais unificado o espaço, mais importantes se tornam as características da fragmentação para nossa identidade e ação social. A livre circulação do capital pela face do globo (...) coloca uma forte ênfase nas qualidades particulares dos espaços para os quais esse capital poderia ser atraído. O encurtamento do espaço, que põe em concorrência comunidades diferentes em todo o globo, implica estratégias competitivas voltadas para o local e um senso aguçado de percepção do que torna um deles especial e lhe confere vantagem competitiva. Esse tipo de reação interessa-se muito mais pela identificação do local, pelo reforço e identificação de suas qualidades excepcionais em um mundo cada vez mais homogêneo, mas também fragmentado.³¹⁰

Ainda antes de contar com a liberalização econômica e com as facilidades proporcionadas pelo Estado neoliberal, a reestruturação do modo de produção capitalista implicava uma ampla reorganização nas formas de produção e de trabalho que ressaltava os espaços locais. Contando com uma intensa revolução técnico-científica e organizacional, que ampliou de uma forma gigantesca as possibilidades de centralização e de concentração do capital em esfera mundial, desde a década de 1970 as grandes empresas capitalistas promoviam reestruturações produtivas, não somente transformando os modos de

³⁰⁹ Karl MARX & Friedrich ENGELS, *Manifesto do Partido Comunista*.

³¹⁰ David HARVEY, *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, p. 271.

trabalhar e de produzir no âmbito dos locais de trabalho, mas, também, descentralizando o processo produtivo e deslocando fases desse processo para diferentes espaços onde as condições de exploração dos recursos naturais e humanos mostravam-se mais favoráveis para a acumulação de capital.

As transformações técnico-científicas, em especial nas áreas da informação e da comunicação, facilitaram enormemente o deslocamento do capital para diferentes regiões do mundo, explorando as “particularidades do local”, sem, contudo, perder a capacidade de controle simultâneo do trabalho e da produção. Como afirma Chesnais, a teleinformática (ou “telemática”), resultado da convergência entre “os novos sistemas de telecomunicações por satélite e a cabo, as tecnologias de informatização e a microeletrônica”, criou, para as grandes empresas e para os bancos, possibilidades enormes “de controlar a expansão de seus ativos em escala internacional e de reforçar o âmbito mundial de suas operações”³¹¹ Assim, a teleinformática permitiu, principalmente às grandes empresas, a ampliação de suas relações de terceirização (mesmo com empresas situadas a milhares de quilômetros), o deslocamento de tarefas rotineiras para indústrias “que se valem grandemente de informática”, a fragmentação de processos de trabalho e de produção, criando novas formas de trabalho, mais flexíveis e capazes de economizar tanto força-de-trabalho quanto capital.³¹² De modo que “pequenas diferenças naquilo que o espaço (local) contém em termos de oferta de trabalho, recursos, infra-estrutura” assumiram crescente importância.³¹³

A liberalização e a desregulamentação proporcionadas pelo Estado neoliberal a partir da década de 1980 ampliaram as possibilidades do capital explorar as particularidades dos espaços locais. As condições como recursos naturais, força-de-trabalho, capacidade do mercado consumidor, somaram-se as políticas de renúncia fiscal e de incentivos públicos, a socialização dos custos com infra-estrutura e inovações tecnológicas, as políticas monetárias, as taxas de juros (atraentes ao capital financeiro), as modalidades de desregulamentação econômica e de liberdade comercial, a legislação trabalhista (com tendência a favorecer maior flexibilidade nos mercados de trabalho, nos empregos, nos salários e nas condições de empregabilidade).

³¹¹ François CHESNAIS, *A mundialização do capital*, p. 28.

³¹² IDEM, *Ibid.*, p. 28.

³¹³ David HARVEY, *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, p. 263.

A partir de então, principalmente os grandes grupos econômicos alcançaram um grau de liberdade até então não existente para explorar uma “ampla gama de circunstâncias geográficas”.³¹⁴ Essa mobilidade alcançada pelo capital aumentou significativamente seu poder junto ao Estado, pois ela não só permitiu o deslocamento dos investimentos para regiões onde as condições são mais favoráveis para a valorização do capital como, também, transformou essas condições em pressupostos político-ideológicos de pressão junto aos governos para que esses promovessem (e/ou ampliassem) mudanças estruturais no Estado e elaborassem políticas de incentivos ao capital, caso quisessem atrair novos investimentos ou, então, manter investimentos já existentes.

Nesse sentido, a valorização da dimensão local no contexto da mundialização do capital teve uma funcionalidade política e ideológica para o capital. Os governos, tanto nacionais quanto subnacionais, passaram a receber pressões dos dois lados: por um lado, o grande capital mundializado colocou como condição para a realização de investimentos a maior liberdade econômica possível, cobrando condições especiais para a sua valorização; por outro lado, o capital localmente localizado passou a pressionar o Estado para que promovesse mudanças estruturais e desenvolvesse políticas de incentivo à “economia local”, tornando essa mais competitiva no “mercado globalizado”.³¹⁵

Não se pode esquecer, ainda, que o grau de mobilidade alcançado pelo capital transformou-se num importante mecanismo político e ideológico de luta contra os trabalhadores. O domínio ampliado do espaço de que passou a dispor o capital transformou-se num dos meios de redefinição das relações entre capital e trabalho. Claro que, historicamente a mobilidade geográfica e a descentralização da produção foram utilizadas pelo capital “contra um poder sindical que se concentrava tradicionalmente nas fábricas de produção em massa”.³¹⁶ No entanto, com o processo de mundialização do capital ocorrido a partir das últimas décadas do século XX, essas possibilidades foram significativamente ampliadas, pois a fuga de capitais, os investimentos produtivos em determinadas regiões caracterizadas pela fraca ou nula organização política dos trabalhadores, a desindustrialização de regiões com tradição de lutas e de conquistas sociais e políticas pela classe

³¹⁴ IDEM, *Ibid.*, p. 265.

³¹⁵ Luís BASSO, *Neoliberalismo, empresa moderna e organização espacial*, p. 58.

³¹⁶ David HARVEY, *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, p. 263.

trabalhadora, num contexto em que diferentes governos (tanto nacionais quanto subnacionais) passaram a promover disputas (muitas vezes ferrenhas) pelos investimentos mundiais existentes (produtivos e financeiros), transformaram-se em estratégias utilizadas principalmente pelo grande capital.

Note-se, porém, que naquele contexto de mundialização do capital, quando, principalmente as grandes empresas adquiriram condições históricas favoráveis para “submeterem” os “espaços locais” à lógica de valorização de seus investimentos, os espaços locais não ficaram totalmente passivos. Se a mundialização do capital atentou para as condições favoráveis que o “local” podia lhe oferecer (“se os capitalistas se tornam cada vez mais sensíveis às qualidades espacialmente diferenciadas de que se compõe a geografia do mundo”),³¹⁷ os “espaços locais”, também e muitas vezes, transformaram-se em espaços de lutas, onde grupos, instituições sociais e políticas, classes sociais, governos, procuraram articular-se para que “condições mais adequadas” de (diferentes formas de) *inserção* ou *de resistência* ao processo de mundialização do capital pudessem ser implementadas.

São atores locais, regionais e internacionais; empresários, governos, entidades internacionais, sindicatos, consumidores, entidades não governamentais, etc., todos eles inseridos em complexas redes de conflito, competição e cooperação. Muitas dessas redes parecem estar baseadas em espaços territorialmente circunscritos no âmbito sub-nacional (...) cuja lógica de ação pode estar referida tanto ao plano nacional, como ao plano supranacional, e, desse modo, remontando-se a grandes regiões ou mesmo tendo os circuitos da economia global mais ampla como sua referência. Na imensa maioria desses casos, os esforços de coordenação (...) geralmente desafiam fronteiras e limites político-administrativos, articulando novos e antigos atores ao redor de disputas estratégicas que constituem novas territorialidades...³¹⁸

³¹⁷ David HARVEY, *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, p. 266.

³¹⁸ Nadya GUIMARÃES; Scott MARTIN. *Competitividade e desenvolvimento: atores e instituições locais*, p. 16.

Evidentemente, essas “redes de articulação política” compreenderam diferentes visões e diferentes estratégias de *inserção* ou de *resistência* do espaço local no contexto da mundialização do capital, inclusive vinculadas às classes populares e de trabalhadores.

Algumas forças sociais e políticas localmente localizadas passaram a defender que o espaço local deveria ser articulado, dentro de uma dinâmica política democrática e horizontalizada e em torno de interesses regionais de reprodução da vida, numa perspectiva de “construção de uma inserção diferenciada e alternativa no processo global de desenvolvimento contemporâneo”.³¹⁹ Dessas articulações políticas e sociais resultaram experiências históricas que, em diferentes partes do mundo, mobilizaram-se visando resistir à exclusão social, à precarização do trabalho, ao declínio das políticas públicas, à destruição ambiental e da biodiversidade, ao desemprego, à subordinação do desenvolvimento aos interesses do capital mundializado.³²⁰ Essas experiências históricas, analisadas a partir de uma perspectiva que Boaventura de Souza Santos chama de “hermenêutica das emergências”, não apenas resistiram à hegemonia neoliberal, mas, também, protagonizaram processos sociais com pretensão de afirmar modelos de desenvolvimento econômico e social contrapostos ao modelo neoliberal.

As análises teóricas e os trabalhos empíricos que adotam a perspectiva do desenvolvimento alternativo são muito variados. Contudo, todos eles partilham de um conjunto de pressupostos e propostas que constituem a coluna vertebral da teoria. Em primeiro lugar, o desenvolvimento alternativo é formulado com base em uma crítica de fundo à estrita racionalidade econômica que inspirou o pensamento e as políticas de desenvolvimento dominantes. (...). O desenvolvimento econômico é concebido como uma forma de promover melhores condições de vida para a população em geral, e para os setores marginalizados em particular. (...). Em segundo lugar, contra o desenvolvimento ‘a partir de cima’, esta perspectiva propõe um desenvolvimento de base, ou ‘de baixo para cima’ (...). A iniciativa e o poder de decisão sobre o desenvolvimento, longe de ser competência exclusiva do Estado e das elites econômicas, deve residir na sociedade civil. (...). Em

³¹⁹ Dinizar BECKER, *Necessidades e finalidades dos projetos regionais de desenvolvimento local*, p. 144.

³²⁰ Boaventura de Souza SANTOS, *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*.

terceiro lugar, o desenvolvimento alternativo privilegia a escala local, tanto como objetivo de reflexão como de ação social. (...). Em quarto lugar, o desenvolvimento alternativo (...) propõe alternativas baseadas em iniciativas coletivas, geralmente plasmadas em empresas e organizações econômicas populares de propriedade e gestão solidária que tentam contrariar, por um lado, a separação entre capital e trabalho e, por outro, a necessidade de recorrer à ajuda estatal...³²¹

Por outro lado, dentro de uma lógica de inserção (ou adaptação) ao processo de mundialização do capital, o espaço local passou a ser articulado “de forma especializada, setorializada”, através da ação conjunta de governos, instituições universitárias e de pesquisa, empresas, entidades empresariais, mesmo instituições vinculadas direta ou indiretamente com setores populares e de trabalhadores, e como “resposta estratégica” do local (um município, uma região formada por um conjunto de municípios, uma subnação) diante do ambiente competitivo e seletivo decorrente da mundialização do capital. Essas “respostas estratégicas”, muitas vezes expressaram interesses econômicos, sociais e políticos auto-afirmados, definidos a partir das possibilidades e dos desafios colocados pela mundialização do capital e visualizados pelos agentes econômicos e políticos localmente localizados, mas, também, expressaram processos de articulação “verticalizada e hierarquizada” entre forças sociais, econômicas e políticas localmente localizadas e os “interesses econômicos-corporativos transnacionalizados da reprodução do capital”.³²² De qualquer maneira, constituíram ações coletivas expressivas de articulações em redes políticas e associativas, cujos sujeitos coletivos entendiam que era necessário ter um projeto de “desenvolvimento local” que, ao mesmo tempo, adaptasse a situação local aos padrões de competitividade impostos pela mundialização do capital e inserisse o espaço local nas redes transnacionais de investimentos.

Porém, é importante enfatizar que muitas estratégias produtivas localmente localizadas *se constituíram a partir de uma visão de inteira submissão ao processo de mundialização do capital*, decorrente da

³²¹ Boaventura de Souza SANTOS, *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*, p. 46-7.

³²² Dinizar BECKER, *Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos*, p. 19.

crença de que todo aumento no fluxo de transações e de informações dos “países em desenvolvimento” com as redes internacionais do capital mundializado (principalmente do setor produtivo) impulsiona processos de reestruturação produtiva e de aumento da competitividade que resultam em maior eficiência do parque produtivo local, com elevação generalizada dos índices de produtividade do trabalho.³²³ Nessa perspectiva, “as comunidades regionais”,

... não vêem outra alternativa a não ser aceitar a lógica do desenvolvimento contemporâneo. Por isso, reagem sendo submissos à dinâmica do sistema, aceitando as oportunidades que são oferecidas. É a tal da dependência submissa. Nessa forma de reação, a única possibilidade de se desenvolver uma determinada região é servir aos interesses dos conglomerados, transnacionalizados, concedendo-lhes todas as facilidades. Em alguns casos, doando fábricas inteiras. É a velha e atrasada fórmula de se fazer o desenvolvimento, concentrando investimentos e renda e, assim, gerando todo o tipo de desequilíbrios regionais e desigualdades sociais.³²⁴

Essa concepção de “desenvolvimento local”, em muitas regiões do mundo, como é o caso brasileiro, tornou-se ainda mais evidente durante a década de 1990, com a crise do Estado desenvolvimentista e as experiências de governos neoliberais que se seguiram e que comprometeram ainda mais a capacidade estruturante do Estado nacional. Como já foi referido neste trabalho, a partir da década de 1990 os governos brasileiros deram maior importância às forças do mercado, através de políticas de abertura comercial e de desregulamentação econômica, ao mesmo tempo em que promoveram uma reestruturação no Estado, através de concessões de serviços públicos à iniciativa privada e privatizações de empresas estatais, reformas administrativas objetivando reduzir o tamanho da máquina estatal, maior controle dos gastos públicos visando diminuir o déficit público.

Ao mesmo tempo em que a capacidade estruturante do Estado nacional era crescentemente comprometida, as esferas estaduais e municipais passaram a ser mais responsabilizadas pelos problemas

³²³ Glauco ARBIX, *Desenvolvimento regional e guerra fiscal entre estados e municípios no Brasil*, p. 271.

³²⁴ Dinizar BECKER, *Necessidades e finalidades dos projetos regionais de desenvolvimento local*, p. 133.

sociais e econômicos existentes no País. Aproveitando-se de mudanças constitucionais alcançadas no contexto da democratização, os governos brasileiros descentralizaram funções e obrigações (nas áreas de saúde, educação, segurança, habitação etc.), o que, de certa forma, se tornou funcional para as forças sociais e políticas que conduziram as reformas neoliberais no Estado nacional.

Não se deve esquecer, ainda, que mesmo organismos internacionais importantes no processo de mundialização do capital, tais como o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, passaram a apoiar e a incentivar uma maior atribuição de funções às esferas subnacionais. Nessa direção, durante os anos 1990, argumentando que o fracasso de políticas de desenvolvimento estava ligado à falta de participação dos “segmentos da comunidade” (setores que são direta ou indiretamente afetados por programas ou projetos de desenvolvimento), essas instituições internacionais passaram a recomendar e a apoiar que a iniciativa privada, a “sociedade civil” e o Estado, especialmente nas suas esferas municipais e subnacionais, colocassem-se como parceiros ativos na formulação e execução de projetos de desenvolvimento local.³²⁵

Dessa forma, portanto, a partir dos anos 1990 a discussão em torno do desenvolvimento subnacional se intensificou no Brasil, e as políticas estatais, aquelas que se definem no plano subnacional e nas quais atuam instituições governamentais de âmbito municipal, regional e estadual, passaram a ser apontadas como instrumentos importantes não somente na execução de estratégias de desenvolvimento, mas, também, de inserção no processo de mundialização do capital.

Claro que a preocupação com estratégias de desenvolvimento subnacional no Brasil não se colocou como um fenômeno novo no cenário político e econômico da década de 1990. O uso de subsídios e de renúncias fiscais pelos governos subnacionais, por exemplo, como meios de elaboração de políticas estaduais de desenvolvimento, já era uma prática permanente dos governos estaduais no Brasil pelo menos desde a década de 1960.³²⁶

Não se pode esquecer, nesse sentido, como, aliás, é amplamente registrado pela bibliografia que analisa a “questão regional” no Brasil, que a dinâmica histórica de desenvolvimento do capitalismo no País ocorreu dentro de uma lógica de concentração geográfica em poucos

³²⁵ Pedro BANDEIRA, *Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional*.

³²⁶ Sergio PRADO, *Guerra fiscal e políticas de desenvolvimento estadual no Brasil*.

estados e, em especial, no estado de São Paulo. Especialmente a partir da década de 1930, o crescimento industrial da região Sudeste se transformou num “árbitro e orientador” de uma divisão regional do trabalho no País, redefinindo a divisão anterior (economias regionais, fragilmente interligadas entre si e, predominantemente, vinculadas ao mercado externo) e estabelecendo uma “economia nacional regionalmente localizada”.³²⁷ Constituiu-se no País, portanto, uma integração nacional comandada por uma região (a região Sudeste) e solidificada em significativas desigualdades inter-regionais.

Como demonstram os estudos de Wilson Cano, a integração nacional ocorrida a partir da década de 1930 (e da região Sudeste) não estagnou o desenvolvimento econômico das outras regiões que formam o País, pois a “integração do mercado nacional” ocorrida a partir daquela década gerou três tipos de efeitos: a) *os efeitos de bloqueio*, que limitaram as possibilidades de reprodução do processo histórico observado na região Sudeste em outras regiões; b) *os efeitos de destruição*, decorrentes da concorrência da indústria paulista (como melhores condições de competitividade no mercado interno) com os produtos industriais de outras regiões; c) *os efeitos de estímulo*, resultado de relações de complementaridade entre as diferentes regiões induzidas pelo centro dinâmico de desenvolvimento, ou seja, a região Sudeste.³²⁸ Os *efeitos de estímulo*, porém, enfatiza Cano, superaram os efeitos de bloqueio e de destruição e, nesse sentido, em que pese o maior crescimento do estado de São Paulo, agravando ainda mais a concentração regional no País,

.. essa concentração (...) não causou atraso ou estagnação à periferia nacional (...). Pelo contrário, o restante do país experimentou taxas elevadas de crescimento, graças às maiores articulações econômicas com São Paulo e entre as várias regiões. Ou seja, a economia paulista, sendo o núcleo da acumulação produtiva do país, ao crescer aceleradamente, impulsionava também o crescimento de seus complementos econômicos espaciais (as demais regiões)...³²⁹

³²⁷ Francisco de OLIVEIRA, *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste: planejamento e conflitos de classes*, p. 70.

³²⁸ Wilson CANO, *Raízes da concentração industrial em São Paulo*.

³²⁹ Wilson CANO, *Desconcentração produtiva regional do Brasil (1970 – 2005)*, p. 38-9.

De qualquer forma, a dinâmica de desenvolvimento capitalista adotada no País a partir daquela década se deu com alto grau de concentração regional e, no período entre 1930 e 1970, quando o Brasil “apresentou uma das maiores taxas de crescimento econômico do mundo capitalista”, o estado de São Paulo cresceu “a taxas anuais superiores à média nacional”, concentrando parcelas crescentes do PIB nacional: entre 1929 e 1970, a participação de São Paulo na produção industrial brasileira saltou de 37,5% para 58,1%.³³⁰

A crescente concentração econômica num único estado mobilizou, ainda durante a década de 1940, antigas e novas reivindicações por uma maior equidade regional e federativa no País. Em decorrência, especialmente a partir da década de 1950, quando uma nova dinâmica de industrialização no País foi impulsionada, os próprios governos federais passaram a definir metas e instrumentos de políticas públicas objetivando descentralizar regionalmente a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Diniz (2001) analisa a importância de quatro “grandes blocos de políticas ou ações que atuaram de forma simultânea” para a desconcentração regional a partir da década de 1950. Em primeiro lugar, a construção de Brasília, “elemento de maior impacto na integração econômica do território brasileiro”, por sua localização no centro do País, por ter impulsionado o desenvolvimento de uma infra-estrutura de ligação (especialmente rodoviária) entre diferentes regiões do País e por ter facilitado a incorporação produtiva dos cerrados, “viabilizando a expansão da extensa fronteira agrícola do Centro-Oeste brasileiro”.³³¹ Em segundo lugar, as políticas ou ações desenvolvidas através de um sistema de incentivos fiscais, implementados especialmente através das Superintendências de Desenvolvimento Regional (SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste; SUDAN – Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia; SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus), que “tiveram importância decisiva na atração de um grande número de projetos para as regiões Norte e Nordeste”.³³² Em terceiro lugar, o bloco de investimentos em infra-estrutura (transporte, energia, telecomunicações), desenvolvidos a partir da segunda metade da década de 1950, que foram importantes para a expansão produtiva de regiões de “menor nível de

³³⁰ IDEM, *Ibid.*, p. 36.

³³¹ Clélio Campolina DINIZ, *A questão regional e as políticas governamentais no Brasil*, p. 10-1.

³³² Clélio Campolina DINIZ, *A questão regional e as políticas governamentais no Brasil*, p. 15.

desenvolvimento”.³³³ Em quarto lugar, os investimentos produtivos realizados através das empresas estatais, maioria deles realizados “fora dos centros mais desenvolvidos, contribuindo para a desconcentração produtiva e para a redução das desigualdades regionais”.³³⁴

Claro que essas ações e políticas estatais não questionaram a preponderância econômica da região Sudeste e, na mesma direção, do estado de São Paulo.³³⁵ Porém, a “questão regional” ganhou importância na discussão sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A partir de então o Estado Nacional foi crescentemente pressionado pelas diferentes regiões para praticar uma “política compensatória”, voltada, principalmente, para aquelas regiões mais marginalizadas no processo histórico de desenvolvimento capitalista no País (regiões Norte e Nordeste); mas, também, e na mesma direção, os governos subnacionais passaram a ter uma participação maior na definição de projetos de desenvolvimento para seus respectivos territórios.

Nesse sentido é importante destacar que, pelo menos desde a década de 1960, as “burguesias estaduais” articulam-se politicamente junto aos seus governos estaduais visando criar melhores condições de desenvolvimento econômico para seus respectivos territórios. Essa articulação política sempre teve duas direções principais: por um lado, é uma articulação política visando defender “interesses regionais” junto ao Estado nacional, pressionando os governos federais para que os investimentos sejam direcionados para seus estados ou regiões, dentro do contexto de descentralização do desenvolvimento capitalista no País que se observou a partir da década de 1950; por outro lado, trata-se de uma articulação política visando o desenvolvimento de instrumentos próprios (estaduais) de incentivo ao desenvolvimento econômico, em especial através de políticas fiscais favoráveis aos investimentos do capital. Como afirma Alves (2001), quase todos os estados brasileiros iniciaram a década de 1990 “munidos de vários programas de incentivos, formulados com a experiência adquirida nos anos precedentes”.³³⁶

³³³ IDEM, *Ibid.*, p. 15.

³³⁴ IDEM, *Ibid.*, p. 16.

³³⁵ A região Sudeste continuou “quase monopolizando” a produção industrial do País: em 1990, essa região participava com 69% da produção industrial brasileira e somente o estado de São Paulo com 49%. Tânia ARAÚJO, *Brasil nos anos 90: opções estratégicas e dinâmica regional*, p. 13.

³³⁶ Maria Abadia da S. ALVES, *Guerra fiscal e finanças federativas: o caso do setor automotivo*, p. 13.

É verdade que durante o período autoritário (1964 – 1985), em especial a partir do governo Geisel (1974 – 1978), o uso de incentivos fiscais, como forma de impulsionar o desenvolvimento subnacional, foi inibido pela ação controladora do governo federal. Nessa direção, por exemplo, em 1975 o governo autoritário criou o CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária, com o qual pretendeu “promover ações necessárias à elaboração de políticas e harmonização de procedimentos e normas inerentes ao exercício da competência tributária dos Estados e do Distrito Federal”.³³⁷

O CONFAZ, formado por representantes de cada estado, mais o Distrito Federal, e por um representante do governo federal, objetivava definir critérios – consensuais – para a concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais no âmbito estadual, procurando evitar, ou pelo menos amenizar, conflitos fiscais entre os estados da federação.³³⁸

Contudo, a partir da década de 1980, o processo de democratização, a crise do “estado desenvolvimentista” e, a partir da década de 1990, a hegemonia neoliberal na condução das políticas governamentais em nível nacional, contribuíram significativamente para a afirmação dos espaços subnacionais como espaços de discussão e de execução de políticas de desenvolvimento econômico e de inserção no processo de mundialização do capital. Aliás, já com o processo de democratização observou-se uma relativa descentralização política e financeira do Estado brasileiro, atribuindo-se maior importância aos estados e aos municípios.³³⁹ Ao mesmo tempo, da crise do Estado desenvolvimentista resultou uma lacuna no que diz respeito à manutenção de políticas federais de desenvolvimento regional que, num período anterior, buscavam “atender às reivindicações de maior equidade regional e federativa”.³⁴⁰

Assim, a conjugação desses dois fatores, ainda durante a década de 1980, atribuiu

³³⁷ IDEM, *Ibid.*, p. 10.

³³⁸ IDEM, *Ibid.*, p. 10.

³³⁹ Como afirma Dulci (2000), entre os elementos importantes do processo de desmontagem do regime autoritário de 1964 que culminou na Constituição de 1988 “ocupava lugar de destaque um impulso muito claro de descentralização política e institucional, a traduzir-se em deslocamento de poder em favor de estados e municípios (...) porém, ela estimulou uma espécie de anomia no que diz respeito ao quadro tributário no âmbito da federação, ao atribuir a cada estado o poder de fixar autonomamente as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)...” Otávio Soares DULCI, *Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil*, p. 96.

³⁴⁰ Maria Abadia da S. ALVES, *Guerra fiscal e finanças federativas: o caso do setor automotivo*, p. 31.

... maior autonomia decisória aos governos subnacionais, fortalecendo as lideranças locais e favorecendo o surgimento de decisões mais individualizadas no âmbito da federação. Nesse sentido favoreceu também a elaboração de políticas estaduais de desenvolvimento e conseqüentemente a guerra fiscal. O resultado final, dado a ausência de um agente ordenador a nível nacional, teria sido a generalização do conflito fiscal entre os estados da federação brasileira.³⁴¹

Quando a década de 1990 chegou, o projeto neoliberal executado pelos governos nacionais descomprometeu ainda mais a esfera federal na definição de políticas e de instrumentos de coordenação inter-regional. Mais do que isso, “consolidou-se no âmbito do governo federal uma postura basicamente avessa as políticas industriais ativas, de caráter discricionário”,³⁴² aprofundando a lacuna no que diz respeito às políticas de desenvolvimento.

Num quadro histórico de descomprometimento do Estado nacional em relação ao desenvolvimento regional, de abertura da economia, de políticas de incentivos aos investimentos estrangeiros (ansiosos por condições favoráveis para a valorização do capital), de uma reconcentração espacial da indústria na região mais desenvolvida do país,³⁴³ “o terreno ficou livre para as disputas entre os estados por oportunidades e meios de desenvolvimento, a serem procurados cada um por si”.³⁴⁴

Foi, portanto, num quadro de comprometimento do Estado nacional no que diz respeito à definição de políticas de desenvolvimento e de integração econômicas das diferentes regiões do País, e num

³⁴¹ IDEM, *Ibid.*, p. 32.

³⁴² Otávio Soares DULCI, *Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil*, p. 96.

³⁴³ Essa é a conclusão de autores como Clélio Campolina Diniz sobre os impactos da reestruturação do capitalismo no Brasil (década de 1990) sobre a dinâmica regional de desenvolvimento no País. Segundo esse autor, em que pese o projeto neoliberal ter impactado negativamente sobre vários setores industriais do Centro-Sul do País, e alguns setores industriais (têxtil, calçados) terem se descolado para a região Nordeste, o que se observou durante a década de 1990 foi uma concentração industrial no Centro-Sul (na região que vai de Minas Gerais até o Rio Grande do Sul). Nessa região, mostra Diniz, na década de 1990 se concentrava 79% das aglomerações industriais existentes no País, sendo que 15% encontravam-se no Nordeste e apenas 6% nas regiões Norte e Centro-Oeste. Clélio Campolina DINIZ, *Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira*.

³⁴⁴ Otávio Soares DULCI, *Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil*, p. 96.

contexto de crescente abertura econômica e de inserção no processo de mundialização do capital, que os governos subnacionais passaram a ser crescentemente pressionados pelas burguesias de seus respectivos territórios para a definição de estratégias competitivas visando criar condições mais favoráveis tanto para o capital já localmente localizado quanto, mas, principalmente, para os capitais internacionais que, durante os anos 1990, investiram no País.

E, assim, os “espaços subnacionais” ganharam importância enquanto espaços de lutas, em especial para as forças representativas do capital (local, nacional e internacional), muitas vezes em confronto com forças sociais e políticas antagônicas à inserção subordinada dos espaços subnacionais à lógica da mundialização do capital. A política, nesse sentido, passou a ser uma dimensão fundamental de mediação entre a esfera subnacional e a mundialização do capital. E, nesse sentido, ainda que a mundialização do capital tenha se colocado como uma complexa rede de determinações, a dinâmica de ação/reação dos espaços locais em relação a essas determinações passou a ser impressa, de forma significativa, a partir da capacidade política das classes sociais com interesses localizados nos espaços subnacionais.

PARTE II

A formação de classe da burguesia industrial no Rio Grande do Sul no contexto da reestruturação do capitalismo no Brasil

Se o Rio Grande do Sul for inteligente ele negocia o que deve e mais um pouco. Se o Estado quiser tratar bem os empresários que trate; se quiser tratar mal, que agüente as conseqüências. Sem incentivos, o empresário vai buscar outro lugar, pois no mundo inteiro ele é peça rara, valorizada para fazer empreendimentos, atender o mercado, gerar empregos e pagar impostos.³⁴⁵

³⁴⁵ Jorge Gerdau Johannpeter, industrial brasileiro e liderança política da burguesia industrial no Rio Grande do Sul. A manifestação do industrial ocorreu no período posterior às eleições que, em 1998, elegeram Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT), governador do Rio Grande do Sul, e num momento em que se especulava a possibilidade do novo governo estadual cancelar as políticas de subsídios adotadas pelo governo anterior, de Antônio Britto. O grupo Gerdau, do qual o industrial Jorge Gerdau Johannpeter era presidente, tinha negociado com o governo de Antonio Britto subsídios estatais para a instalação de uma laminadora no município gaúcho de Nova Santa Rita.

3. Classe e formação de classe: um enfoque teórico para a análise da ação coletiva da burguesia industrial

Na bibliografia que analisa a burguesia industrial no Brasil a partir da transição do regime autoritário para um regime político mais aberto há concordância de que essa fração da burguesia brasileira intensificou sua atuação política, tendo importante participação em especial naqueles momentos de maior significado histórico no processo de “democratização” no País (eleições para o legislativo e o executivo, tanto em nível estadual quanto em nível nacional; elaboração da Carta Constitucional de 1988; pressão para a revisão constitucional durante a década de 1990).

No entanto, nessa mesma bibliografia tem presença marcante uma perspectiva teórica que, mesmo concordando com a afirmação acima, ressalta a “heterogeneidade de interesses”, o “espírito corporativo”, o “caráter restrito” de suas ações político-ideológicas e, nesse sentido, seu *baixo grau de articulação classista*.

Essa perspectiva teórica está representada, por exemplo, pelos estudos de Eli Diniz. Destaque-se que Eli Diniz tem uma contribuição muito importante na bibliografia que analisa a participação política da burguesia industrial no processo de consolidação do capitalismo industrial no Brasil.

Ainda durante a década de 1970, quando era predominante nas Ciências Sociais a tese segundo a qual a “burguesia nacional” era passiva e se acomodava diante do poder do Estado e do capital estrangeiro,³⁴⁶ Diniz enfatizou a relevância política da burguesia

³⁴⁶ Essa tese foi defendida tanto por Luciano Martins quanto por Fernando Henrique Cardoso. Segundo Martins, com o esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista (na década de 1960), as expectativas criadas em relação aos “atores sociais” daquele modelo (onde à “burguesia nacional” era atribuído um papel central) também se frustraram. No novo modelo que se configurou (“excludente”, “autoritário” e “dependente”), a atuação política dos “empresários industriais nacionais” tornou-se quase insignificante em termos de participação nas modificações históricas do País. Luciano MARTINS, *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*.

Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, não chegou a afirmar a existência de uma “incapacidade histórica” inerente à atuação política do “empresariado industrial brasileiro”,

industrial no desenvolvimento do capitalismo industrial no País a partir da década de 1930.³⁴⁷ Embora não discordando quanto à falta de hegemonia política da burguesia industrial naquele processo histórico, não aceitou que disso decorresse uma suposta “fragilidade política”. Demonstrou, assim, a influência e o poder político que especialmente as “elites industriais” possuíram junto aos centros de decisão estatal, argumentando ser possível perceber que os industriais constituíram, ao longo do processo de desenvolvimento do capitalismo no País, um modo de relacionamento com o Estado que permitiu uma intervenção ativa em questões que estavam diretamente vinculadas aos seus interesses corporativos.³⁴⁸

Coerente com essa perspectiva de análise, os estudos de Diniz sobre a participação política da burguesia industrial durante as décadas de 1980 e 1990 destacam sua capacidade de intervenção política junto às instâncias de decisão estatal. Ao mesmo tempo e, no entanto, enfatizam o *caráter restrito* dessa participação, tendo em vista a *heterogeneidade de interesses*, o *caráter corporativo* de seu comportamento político e a falta de uma “entidade de cúpula capaz de representar a totalidade da categoria empresarial na definição de estratégias globais de ação política”.³⁴⁹

Isso ficaria evidenciado, por exemplo, no debate em torno do papel do Estado e na defesa ao neoliberalismo. Segundo Diniz, a partir da década de 1980 os “industriais” tiveram participação importante no debate em torno do papel do Estado, assumindo o ideário neoliberal como orientação político-ideológica de seu discurso crítico ao Estado e ao modelo de desenvolvimento capitalista até então adotado no País. Entretanto, mostraram-se incapazes de “exercer a liderança do processo de mudança em direção a uma nova concepção de desenvolvimento”, baseada nos princípios (neoliberais) que defendiam,³⁵⁰ observando-se um descompasso entre a adesão ao neoliberalismo e “um padrão de

mas que, por força do modelo de desenvolvimento associado e dependente, esta fração da burguesia no País se acomodou ao processo, que ocorreu sem grandes rupturas e conjugando econômica e funcionalmente interesses do Estado, dos grandes grupos nacionais e internacionais. Fernando Henrique CARDOSO, *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil; Autoritarismo e democratização*.

³⁴⁷ Eli DINIZ, *Empresariado, estado e capitalismo no Brasil: 1930 – 1945*.

³⁴⁸ IDEM, *Ibid*.

³⁴⁹ IDEM; Renato BOSCHI, *Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil*, p. 54.

³⁵⁰ Eli DINIZ, *Neoliberalismo e corporativismo: as duas faces do capitalismo no Brasil*.

comportamento pautado pela prevalência das práticas corporativas”,³⁵¹

Assim, para o período posterior à “abertura democrática” no Brasil, Diniz destaca no comportamento político da burguesia industrial

... sua fraqueza enquanto ator coletivo, a despeito da força relativa de alguns de seus setores, da importância de seus recursos organizacionais, do porte econômico de muitas empresas e do peso das conexões pessoais de segmentos destas elites com as autoridades estatais. A baixa capacidade de ação conjunta, por sua vez, pode ser explicada em função de uma série de fatores (...) tais como, as características organizacionais da estrutura corporativa de representação de interesses instaurados nos anos 1930, especialmente a falta de uma organização de cúpula de caráter multi-setorial, capaz de agir e de falar em nome do conjunto da classe empresarial, a incapacidade histórica do empresariado no sentido de formular plataformas de teor abrangente incorporando demandas de outros setores, sobretudo da classe trabalhadora, a baixa tradição de acordos inter-idade e, finalmente, o papel do Estado como formulador/executor das políticas econômicas do país (...). Sob esse aspecto, a concentração do poder decisório na cúpula tecnocrática não favoreceu a reversão da tendência historicamente consolidada à utilização de vínculos informais e práticas de natureza clientelista como via de acesso às instâncias governamentais.³⁵²

Ora, a ênfase no “caráter corporativo”, na “heterogeneidade de interesses” e, mais do que isso, no reduzido grau de articulação classista da burguesia industrial no Brasil não somente relativiza a capacidade demonstrada por essa fração da burguesia no País a partir da década de 1980, mas, também, obscurece o significado histórico de sua participação política na consolidação do projeto neoliberal durante a década de 1990.

Claro que a heterogeneidade de interesses é constituinte da experiência de formação de classe da burguesia industrial no contexto histórico da “democratização” iniciada na década de 1980 e da consolidação da hegemonia de um projeto neoliberal de reestruturação

³⁵¹ IDEM, *Ibid.*, p. 37.

³⁵² IDEM; Luiz Carlos Bresser PEREIRA, *Depois do consenso neoliberal, o retorno dos empresários industriais?*, p. 15.

do capitalismo no País. Se tomarmos apenas como exemplo a abertura da economia ocorrida a partir do governo Collor de Melo (1990 – 1992), não é difícil constatar que a mesma impactou de forma diferente entre empresas, grupos econômicos, setores da economia, regiões do País. É compreensível, em decorrência, que essas diferenças tenham se manifestado no comportamento político não somente de empresas e grupos, mas, também, nas entidades de representação coletiva da burguesia industrial no País. Contudo, a constatação dessa heterogeneidade não relativiza a capacidade política demonstrada por essa fração da burguesia brasileira de atuar como força social e coletivamente mobilizada em defesa de seus interesses de classe, posicionando-se em favor de determinadas direções e projetos históricos no processo de reestruturação do capitalismo no País e contra direções e projetos defendidos por forças sociais e políticas identificadas como antagônicas aos seus interesses de classe.

Isso ficou evidenciado, durante a década de 1980, no apoio consensual ao processo de “abertura democrática”, *controlado de cima e sem grandes rupturas*; na ação articulada, em todo o País, em favor dos interesses de classe da burguesia e contra os interesses de classe trabalhadora, nos trabalhos de elaboração da Constituição de 1988; no apoio também consensual, no segundo turno das eleições presidenciais de 1989, ao projeto neoliberal de reestruturação do capitalismo representado por Fernando Collor de Melo, e contra o projeto de “desenvolvimentismo democrático e distributivista” representado por Luis Inácio Lula da Silva. Mas também na década de 1990, como será analisado nesta tese, em momentos cruciais daquela conjuntura como, por exemplo, na condução negociada do Impeachment de Fernando Collor de Melo, no apoio ao Plano Real, no apoio à eleição e à reeleição de Fernando Henrique Cardoso (em 1994 e 1998, respectivamente), na ação política permanente em favor da revisão constitucional.

Agora, essa articulação classista ocorreu num contexto histórico marcado por conflitos e contradições sociais decorrentes não somente do processo de “democratização”, mas, também, da reestruturação do capitalismo no País, num momento em que o próprio capitalismo se reestruturava em nível mundial. Nesse sentido, se faz importante adotar uma perspectiva de análise atenta à complexidade das relações entre as formas de atuação coletiva das classes sociais com as circunstâncias históricas concretas.

Adotar uma perspectiva de análise dessa natureza torna-se importante, inclusive, para uma compreensão mais clara da adesão da burguesia industrial no Brasil ao neoliberalismo. Concluir que essa

adesão está em descompasso com um padrão de comportamento baseado no corporativismo, como faz Diniz, obscurece o significado político e ideológico que o neoliberalismo assumiu junto à burguesia industrial, tanto em suas lutas relacionadas ao processo de democratização quanto na defesa ao projeto neoliberal de reestruturação do capitalismo no País. É aceitável a conclusão de que o posicionamento favorável ao neoliberalismo mistifica práticas de defesa de interesses corporativos e setoriais, incluindo-se aí demandas em favor da intervenção do Estado em momentos que empresas, grupos ou setores econômicos encontram dificuldades para enfrentar cenários de abertura da economia e de maior competição no mercado. No entanto, o neoliberalismo tem um significado histórico maior: desde sempre se colocou como um instrumento político e ideológico de crítica, por parte das forças sociais e políticas representativas dos interesses do capital, às propostas e aos projetos de democratização do Estado vinculados às classes trabalhadoras; mas, também, como fundamentação política e ideológica do processo de reestruturação capitalista iniciado ainda durante a década de 1970, como resposta à crise sistêmica vivenciada a partir daquela década pelo capitalismo em nível mundial.

Dessa forma, se a análise da adesão da burguesia industrial no Brasil ao neoliberalismo precisa estar atenta às incongruências e, mesmo, contradições entre um discurso que ressalta as virtudes do mercado e uma prática político-econômica que se acoberta sob o manto protetor da intervenção estatal, não pode se descuidar, de igual forma, da importância que essa concepção político-ideológica assumiu junto à burguesia no País na sua atuação em favor da *dissociação entre desenvolvimento capitalista e democracia* e, mais concretamente, contra as forças sociais e políticas que, desde a década de 1970, comprometeram-se com um projeto de reforma no Estado não num sentido privatizante, mas, ao contrário (como, aliás, já foi afirmado neste trabalho), com o intuito de torná-lo acolhedor “de certa parte das exigências que vêm de baixo”.

Dessa proposição não deve resultar, evidentemente, a conclusão de que se está tomando a articulação classista da burguesia industrial no Brasil como um dado. Antes, pelo contrário, sua capacidade de atuação social e coletivamente organizada precisa ser tomada como problema, como um processo a ser investigado. Uma classe não existe como uma entidade abstrata, com consciência e capacidade de atuação mecanicamente definidas a partir da posição que indivíduos e grupos ocupam no conjunto das relações sociais de produção numa determinada sociedade. Como afirma Edward Thompson,

... as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção, fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta de sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real...³⁵³

É preciso atentar, nesse sentido, para as lutas sociais que indivíduos e grupos (inseridos numa sociedade estruturada por meio de relações sociais de produção) enfrentam numa determinada conjuntura histórica para, a partir disso, desvendar as condições a partir das quais compartilham interesses, formam uma consciência coletiva em torno desses interesses, atuam como força social e coletivamente organizada. Trata-se, portanto, de tomar a classe, sua articulação coletiva e a existência de uma consciência (de classe) de interesses coletivamente partilhados como efeitos de um processo histórico concreto de luta de classes.

Como se sabe, embora não tenha sido sua criação, foi com Marx que o conceito de classe ganhou dimensão científica e passou a ser utilizado para a compreensão da natureza das relações sociais presentes na sociedade capitalista, os conflitos sociais gerados por essas relações, a formação de identidades coletivas implicadas nesses conflitos e, em consequência, a dinâmica social daí decorrente.³⁵⁴

Tendo sido sistematizado em diferentes momentos de suas obras, a noção de classe social em Marx passou a oferecer uma explicação do processo pelo qual indivíduos e grupos sociais que ocupam uma determinada posição nas relações sociais de produção capitalistas *podem* se organizar coletivamente, com a finalidade de produzir uma capacidade coletiva de ação, com potencialidade de ser dirigida na defesa de seus interesses e contra os interesses de indivíduos e grupos que ocupam posições antagônicas nessas mesmas relações sociais de produção.

Na visão marxiana, as classes sociais não se definem separadamente, mas nas relações que estabelecem entre si. A própria

³⁵³ Edward THOMPSON, *Classe e 'falsa consciência'*, p. 1.

³⁵⁴ Theotônio dos SANTOS, *O conceito de classe social*.

visão que Marx apresenta da sociedade capitalista está alicerçada nas relações entre as classes fundamentais dessa sociedade. O capitalismo, para Marx, é uma sociedade na qual capitalistas e trabalhadores assalariados são classes sociais, ao mesmo tempo, antagônicas e revolucionárias.

O caráter antagônico das classes sociais no capitalismo se origina de relações sociais de produção subordinadas ao processo de valorização do capital. Visando garantir o direito à propriedade e valorizar seus capitais, os proprietários dos meios de produção compram capacidade de trabalho (força-de-trabalho) dos trabalhadores assalariados em condições históricas que determinam que um excedente econômico produzido pelos trabalhadores assalariados (mais-valia) possa ser apropriado pelos capitalistas. Dessa posição no processo de produção, portanto, resultam interesses que são inconciliáveis, antagônicos, pois a valorização do capital requer uma lógica de organização social do trabalho que implica, necessariamente, a subordinação (formal e real) dos trabalhadores assalariados. Marx, analisando as mudanças no processo de trabalho a partir da divisão manufatureira do trabalho ilustra esse antagonismo.

... A divisão manufatureira do trabalho, nas bases históricas dadas, só poderia surgir sob forma especificamente capitalista. Como forma capitalista do processo social de produção, é apenas um método especial de produzir mais-valia relativa ou de expandir os ganhos do capital (...) às custas do trabalhador. Ela desenvolve a força produtiva do trabalho coletivo para o capitalista e não para o trabalhador e, além disso, deforma o trabalhador individual. Produz novas condições de domínio do capital sobre o trabalho. Revela-se, de um lado, progresso histórico e fator necessário do desenvolvimento econômico da sociedade, e, de outro, meio civilizado e refinado de exploração.³⁵⁵

Mas as classes sociais têm, também, um caráter revolucionário. “A burguesia desempenhou na história um papel extremamente revolucionário”, escrevem Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*.³⁵⁶ Não só exerceu um papel revolucionário, mas mantém-se enquanto uma classe revolucionária, criando e desenvolvendo as

³⁵⁵ Karl MARX, *O capital*, Livro I, pp. 417-18.

³⁵⁶ IDEM; Friedrich ENGELS, *Manifesto do Partido Comunista*, p. 68.

condições de sua dominação: “a burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais...”³⁵⁷ Porém, por dentro mesmo da revolução burguesa desenvolve-se o caráter revolucionário dos trabalhadores assalariados. Assim, “a burguesia não forjou apenas as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que empunharão essas armas – os operários modernos, os proletários”.³⁵⁸

Investigando as condições históricas de desenvolvimento do capitalismo na Europa durante o século XIX, a análise realizada por Marx e Engels indica que, ao mesmo tempo em que o capitalismo industrial se desenvolveu, os trabalhadores assalariados se multiplicaram, concentraram-se em massas cada vez maiores e suas condições econômicas, sociais e políticas foram se igualando. As contradições presentes no desenvolvimento do capitalismo explicitaram o antagonismo dos interesses dos trabalhadores assalariados em relação aos interesses dos capitalistas. Nas lutas sociais que passaram a enfrentar visando defender seus interesses, os trabalhadores assalariados foram desenvolvendo condições históricas favoráveis à percepção de semelhanças em suas condições de existência, nas relações que estabeleciam entre si e com outras classes, em especial com os capitalistas, e criaram, nesse processo histórico, um potencial organizativo, expresso nas ações coletivas mobilizadas através de associações, coalizões, sindicatos. Na luta em defesa de seus interesses de classe, portanto, desenvolveram condições favoráveis para se transformarem de uma “classe em si” para uma “classe para si”.

Ou seja, através de suas lutas, os trabalhadores assalariados criaram um potencial autotransformador, capaz de impulsionar a passagem de uma situação histórica em que eram apenas indivíduos e/ou grupos de indivíduos que ocupavam um mesmo lugar no conjunto das relações sociais capitalistas de produção (do que não resultava, necessariamente, uma consciência dessas relações e dos interesses que daí decorria) para uma nova situação histórica, quando, em função dos conflitos sociais e das lutas organizadas, a consciência das relações sociais de produção e dos interesses que daí decorria tornou-se realidade, favorecendo a articulação de um projeto social adequado aos seus interesses de classe.

³⁵⁷ MARX, Karl; Friedrich ENGELS, *Manifesto do Partido Comunista*, p. 72-3.

³⁵⁸ IDEM, *Ibid*, p. 72.

As condições econômicas tinham a princípio transformado as massas do país em trabalhadores. A dominação do capital criou a estas massas uma situação comum, interesses comuns. Assim, esta massa é já uma classe em presença do capital, mas não ainda para si mesma. Na luta (...) esta massa reúne-se, constituindo-se em classe para si mesma. Os interesses que defende tornam-se interesses de classe...³⁵⁹

Embora essa citação seja clara quanto à importância das lutas de classe na formação de uma classe enquanto força social e coletivamente organizada visando a defesa de interesses também coletivamente partilhados, na história do marxismo a passagem da “classe em si” para a “classe para si” é objeto de um importante debate, com diferentes perspectivas de interpretação.

Uma dessas perspectivas está representada, por exemplo, pelo estruturalismo de Louis Althusser, para o qual as estruturas econômicas determinam, em última instância, as classes sociais. Nesse sentido, as relações sociais de produção definem as classes sociais, pois essas são estruturadas pelas formas diferentes como se relacionam com os meios de produção. Dessa situação própria e objetiva de cada classe na estrutura econômica da sociedade decorre não somente interesses (interesses de classe), mas, também, uma consciência de classe, algo objetivo e racional, pois se trata da expressão conseqüente, no plano da consciência, dos “verdadeiros interesses de classe”. Caso ocorra da classe não adquirir essa consciência, então é tarefa do partido, das instituições políticas e sociais a ela vinculadas, “introduzir” essa “consciência”.³⁶⁰ A não percepção consciente desses interesses, portanto, torna-se uma distorção cultural ou “defasagem” política, a ser superada pela ação política do sindicato, do partido político. Trata-se de uma perspectiva teórica, portanto, que

... i) reduz analiticamente a problemática de constituição dos sujeitos à problemática da ação política partidária; ii) antecipa de algum modo o conteúdo da consciência de classe, assumindo uma relação causal simplificada entre base produtiva e superestrutura política e ideológica; iii) pressupõe que os interesses de classes, uma vez percebidos, se transformam naturalmente em ação

³⁵⁹ Karl MARX, *A miséria da filosofia*, pp. 190-91.

³⁶⁰ Marta HARNECKER, *Os conceitos elementares do materialismo histórico*, p. 168.

coletiva; iv) sugere que os interesses de classe são definidos apenas em termos de exploração econômica, iludindo, portanto, a sua construção social.³⁶¹

Porém, na tradição marxista, essa concepção que compreende classe (e a consciência de classe) como resultado (automático) da estrutura produtiva é superada por análises de diferentes teóricos. Um desses teóricos é o historiador inglês Edward Thompson, para quem as estruturas objetivas não definem, por si sós, as classes sociais, pois essas se organizam (e se desorganizam) enquanto vivem suas próprias histórias, em suas lutas e suas experiências.

Thompson é um historiador que narra a história a partir da luta de classes. Naquela que é considerada sua principal obra, *A formação da classe operária inglesa*, apresenta a experiência histórica da classe trabalhadora inglesa durante os séculos XVIII e XIX, uma experiência que vai se formando nas lutas dos trabalhadores, nas maneiras como se inserem nas novas relações sociais de produção resultantes da Revolução Industrial, em sua cultura (expressa nas manifestações religiosas, nos seus costumes, nas suas tradições), em suas atitudes de conservação, mas, também, de resistência, em seus desejos de mudança social. Embora Thompson ocupe-se basicamente com a formação da classe operária (inglesa), suas análises situam-se entre aquelas que, no interior mesmo do marxismo, sem se deixarem levar por uma concepção voluntarista (que supõe um campo de escolhas quase ilimitado para a explicação da conduta coletiva), defendem que as ações coletivas não são totalmente definidas por estruturas objetivas, ainda que essas definem possibilidades de ação para os sujeitos coletivos.

A crítica de Thompson é dirigida, especialmente, à interpretação estruturalista desenvolvida por Althusser e seus seguidores. Para Thompson, assim como a economia política vulgar analisava o comportamento econômico dos indivíduos como determinado por leis, o estruturalismo de Althusser “invade” a análise social por todos os lados, fazendo com que sejamos “estruturados por relações sociais”, pensados por ideologias, gerados por normas e regras, representados pelo “roteiro da história”, colocados em posições sociais determinadas a partir das quais se desenvolvem interesses sociais objetivos. Como consequência, “todos os projetos, empreendimentos e instituições humanos e, até mesmo, a própria cultura humana parecem situar-se *fora* dos homens,

³⁶¹ Antonio Sérgio GUIMARÃES, *Classes, interesses e exploração: comentários a um debate anglo-americano*, p. 50.

situar-se contra os homens, como coisas objetivas, como o ‘Outro’ que, por sua vez, movimenta os homens como coisas...”³⁶²

A perspectiva adotada por Thompson, portanto, é avessa a modelos estáticos, que dificultam a percepção da relação dinâmica entre determinações estruturais e processos sociais e que contribuem para a afirmação de uma relação mecânica entre ser social e consciência social. Para Thompson, inclusive, o espaço hegemônico alcançado na tradição marxista pela perspectiva estruturalista (a partir da Segunda Guerra Mundial) transformou aquela tradição numa concepção (teórica e política) marcada pela negligência em relação a um terreno comum para todas as práticas marxistas, desde Marx: o materialismo histórico. No materialismo histórico, afirma Thompson,

... certas categorias e conceitos críticos empregados (...) só podem ser compreendidos como categorias históricas, isto é, categorias ou conceitos próprios para a investigação de processo, ao escrutínio dos ‘fatos’ que no momento mesmo da interrogação, modificam sua forma (ou conservam sua forma, mas, modificam seus ‘significados’), ou se dissolvem em outros fatos; conceitos adequados ao tratamento das evidências não passíveis de representação conceptual estática, mas apenas como manifestação ou como contradição.³⁶³

A tradição marxista influenciada pela interpretação estruturalista, no entanto, tomou o marxismo como uma Teoria, uma “Sede”, independente das práticas: “uma Sede textual autoconfirmadora, ou uma Sede na sabedoria de algum partido marxista, ou uma Sede numa prática teórica purificada”.³⁶⁴ Com isso, se esqueceu (ou se pretendeu esquecer) que os conceitos precisam ser confrontados com as evidências, não como modelos, “mas antes como ‘expectativas’”, pois os conceitos e as teorias não impõem regras, mas, “apressam e facilitam a indagação das evidências”. Os acontecimentos reais também não são obedientes a regras; tanto os conceitos e as teorias quanto os acontecimentos reais, portanto, possuem uma “elasticidade”:

³⁶² Edward THOMPSON, *A miséria da teoria*, p. 170.

³⁶³ IDEM, *Ibid.*, p. 56-7.

³⁶⁴ IDEM, *Ibid.*, p. 55.

Os conceitos e regras históricas são, com frequência, dessa ordem. Exibem extrema elasticidade e permitem grande irregularidade (...). O materialismo histórico emprega conceitos de igual generalidade e elasticidade – ‘exploração’, ‘hegemonia’, ‘luta de classes’ – mais como expectativas do que como regras. E até categorias que parecem oferecer menor elasticidade – ‘feudalismo’, ‘capitalismo’, ‘burguesia’ – surgem na prática histórica não como tipos ideais realizados na evolução histórica, mas como famílias inteiras de casos especiais, famílias que incluem órfãos adotados e filhos de miscigenação tipológica...³⁶⁵

Assim, o conceito de classe social, que deveria expressar experiências concretas de lutas sociais, foi transformado pela tradição estruturalista numa categoria des-historicizada, estática, efeito de uma estrutura ulterior, na qual homens e mulheres não são atores, mas, os vetores.³⁶⁶

Procurando superar essa visão estruturalista, Thompson afirma que a classe não se define, por si só, a partir de estruturas objetivas (a classe operária não é o “resultado da equação energia vapor + sistema industrial, num mero fator de produção”), mas que ela se organiza (e se desorganiza) enquanto vive sua própria história, suas experiências de luta. Nesse sentido, para Thompson *a classe é relação: é uma relação histórica*, pois se forma a partir de suas próprias experiências de luta, de organização e de mobilização; *é uma relação com outras classes*, pois as classes constróem identidades nas lutas que estabelecem entre si; *é uma relação na classe*, ou seja, é um processo de construção de identidades políticas, ideológicas entre indivíduos e grupos que compartilham experiências comuns.

... a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluído que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura (...). A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais. Além disso, não podemos ter duas classes distintas, cada qual como um ser independente, colocando-as a seguir em relação recíproca. Não podemos ter amor sem amantes, nem submissão sem senhores rurais e

³⁶⁵ Edward THOMPSON, *A miséria da teoria*, p. 56-7.

³⁶⁶ IDEM, *Ibid.*, p. 57.

camponeses. A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (...), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus...³⁶⁷

A análise que Thompson faz das relações sociais entre “patricios e plebeus” na Inglaterra do século XVIII é elucidativa. Ainda que não houvesse uma “classe trabalhadora”, os “trabalhadores pobres” constituíam uma importante força social e coletiva de resistência à ordem social afirmada pelas camadas dominantes (donos das terras, donos da riqueza relacionada à indústria que servia aos interesses agrícolas ou que processava os produtos agrícolas). A preocupação de Thompson é analisar quais eram as instituições que, na Inglaterra do século XVIII, permitiam às classes dominantes obter o controle sobre a vida dos trabalhadores. Sua análise afirma que a *hegemonia cultural* das classes dominantes era primordial para a dominação social.³⁶⁸ A essa dominação, os “trabalhadores pobres” resistiam e acomodavam-se; não necessariamente de uma forma organizada, com consciência de interesses que definiam sua identidade coletiva, mas como uma força social que percebia, a partir de suas próprias experiências, que determinadas situações sociais tinham implicações econômicas, sociais, políticas que lhes eram desfavoráveis. É nesse sentido que Thompson afirma que,

A plebe não é, talvez, uma classe trabalhadora. Os plebeus talvez não tenham uma definição consistente de si mesmos no que diz respeito à consciência, à clareza de objetivos, à estruturação da organização da classe. Mas a presença política da plebe, ‘turba’ ou ‘multidão’ é manifesta. Ela colidiu com a alta política em várias ocasiões críticas (...). Mesmo quando a besta parecia estar adormecida, as sensibilidades irritáveis de uma multidão libertária definiam, no mais amplo sentido, os limites do que era politicamente possível. Num certo sentido, os governantes e a multidão precisavam um do outro, vigiavam-se mutuamente, representavam o teatro e o contra-teatro um no auditório do outro, moderavam o comportamento político mútuo...³⁶⁹

³⁶⁷ IDEM, *A formação da classe operária inglesa* - a árvore da liberdade, p. 10.

³⁶⁸ Edward THOMPSON, *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, p. 46.

³⁶⁹ IDEM, *Ibid.*, p. 57.

Destaque-se, nessa citação, a afirmação de uma concepção segundo a qual a classe se forma na relação que estabelece com outras classes, cujos interesses podem ser (e quase sempre são) antagônicos aos seus. No caso específico dos “trabalhadores pobres” na Inglaterra do século XVIII, a interdependência e o antagonismo resultavam numa organização política e social (com a criação, inclusive, de sindicatos e associações) que refletia não somente a existência de uma forma de “consciência comum” (ideologia e objetivos) entre os mesmos, mas, também, as condições históricas concretas a partir das quais os conflitos sociais entre “patrícios e plebeus” se desenvolviam naquela sociedade.

Assim, por exemplo, as ações políticas dos “trabalhadores pobres” tinham três características básicas: a *tradição anônima*, o *contra-teatro* e as *ações rápidas*. A *tradição anônima* refletia uma prática social realizada através de ameaças anônimas, atos terroristas individuais e colocava-se como uma estratégia possível para os “trabalhadores pobres” numa sociedade (rural) “em que a resistência aberta e identificada ao poder vigente pode resultar em retaliação imediata – perda da casa, emprego, arrendamento, se não vitimação pela lei (...). O mesmo homem que faz reverência ao fidalgo de dia – e que entra na história como exemplo de deferência – pode à noite matar suas ovelhas, roubar os seus faisões ou envenenar os seus cães”.³⁷⁰ O *contra-teatro* colocava-se como uma resposta dos “trabalhadores pobres” ao “teatro” realizado pelas classes dominantes, ou seja, assim como as classes dominantes afirmavam sua hegemonia por um “estudado estilo teatral”, os plebeus afirmavam sua presença por um teatro de ameaça e sedição (destelhamento de uma casa, enforcamento de uma bota num patíbulo, iluminação da janela da casa ou quebra dos vidros das casas que não iluminavam a janela etc.). Mas havia, também, *ações rápidas*, onde a reunião em forma de multidão ou de turba colocava-se como uma estratégia política para se manter anônimo, já que participar de uma organização continuada era estar fadado a se expor, podendo ser detectado e vitimado.³⁷¹

Uma categoria central na definição de classe em Thompson é a categoria de “experiência”. Trata-se de uma categoria que permite uma compreensão da relação entre o ser social e a consciência social, pois a experiência expressa “a influência do ser social sobre a consciência social”. Estabelecendo uma diferença entre *experiência de classe* e *consciência de classe*, Thompson afirma que experiência de classe é

³⁷⁰ Edward THOMPSON, *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, p. 64.

³⁷¹ IDEM, *Ibid.*, p. 64-5.

determinada, em grande medida, “pelas relações sociais de produção em que os homens nasceram”,³⁷² tendo uma importância central no processo de formação de classe, pois indica que esse processo não é completamente espontâneo, independente das relações sociais de produção.

O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: ‘experiência humana’ (...). Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.³⁷³

Embora surja espontaneamente, a experiência implica pensamento. Homens e mulheres, afirma Thompson, são racionais, refletem sobre a realidade em que estão inseridos, sobre seus mundos. Nesse processo, constroem seus conceitos, suas expectativas, modificam suas práticas e suas concepções de mundo e essa experiência é determinante, pois exerce pressões sobre a consciência social.

... A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão, pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências gerais, velhos sistemas conceptuais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença ...³⁷⁴

³⁷² IDEM, *formação da classe operária inglesa - a árvore da liberdade*, p. 10.

³⁷³ Edward THOMPSON, *A miséria da teoria*, p. 182.

³⁷⁴ IDEM, *Ibid.*, p. 195.

A espontaneidade da experiência que homens e mulheres vivenciam não implica, portanto, em voluntarismo, pois “toda a vida se processa dentro de ‘estruturas’ de regras invisíveis e visíveis, que proíbem tal ato e atribuem uma significação simbólica àquele outro”.³⁷⁵ Embora dominem a experiência, as estruturas não dominam de uma forma tão intensa, a ponto de eliminar a ação ativa de homens e mulheres: “As maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer ‘agora’, ‘manipula’ a experiência desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita da determinação”.³⁷⁶

A análise de Thompson acerca da experiência da Revolução Industrial vivenciada pelos trabalhadores ingleses é ilustrativa. A Revolução Industrial transformou radicalmente o modo de vida e de trabalho da população pobre da Inglaterra do século XVIII, tornando o trabalho na fábrica a verdadeira “maldição de Adão”. Ou seja, a experiência da Revolução Industrial para os trabalhadores ingleses significou uma intensificação de “duas formas intoleráveis de relação: a exploração econômica e a opressão política”. Mas não representou apenas exploração e opressão. Havia uma vida dentro, mas, também, fora das fábricas. Essas “duas vidas” não estavam isoladas uma da outra, mas, pelo contrário, se cruzavam, estavam intimamente relacionadas. Assim, se estabeleceu entre os trabalhadores ingleses uma rede de relações entre o tempo de trabalho (imposto pela fábrica) e o tempo livre, sendo esse último prenhe de experiências variadas de relações pessoais e sociais (jogos, festas, comemorações, participação religiosa, associações etc.), quando se afirmavam (e reafirmavam) valores não necessariamente exigidos pela “nova sociedade” resultante da Revolução Industrial. É nesse sentido que Thompson afirma:

O fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica. Ela não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril. Nem devemos imaginar alguma força exterior – a ‘revolução industrial’ – atuando sobre algum material bruto, indiferenciado e indefinível de humanidade, transformando-o em seu outro extremo, uma ‘vigorosa raça de seres’. As mutáveis relações de produção e as condições de trabalho mutável da Revolução Industrial não foram impostas sobre um material bruto, mas sobre ingleses livres (...). O operário ou o tecedor de meias

³⁷⁵ IDEM, *Ibid.*, p. 169.

³⁷⁶ IDEM, *Ibid.*, p. 189.

eram também herdeiros de Bunyan, dos direitos tradicionais nas vilas, das noções de igualdade diante da lei, das tradições artesanais. Eles foram objeto de doutrinação religiosa maciça e criadores de tradições políticas. A classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada.³⁷⁷

Portanto, as transformações resultantes da Revolução Industrial não foram assistidas pelos trabalhadores ingleses de forma passiva. Ao mesmo tempo em que houve adaptação, houve resistência, resignação, lutas pela manutenção de determinadas tradições e costumes colocados em questão com as formas industriais de vida e de trabalho. Esse é o fazer-se da classe operária inglesa naquele contexto, em que tradições, costumes, religião, formas pré-industriais e industriais de vida e de trabalho, se integram, ainda que de forma contraditória, nas suas concepções políticas e ideológicas, nas suas práticas sociais. E é nesse processo histórico e contraditório que se forma uma consciência de classe.

A consciência de classe, nesse sentido, não é determinada mecanicamente pelas relações sociais de produção, mas, sim, expressa as formas de tratamento (“em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais”) dado pela classe às suas experiências de classe.³⁷⁸ Com a categoria de consciência de classe, novamente Thompson critica as perspectivas marxistas que pretendem estabelecer uma relação direta entre “classe em si” e “classe para si”, entre a posição que indivíduos e grupos ocupam nas relações sociais e a consciência que tomam dessas relações sob a forma de ideologia, organização e mobilização política visando a defesa de “interesses de classe”. Para Thompson,

... Não era esse o significado em Marx, em seus escritos históricos, mas o erro deturpa muitos textos ‘marxistas’ contemporâneos. ‘Ela’, a classe operária, é tomada como tendo uma existência real, capaz de ser definida quase matematicamente – uma quantidade de homens que se encontra numa certa proporção com os meios de produção. Uma vez isso assumido, torna-se possível deduzir a consciência de classe que ‘ela’ deveria ter (mas

³⁷⁷ Edward THOMPSON, *A formação da classe operária inglesa – A maldição de Adão*, p. 17-8.

³⁷⁸ IDEM, *Ibid.*, p. 10.

raramente tem), se estivesse adequadamente consciente de sua própria posição e interesses reais...³⁷⁹

Sendo a classe uma relação, e não uma coisa, não se pode estabelecer uma relação mecânica entre classe e consciência de classe, pois a classe “não existe nem para ter um interesse ou uma consciência ideal, nem para se estender como um paciente na mesa de operações de ajuste”.³⁸⁰ De modo que,

... Se determos a histórica num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas idéias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição.³⁸¹

As classes acontecem ao viverem os homens e as mulheres suas relações sociais de produção e ao experimentarem suas situações determinantes, dentro de um conjunto de ‘relações sociais’ com uma cultura e uma perspectiva herdadas, e ao modelarem estas experiências em formas culturais.³⁸²

Trata-se, portanto, de um elemento teórico fundamental na concepção de classe desenvolvida por Thompson. As classes surgem, em determinadas relações sociais, porque homens e mulheres identificam interesses antagônicos e passam a lutar e a pensar como força social e coletiva. A classe é, assim, “um processo de autoconfeção, embora sob condições que são ‘dadas’”.³⁸³ Não se pode, portanto, colocar classe num lugar e consciência de classe noutra, como entidades separadas que vem uma após a outra; classe e consciência de classe precisam ser pensadas, para Thompson, conjuntamente, como

³⁷⁹ Edward THOMPSON, *A formação da classe operária inglesa – A maldição de Adão*, p. 10.

³⁸⁰ IDEM, *Ibid.*, p. 11.

³⁸¹ IDEM, *Ibid.*, p. 11-2.

³⁸² IDEM, *Tradicón, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*, p. 37.

³⁸³ IDEM, *A miséria da teoria*, p. 121.

“experiência da determinação e o ‘tratamento’ desta de maneiras conscientes”.³⁸⁴

Nesse sentido, a compreensão da formação de uma classe requer a análise, numa conjuntura histórica específica, da experiência que indivíduos e grupos (que ocupam um mesmo lugar nas relações sociais de produção) têm na referida conjuntura histórica; análise, portanto, de como esses indivíduos e grupos de indivíduos, ao viverem essa conjuntura histórica, constroem entre si identidades de interesses, apropriam-se de concepções de mundo e de práticas políticas, organizam formas de atuação política e social que permitem uma intervenção ativa no processo histórico. Nesse processo de fazer-se enquanto força social e coletiva organizada na defesa de seus interesses, as concepções de mundo, as formas de organização, os posicionamentos políticos e ideológicos, a consciência de interesses não podem ser tomados como dados pela posição que a classe analisada ocupa nas relações sociais (ainda que essa posição ocupe um lugar importante na definição desses elementos da formação de classe). Há uma construção (de concepções, de formas de organização, de posicionamentos políticos e ideológicos), que ocorre a partir das próprias experiências vivenciadas pela classe. Portanto, essas experiências, presentes numa determinada situação histórica, são fundamentais para que a classe defina e redefina suas concepções de mundo e suas formas de atuação histórica. É isso que Thompson aponta em sua análise sobre o “fazer-se classe” da classe trabalhadora inglesa:

... estou convencido de que não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural, surgindo de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico. Nos anos de 1780 e 1832 os trabalhadores ingleses em sua maioria vieram a sentir uma identidade de interesses entre si, e contra seus dirigentes e empregadores. Essa classe dirigente estava, ela própria, muito dividida, e de fato só conseguiu maior coesão nesses mesmos anos porque certos antagonismos se dissolveram (ou se tornaram relativamente insignificantes) frente a uma classe operária insurgente...³⁸⁵

³⁸⁴ Edward THOMPSON, *A miséria da teoria*, p. 121.

³⁸⁵ IDEM, *A formação da classe operária inglesa - a árvore da liberdade*, p. 12.

É essa a perspectiva teórico-metodológica, portanto, que orienta a análise do processo de formação de classe da burguesia industrial no Rio Grande do Sul no contexto da reestruturação do capitalismo no Brasil durante a década de 1990. Atenta-se, pois, para a análise de como o processo de reestruturação do capitalismo no Brasil, ocorrido num contexto de “democratização” do País, com seus impactos sobre os interesses econômicos e políticos vinculados à indústria situada no território gaúcho, impulsionou lutas (econômicas, políticas e ideológicas) entre os industriais sul-rio-grandenses, concorrendo para a articulação política dos mesmos enquanto força social e coletivamente organizada.

Um primeiro nível de análise desse processo de formação de classe da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, nesse sentido, está colocado a partir do próprio processo de reestruturação do capitalismo durante a década de 1990. Como foi indicado na primeira parte desta tese, o projeto neoliberal executado pelos governos brasileiros durante a década de 1990 alterou as condições de desenvolvimento do capitalismo no País. A reestruturação produtiva ocorrida em nível mundial transformou significativamente as bases de desenvolvimento capitalista e da competição econômica no mundo inteiro. Para as empresas e para os grupos econômicos capitalistas, de diferentes partes do País e de diferentes setores e dimensões, aquela reestruturação econômica colocou uma *necessidade de adaptação*, pois a atuação em esfera mundial dos grandes grupos econômicos, somada com a maior abertura da economia nacional, impôs diferentes padrões de competitividade econômica, pressionando os sistemas produtivos locais à adaptação em termos de organização do processo produtivo e de trabalho, da produção (a qualidade da produção, refletindo-se em padrões mundiais, tais como os ISOS são ilustrativos), das formas organizacionais (a inserção nas redes internacionais de produção e de comercialização ou, então, o aproveitamento das oportunidades que as novas tecnologias, novas formas de organização da produção e do trabalho e os processos de liberalização e de desregulamentação passaram a oferecer), da exploração das especificidades locais que pudessem se tornar competitivas no mercado mundializado, de criação de condições locais (políticas e institucionais) favoráveis a uma maior competitividade.

Mas, observe-se, também, que as reformas econômicas e políticas executadas pelos governos brasileiros a partir do final da década de 1980, orientadas pela perspectiva neoliberal, resultaram num período de crise econômica e de políticas estatais que impuseram à indústria localizada no território brasileiro uma situação de abertura da economia

nacional, de aumento da competitividade, de taxas de juros desfavoráveis, de comprometimento da capacidade estruturante do Estado. Ainda que fortemente apoiadas por diferentes setores da burguesia no País (inclusive a burguesia industrial), aquelas reformas implicaram mudanças significativas para as empresas e para os grupos econômicos. De um quadro histórico no qual o Estado nacional assumia responsabilidades amplas de reprodução do capital e de controle do trabalho, observou-se uma nova realidade onde, mesmo que as formas estatais de controle sobre o trabalho tenham permanecido (através de processos de liberalização e de flexibilização de relações trabalhistas, por exemplo), a capacidade estatal de proteção e de indução ao desenvolvimento econômico ficou comprometida.

Nesse sentido, há de se considerar diferentes questões. Primeira, os processos de liberalização e de desregulamentação econômica (principalmente processos de abertura comercial) tiveram um impacto negativo para diferentes setores industriais, em todo o País. Segunda, a precária situação fiscal do Estado, ao mesmo tempo em que criou dificuldades para a legitimação de reformas tributárias de interesse do capital, comprometeu significativamente a capacidade estruturante do Estado (investimentos em infra-estrutura, políticas de desenvolvimento regional etc.). Terceira, a financeirização da economia, que teve como uma de suas causas (e, também, consequência) a subordinação da política econômica nacional ao capital financeiro e à lógica dos investimentos especulativos, criou, principalmente para as indústrias que não conseguiram financeirizar seus investimentos (pequenas e médias indústrias), dificuldades crescentes de acesso a recursos financeiros necessários para o financiamento de seus investimentos produtivos (em virtude das altas taxas de juros executadas pelos governos).

Considere-se, ainda, que reestruturação produtiva e neoliberalismo constituíram-se em estratégias do capital visando criar condições favoráveis para sua valorização ampliada em esfera mundial, resultando em consequências dramáticas para amplos setores da sociedade, em especial para a classe trabalhadora. Isso significa que esse processo de reestruturação precisou se impor nas formações sociais, angariando apoio de setores da sociedade e inibindo as ações daqueles setores cuja ação política colocou-se de forma antagônica aos interesses inerentes à reestruturação do capitalismo.

Não se pode esquecer, pois, que a reestruturação do capitalismo nas últimas décadas do século XX ocorreu num quadro histórico de expansão mundial da democracia liberal. No caso das formações sociais capitalistas latino-americanas e, mais especificamente, no caso

brasileiro, depois de um longo período autoritário, funcional para as estratégias pró e anti-sistema do período posterior à Segunda Guerra Mundial, durante a década de 1980 observou-se um processo de liberalização política que, em que pese as condições adversas para a classe trabalhadora (de um processo político conduzido de cima), representou para essa oportunidades políticas de intervenção no processo decisório estatal e, mesmo, de controle de instâncias governamentais do Estado (governos municipais e estaduais, por exemplo). A possibilidade de projetos políticos vinculados às classes trabalhadoras ascenderem junto às instâncias de decisão estatal criou, portanto, um clima de instabilidade política para as classes sociais comprometidas com o processo de reestruturação capitalista.

Essa “insegurança do capital” no contexto histórico de reestruturação do capitalismo no Brasil colocou-se, portanto, como um limite estrutural que, embora não tenha definido de forma mecânica seu processo de formação de classe, fixou os limites das possibilidades possíveis de atuação e de comportamento político e ideológico da burguesia industrial no Rio Grande do Sul naquele contexto.

Um segundo nível de análise da formação de classe da burguesia industrial no Rio Grande do Sul no contexto da reestruturação do capitalismo no Brasil durante a década de 1990 encontra-se nas *possibilidades de auto-organização dos industriais enquanto classe*. Trata-se da *capacidade de articulação intra-classe*, visando construir percepções políticas e ideológicas quanto ao processo de democratização e de reestruturação do capitalismo no País, articular formas de ação/reação e estabelecer estratégias de intervenção política e de articulação de projetos junto às instâncias de decisão estatal. De uma forma mais clara, esse nível de análise trata das possibilidades que se colocam, a partir do processo de reestruturação do modo de produção capitalista, de construção de identidades políticas e ideológicas entre os industriais no Rio Grande do Sul. Refere-se às formas de organização política, às instituições representativas, às lideranças políticas, às estratégias utilizadas para uma construção coletiva de percepção, ação e intervenção no contexto de democratização e de reestruturação do capitalismo no País.

Essa dimensão de análise requer atenção a algumas questões centrais. Em primeiro lugar, *a capacidade intraclassa é limitada pela capacidade estrutural da classe*.³⁸⁶ Ou seja, os vínculos econômicos,

³⁸⁶ Erik Olin WRIGHT, *Classe, crise e o estado*.

políticos e ideológicos gerados pelo próprio processo de reestruturação do modo de produção capitalista *tendem* a definir as formas possíveis de auto-organização da classe. Assim, por exemplo, setores competitivos num ambiente de abertura econômica *podem* se diferenciar, em termos de construção de identidades políticas e ideológicas, de setores não competitivos em situações de definição coletiva quanto ao modelo de inserção econômica da região no processo de mundialização do capital. A capacidade estrutural de classe, nesse sentido, pode colocar-se como elemento de seleção em processos de construção da capacidade intraclasse: por exemplo, as diferenças em termos de tamanho das indústrias, setores industriais (e a posição dos mesmos no contexto da reestruturação capitalista) etc., podem resultar em maior ou menor intensidade de processos de construção de identidades políticas da classe em momentos de lutas pela defesa de interesses politicamente consensuados.

Contudo, a *capacidade intraclasse* pode ser intensificada através da *capacidade organizacional da classe*. Isso significa que a capacidade de auto-organização da classe varia de acordo com a capacidade de articulação consciente que as instituições representativas, as lideranças, as estratégias adotadas de mobilização e de organização conseguirem estabelecer entre os seus membros, ou seja, entre indústrias e setores industriais. A capacidade organizacional da classe, nesse sentido, pode ser um importante elemento para amenizar (e, mesmo, anular) as diferenças em termos de capacidade estrutural de classe num processo de auto-organização de classe.

Há de se considerar, nesse sentido, a importância fundamental das lutas de classe na transformação da capacidade intraclasse. Ou seja, situações em que os interesses de uma determinada classe estão em disputa com os interesses de outras classes, cujos interesses colocam-se como opostos ou antagônicos (por exemplo, num contexto de eleição em que projetos antagônicos de governo estão em disputa), são fundamentais para que se intensifique a identidade intraclasse e a capacidade da classe de atuar como força social e coletivamente organizada. Como afirmado anteriormente, a partir da orientação de Thompson, a classe é definida enquanto vive sua própria história, em suas lutas, e, portanto, as lutas de classe são fundamentais, inclusive, para que as classes se organizem, se desorganizem, voltem a se organizar na história.

Um terceiro nível de análise da formação de classe da burguesia industrial no Rio Grande do Sul define-se, portanto, a partir de suas *lutas de classes*. Entenda-se por lutas de classes as práticas de classe

(atividades nas quais uma classe se engaja, utilizando-se de uma determinada capacidade de classe ou habilidade visando concretizar seus interesses) que se colocam em oposição ou de forma antagônica aos interesses de outras classes.³⁸⁷ As lutas de classes, evidentemente, estão vinculadas às condições estruturais de organização econômica, política, social e cultural de uma estrutura social historicamente determinada. Assim, por exemplo, as lutas de classes da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, situadas no contexto da reestruturação do capitalismo nas últimas décadas do século XX, não podem ser entendidas de uma forma autônoma àquele contexto. As formas possíveis de lutas de classes foram, portanto, em certa medida, limitadas pelo próprio processo de reestruturação capitalista.

Por outro lado, mas ao mesmo tempo, as lutas de classes visam interferir e transformar (ou manter) determinadas condições estruturais. Em termos concretos, isso significa dizer que as lutas de classes da burguesia industrial no Rio Grande do Sul objetivaram interferir no processo histórico de reestruturação do capitalismo no Brasil, de modo que os seus interesses de classe, coletivamente partilhados e definidos pelas próprias lutas, fossem contemplados nas instâncias de decisão política.

A colocação do parágrafo anterior pressupõe diferentes momentos das lutas de classes, todos interligados. Em primeiro lugar, as lutas de classes ocorreram no âmbito econômico e vincularam-se ao processo de inserção (ou adaptação) das empresas e grupos econômicos aos elementos constituintes do processo de reestruturação produtiva que o capital executou nas últimas décadas do século XX (mudanças nas formas de organização do trabalho e da produção, novos padrões organizacionais, de produção etc.). Essas lutas, olhadas sob o ponto de vista dos interesses da indústria, visaram criar condições favoráveis para o aumento da produtividade do capital e do trabalho, para a extração do excedente econômico no âmbito dos processos produtivos, para aumentar a competitividade no contexto da mundialização do capital. Em segundo lugar, as lutas de classes ocorreram no âmbito político e vincularam-se ao Estado: por um lado, visando transformar as estruturas estatais (tanto ao nível nacional quanto ao nível subnacional), de acordo com os interesses de classe socialmente construídos e relacionados às mudanças que o processo de reestruturação do capitalismo implicou no que diz respeito à estrutura estatal (âmbitos de atuação, formas de

³⁸⁷ Pedrinho GUARESCHI, *Sociologia da prática social*, p. 45.

regulação econômica e estatal, formas de sustentação fiscal etc.); por outro lado, objetivando influenciar no processo de definição das políticas estatais, fundamentais para que se definisse a participação do Estado no processo de reestruturação produtiva e para a distribuição dos recursos estatais entre os interesses das diferentes classes sociais. Em terceiro lugar, as lutas de classes ocorreram no âmbito ideológico e, nesse sentido, se relacionaram com processos de afirmação de determinadas concepções político-ideológicas no interior da classe, mas, fundamentalmente, junto à sociedade e ao Estado.

Por fim, um quarto nível de análise do processo de formação de classe da burguesia industrial no Rio Grande do Sul coloca-se a partir da *ênfase no “espaço local”* (mais especificamente, o *espaço estadual*). Esse é um nível fundamental para a análise realizada. Como afirmado em diferentes momentos desta tese, a reestruturação do capitalismo no Brasil ressaltou o espaço estadual como um espaço-tempo de organização econômica e política, pois ao âmbito estadual foi atribuída maior responsabilidade na definição de estratégias de “desenvolvimento regional”, de reestruturação produtiva, de atração ao capital, não raras vezes envolvendo conflitos diretos entre diferentes projetos de desenvolvimento.

Note-se que a ênfase no espaço estadual tem implicações significativas no processo de formação de classe. Em primeiro lugar, é no âmbito estadual, ou no âmbito do local onde as empresas estão atuando, onde se articulam as cadeias produtivas, onde se estruturam setores econômicos regionais, que processos de inovação tecnológica e organizacional são executados. Num contexto de mundialização do capital, de abertura comercial, de liberalização e de desregulamentação econômicas, de aumento da competitividade internacional, de crise do Estado nacional e conseqüente comprometimento de sua capacidade de proteção e de regulação econômica, foram, cada vez mais, esses âmbitos (estaduais e/ou locais) que precisaram “preparar-se” para enfrentar as situações de insegurança ou, então, para aproveitar as “oportunidades” que o processo de reestruturação do capitalismo ofereceu.

Cabe destacar, igualmente, que o espaço estadual foi no Brasil, durante boa parte da década de 1990, transformado em espaço de lutas políticas e ideológicas em torno de estratégias de ação/reação em relação à “mundialização do capital”. Essas lutas criaram situações sociais em que, muitas vezes, os espaços de construção de identidades intraclasse (e mesmo extra-classe), de mobilização junto ao Estado, foram definidos (e redefinidos) pela condição histórica da economia estadual diante do processo de reestruturação do capitalismo no País.

Assim, no contexto da reestruturação do capitalismo no País, o espaço estadual transformou-se num momento de grande importância em processos de construção de identidades intraclasse: as identidades econômicas, políticas, ideológicas se definiram também a partir da limitação que a condição estadual no contexto da reestruturação do capitalismo colocou, criando, inclusive, situações de oposição ou de divergências políticas com membros ou setores da mesma classe pensada num âmbito espacial mais amplo (nacional, por exemplo). Pode ser ilustrativa a guerra fiscal que diferentes governos estaduais praticaram durante os anos 1990. Sob o ponto de vista de uma “burguesia nacional”, identidades políticas, econômicas, ideológicas existiam e não deixaram de existir; no entanto, no contexto da guerra fiscal, as “burguesias regionais” lutaram entre si, junto aos seus governos estaduais, mas, também, junto ao governo central, por condições mais favoráveis de inserção no fluxo dos investimentos produtivos das grandes empresas multinacionais. Esse exemplo é ilustrativo de um fato que se intensificou com o processo de mundialização do capital e a ênfase nos espaços locais: o espaço local (seja esse espaço um município, uma região, uma subnação) tornou-se um elemento fundamental de seleção em processos de construção de identidades intraclasse/extraclasse, mas, também, das lutas de classes e da capacidade que as mesmas puderam demonstrar visando concretizar interesses coletivamente partilhados.

4. A capacidade organizacional da burguesia industrial no Rio Grande do Sul

A atuação política da burguesia industrial no Rio Grande do Sul apresentou mudanças significativas a partir da década de 1980. No contexto conflituoso que se configurou naquela década, em decorrência do processo de transição do regime autoritário para um regime político mais aberto, a burguesia industrial em todo o País promoveu mudanças nas suas formas de organização e de mobilização, visando participar ativamente na definição das condições históricas de desenvolvimento do novo regime político que se iniciava.³⁸⁸ Seguindo essa mesma tendência, a burguesia industrial no Rio Grande do Sul percebeu que o contexto de “democratização” exigia mudanças nas suas formas de atuação.

Durante o período autoritário, a atuação política da burguesia industrial no Rio Grande do Sul se caracterizou pelo autoritarismo e pelo conservadorismo, tendo apoiado as medidas políticas restritivas adotadas por aquele regime.³⁸⁹ Mesmo a partir da segunda metade da década de 1970, quando segmentos da burguesia industrial de São Paulo passaram a criticar a política econômica adotada pelo regime autoritário, no Rio Grande do Sul a burguesia industrial manteve o tom moderado em seus posicionamentos, com uma crítica “velada e cautelosa da atuação econômica do Estado, sempre suavizada por afirmações de confiança e disposição de cooperar com o Governo”.³⁹⁰

Durante a década de 1980, a postura conservadora e autoritária não apresentou grandes modificações. No entanto, sob o ponto de vista da direção política, em especial de sua principal entidade de representação, a FIERGS, a partir daquela década observou-se um importante movimento de superação de uma perspectiva de atuação política restrita à defesa de interesses econômicos e corporativos e a crescente afirmação de uma perspectiva que ressaltava a necessidade (e

³⁸⁸ Eli DINIZ; Renato BOSCHI, *Empresários e constituinte: continuidades e rupturas no modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil*; René DREIFUSS, *O jogo da direita*.

³⁸⁹ Denise GROS, *Burguesia industrial gaúcha e o Estado Nacional – 1964 – 1978*.

³⁹⁰ Denise GROS, *Burguesia industrial gaúcha e o Estado Nacional – 1964 – 1978*, p. 164.

a importância) da organização política e consciente de todo o segmento industrial sul-rio-grandense, capaz de colocá-lo como força social e coletivamente organizada no processo histórico de consolidação do novo regime político que se configurava a partir da crise do regime militar-autoritário.³⁹¹

A FIERGS, em todo aquele período de transição política, colocou-se como um centro irradiador de conscientização, de mobilização, de organização e de lutas em defesa dos interesses de classe da burguesia industrial no Rio Grande do Sul. Evidentemente, já naquele período outras instituições representativas dos interesses da burguesia industrial atuavam no Rio Grande do Sul. No entanto, como é possível observar na bibliografia que analisa a atuação política da FIERGS durante a década de 1980,³⁹² não é difícil constatar que aquela entidade agregou em torno de si uma verdadeira “elite orgânica”³⁹³ da burguesia industrial no Rio Grande do Sul.

É importante destacar (como, aliás, já foi afirmado na introdução desta tese) que a FIERGS, no final da década de 1990, representava 111 sindicatos de indústrias no estado do Rio Grande do Sul (ver Anexo 01). Nas três eleições que ocorreram naquela década (em 1993 para eleger pela primeira vez o industrial Dagoberto Lima Godoy; em 1996, quando aquele industrial se reelegeu; e, em 1999, quando foi eleito o industrial Francisco Renan Proença),³⁹⁴ além de uma participação maciça dos representantes dos sindicatos filiados à entidade,³⁹⁵ os candidatos receberam amplo apoio político.³⁹⁶ Além disso, destaque-se o fato de

³⁹¹ IDEM, *A atuação política do empresariado industrial gaúcho nos anos 80*.

³⁹² IDEM, *Ibid.*; IDEM, *Os industriais gaúchos e a constituinte: uma reflexão acerca do ‘Movimento pela Liberdade Empresarial’*; Marco André CADONÁ, *Dos bastidores ao centro do palco: a atuação política da burguesia industrial gaúcha no processo de redemocratização*; Marisa Larsen GÜTHS, *L’action politique des organisations corporative du patronet industriel: les cas des Fédérations des Industries de la région sud du Brésil*.

³⁹³ René DREIFUSS, *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918 – 1986)*.

³⁹⁴ O industrial Francisco Renan Proença foi vice-presidente da FIERGS nas duas gestões de Dagoberto Lima Godoy e escolhido pelas lideranças da FIERGS naquele período para ser o sucessor daquele industrial na presidência da entidade.

³⁹⁵ Em 1996, por exemplo, quando o industrial Dagoberto Lima Godoy foi reeleito para presidente da FIERGS, participaram das eleições 92 sindicatos, sendo que 83 votaram pela reeleição daquele industrial. Em 1999, quando o industrial Francisco Renan Proença se elegeu presidente da entidade, dos 87 sindicatos que votaram 85 se posicionaram favoravelmente à eleição daquele industrial. FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul: a gestão Dagoberto Lima Godoy na FIERGS (1993 - 1996 - 1999)*, p. 133 e 160.

³⁹⁶ Cabe notar que o industrial Dagoberto Lima Godoy foi amplamente premiado durante o período que esteve na presidência da FIERGS por diferentes entidades vinculadas aos setores

que, durante a década de 1990, cerca de 250 entidades representativas dos interesses industriais, comerciais, de serviços e, mesmo, agrícolas (Associações Comerciais e Industriais, Câmara de Dirigentes Lojistas etc.) estavam vinculadas ao CIERGS (Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul),³⁹⁷ compreendendo todas as regiões do estado gaúcho e quase todos os seus municípios (ver Anexo 02). Essas entidades eram alcançadas através das ações políticas das lideranças da FIERGS, em especial através do projeto de interiorização da entidade que, ao longo dos anos 1990, promoveu a mobilização política dos industriais em todo o território sul-rio-grandense.

Como afirma René Dreifuss, o “exercício do poder de uma classe não se esgota com a história de confabulações e conchavos, de eleições e diretrizes de governo”.³⁹⁸ O poder de uma classe se expressa, também, no “preparo para a ação, pela potencialização dos atores”.³⁹⁹ Nesse processo, que não é um processo espontâneo, certos “agentes coletivos” têm uma importância fundamental. São “agentes coletivos” que atuam como um “córtex político”, ou seja, como órgãos que conseguem “visualizar objetivos estratégicos e táticos em cenários modificáveis”, intervindo no interior das classes, buscando uma articulação hegemônica, procurando regular as relações divergentes, perseguindo a produção de uma coesão interna de classe; mas, também, como “estado-maior”, órgãos capazes de operacionalizar os objetivos de classe e de viabilizar a inserção política e ideológica da classe, pretendendo que os projetos particulares classistas se convertam em demandas gerais, “sociais”, “nacionais”.⁴⁰⁰ Trata-se, portanto,

industriais no País. Por exemplo, em 1996 e 1997, recebeu o Troféu Líder Empresarial do RS, premio concedido pelo grupo Gazeta Mercantil aos líderes empresariais no País. Em julho de 1995, a FIERGS organizou uma festa de aniversário do segundo ano de gestão de Dagoberto Lima Godoy, reunindo cerca de 800 industriais de todo o Rio Grande do Sul, ocasião em que 89 dos 103 sindicatos de indústrias com direito de voto no pleito programado para julho de 1996 manifestaram o apoio a sua reeleição como presidente da entidade. IDEM, *Ibid.*, p. 128.

³⁹⁷ O CIERGS faz parte do sistema FIERGS/CIERGS e, durante a década de 1990, foi presidido pelo também presidente da FIERGS, com participação de muitos diretores da FIERGS também no CIERGS, tendo, portanto, a mesma orientação política e ideológica da FIERGS.

³⁹⁸ René DREIFUSS, *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918 – 1986)*, p. 22.

³⁹⁹ IDEM, *Ibid.*

⁴⁰⁰ René DREIFUSS, *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918 – 1986)*, p. 23 et. seq.

... de uma elite, diríamos (...) capaz de articular e organizar seus interesses num projeto de Estado para si e para a sociedade. E isso será feito, com a consciência de que seus 'próprios interesses corporativos, no seu presente e no seu futuro desenvolvimento, transcendem os limites corporativos de classe puramente econômica'.⁴⁰¹

Essa foi a posição histórica que a FIERGS assumiu junto à burguesia industrial no Rio Grande do Sul no contexto da “democratização” da sociedade brasileira. Sua atuação política durante a elaboração da Carta Constitucional de 1988 é, nesse sentido, ilustrativa.

A Assembléia Nacional Constituinte foi um dos fatos políticos de maior importância ocorridos durante a segunda metade da década de 1980. Em especial para as classes trabalhadoras no País, a sua convocação se colocou não somente como uma possibilidade de garantir juridicamente avanços sociais e trabalhistas, mas, também, de influenciar num plano até então restrito aos setores dominantes da sociedade, garantindo-se mudanças institucionais necessárias para o aprimoramento do processo democrático então em curso. Movidos por essa perspectiva, já em 1986, quando das eleições dos deputados e senadores Constituintes, as forças sociais e políticas representativas das classes trabalhadoras no País promoveram ampla mobilização para a escolha de representantes que, uma vez eleitos, pudessem representar seus interesses de classe na elaboração da nova Carta Constitucional.

Naquele processo, a burguesia brasileira sentiu que o momento era de crucial importância e que necessitava de uma também intensa mobilização para que seus interesses de classe estivessem representados nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Aquela mobilização política é amplamente conhecida. Dreifuss,⁴⁰² por exemplo, destaca que já nas eleições de 1986 a burguesia brasileira deu uma demonstração empírica de sua força política e de sua capacidade de ação, elegendo deputados e senadores em todo o País, todos eles identificados e comprometidos com os seus interesses de classe.

Evidentemente, a mobilização burguesa também ocorreu nos espaços sul-rio-grandenses. Com clareza quanto à necessidade de uma maior organização política na conjuntura que se inaugurava com a

⁴⁰¹ IDEM, *Ibid.*, p. 24.

⁴⁰² René DREIFUSS, *O jogo da direita*.

“abertura democrática”, a partir do início dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte a burguesia industrial no Rio Grande do Sul intensificou suas formas de mobilização, principalmente tendo em vista as pressões dos trabalhadores por conquistas sociais e trabalhistas. Com a divulgação do relatório da Sub-Comissão da Ordem Social, prevendo entre outros direitos a estabilidade no emprego e a redução da jornada de trabalho, a FIERGS esteve à frente da organização de um grande movimento político – O Movimento pela Liberdade Empresarial (MpLE) –, que teve como objetivo defender os interesses de classe da burguesia nos trabalhos de elaboração da nova Constituição, em particular no que dizia respeito aos direitos sociais e trabalhistas que os trabalhadores no País buscavam garantir.⁴⁰³

Ao liderar o MpLE, juntamente com as principais entidades de representação de outras frações da burguesia no Rio Grande do Sul (FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul; FEDERASUL – Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul; UDR-RS – União Democrática Ruralista, seção do Rio Grande do Sul; ADVB – Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil), a FIERGS impulsionou uma intensa mobilização política na burguesia gaúcha. Através daquele movimento, as principais entidades representativas da burguesia sul-rio-grandense conseguiram mobilizar amplos setores empresariais, em todo o território gaúcho. Duas manifestações organizadas pelo MpLE, nesse sentido, foram de grande expressão. A primeira delas ocorreu em julho de 1987, quando mais de 5.700 pessoas (a expectativa dos organizadores, antes do evento, era de reunir 2.500 pessoas), representando 180 municípios gaúchos, estiveram reunidas no município de Esteio (na grande Porto Alegre) para uma manifestação contrária à aprovação de direitos sociais e trabalhistas na nova Carta Constitucional.⁴⁰⁴ A segunda ocorreu em agosto daquele mesmo ano, quando, num avião fretado, 190 representantes do MpLE (lideranças empresariais no Rio Grande do Sul) acompanharam o então presidente da FIERGS, Luiz Carlos Mandelli, até Brasília, ocasião em que foi entregue aos deputados Ulisses Guimarães e Bernardo Cabral (presidente e relator dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte,

⁴⁰³ Denise GROS, *Os industriais gaúchos e a constituinte: uma reflexão acerca do ‘Movimento pela Liberdade Empresarial’*; Marco André CADONÁ, *Dos bastidores ao centro do palco: a atuação política da burguesia industrial gaúcha no processo de redemocratização*.

⁴⁰⁴ Denise GROS, *Os industriais gaúchos e a constituinte: uma reflexão acerca do ‘Movimento pela Liberdade Empresarial’*; Marco André CADONÁ, *Dos bastidores ao centro do palco: a atuação política da burguesia industrial gaúcha no processo de redemocratização*.

respectivamente) uma emenda popular (com mais de 33 mil assinaturas) propondo a substituição da estabilidade no emprego (naquele momento já aprovada na Sub-Comissão da Ordem Social) por uma indenização proporcional e progressiva ao tempo de serviço.⁴⁰⁵

É preciso notar, ainda, que através do MpLE as principais entidades representativas da burguesia gaúcha conseguiram mais do que uma mobilização “intra-classe”, no interior mesmo dos diferentes segmentos e diferentes frações de classe da burguesia gaúcha. Através daquele Movimento, essa “elite orgânica” da burguesia gaúcha mostrou enorme capacidade de articulação junto à sociedade política e à sociedade civil. Assim, ao longo do período de elaboração da Carta Constitucional de 1988 a FIERGS realizou reuniões com deputados gaúchos na Constituinte, entrou em contato com lideranças políticas no Congresso Nacional, motivou a burguesia gaúcha para que enviasse correspondências para os Constituintes, pressionando para que não aprovasse as demandas das classes trabalhadoras.⁴⁰⁶ Visando criar um consenso na “sociedade gaúcha” em favor de seus interesses de classe,⁴⁰⁷ a FIERGS utilizou-se dos meios de comunicação de massa, contactou diretamente os trabalhadores em seus locais de trabalho, realizou reuniões com lideranças locais em diferentes municípios do estado gaúcho, numa “campanha de conscientização da sociedade gaúcha”, “alertando” que, caso aprovados os direitos sociais e trabalhistas reclamados pelas classes trabalhadoras, haveria demissões, diminuição de empregos, agravamento da crise econômica já existente naquele período.⁴⁰⁸

Portanto, já a partir da década de 1980 a FIERGS colocava-se como uma entidade de grande importância na articulação classista da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, definindo, de forma

⁴⁰⁵ A referida Emenda Popular foi defendida, pelo então presidente da FIERGS, no dia 27 de agosto de 1987 na Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, ocasião em que o industrial gaúcho defendeu que a “aprovação da estabilidade no emprego significaria um ‘retrocesso político e social’, colocando em sério risco a iniciativa privada e a própria economia nacional”. IDEM, *Ibid*.

⁴⁰⁶ IDEM, *Ibid*.

⁴⁰⁷ Como afirma DREIFUSS, a “elite orgânica” de uma classe deve ser capaz de “articular e organizar seus interesses num projeto de Estado para si e para a sociedade. E isso será feito, com a consciência de que seus ‘próprios interesses corporativos, no seu presente e no seu futuro desenvolvimento, transcendem os limites corporativos de classe puramente econômica’...” René DREIFUSS, *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918 – 1986)*, p. 24.

⁴⁰⁸ Marco André CADONÁ, *Dos bastidores ao palco: a atuação política da burguesia industrial gaúcha no processo de redemocratização*, p. 83-4.

consciente, uma “ação política consciente”, com premeditação e intencionalidade planejada.⁴⁰⁹ Colocava-se, pois, como um agente coletivo com capacidade de “visualizar objetivos globais”, a partir de uma perspectiva de classe da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, dentro do quadro histórico de mudanças (econômicas e políticas) que caracterizavam a sociedade brasileira durante aquela década, “e de operacionalizar a condução das ações requeridas em todos os campos para alcançar suas metas, face à resistência de forças sociais e políticas adversas”.⁴¹⁰

E, nesse sentido, as lideranças políticas da FIERGS assumiram junto à burguesia industrial no Rio Grande do Sul um papel histórico que, utilizando-se da designação de René Dreifuss, pode ser definido como “elite orgânica”. Pois, a partir de então, aquela entidade manteve a função de se posicionar, de organizar e de desenvolver a capacidade estratégica da burguesia industrial no Rio Grande do Sul para a sua ação política, articulando-a como uma força social e coletivamente mobilizada, assumindo uma tarefa política central nos conflitos de classes e frente às classes trabalhadoras, articulando um discurso político e ideológico capaz de se colocar nos embates políticos e ideológicos como representação dos interesses gerais da “sociedade gaúcha”.

4.1. A FIERGS e o processo de formação de classe da burguesia industrial no Rio Grande do Sul durante a década de 1990

Durante a década de 1990, a FIERGS continuou atuando como uma “elite orgânica” da burguesia industrial no Rio Grande do Sul. Interessante destacar, nesse sentido, que entre suas lideranças tornou-se cada vez mais hegemônica a visão segundo a qual a entidade deveria ter uma ação política mais ativa.

Durante a década de 1980, ainda era possível identificar divergências entre as lideranças da FIERGS quanto ao seu papel histórico e suas formas de atuação política. Para algumas lideranças, a entidade deveria limitar sua atuação na defesa dos interesses econômicos e corporativos da indústria gaúcha, sem se aventurar muito na articulação política da classe e, mais do que isso, em lutas sociais e

⁴⁰⁹ René DREIFUSS, *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional* (1918 – 1986), p. 23.

⁴¹⁰ IDEM, *Ibid.*, p. 23.

políticas de defesa de seus interesses de classe num contexto de democratização da sociedade brasileira.⁴¹¹ Contudo, já a partir da segunda metade da década de 1980, num contexto historicamente crescentemente conflituoso, tornou-se cada vez hegemônica entre suas lideranças a perspectiva de atuação política que ressaltava a organização consciente, capaz de possibilitar uma participação ativa e direta da entidade no processo histórico

... Temos que participar e achar caminhos competentes, não para defender os interesses dos empresários, mas os da sociedade. Nós queremos um país justo, desenvolvido e livre. O que precisamos para isso? Devemos ter um estado cumprindo seu papel, pois, afinal, o responsável pela miséria é o empresário ou o estado, que arrecada pelos impostos uma grande parcela da produção e a joga no lixo? O empresário precisa mostrar que ideal é aquele que obtém de sua empresa a maior quantidade de lucro, por que isso é bom para o país. Tem que mostrar ao trabalhador que é aí que ele vai ganhar, com os lucros sendo reinvestidos na produção – e isso possibilitará que o miserável deixe de ser miserável. Temos que conscientizar o empresário deste pensamento moderno jamais se envergonhar do lucro que tem, sobretudo quando é fruto da capacidade de organizar, produzir bens e, com eles, acabar com a miséria. Eu me orgulho do lucro que tenho, e sei que, aplicado na produção, é o caminho da redenção da classe trabalhadora.⁴¹²

... é necessário que o empresário tome consciência de que precisa também ampliar a sua participação na comunidade, fora da empresa. É preciso participar das entidades, das instituições e da política. Neste aspecto os trabalhadores se anteciparam e estão extremamente organizados para atuar politicamente. Precisamos pensar em uma atuação política mais permanente e eficaz. Temos que mostrar para a sociedade que o empresário não é alguém apenas interessado na sua empresa e nos seus lucros, mas sim alguém que acredita no país, corre

⁴¹¹ Denise GROS, *A atuação política do empresariado industrial gaúcho nos anos 80*.

⁴¹² Industrial Luiz Roberto Ponte, diretor do sistema FIERGS\CIERGS nas duas gestões de Luiz Carlos Mandelli (1987 – 1993) e deputado Constituinte pelo Rio Grande do Sul. *Revista Amanhã*, março de 1989.

ricos, criando emprego e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social...⁴¹³

Como em qualquer processo de mudança é necessário que as lideranças assumam as suas responsabilidades (...). Embora este governo tenha seus defeitos e cometa erros como tantos outros, acho que deve ser apoiado decisivamente em todas as propostas e decisões que tenham como objetivo modernizar a sociedade. É claro que não podemos perder a visão crítica e a noção de que sugerir e divergir também faz parte do processo. E neste sentido eu creio que as entidades de representação empresarial têm procurado cumprir com este papel. A FIERGS e o CIERGS, por exemplo, realizaram um trabalho sobre política salarial que foi entregue ao governo e se tornou um importante instrumento na elaboração da idéia da livre negociação. Estivemos, como CNI, junto com todos os presidentes de Federações de Indústrias do País, com a ministra Zélia, onde foram colocadas claramente nossas inquietações com relação ao tamanho da recessão que o governo estava pretendendo provocar para combater a inflação. E, mais recentemente, estive com a ministra, levando sugestões dos empresários gaúchos no sentido de contribuir com novas definições governamentais. Mas o fato de estarmos conversando com o governo não significa que não tenhamos a plena noção de que nossa atuação mais importante é no sentido de mudar a mentalidade de muitos de nossos empresários, mostrando que o caminho é o da competição e que, quem quiser andar por ele, vai precisar de competência.⁴¹⁴

Durante a década de 1990, as lideranças que já durante a década de 1980 defendiam uma atuação política ativa da FIERGS na defesa dos interesses de classe da burguesia industrial no Rio Grande do Sul mantiveram-se à frente da entidade. Interessante notar, nesse sentido, que as eleições que ocorreram durante aquela década visando escolher as diretorias do sistema FIERGS/CIERGS, com afirmado anteriormente,

⁴¹³ Gilberto Mosmann, Secretário da Indústria e Comércio no Rio Grande do Sul no governo de Pedro Simon (1987 – 1990) e diretor do sistema FIERGS/CIERGS na gestão de Luiz Carlos Mandelli (1987 – 1990). *Revista Amanhã*, dezembro de 1989.

⁴¹⁴ Industrial Luiz Carlos Mandelli, presidente da FIERGS no período entre 1987 - 1993. *Revista Amanhã*, julho de 1990.

tiveram “chapa única”; ou seja, não houve disputa política pela direção da entidade e, além disso, entre os membros das diretorias observou-se continuidade, com agregação de novas lideranças (ver Anexos 03, 04 e 05).

As duas gestões do industrial Dagoberto Lima Godoy (1993 – 1996 – 1999) tiveram, portanto e nesse sentido, um grande significado político. A seguinte passagem, de autoria de Dagoberto Lima Godoy, retirada de um texto introdutório ao segundo volume do livro *A reindustrialização do Rio Grande do Sul*, cuja edição teve como objetivo tornar públicas as ações e as idéias da FIERGS durante as suas duas gestões, é ilustrativa:

Na democracia, uma entidade representativa de um segmento social (...) só ganhará espaço e força perante a sociedade como um todo, na medida em que souber enquadrar os interesses setoriais que defende na moldura maior do interesse coletivo. E, mais, se conseguir passar à opinião pública esta imagem de desprendimento e solidarismo.

Assim, a associação empresarial mais ambiciosa vai obrigatoriamente alargar seu campo de atuação para além das questões específicas de seu setor, ultrapassando os limites da economia para incursionar no domínio da política, ou seja, da busca do bem comum. E os seus líderes, homens (e mulheres) de ação, são desafiados a aventurar-se no mundo das idéias, única forma efetiva de influenciar democraticamente o desenho de uma sociedade aberta à livre iniciativa e ao empreendedorismo, imprescindíveis à atividade empresarial e ao desenvolvimento econômico sustentável.⁴¹⁵

Evidentemente, e coerente com essa perspectiva de atuação política dos “empresários”, ao longo da década de 1990 as lideranças da FIERGS procuraram colocar a entidade como um espaço político de definição de objetivos estratégicos e táticos vinculados aos interesses da indústria sul-rio-grandense, mas, também, de operacionalização desses objetivos, procurando viabilizar uma prática de classe para que os mesmos encontrassem legitimidade (na sociedade civil, mas,

⁴¹⁵ Industrial Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS (1993 - 1999). FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul*, vol. II, p. 7.

principalmente, junto às autoridades governamentais) e operacionalidade nas instâncias de decisão estatal (tanto em nível subnacional quanto em nível nacional).

Um aspecto importante nessa “instrumentalização” da FIERGS no processo de formação de classe da burguesia industrial no Rio Grande do Sul está relacionado à estrutura organizativa da entidade. Já na década de 1980, aliás, as lideranças da FIERGS promoveram uma “modernização” em sua estrutura organizacional, com a criação de Conselhos Temáticos e de Comissões Setoriais que envolviam diretamente (na gestão política da entidade) mais de duzentos e cinquenta lideranças industriais, representando todas as regiões do estado gaúcho e todos os setores da indústria sul-rio-grandense.⁴¹⁶ Já naquela década, portanto, a entidade mobilizava uma ampla *intelligentsia*, formada não somente por lideranças industriais, mas, também, por funcionários, técnicos e acadêmicos (contratados como assalariados ou, então, prestando assessorias) para dar operacionalidade às atividades e aos objetivos dos diferentes conselhos e das diferentes comissões que formavam sua estrutura de funcionamento.

Durante a década de 1990, essa estrutura organizacional manteve-se e foi aperfeiçoada. Esse aperfeiçoamento pode ser acompanhado através das mudanças promovidas durante as duas gestões de Dagoberto Lima Godoy (1993 – 1999).

Em 1993, quando aquele industrial assumiu a presidência, a entidade possuía onze (11) Conselhos Temáticos e nove (09) Comissões Setoriais. Eram os seguintes os Conselhos Temáticos: CODRI – Conselho de Desenvolvimento Regional e Infra-Estrutura; CONSEC – Conselho de Economia; CONTRAB – Conselho de Relações de Trabalho; CONCEX – Conselho de Comércio Exterior; COMPET – Conselho de Competitividade; CODEMA – Conselho de Desenvolvimento e Meio Ambiente; CONAGRO – Conselho de Agricultura; COPISC – Conselho de Programas de Interesse Social e Cidadania; COPPEMI – Conselho para Pequenas e Médias Indústrias; PRESI – Conselho de Política Empresarial; CONSULT – Conselho Consultivo. Quanto às Comissões, eram as seguintes: DITEC – Divisão de Assuntos Tributários e Legais; COMPETRO – Comissão de Petroquímica; COMINF – Comissão de Informática; QUADRO SOCIAL – Comissão de Quadro Social e Eventos; CITEC – Comissão de Informação Tecnológica; REVICON – Comissão de

⁴¹⁶ Marco André CADONÁ, *Dos bastidores ao centro do palco: a atuação política da burguesia industrial gaúcha no processo de redemocratização*, p. 66.

Acompanhamento da Revisão Constitucional; COAP – Comissão para Assuntos do MERCOSUL; ARTICULAÇÃO – Coordenadoria de Articulação com Entidades do Interior (Ver Anexo 04).

Durante a segunda gestão de Dagoberto Lima Godoy (1996-1999), a estrutura interna da FIERGS passou a compreender 23 organismos, entre conselhos, comissões, coordenadorias e divisões (Anexo 04). No topo dessa estrutura, foi inaugurada uma instância “ministerial” (assim denominada pela própria entidade), com nove “pastas” controladas cada uma delas por um vice-presidente do sistema FIERGS/CIERGS. Eram as seguintes as “pastas ministeriais”: **1 – Administração e Finanças** – responsável pela elaboração do orçamento do sistema FIERGS/CIERGS; **2 – Área Técnica** – encarregada pela coordenação da estrutura temática da entidade; **3 – Engenharia e Expansão** – responsável pela supervisão dos projetos de manutenção e ampliação da sede do sistema FIERGS/CIERGS; **4 – CECON – Centro de Convenções** – encarregado pela administração do complexo do Centro de Convenções, Teatro do SESI, o quadro social e os eventos; **5 – Relações Políticas** – responsável pela articulação política (“de natureza estratégica”) junto ao estado e à sociedade civil; **6 – Capacitação de Novos Investimentos** – encarregada em dar suporte a novos investimentos no Estado gaúcho; **7 – Identificação de Oportunidades** – encarregada de prospectar novos negócios para o Rio Grande do Sul; **8 – SESI/RS** – ocupado com a “qualidade de vida dos industriários e de suas famílias”; **9 – SENAI/RS** – cujas atividades estão voltadas à “qualificação de recursos humanos e desenvolvimento tecnológico”.⁴¹⁷

Todas essas “pastas ministeriais” eram, como afirmado, coordenadas pelos vice-presidentes do sistema FIERGS/CIERGS que, juntamente com o presidente da entidade, formavam um Conselho, denominado “Presi”, onde eram discutidas “as políticas estratégicas da Federação em reuniões periódicas apoiadas por uma estrutura de secretaria executiva”.⁴¹⁸

Como instância de apoio, o “ministério” da FIERGS contava com a atuação de 15 conselhos, responsáveis pela produção de estudos e pela sustentação (teórica, técnica, político e, mesmo, ideológica) dos posicionamentos tirados nas reuniões das diretorias do sistema FIERGS/CIERGS. Eram os seguintes os Conselhos: **Conselho de**

⁴¹⁷ FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul*: a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS (1993 - 1996 - 1999) - ações e idéias I, p. 80.

⁴¹⁸ IDEM, *Ibid.*, p. 80.

Economia – CONSEC – que, entre 1996 e 1999, atuou em “análises de conjuntura econômica”, na “elaboração de indicadores” e na edição da revista *Súmula Econômica*; **Conselho de Assuntos Técnicos, Tributários e Legais – CONTEC** – responsável por estudos sobre tributação (estadual e federal), incentivos fiscais e reforma tributária; **Conselho de Relações do Trabalho – CONTRAB** – cujas funções centrais estavam vinculadas à reforma da legislação trabalhista, à questão da participação dos empregados nos lucros e resultados das empresas e na defesa da indústria perante a Justiça do Trabalho”; **Conselho do Comércio Exterior – CONCEX** – cujas atividades estiveram relacionadas aos negócios internacionais (missões empresariais ao exterior, seminários e cursos de formação voltados aos negócios internacionais etc.), à emissão de Certificados de Origem de produtos industriais gaúchos, ao MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) e à ALCA (Área de Livre Comércio); **Conselho de infra-estrutura – COINFRA** – cujas atividades estiveram vinculadas, especialmente, às discussões sobre energia elétrica e transportes no Rio Grande do Sul. Esse conselho criou “o Plano de Eficiência Energética”, em parceria com universidades e concessionárias do setor energético, visando “racionalizar a utilização de energia elétrica nas indústrias gaúchas”; **Conselho de Competitividade – COMPET** – com funções direcionadas à capacitação tecnológica das indústrias gaúchas e a uma maior competitividade destas; **Conselho de Promoção da Pequena e Média Indústria – COPPEMI** – preocupado em articular os interesses das pequenas e médias indústrias junto ao estado e em elaborar uma legislação relativa às micro e pequenas empresas; **Conselho de Desenvolvimento do Meio Ambiente – CODEMA** – preocupado com a sustentação técnica da entidade em assuntos vinculados ao meio ambiente; **Conselho de Programas de Interesse Social e Cidadania – COPISC** – que “atua junto ao Sesi/RS no desenvolvimento de projetos de solidariedade e de valorização do civismo, além de ter elaborado o primeiro Retrato Social do Industrial Gaúcho”; **Conselho da Agroindústria – CONAGRO** – responsável pela “articulação dos interesses entre os setores primário e secundário”; **Comissão de Informática – COMINF** – encarregada pela informatização do sistema FIERGS/CIERGS e que, durante a segunda gestão do industrial Dagoberto Lima Godoy, deu origem ao “Núcleo de Inteligência Competitiva da FIERGS”; **Comissão do Quadro Social**, cujas funções estão relacionadas com a captação de novos sócios para o CIERGS e com a promoção institucional da indústria gaúcha; **Comissão de Marketing – COMARK** – responsável pelo “projeto de implantação de

uma estrutura de marketing” na FIERGS, assessorando, ainda, a entidade em suas participações em exposições (nacionais e/ou internacionais); **Coordenadoria de Articulação com Entidades do Interior – CAEI** – “responsável pelo trabalho de intermediação da FIERGS e pela manutenção de uma rede de associações, Câmaras e Centros de Comércio e Indústria em todo o Rio Grande do Sul”.

Além desses Conselhos e Comissões, a FIERGS passou a contar, a partir da segunda metade da década de 1990, com outras instâncias de assessoria e acompanhamento. Em novembro de 1997, foi constituído o “Grupo da Construção Civil”, inserido no esforço da entidade em atuar sobre as cadeias produtivas em que se insere a indústria gaúcha, tornando-as mais competitivas. Em 1998, quando o Rio Grande do Sul discutia a vinda de montadoras de veículos para o estado, a FIERGS criou o Instituto Gaúcho de Estudos Automotivos (IGEIA). Foi criado, também, o “Grupo de Comunicação e Marketing”, com a função de “aferir a imagem construída pela entidade diante dos chamados ‘formadores de opinião’ externos”. Em junho de 1998, a entidade criou a área denominada “Pró-Memória”, com o objetivo de “resgatar a trajetória do sistema junto à sociedade civil” e que publicou, entre outras atividades realizadas, o livro *A reindustrialização do Rio Grande do Sul*. Ainda em 1995, a entidade criou o “Centro FIERGS de Competitividade”, resultado de sua preocupação com uma maior competitividade da indústria gaúcha para a disputa de mercados (interno e externo). A partir de 1998, a entidade passou a contar com o “Núcleo de Inteligência Competitiva”, com o objetivo de “oferecer informações atualizadas e acompanhamento permanente sobre a competitividade da indústria rio-grandense”. Também em 1998, a FIERGS criou uma nova representação oficial (escritório de negócios) nos Estados Unidos, somando-se aos escritórios naquela época já existentes na Europa.⁴¹⁹ Somava-se a essa estrutura, ainda, um conjunto de parcerias do sistema FIERGS/CIERGS com entidades externas ou do próprio sistema: o Balcão SEBRAE, a Rede Metrológica, o Programa Gaúcho de Design e Pró-Design, o Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade.⁴²⁰

Como afirma Dreifuss, poder significa a capacidade de exercer uma ação política de forma ininterrupta, “num movimento de pinças,

⁴¹⁹ Esses escritórios tinham como função oferecer às indústrias gaúchas informações sobre investimentos internacionais e às indústrias estrangeiras informações sobre as potencialidades da economia gaúcha.

⁴²⁰ FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul*: a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS (1993 - 1996 - 1999) - ações e idéias I, p. 83-5.

envolvente, político-ideológico, sempre reproduzindo e ampliando as bases de atuação para conquistar, salvaguardar e consolidar posições”.⁴²¹ Com a estrutura organizacional montada, a FIERGS dispunha de mais de duas centenas de “intelectuais orgânicos” (entre técnicos e lideranças industriais), diariamente empenhados em tornar eficaz a ação política da entidade, dotando suas lideranças de informações, estudos, análises, documentos, estratégias de ação, organização e, portanto, instrumentalizando a entidade para uma ação premeditada e com intencionalidade planejada. No início da década de 1990, o industrial Luiz Carlos Mandelli, ao assumir a segunda gestão na FIERGS, apontava a importância da estrutura organizacional da entidade:

... Eu tive oportunidade de referir no meu discurso de posse algumas realizações e novas iniciativas das entidades que vou ter a honra de continuar presidindo. O Senai, por exemplo, tem hoje 90 mil matrículas, ou seja, 90 mil jovens recebem preparo e treinamento para atuar nas nossas indústrias. Para se ter uma idéia da eficiência desta ação educativa, o Senai conta com 997 empregados, o que resulta numa relação de 90 alunos por funcionário, índice que desafia nosso sistema de ensino oficial. (...). Além disso, a Federação, na sua estrutura normal de funcionamento, já opera com alguns conselhos e comissões que são extremamente importantes nesta tarefa de influir na mudança de nossos empresários e empresas.

Temos o Conselho de Meio Ambiente, que já realizou um trabalho de conscientização junto ao nosso público interno no sentido da importância de aperfeiçoarmos o conceito de que desenvolvimento e preservação não são idéias que se opõem (...). Temos o Conselho de Economia, formado com a participação de companheiros e técnicos convidados, que em suas reuniões periódicas faz importantes análises conjunturais e orienta, com suas conclusões, as decisões do empresariado. O Conselho de Relações de Trabalho, que tem um papel extremamente importante neste momento em que estão sendo estabelecidas novas formas de relacionamento entre trabalhadores e empresas, como a livre negociação salarial, a participação dos empregados nos lucros das empresas, a co-gestão e assim por diante. O Conselho do Comércio Exterior tem sua atuação voltada para a

⁴²¹ René DREIFUSS, *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional* (1918 – 1986), p. 22.

internacionalização das nossas relações, facilitando as atividades exportadoras e importadoras e aproximando nossas empresas e produtos dos mercados lá fora, ao mesmo tempo em que nos apresenta como mercado potencial para produtos estrangeiros. Além disso, há o Conselho de Pequena e Média Empresa, a Comissão de Energia. E agora estamos criando um novo e importante conselho, que terá exatamente a função de influir na mudança da mentalidade do empresariado como um todo, que é o Conselho de Competitividade.

Este conselho vai significar na prática a síntese de todo o trabalho de conscientização que pretendemos desenvolver junto ao empresariado e empresas, e se possível junto a toda a sociedade, incluindo até as áreas de governo. Ele está sendo formado com a participação de lideranças empresariais de peso que representam empreendimentos que se destacam exatamente pelo seu grau de competitividade. Pretendemos com este conselho criar iniciativas que transformem radicalmente a idéia de produção industrial, qualidade de produto, treinamento e aperfeiçoamento de mão-de-obra, adequação tecnológica, marketing e vendas, enfim, todos os procedimentos que podem e devem tornar nossas indústrias mais modernas e competitivas. Pretendemos com este conselho, para a realização do qual integramos em um esforço conjunto nossas diretorias e todos os conselhos, comissões e entidades do sistema, mapear uma política industrial para o Rio Grande do Sul.⁴²²

Os dirigentes da FIERGS, portanto, desde a segunda metade da década de 1980, vinham preparando a entidade para uma atuação política mais intensa, colocando-a como porta-voz da burguesia industrial no Rio Grande do Sul não somente na defesa de seus interesses de classe nos momentos de decisão das políticas estatais (em nível federal e estadual), mas, também, na articulação de um projeto de desenvolvimento econômico (especialmente para o Rio Grande do Sul) e de inserção no processo de reestruturação do capitalismo em curso já a partir daquele período.

É significativo registrar, nesse sentido, a participação política que a FIERGS teve nas eleições para o governo estadual no Rio Grande do

⁴²² Industrial Luiz Carlos Mandelli, presidente da FIERGS (1987 - 1993). *Revista Amanhã*, julho de 1990.

Sul em 1994 e em 1998. Em 1994, quando Antônio Britto se elegeu Governador do Estado, a FIERGS elaborou um documento, intitulado *Projeto FIERGS/Novo Governo do RGS*, que foi debatido com os quatro principais candidatos (Serenio Chaise – PDT; Celso Bernardi – PPB; Olívio Dutra – PT; Antonio Britto – PMDB) e em reuniões realizadas em cidades do interior gaúcho com lideranças políticas e empresariais. Em linhas gerais, naquele documento a FIERGS propunha um modelo de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul baseado no pressuposto da “competitividade sistêmica”, afirmando as empresas como “pólos de competitividade” e cobrando, para a concretização dessa expectativa, “além de fatores internos de espírito empreendedor, capital, capacidade gerencial, tecnologia e produtividade”, “condições externas” que “se consubstanciavam na estabilidade das regras do jogo; na infra-estrutura eficiente; na educação; na pesquisa acadêmica; na evolução do cidadão e na qualidade de vida”.⁴²³

A entidade defendia, em função disso, uma gestão pública baseada nos princípios da qualidade, do *bench marking* (“imitar iniciativas bem-sucedidas das empresas líderes”), da excelência e da qualidade de vida. Desses princípios decorriam algumas propostas concretas de reforma no Estado e de incentivo à economia gaúcha: - utilização de indicadores comparativos de excelência ou *bench marking* na administração pública; - utilização sistemática de indicadores de qualidade para medir os padrões de eficiência do serviço público estadual; - aplicação de programas de qualidade no serviço público estadual; - medidas para compatibilizar competitividade com padrões adequados de qualidade de vida; - ênfase no ensino técnico e profissionalizante; - regime de concessão de escolas (“ensino público com administração privada”); - utilização de indicadores de desempenho na educação pública; - sistematização de indicadores de qualidade do ensino público; - concessão de portos e rodovias estaduais à iniciativa privada; - redução efetiva do grau de monopólio estatal da CEEE na área de energia; - desregulamentação do setor de telecomunicações e privatização da CRT; - ações de municipalização de programas estaduais; - ações de parcerias entre Estado e iniciativa privada na execução de programas sociais; - relações de “cooperação” entre os setores público e privado; - princípio de competitividade tributária; - adequada gerência das despesas de custeio e pessoal; - destinação de parcelas da receita líquida para a realização de investimentos; - flexibilidade tributária, “com o propósito de consolidar a

⁴²³ FIERGS, *Projeto FIERGS/Novo governo do RGS*, p. 6.

competitividade das empresas gaúchas tanto em nível nacional quanto internacional”; - atração para o Estado de uma montadora de veículos; - criação de um pólo de inteligência.⁴²⁴

Note-se, pois, que a FIERGS organizou um “plano de governo” para discutir com a sociedade gaúcha num momento em que essa escolhia seus representantes políticos tanto para o legislativo quanto para o executivo estadual. Já na reunião de apresentação e discussão com os principais candidatos, as lideranças da entidade cobravam compromisso com os princípios e com as propostas apresentadas no documento.⁴²⁵

Como afirmado, com aquele “plano de governo” em mãos dirigentes da FIERGS percorreram todo o território gaúcho, convencendo as lideranças políticas e empresariais quanto à importância

⁴²⁴ FIERGS, *Projeto FIERGS/Novo governo do RGS*, p. 6.

⁴²⁵ O documento de 1994, por exemplo, termina sugerindo comprometimento dos candidatos as propostas apresentadas, “solicitando”, ainda, que os candidatos respondam 12 (doze) questões avaliativas do grau de comprometimento com as propostas e princípios apresentados. As questões apresentadas eram as seguintes: 1. aceitará o compromisso de publicar periodicamente, ao longo do mandato, uma série de indicadores da administração pública, bem como estabelecer padrões de referência (benchmarking) a serem atingidos? (...) 2. Acha possível e desejável a adoção do conceito de Qualidade Total, hoje usual no setor privado, para os serviços públicos durante sua administração? Em caso afirmativo, quais as medidas que adotará para essa finalidade, citando os indicadores que utilizará para medir e acompanhar o nível de eficiência? 3. Como idealiza o setor público moderno? Que indicadores sugere utilizar e fornecer para que a sociedade acompanhe o desempenho da sua administração? 4. Em que áreas o Rio Grande do Sul pode buscar a excelência, conforme o conceito exposto no documento “A Reengenharia do RGS”? 5. Como vê a parceria com a iniciativa privada para suprir a capacidade de investir do Estado? Quais os serviços e estatais que indica para privatização ou extinção? 6. Em face das notórias deficiências de desempenho técnico e financeiro das principais estatais gaúchas quais as alternativas a serem publicadas para o saneamento e eficiência da CORSAN? CRT? CEEE? Que indicadores de qualidade utilizará para cada uma dessas estatais? 7. De que forma está idealizando uma solução para a questão portuária no Rio Grande do Sul? 8. Que alternativas inovadoras estão sendo pensadas para a educação no Estado, com relação a oferta de vagas versus demanda; baixa remuneração versus comportamento da folha do magistério; e quais serão os indicadores que utilizará: número de professores x número de alunos; número de funcionários da SEC x professores em sala de aula; outros -. 9. Qual a avaliação da política tributária em vigor e que medidas objetivas adotará? Acata a tese da competitividade tributária? 10. Que providências objetivas devem ser tomadas pelo Governo estadual no sentido de transformar o Rio Grande do Sul em um pólo de inteligência, atraindo cérebros e gerando conhecimento em ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento? a) Poderia indicar três áreas preferenciais de pesquisa que serão incentivadas no seu Governo? b) Como será o aproveitamento do percentual de recursos fixados na Constituição do Estado para pesquisa? 11. O que está sendo pensado para que o Rio Grande do Sul ganhe e mantenha alta atratividade para novos investimentos, evitando e êxodo de jovens gaúchos para outros Estados ou países? 12. Dada a grande importância do agribusines para a economia e sociedade rio-grandenses, quais as políticas e programas que deverão ser executadas pelo seu Governo visando apoiar/estimular aquela atividade integrada? IDEM, *Ibid.*

não somente de cobrar dos candidatos compromissos, mas, também, de apoiar candidatos afinados com aquele plano.

Em 1998, novamente, a FIERGS produziu um documento em preparação para as eleições estaduais, para ser debatido com os candidatos e com lideranças políticas e empresariais no estado gaúcho. No documento, denominado *A reestruturação do Rio Grande do Sul – garantindo o futuro*, a entidade avaliou positivamente o governo de Antônio Britto (1995 – 1998) e apresentou propostas de ajustes e aprofundamento do projeto de governo que vinha sendo executado no Rio Grande do Sul a partir de 1994.

De forma detalhada, o documento fez uma “avaliação dos resultados alcançados” pelo governo Britto, considerando o conjunto de propostas apresentadas pela FIERGS aos candidatos ao governo do Estado em 1994: - utilização de indicadores de excelência; - qualidade dos serviços públicos; - meio ambiente; - educação; - infra-estrutura; - programas sociais; - relações empresariado e governo; - tributação; - tecnologia e qualidade de vida. E concluiu ressaltando a afinidade do governo Britto com as expectativas e propostas apresentadas pela entidade. Posicionamento que, evidentemente, expressava a orientação política da entidade nas eleições para o governo estadual em 1998.

Os dois documentos referidos, elaborados pela FIERGS para orientar suas ações políticas na disputa pelo governo estadual nas eleições de 1994 e de 1998, respectivamente, ilustram, portanto, a capacidade política de suas lideranças em instrumentalizar a estrutura organizacional da mesma visando articular e operacionalizar ações destinadas a criar consensos, preparar, desenvolver e pressionar em favor e para a realização de um projeto de Estado. E, nesse sentido, afirmam aquilo que Dreifuss define como uma das “tarefas específicas” de uma elite orgânica, a saber, a articulação e a operacionalização de campanhas destinadas à preparação, ao desenvolvimento, ao acompanhamento da “realização de um projeto de estado, procurando otimizar suas condições, meios e recursos e almejando a redução do imponderável a zero, através da antecipação e intervenção precisa e oportuna”.⁴²⁶

Mas as ações políticas indicadas e realizadas pela FIERGS visando disputar o governo estadual no Rio Grande do Sul são ilustrativas, também, de outra tarefa importante que a entidade realizou durante a década de 1990: a tarefa de auto-organização da burguesia

⁴²⁶ René DREIFUSS, *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918 – 1986)*, p. 27.

industrial no Rio Grande do Sul enquanto classe, força social e coletivamente mobilizada para a defesa de projetos vinculados aos seus interesses de classe. Como indicado, nas duas eleições estaduais referidas a FIERGS realizou reuniões com lideranças empresariais de todo o estado gaúcho para debater seus projetos, para construir consensos em torno deles, para mobilizar recursos e pessoas visando a concretização política dos mesmos.

As lutas de classe são, também, lutas sobre a própria existência da classe como força social e coletivamente organizada. Essa é uma tarefa central para as elites orgânicas, pois através de suas ações potencializam indivíduos e grupos (cujo isolamento transforma-os em “sacos de batatas”, impossibilitando-os de constituírem uma capacidade de classe, ou seja, poder e habilidade para defender e concretizar interesses coletivamente partilhados)⁴²⁷ em forças sociais e coletivamente organizadas, capazes de “fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome”. A “vinculação” entre indivíduos e grupos que, em função do lugar que ocupam no conjunto de relações sociais de produção que definem uma determinada sociedade, possuem uma experiência histórica semelhante, torna-se tarefa especial para as organizações de classe, para suas “elites orgânicas”.

Ora, ao longo da década de 1990 as lideranças da FIERGS preocuparam-se com a construção de uma identidade de interesses entre os industriais de diferentes segmentos e de diferentes regiões no Rio Grande do Sul. Isso ocorreu, com maior visibilidade, durante as eleições para o executivo estadual, na mobilização em favor da revisão constitucional, na articulação política promovida pela entidade visando assegurar os investimentos da indústria automobilística no território gaúcho.

Porém, a articulação classista dos industriais gaúchos se colocou como uma tarefa permanente na atuação da FIERGS ao longo daquela década. Interessante notar, nessa direção, que a própria estrutura da

⁴²⁷ É conhecida a passagem de Marx, no *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, na qual, referindo-se ao isolamento dos camponeses franceses durante o século XIX, afirma: “Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multifórmes entre si. (...) A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batata em um saco constituem um saco de batatas. (...) na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome...”. Karl MARX, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, p. 75.

entidade possuía uma Coordenadoria responsável pela articulação política com entidades empresariais do interior do Rio Grande do Sul e com um processo de “interiorização” das atividades da FIERGS. Ou seja, suas lideranças tinham clareza quanto à importância de tornar a entidade mais presente nas diferentes regiões do estado, aumentando sua legitimidade política enquanto representante dos interesses da “indústria gaúcha”, mas, também, intensificando a articulação política com diferentes entidades e diferentes lideranças para capacitar suas ações políticas em defesa dos interesses de classe da burguesia industrial.

É verdade que a “interiorização da FIERGS” já era uma prática desenvolvida em décadas anteriores. Pelos menos desde a década de 1970 as lideranças da FIERGS promoviam encontros com lideranças políticas e empresariais dos principais municípios do Rio Grande do Sul. De modo geral, aqueles encontros contavam com a presença de representantes do executivo estadual (secretários estaduais) e do legislativo estadual (deputados estaduais) e eram utilizados para a apresentação de demandas das diferentes regiões às autoridades governamentais (em nível estadual), discussão de conjunturas políticas, apresentação e discussão de projetos políticos, articulação política visando a defesa de interesses de classe (em especial nos momentos de eleição, tanto para o legislativo quanto para o executivo), organização de mobilizações políticas, construção de identidades políticas e ideológicas entre propostas, programas, concepções políticas e ideológicas hegemônicas entre as lideranças da FIERGS e as concepções político-ideológicas difusas entre lideranças políticas e empresariais de todo o estado sul-rio-grandense.⁴²⁸

Durante os anos 1990, porém, os dirigentes da FIERGS mostraram-se mais interessados com o processo de interiorização da entidade. E, em consequência, ao longo daquela década realizaram encontros nas principais cidades do interior, num movimento que foi por eles denominado “interiorização da entidade”, expressiva do interesse daquelas lideranças de ampliar sua atuação para todo o território gaúcho, buscando a conscientização e a mobilização não somente de industriais, mas também de outros setores que potencialmente poderiam contribuir para a defesa dos interesses de classe da burguesia industrial gaúcha.

⁴²⁸ FIERGS, *As administrações da Federação e do Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul – 1962 – 1993*.

A vida de uma entidade como a FIERGS tem de ser vista como um processo que não tem fim, deve acompanhar a evolução da própria sociedade. Portanto, o que fizemos foi dar uma contribuição, nesta cadeia infindável de somatórios, no sentido de manter a entidade como legítima representante da indústria e instrumento de promoção do próprio Estado. Temos a consciência que trabalhamos pela mudança de cultura e de paradigmas (...) e que demos ênfase a aspectos fundamentais, inclusive sintonizando com a evolução e a consolidação da democracia do País. Refiro-me, por exemplo, à interiorização, à capilarização da entidade, um processo que iniciou há muito tempo mas que na nossa administração certamente colocou a FIERGS como uma das maiores redes de representação que existe no Brasil. Além dos 111 sindicatos industriais filiados, alguns com base internacional, estamos articulados com 220 entidades empresariais do interior do Estado...⁴²⁹

Mais do que momentos de conscientização, os eventos promovidos pela FIERGS em seu processo de “interiorização” contribuíram para a organização e a mobilização da classe.⁴³⁰ O Rio Grande do Sul, especialmente a partir de 1994, foi palco de uma bipolarização política, sendo intensas as disputas pelo executivo estadual a partir daquele ano. Num quadro eleitoral que previa eleições em dois turnos para a escolha dos governadores, em especial no segundo turno das eleições estaduais as lideranças das FIERGS não somente se posicionaram em favor de candidatos e propostas afinadas aos seus interesses de classe; se colocaram também na luta política, procurando

⁴²⁹ Industrial Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS (1993 - 1999). Entrevista concedida ao jornalista Sérgio Bueno. Citado in: FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul: a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS (1993 - 1996 - 1999): ações e idéias I*, p. 74-5.

⁴³⁰ Parece ser exemplar, e ilustrativo, nesse sentido, o fato de que, em 1995, dirigentes da FIERGS percorreram todo o estado gaúcho para discutir o documento apresentado em 1994 aos candidatos a governador do Rio Grande do Sul. O *Jornal do Comércio* de 17 de julho de 1995 destaca que, desde o início daquele ano, a FIERGS já tinha realizado “reuniões de trabalho” em sete municípios sul-rio-grandenses (Santana do Livramento, Ijuí, Santa Cruz do Sul, Rio Grande, Lajeado, Santa Rosa e Passo Fundo) e que “nestas localidades, homens de negócios e membros do governo procuram identificar problemas e apresentar possíveis soluções, numa parceria que procura equacionar os graves problemas estruturais do Estado na área de energia, transporte, comunicações e administração”. *Jornal do Comércio*, 17 de julho de 1995.

articular o “empresariado gaúcho” e levantar apoio aos candidatos com os quais percebiam identidades políticas e ideológicas.

Isso ocorreu nas eleições estaduais de 1994, de 1998, de 2002. Em 2002, por exemplo, a FIERGS, juntamente com outras entidades representativas dos interesses de classe da burguesia no Rio Grande do Sul (FARSUL e FEDERASUL, por exemplo), organizou encontros por todo o interior do Rio Grande do Sul num movimento registrado pela imprensa gaúcha como “movimento anti-PT”. Nesses encontros, a linha política dos discursos era claramente afinada com uma disposição de impedir uma reeleição do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul, que governou o estado gaúcho durante o período de 1999 a 2002 e com quem as lideranças da FIERGS travaram grandes disputas políticas.

Hoje, o Estado não é mais atraente para investimentos. Isso gera um êxodo permanente em busca de sobrevivência.⁴³¹

Temos de sair daqui e conversar com clientes, fornecedores, funcionários e nossas famílias. O PT fez do Estado um laboratório e quer tomar conta do Brasil.⁴³²

O PT tem ódio ao empresariado. Nosso destino está sendo traçado pelo socialismo que já foi abolido até na Rússia. Se Lula vencer, vamos virar uma Venezuela ou Cuba.⁴³³

As três manifestações acima ocorreram num encontro realizado na cidade de Pelotas, no dia 26 de setembro de 2002, quando estiveram reunidos empresários do município com lideranças das cinco principais entidades representativas da burguesia gaúcha: a FEDERASUL, a FARSUL, a FIERGS, a FECOMÉRCIO (Federação do Comércio) e a FCDL (Federação da Câmara de Diretores Lojistas). O evento de Pelotas foi um dos três realizados naquele dia pelas lideranças dessas entidades (os outros dois foram realizados em Rio Grande e em Passo Fundo) e fazia parte de um roteiro de encontros que foram realizados no interior do Rio Grande do Sul, ainda num período anterior ao primeiro

⁴³¹ Renan Proença, presidente da FIERGS. *Zero Hora*, 27.9.2002, p. 3 – Jornal da Eleição.

⁴³² Carlos Sperotto, presidente da FARSUL. *Zero Hora*, 27.9.2002, p. 3 – Jornal da Eleição.

⁴³³ Paulo Afonso Feijó, presidente da FEDERASUL. *Zero Hora*, 27.9.2002, p. 3 – Jornal da Eleição.

turno daquelas eleições (que foi realizado no dia 06 de outubro daquele ano), quando foram eleitos novos deputados (estaduais e federais) e novos senadores, e definidos os candidatos que disputariam o segundo turno das eleições para Governador do Estado. Nesses encontros, a posição unânime era a de que o projeto político do PT para o Rio Grande do Sul e que, naquelas eleições, estava representado pela candidatura do petista Tarso Genro, precisava ser derrotado. Com esse argumento, nos encontros eram defendidas mobilizações contra o PT e, mesmo, a formação de fundos de apoio a candidaturas contrárias ao PT.⁴³⁴

Note-se, a partir do exemplo dos encontros referidos nos parágrafos anteriores, que o esforço dos dirigentes da FIERGS no sentido de potencializar a capacidade política da burguesia industrial na defesa de seus interesses de classe não ocorreu somente através de uma ação no interior mesmo da fração industrial. Ele extrapolou e somou-se aos esforços de outras frações da burguesia gaúcha. Durante a década de 1990, assim, as lideranças das principais entidades representativas da burguesia no Rio Grande do Sul procuraram manter uma identidade política, em especial naqueles momentos de maior intensificação das lutas de classes, quando essas entidades procuraram estabelecer uma aproximação na linha de atuação, colocando-se como força social e coletivamente organizada na defesa de interesses que se mostravam coletivos.

Claro que a constatação de que essas diferentes entidades representativas da burguesia no Rio Grande do Sul procuraram concatenar seus esforços políticos na defesa de projetos políticos e ideológicos não autoriza nenhuma conclusão no sentido de que não existiam divergências entre as mesmas. Evidentemente que existiam divergências que, em alguns casos, explicitavam-se em disputas entre suas lideranças. No ano 2000, por exemplo, as lideranças das três entidades acima estiveram em rota de colisão em virtude de uma disputa pela presidência do SEBRAE-RS (Serviço Brasileiro de Apoio de Micro e Pequenas Empresas – Rio Grande do Sul). Historicamente, o SEBRAE-RS esteve sob o controle da FIERGS; no entanto, em 2000 essas entidades se desentenderam quanto à sucessão na presidência daquela entidade, o que perdurou até meados do ano 2001, quando suas lideranças voltaram a conversar sobre uma ação conjunta para recuperar

⁴³⁴ Na ocasião do encontro em Pelotas, o presidente da FIERGS, industrial Renan Proença, afirmou: “fundo não é feio. O do PT é o maior do país.” *Zero Hora*, 27.09.2002.

o controle do SEBRAE.⁴³⁵

Na mesma direção, divergências ocorriam durante a década de 1990 no que diz respeito às políticas de incentivos fiscais e financeiros do governo estadual para o setor industrial; em diferentes ocasiões, lideranças do comércio gaúcho cobraram das autoridades estaduais o mesmo tratamento dado à indústria para o comércio gaúcho.⁴³⁶ No entanto, as divergências existentes entre as diferentes frações da burguesia (ou, então, entre dirigentes das principais entidades representativas dessas frações burguesas no estado) não comprometiam a convergência de interesses dessas diferentes frações, principalmente em momentos decisivos, em que os interesses econômicos e políticos fundamentais da burguesia estavam sob algum tipo de ameaça. É nesse sentido que, como registrado anteriormente, nos momentos em que forças sociais e políticas historicamente identificadas com interesses antagônicos aos interesses de classe da burguesia no Rio Grande do Sul conquistaram condições concretas para assumirem o governo estadual, as lideranças das diferentes entidades representativas da burguesia no estado se uniram e articularam ações conjuntas e contrárias àquelas forças sociais e políticas.

É importante destacar, igualmente, a convergência das lutas da FIERGS com a entidade de representação da indústria no País, a CNI – Confederação Nacional das Indústrias. Durante a década de 1990, dirigentes da FIERGS assumiram posições importantes junto àquela entidade. O industrial Dagoberto Lima Godoy, por exemplo, foi vice-presidente da CNI, tendo assumido, também, a presidência de seu Conselho de Assuntos Legislativos (mecanismo através do qual a CNI trata dos interesses da burguesia industrial brasileira junto ao Congresso Nacional) e, entre 1993 e 1994, a coordenação do Conselho Industrial do MERCOSUL, órgão da CNI encarregado de defender os interesses do segmento nas discussões acerca da integração econômica do Cone Sul.⁴³⁷

Com a CNI, as lideranças da FIERGS procuraram concatenar

⁴³⁵ *Jornal do Comércio*, 19, 20 e 21 de julho de 2002.

⁴³⁶ O *Jornal do Comércio* de 12 de agosto de 1999, por exemplo, registra um debate na época proposta pelo governo Olívio Dutra (1999 – 2002) sobre o FUNDOPEM – Fundo Operação Empresa, um programa de incentivo ao desenvolvimento econômico no Rio Grande do Sul adotado ainda durante a década de 1980. Na ocasião, em que se discutia um “novo FUNDOPEM”, os representantes do comércio no estado cobravam do governo a extensão dos benefícios do programa para o comércio. *Jornal do Comércio*, 12 de agosto de 1999.

⁴³⁷ FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul: as duas gestões de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS (1993 - 1996 - 1999) - ações e idéias I*.

lutas políticas importantes e relacionadas às questões nacionais. Como será analisado nesta tese, a articulação política da FIERGS, durante a década de 1990, em favor da revisão na Constituição (a luta pelas reformas neoliberais) esteve concatenada com as ações e as propostas defendidas pela CNI em relação àquela revisão.

A disposição política da FIERGS em participar de uma forma mais ativa na vida política e estatal do País ocorreu, também, através da intermediação dos interesses de classe da burguesia industrial gaúcha junto às autoridades governamentais. Isso por si só não se colocou como algo novo. Trata-se, na verdade, de uma característica histórica da atuação da burguesia. A ênfase deve-se às particularidades apresentadas no período de análise, em especial na relação da FIERGS com o governo gaúcho. Como afirmado anteriormente, ainda em 1994, quando da eleição de Antônio Britto para o governo estadual, a entidade atuou de forma muito ativa, procurando colocar-se como protagonista dos rumos que seriam adotados pelo futuro Governador do Estado. Antônio Britto, uma vez eleito, teve uma atuação à frente do executivo gaúcho que, segundo a avaliação da própria FIERGS em 1998 (ao término de seu governo, portanto), manteve plena sintonia com as propostas apresentadas em 1994 pela entidade.

O governador (Antônio Britto) seguiu o caminho estratégico sugerido pela FIERGS, que defendia a necessidade de superar as crônicas deficiências financeiras do Estado derivadas do gigantismo da máquina estatal, do desvirtuamento do setor público, do comprometimento total dos recursos e da despoupança pública. Nós pregávamos as privatizações como forma de obter recursos, de eliminar os vazamentos e de dar chance para que a eficácia da gestão privada entrasse nas empresas estatais que estavam exauridas, como a CEEE, a CRT, a Corsan e tantas outras. Pregávamos a abertura de espaço para o setor privado exercer o seu ímpeto realizador através das concessões de serviços públicos, a necessidade imperiosa de trazer mais investimentos ao Estado, de recuperar a capacidade de investimento e de colocar o Rio Grande do Sul na 'rede' global de crescimento. O governo Britto seguiu por este caminho. Certamente não só por causa da FIERGS, mas o certo é que havia sintonia ...⁴³⁸

⁴³⁸ Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS. Entrevista concedida a Sérgio Bueno no dia 27 de maio de 1999. IDEM, *Ibid.*, p. 72-73.

Essa “sintonia” colocou a FIERGS num espaço privilegiado junto ao executivo gaúcho durante o governo Britto (1995-1998). Assim, logo no primeiro ano do governo Britto, lideranças da FIERGS percorreram o território gaúcho, junto com representantes do governo eleito (secretários de estado, deputados estaduais), para discutir um documento apresentado em 1994 aos candidatos a Governador, ocasiões nas quais eram analisadas estratégias visando concretizar as propostas daquele documento em políticas governamentais.

Há de se destacar, porém, dois acontecimentos marcantes durante o governo Britto, representativos que são da “posição de governo” que em alguns momentos a FIERGS assumiu naquele período: o primeiro está relacionado à política de incentivos fiscais a grandes empreendimentos estrangeiros no Rio Grande do Sul durante o governo Britto; o segundo está relacionado com o processo de privatizações das estatais no Rio Grande do Sul, também ocorrido durante aquele governo estadual. Quanto ao primeiro acontecimento, foi através da FIERGS que o governo Britto realizou um estudo sobre políticas de atração a investimentos estrangeiros, cuja conclusão foi de que a estratégia adequada seria oferecer “incentivos fiscais imbatíveis” (essa questão será detalhada nesta tese). Quanto ao segundo acontecimento, é simbólico o fato que os leilões de privatização da CRT – Companhia Regional de Telecomunicações e da CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica tenham ocorrido na sede da FIERGS. Além disso, ao longo do governo Britto as lideranças políticas da FIERGS mantiveram uma relação dialógica permanente com membros do governo (Secretários de Estado) e, mesmo, com o próprio Governador.⁴³⁹

A partir de 1999, diante da derrota de Antônio Britto e a eleição de Olívio Dutra (do Partido dos Trabalhadores) para o governo gaúcho, a relação da FIERGS com o executivo estadual apresentou modificações importantes. O governo Olívio Dutra foi visto pelos dirigentes da FIERGS, desde seu início, como um governo hostil aos seus interesses de classe. A percepção das dificuldades de sintonia com o novo executivo estadual levou aqueles dirigentes a uma atuação mais ativa junto ao legislativo estadual. Essa aproximação com o legislativo estadual também será analisada nesta tese, sendo suficiente indicá-la agora como uma forma de representação dos interesses de classe da burguesia industrial gaúcha junto ao Estado gaúcho, num momento de

⁴³⁹ FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul*: as duas gestões de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS (1993 - 1996 - 1999) - ações e idéias I.

crise das relações entre sua entidade de representação maior e o executivo estadual.

Deve-se destacar, ainda, uma prática alimentada pela FIERGS (desde a década de 1980), de manter contatos com representantes do Estado brasileiro ou, então, personalidades (políticas e/ou intelectuais), através das reuniões semanais realizadas na entidade. A entidade conseguiu trazer para palestrar em sua sede desde candidatos à Presidência da República, passando por Ministros de Estado, até especialistas em áreas de interesse dos industriais (área tributária, legislação previdenciária, integração econômica, comércio exterior etc.). Essa prática permitia à burguesia industrial gaúcha, além da ampliação da discussão em torno de assuntos relacionados aos seus interesses de classe, um permanente diálogo com personalidades representativas da sociedade e, especialmente no caso das autoridades governamentais, a apresentação e a defesa dos interesses da indústria gaúcha. A título de exemplo, no ano de 1998 estiveram dialogando com os industriais gaúchos na FIERGS pelo menos 16 representantes de governos estrangeiros (entre embaixadores, vice-presidentes, ministros ou pessoas ligadas a ministérios); no mesmo ano, estiveram na entidade pelo menos cinco Ministros de Estado do governo Fernando Henrique Cardoso, além do então Presidente do Banco Central, Gustavo Franco. Desde que Itamar Franco assumiu a Presidência do País, todos os Ministros de Planejamento estiveram na sede da entidade.⁴⁴⁰

Destaque-se, por fim, uma característica inovadora no comportamento político da FIERGS a partir dos anos noventa: sua preocupação com a competitividade da indústria gaúcha. Se essa questão estava presente entre as preocupações da entidade durante a década de 1980 e início da década de 1990, era de uma forma secundária. O discurso (crítico) da entidade era direcionado ao Estado: gigantesco, inoperante, ineficaz, inibidor da iniciativa privada, entrave para uma economia mais aberta e competitiva. Mesmo suas posições em relação ao MERCOSUL eram restritivas, expressivas especialmente da situação de setores da indústria gaúcha, receosos (em virtude do pouco dinamismo econômico) frente à possibilidade de uma economia mais aberta e mais competitiva, tal como se visualizava com o MERCOSUL.

A partir dos anos noventa, no entanto, a FIERGS assumiu uma postura diferente, defendendo que a competitividade econômica requer mudanças não somente na forma como o estado interfere na economia,

⁴⁴⁰ FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul*: as duas gestões de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS (1993 - 1996 - 1999) - ações e idéias I.

mas, também, na forma como as indústrias se inserem no mercado. A gestão de Dagoberto Lima Godoy tem, nesse aspecto, um significado decisivo. Ao assumir a presidência do sistema FIERGS/CIERGS, Dagoberto Lima Godoy comprometeu-se em transformar a entidade num “agente de mudança”:

Além de se empenhar na luta pela transformação da matriz industrial do Rio Grande do Sul, Godoy levou para o interior da FIERGS um estilo de gestão que, buscando uma sintonia fina com os desafios particulares de sua época, afirmasse um papel de liderança não limitado à identificação e síntese das necessidades do setor industrial gaúcho. O mais importante, na visão do presidente, era comprometer-se com a elaboração criativa de novas estratégias, capazes de fazer da entidade um ‘agente de mudança’, inserido em um mundo em constante processo de transformação. Construiu-se a cultura das ‘atitudes estratégicas’ que capacitaram a Federação para cumprir seus dois grandes compromissos: 1) representação política em defesa dos pontos de vista da indústria e 2) a qualificação das empresas gaúchas para a competitividade intrínseca ao mercado globalizado.⁴⁴¹

Nessa direção, por exemplo, a FIERGS se colocou como parceira do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade, criado em 1992 com o objetivo “de estimular, articular e promover ações visando a tornar competitivos os produtos e serviços das organizações do RS, através da melhoria da qualidade e da produtividade”.⁴⁴² O industrial Jorge Gerdau Johannpeter, então diretor-presidente do grupo Gerdau, foi o principal idealizador e incentivador daquele programa. Contanto com a participação permanente de outras lideranças industriais, o Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade se legitimou ao longo da década de 1990 como um programa de reestruturação produtiva de organizações (privadas e públicas) no Rio Grande do Sul, dentro de uma perspectiva de que num mercado cada vez mais competitivo seria fundamental que se desenvolvesse uma cultura de competitividade, a ser assimilada não somente pelas empresas, mas, principalmente, por toda a sociedade.

⁴⁴¹ FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul*: as duas gestões de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS (1993 - 1996 - 1999) - ações e idéias I, p. 12.

⁴⁴² Gestão de Qualidade 1997. *Guia de avaliação nível I*, revisão 03, p. 19.

Portanto, a FIERGS teve, durante a década de 1990, uma atuação política clara e consistente em defesa dos interesses de classe da burguesia industrial gaúcha. Uma entidade que se preocupou não somente com a defesa de interesses econômicos e imediatos da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, mas, também, com a defesa da ordem social capitalista no País, posicionando-se defensivamente em relação às “ameaças” à acumulação capitalista (e aqui se colocam as demandas democratizantes colocadas pelos movimentos populares e de trabalhadores organizados) e de forma afirmativa no que diz respeito às reformas no Estado e na economia, consideradas fundamentais para a viabilização do capitalismo brasileiro num contexto de reestruturação do capitalismo em nível mundial.

5. Os posicionamentos políticos da burguesia industrial no Rio Grande do Sul no contexto da execução do projeto neoliberal no Brasil

Já indicado na primeira parte desta tese, com a eleição de Fernando Collor de Melo para Presidente da República, em 1989, o neoliberalismo tornou-se a referência principal na orientação dada pelos governos brasileiros não somente à política econômica, mas, também, às reformas realizadas no Estado e na economia. A “década neoliberal” que se seguiria, no entanto, teve impactos negativos para a indústria brasileira, em especial em virtude da política de abertura da economia, do comprometimento da capacidade estruturante do Estado e de uma política econômica subordinada aos interesses do capital financeiro internacional.

Assim, nessa parte da tese ocupa-se com a análise dos posicionamentos políticos da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em relação ao projeto neoliberal de reestruturação do capitalismo no País durante a década de 1990, investigando como os “industriais gaúchos” se posicionaram em relação aos governos nacionais daquela década: Fernando Collor de Melo (1990 – 1992), Itamar Franco (1992 – 1994) e o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1998).

Investiga-se, portanto, como a burguesia industrial no Rio Grande do Sul se posicionou em relação à política econômica adotada por aqueles governos; como e em quais momentos procurou interferir nas políticas governamentais adotadas; como, enfim, o comprometimento da capacidade estruturante do Estado nacional e o ajuste da política econômica dentro de uma lógica de abertura comercial, altas taxas de juros, desregulamentação econômica, privatização das estatais, atração do capital internacional, impactou sobre seus posicionamentos em relação ao próprio processo de reestruturação neoliberal do capitalismo no Brasil.

5.1. A experiência de reorientação neoliberal durante os governos de Collor de Melo (1990 – 1992) e de Itamar Franco (1992 – 1994).

Para a burguesia industrial no Rio Grande do Sul a transição do regime autoritário-militar para um regime político mais aberto, durante a década de 1980, representou um período não somente de agravamento da crise econômica do País e de impotência do governo nacional diante daquela crise, mas, também, de crescente ceticismo em relação ao padrão desenvolvimentista de condução do capitalismo brasileiro e de intensificação das lutas políticas e sociais, decorrentes dessas do processo de democratização.

Aquele contexto impulsionou, ao mesmo tempo, uma articulação classista mais intensa (visando fazer frente ao crescimento do poder político da classe trabalhadora) e um posicionamento político cada vez mais favorável a reformas no Estado e na economia orientadas pelo mercado. Posicionamento esse que já era evidenciado, por exemplo, nas manifestações políticas da FIERGS em relação ao governo de José Sarney (1985 – 1990). A entidade manteve, desde o início daquele governo, um discurso crítico à intervenção estatal. Embora não tenha se posicionado contrária a nenhum dos planos econômicos adotados naquele período, nos momentos de crise dos mesmos seus dirigentes ressaltavam que o controle inflacionário e a estabilidade da economia não seriam alcançados sem o controle do déficit público e sem uma diminuição do tamanho do Estado.⁴⁴³

Nos dois últimos anos da década de 1980, diante à impotência do governo Sarney com o agravamento da crise econômica no País, as lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul passaram a enfatizar a necessidade de uma nova orientação da economia e da política no País, afirmando a importância de ser repensado o papel do Estado, garantindo-se maior liberdade (em relação aos “entraves e ingerências estatais”) para a iniciativa privada. Seus posicionamentos, portanto, ressaltavam a idéia de que a reestruturação do Estado se tornara imprescindível não somente para que o desenvolvimento econômico fosse retomado, mas, também, e fundamentalmente, para que a economia brasileira se “modernizasse”.

⁴⁴³ Denise B. GROS, *A atuação política do empresariado industrial gaúcho nos anos 80*; Marco André CADONÁ, *Dos bastidores ao centro do palco: a atuação política da burguesia industrial gaúcha no processo de redemocratização*.

A falta de capacidade de investimento do Estado é o sintoma de uma doença rebelde no Brasil - o estatismo, que atinge seu ponto máximo quando o setor público não só deixa de investir em infra-estrutura, mas também busca socorro financeiro, através da ganância fiscal, apenas para manter-se como um organismo disforme e gigantesco que é.⁴⁴⁴

Ademais, as lutas políticas e sociais de diferentes segmentos da classe trabalhadora no País a partir da redemocratização, em especial nos trabalhos de elaboração da Constituição de 1988 e nas eleições presidenciais de 1989, ressaltavam no discurso político das lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul o interesse de uma “contra-reforma”, impedindo o avanço das demandas democratizantes oriundas da classe trabalhadora e, nesse sentido, dissociando o desenvolvimento capitalista no País com o processo de democratização então em curso.

Na ocasião das eleições presidenciais de 1989, essas tendências políticas e ideológicas se afirmaram ainda mais junto às lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul. Um vídeo organizado pela FIERGS com o objetivo de “mobilizar as indústrias gaúchas” para aquelas eleições⁴⁴⁵ é, nesse sentido, representativo e ilustrativo. O vídeo, contendo pronunciamentos de algumas “pessoas do povo” (um pequeno comerciante, uma consumidora e um cidadão) que afirmam “espontaneamente” a lei da oferta e da procura como sendo a mais eficaz na dinamização das relações comerciais, e de depoimentos de lideranças da indústria e do comércio no Rio Grande do Sul – tais como Jorge Gerdau Johannpeter, Renato Malcon e Luis Carlos Mandelli –, defendia os “princípios da liberdade econômica como solução para os problemas brasileiros” e afirmava teses em favor do mercado e da necessidade deste ficar livre das “ingerências” do Estado.

O mercado é inteligente. E sempre o mercado é a melhor solução e a mais econômica. Assim que nós temos que ter várias liberdades, não basta ter a liberdade no campo político; é preciso ter a liberdade econômica. E nisso eu

⁴⁴⁴ Industrial Luis Carlos Mandelli, presidente da FIERGS (1987-1993). FIERGS. *O Produto*, abril de 1989.

⁴⁴⁵ A FIERGS lançou o vídeo, com a denominação “Liberdade – o caminho do desenvolvimento”, em novembro de 1989. Com o vídeo, as lideranças da entidade pretendiam alcançar trinta mil indústrias no estado gaúcho e foi apresentado em palestras e conferências que a FIERGS realizou no interior gaúcho.

incluo a liberdade cambial, a liberdade tecnológica, a liberdade sindical, a liberdade comercial, a liberdade contratual. São todos processos que hoje temos a ingerência e intervenção do governo que nos limita nestas liberdades e conseqüentemente nós limitamos a potencialidade do indivíduo, a liberdade do povo julgar o que acha certo e errado. O mercado é cada um de nós um pedacinho. A soma de todos nós é o correto julgamento das coisas.⁴⁴⁶

A partir dessas idéias se definiu o posicionamento político e ideológico hegemônico entre a burguesia industrial no Rio Grande do Sul nas eleições presidenciais de 1989. Um posicionamento construído não tanto pela clareza quanto suas implicações na definição de um projeto de reformas no Estado e na economia no País, mas, principalmente, pela oportunidade que o mesmo oferecia para se contrapor (política e ideologicamente) às propostas e aos projetos defendidos por forças sociais e políticas vinculadas às classes trabalhadoras no País e identificadas como antagônicas aos seus interesses de classe. Afinal, num contexto ainda incerto quanto à capacidade de uma recuperação econômica nos quadros do padrão desenvolvimentista, no discurso político das lideranças da burguesia industrial as idéias neoliberais sustentavam uma crítica genérica à intervenção estatal, mas, principalmente, à possibilidade, via Estado, de garantias aos direitos sociais e trabalhistas defendidos pelas classes trabalhadoras no País.

No discurso das principais lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul era afirmada a idéia de que, num momento em que em nível mundial se assistia à crise do “socialismo real”, a economia de mercado tornara-se inquestionável e a “modernização” do capitalismo no Brasil pressupunha, necessariamente, uma adaptação ao processo de reestruturação neoliberal do capitalismo, já em curso naquele período em nível mundial. Qualquer projeto de governo contendo propostas contrárias àquela tendência estaria ligado, portanto, à “experiência socialista derrotada”, ou, então, a “fórmulas” de estatismo, consideradas “arcaicas” e incapazes de alavancar o desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, as eleições presidenciais de 1989, em especial em seu segundo turno, quando Luis Inácio Lula da Silva (PT) e Fernando

⁴⁴⁶ Jorge Gerdau Johannpeter. Pronunciamento realizado no vídeo *Liberdade - o caminho para o crescimento*. FIERGS. *Liberdade – o caminho para o crescimento*. Transcrição minha.

Collor de Melo (do PRN – Partido da Renovação Nacional) disputaram a Presidência da República, foram tranqüilas no que diz respeito ao posicionamento hegemônico entre a burguesia industrial no Rio Grande do Sul. Fernando Collor de Melo recebeu amplo apoio, não tanto pela afinidade partidária (afinal, Collor era ainda pouco conhecido por muitos), mas, principalmente, pelo receio de que Luis Inácio Lula da Silva alcançasse a Presidência da República.

A eleição do dia 15 de novembro coloca diante dos empresários brasileiros o mesmo fantasma que eles pretendiam exorcizar para sempre quando apoiaram os militares 25 anos atrás: a possibilidade de um representante das correntes políticas hostis ao capitalismo liberal e aos princípios da economia de mercado alcançar a Presidência da República.⁴⁴⁷

As eleições presidenciais induzem à escolha entre dois modelos de desenvolvimento no segundo turno: a fórmula do candidato Luis Inácio Lula da Silva, que é estatizante, e o modelo de Fernando Collor de Mello, que defende um Estado moderno e eficiente e abrindo espaços para a iniciativa privada.

O Brasil, ao realizar a opção no dia 17 de dezembro, estará inserido ou na modernidade internacional ou será uma Nação em descompasso com o mundo, vivendo uma etapa antiquada que outros Países já superaram.⁴⁴⁸

Importante destacar que no primeiro turno das eleições presidenciais de 1989 a burguesia industrial no Rio Grande do Sul não se definiu em favor de um único candidato. Para as suas lideranças, o importante era que o futuro Presidente da República estivesse comprometido com os princípios da “liberdade econômica”. Essa postura político-ideológica definiu candidatos “confiáveis”, mas, também, candidatos em relação aos quais existiam restrições. No lançamento do vídeo “Liberdade – o caminho do desenvolvimento”, em novembro de 1989, por exemplo, o então presidente da FIERGS, Luiz Carlos Mandelli, afirmou que, entre os candidatos “confiáveis” e identificados com as idéias defendidas no vídeo (e que eram as idéias da entidade, frisou) estavam Paulo Maluf (PDS – Partido Social

⁴⁴⁷ *Revista Amanhã*, março de 1989.

⁴⁴⁸ FIERGS, *O Produto*, dezembro de 1989.

Democrático), Afif Domingos (PL – Partido Liberal) e Fernando Collor de Melo (PRN).⁴⁴⁹ Na mesma direção, no *II Fórum da Liberdade*, realizado em Porto Alegre no mês de abril de 1989, no painel *Brasil, como criar e distribuir riquezas*, no qual eram debatedores os industriais Luis Carlos Mandelli e Jorge Gerdau Johannpeter e os presidenciáveis Luis Inácio Lula da Silva e Mário Covas (do PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira),⁴⁵⁰ o então presidente da FIERGS assim se referiu ao comportamento político desses dois candidatos nos trabalhos de elaboração da Constituição de 1988:

... Além de um Estado econômico e autoritário sobre as leis de mercado, marcadamente fiscalista e cartorial, vivenciamos a presença de outro foco de forças que puxam o País para o atraso. Este foco focaliza-se no Poder Legislativo. Nós todos, que acompanhamos a elaboração da Constituição brasileira assistimos a verdadeiros descabros, eivados de concepções retrógradas que, lamentavelmente, afastam a Nação da modernidade.

O Partido dos Trabalhadores (...) se dispôs a inflar o texto constitucional com regras rígidas nas relações trabalhistas que transformariam, se todas fossem aprovadas integralmente, as empresas e seus empregados em organismos paralíticos ...

Mesmo que seja explicável a atuação do PT, tendo em vista suas raízes ideológicas, não se pode ignorar os malefícios que trouxe ao País pela difusão de conceitos autoritários nas relações trabalhistas. Mas, tão grave quanto este fato foi a conduta do partido majoritário, o PMDB, que através de uma série de concessões acabou permitindo a introdução de uma mini-CLT no texto constitucional.⁴⁵¹

Portanto, a vitória de Fernando Collor de Melo no segundo turno das eleições presidenciais de 1989 atendeu expectativas hegemônicas entre a burguesia industrial no Rio Grande do Sul. Collor situava-se entre os candidatos considerados “confiáveis”. Mais importante do que

⁴⁴⁹ *Jornal do Comércio* de 08 de outubro de 1989.

⁴⁵⁰ Mário Covas concorreu à Presidência da República pelo PSDB. No entanto, durante o período de realização da Constituição de 1988 ele era ligado ao PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

⁴⁵¹ FIERGS, *O Produto*, abril de 1989.

isso, naquelas eleições Collor de Melo se colocou como uma possibilidade real de impedir que forças sociais e políticas vinculadas à classe trabalhadora no País assumissem o governo nacional, através da eleição de Luis Inácio Lula da Silva (cuja trajetória política, como amplamente conhecido, estava diretamente vinculada com a maior central sindical no País, a CUT - Central Única dos Trabalhadores). Não é demais lembrar, nesse sentido, a afirmação, simbólica, do presidente da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) na época, industrial Mario Amato, segundo o qual se Lula ganhasse as eleições presidenciais 800 mil empresários deixariam o Brasil.⁴⁵²

A eleição de Collor de Melo para Presidente da República veio de encontro, portanto, com o interesse da burguesia industrial de encaminhar uma dinâmica de desenvolvimento para o capitalismo no País desvinculada das pressões democratizantes oriundas dos setores organizados das classes trabalhadoras no País e, além disso, comprometida com reformas no Estado e na economia orientadas para o mercado.

Passado o episódio eleitoral em que finalmente após longo período a sociedade brasileira escolheu pelo voto direto o futuro presidente da República, temos diante de nós a renovada esperança de que tudo que vínhamos buscando comece a acontecer com a posse de um governo comprometido com a recuperação da economia, a redução do déficit público, a diminuição da máquina do Estado, a privatização das empresas públicas e a liberação do comércio exterior...⁴⁵³

A expectativa de que, com a eleição de Fernando Collor de Melo, um projeto de governo capaz de estabilizar a economia no País (em especial, estancar o processo inflacionário), promover uma contra-reforma (paralisando o período de acolhimento das reformas democratizantes defendidas pela classe trabalhadora no País) e, ao mesmo tempo, realizar reformas neoliberais no Estado e na economia (privatizações de empresas estatais, redução do déficit público, desregulamentação econômica, atração ao capital estrangeiro etc.) foi determinante para a posição favorável da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em relação à política econômica adotada durante o

⁴⁵² *Jornal do Comércio*, 09 de novembro de 1989.

⁴⁵³ *Revista Amanhã*, dezembro de 1989.

primeiro ano do governo Collor.

A partir do segundo ano daquele governo, no entanto, diante das dificuldades de formulação de uma política econômica capaz de estancar o processo inflacionário e dar sinais de um novo período de crescimento econômico, do impacto da política econômica adotada sobre a produção industrial sul-rio-grandense, mas, também, das dificuldades políticas do governo Collor em dar dinamismo e rapidez à implantação de reformas prometidas e esperadas pela burguesia no País, tornou-se predominante em meio as suas lideranças a tese de que a tentativa de implantação do “projeto de modernização da economia e do Estado no País” esbarrava em “preceitos constitucionais” e que, portanto, sem uma reforma constitucional aquele projeto estaria comprometido.

Lembre-se que, quando assumiu o governo, Collor de Melo anunciou um plano econômico que, comparado com os planos econômicos lançados durante o governo da “Nova República” (1985-1990), era muito mais abrangente, envolvendo medidas nas áreas monetária, fiscal e administrativa. Embora enquanto candidato tivesse prometido que não interviria na economia, seu primeiro plano econômico foi extremamente intervencionista, inclusive em termos de patrimônios privados.

Em que pese o grau de intervencionismo estatal previsto, a FIERGS manifestou seu apoio ao Plano Collor I. As manifestações de seus dirigentes deixavam claro que, embora com medidas “rígidas”, o plano “tinha que acontecer”. Essa foi, inclusive, a avaliação realizada pelo Conselho de Economia (CONSEC) da FIERGS, segundo a qual a reforma monetária proposta por aquele plano, mesmo atingindo a todos, deveria ter “uma contrapartida positiva para todos na forma de virtual eliminação do processo inflacionário”.⁴⁵⁴

O apoio ao plano econômico, no entanto, não implicou aceitação do ônus financeiro imposto pelo mesmo, em especial o confisco monetário. Nessa direção, a FIERGS, no período imediato ao lançamento do plano, cobrou do governo Collor medidas visando “beneficiar o setor produtivo”. Ou seja, ao mesmo tempo em que suas lideranças consideravam o plano econômico “tecnicamente consistente”, a burguesia industrial no Rio Grande do Sul pressionou por “pequenas ações” corretivas, para evitar a criação de bloqueios ao “funcionamento normal da economia”.⁴⁵⁵ Assim, sob a justificativa de que haveria comprometimento do pagamento dos salários dos trabalhadores,

⁴⁵⁴ *Jornal do Comércio*, 22 de março de 1990.

⁴⁵⁵ *Jornal do Comércio*, 22 de março de 1990.

“especialmente das pequenas e médias empresas” (cuja conseqüência seria “desastrosa sob o ponto de vista social”), os dirigentes da FIERGS se empenharam numa campanha de pressão sobre a equipe econômica do governo Collor pela liberação do dinheiro bloqueado. Resultado daquela pressão (também exercida por lideranças políticas da burguesia industrial em outras unidades da Federação), a equipe econômica do governo Collor começou ainda no mês de março a liberar recursos (acima dos 50 mil cruzados novos) às empresas.⁴⁵⁶

Os efeitos negativos do Plano Collor I, no entanto, se fizeram sentir de imediato na economia do País e, em conseqüência, os meses seguintes de seu anúncio foram marcados pelo agravamento da estagnação econômica no País. O impacto daquela estagnação econômica sobre a indústria sul-rio-grandense (que, somente nos meses de abril e maio de 1990 demitiu 14 mil trabalhadores)⁴⁵⁷ provocou descontentamentos entre a burguesia industrial no Rio Grande do Sul e suas lideranças, a partir de então, passaram a cobrar do governo ações que pudessem reverter o quadro de estagnação.

O governo deve implantar medidas no sentido de alavancar o desenvolvimento em todos os setores. De nada adianta beneficiar certos segmentos em detrimento de outros, porque em alguns casos pode haver recessão.⁴⁵⁸

De qualquer forma, o posicionamento político hegemônico entre a burguesia industrial no Rio Grande do Sul em relação ao plano econômico manteve-se favorável. Essa tendência foi atestada, por exemplo, em pesquisa realizada pela FIERGS junto aos industriais gaúchos, em maio de 1990, que indicou que, embora 44.4% dos pesquisados admitissem que o plano tivesse resultado em diminuição das atividades, 93.1% aprovavam o plano.⁴⁵⁹

A posição favorável da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em relação à política econômica adotada pelo novo governo se manteria

⁴⁵⁶ Em abril, já com a emergência de sinais de estagnação econômica, o governo começou a liberar recursos para alguns setores da economia (construção civil, indústria automobilística e setor agrícola), numa operação que ficou conhecida como “abertura de torneiras”. *Jornal do Comércio*, 11 de maio de 1990.

⁴⁵⁷ *Jornal do Comércio*, 07 de março de 1990.

⁴⁵⁸ Antonio Bica Smith, diretor da FIERGS. *Jornal do Comércio*, 11 de maio de 1990.

⁴⁵⁹ *Jornal do Comércio*, 15 de maio de 1990.

até o final do ano de 1990, com exceção à discussão em torno da questão salarial. Desde o anúncio do plano, especialmente a CUT (Central Única dos Trabalhadores) pressionou o governo para que as perdas salariais anteriores (e ignoradas na nova política econômica) fossem repostas. Já no início das discussões, a posição da FIERGS, por exemplo, foi de que não havia condições para uma “intervenção do governo” na questão salarial num período sem crescimento econômico. A entidade defendeu, nesse sentido, a livre negociação como o único instrumento possível.

No entanto, a partir de junho, o governo admitiu as perdas salariais e aceitou discutir com os empresários e os trabalhadores. A discussão se estenderia por todo o segundo semestre e, em dezembro, seria aprovada a “prefixação dos salários”. A posição da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, durante aquele período, manteve-se contrária à reposição das perdas salariais. Diferentes lideranças industriais afirmavam que a prefixação dos salários não resolveria a questão salarial, cuja solução estava no combate à inflação e na retomada do crescimento econômico. A reação dos industriais em relação à aprovação da prefixação salarial foi de inteira contrariedade, chegando o então presidente da FIERGS a sugerir aos industriais gaúchos que não “seguissem a fórmula”: “É um retrocesso. A prefixação é um artificialismo, é inflacionária e intervencionista ao extremo”.⁴⁶⁰

Esta questão, no entanto, não arranhou a posição hegemônica favorável da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em relação ao governo Collor. Naquele período, suas lideranças enfatizavam que o caminho adotado pelo novo governo rumo à “modernização da economia” estava na direção certa, já que de outra forma o País estaria sujeito ao processo inflacionário, “mais prejudicial ainda à vida econômica nacional”. Ademais, a direção política adotada pelo governo Collor vinha de encontro com as expectativas de muitas daquelas lideranças. Por exemplo, em junho de 1990 o governo Collor anunciou uma nova “Política Industrial”, tendo como base a liberdade dos preços, de importação e de contratos e prevendo a criação de um “Plano Nacional de Qualidade e Produtividade” (classificado pelo então presidente da FIERGS, Luiz Carlos Mandelli, como um “verdadeiro choque de competição”). Mais do que isso, lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul passaram a ter um maior acesso ao executivo nacional durante o governo Collor, contribuindo para que seus

⁴⁶⁰ Industrial Luis Carlos Mandelli, presidente da FIERGS (1987 – 1993). *Jornal do Comércio*, 06 de dezembro de 1990.

posicionamentos políticos estivessem mais afinados com aquele governo. A fala do então presidente da FIERGS, avaliando o governo Collor, é, nesse sentido, ilustrativa:

Ele tinha idéias boas, modernizadoras, e foi ele quem começou a abertura comercial do País. Vou dar dois exemplos. Depois da eleição fui convidado para inúmeras solenidades e numa delas disse a ele que já era hora de o brasileiro ter cartão de crédito internacional, coisa que até então não podíamos ter. Ele respondeu que o Banco Central alegava a evasão de divisas, que aquilo quebraria o País... Insisti que aquilo era bobagem e ele bancou. Veja, na época nós éramos cidadãos de segunda classe no exterior, quem quisesse alugar um carro tinha que deixar uma caução em dinheiro, uma coisa tipo mafioso, que não quer se identificar. E em 1991, eu fui convidado pelo presidente Collor para integrar o Conselho Empresarial de Competitividade, onde havia 144 empresários, e fui escolhido por eles para ser o coordenador-geral. Também destaco o trabalho nas Câmaras Setoriais, ligadas ao governo federal, onde o fato de maior destaque foi a reativação da indústria automobilística. Nós sugerimos a exploração do segmento de carros populares, com imposto mais baixo e conseqüente rebaixamento de preço, além do compromisso público das empresas do setor de não demitir e manter os preços – isso numa época inflacionária... Além disso, do ponto de vista específico do Rio Grande do Sul, ele nunca deixou de atender nada.⁴⁶¹

No final de janeiro de 1991, frente a um quadro de volta da inflação (no mês de janeiro de 1991, a inflação ultrapassou os 20%), o governo lançou um novo plano econômico (Plano Collor II) que, embora anunciasse a desindexação da economia e extinguisse índices de correção monetária, congelava preços e salários. Antes do congelamento dos preços e dos salários, no entanto, o governo promoveu a elevação das tarifas públicas e dos preços dos combustíveis entre 46% e 71%.⁴⁶²

⁴⁶¹ Industrial Luiz Carlos Mandelli. Entrevista concedida no livro “As administrações da Federação e do Centro das Indústrias do RS entre 1962 e 1993”. In: FIERGS, *As administrações da Federação e do Centro das Indústrias do RS entre 1962 e 1993*, p. 253-4.

⁴⁶² Edison Marques MOREIRA, Elza M. S. De ALMEIDA, Lisete Maria GIROTTO, *Indicadores Econômicos*, p. 16.

A posição da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em relação ao novo plano não foi totalmente favorável. Suas lideranças políticas vinham se posicionando contrárias a novos congelamentos de preços. O que cobravam do governo era a imediata desindexação da economia, medida que, afirmavam em seus posicionamentos, executada desde o começo do governo, teria evitado um novo plano econômico.

Teríamos evitado então os malefícios de um congelamento de preços, medida que tem todos os ingredientes ... para determinar o agravamento da situação econômica do País.⁴⁶³

O Plano Collor II parece-me como a terapêutica tradicional para romper a crise brasileira, que, como todos sabemos, se executa com choques.

E foi para evitar o agravamento ainda maior desta perigosa situação que foi editado o Plano Collor II que representa, aparentemente, uma contradição em relação ao Plano Collor I, essencialmente liberal e aberto.⁴⁶⁴

A partir de então, tornou-se predominante entre as lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul a opinião de que “o presidente Collor não soube avaliar corretamente a situação estrutural brasileira” e que a “reconstrução” do País somente seria alcançada através de um conjunto de reformas estruturais prevendo o saneamento e a reestruturação do Estado, a desregulamentação da economia, um novo tratamento ao capital estrangeiro, uma política econômica voltada à necessidade de maior competitividade da economia nacional.

Essas sugestões foram, inclusive, apresentadas para a então Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Melo, quando da visita da ministra a FIERGS, em março de 1991. No documento entregue pelos dirigentes da entidade eram sugeridas: medidas contra a recessão industrial, através de “um auxílio emergencial às indústrias ameaçadas de encerrar suas atividades em virtude do refluxo econômico”; a eliminação do déficit público, através das “reformas estruturais de controle da inflação”; medidas que contemplasse o setor industrial com fontes de financiamento de curto, médio e longo prazos; a desindexação total da economia (na ocasião cobravam especialmente a eliminação da

⁴⁶³ Industrial Luis Carlos Mandelli. FIERGS, *O Produto*, março/abril, 1990.

⁴⁶⁴ Industrial Paulo Vellinho. *Jornal do Comércio*, 05 de dezembro de 1991.

Taxa Referencial Diária e da tablita de deflação das obrigações a prazo); a livre negociação salarial; a “tributação direta” e a independência do Banco Central.⁴⁶⁵

O Plano Collor II não agradou a burguesia industrial no Rio Grande do Sul que esperava maior rapidez no processo de reformas no Estado e no controle inflacionário, mas que, também, sentiu os impactos negativos da recessão provocada pela política econômica do novo governo. Durante o ano de 1990, por exemplo, a indústria sul-riograndense foi uma das mais atingidas no País pela recessão (recuou 11,19% em relação ao ano de 1989).⁴⁶⁶ Não se pode ignorar, também, que a política de abertura comercial, já colocada em prática naquele período, atingiu negativamente setores tradicionais da indústria sul-riograndense (vestuário e calçados, por exemplo). As críticas ao plano econômico, portanto, refletiam também preocupações quanto aos impactos que a nova direção dada à economia brasileira estava tendo nos interesses econômicos da burguesia industrial no Rio Grande do Sul.

É com esse tipo de preocupação que naquele período suas lideranças políticas passaram a enfatizar a idéia de que a execução do projeto neoliberal pressupunha “reformas estruturais” no Estado e na economia e que planos econômicos, “com congelamento de preços”, não atacavam “a raiz do problema, que é *estrutural*”. Nessa direção, inclusive, a FIERGS se posicionou contra qualquer outra tentativa de plano econômico; suas demandas no período eram no sentido de cobrar o fim “da fase de congelamento” decretada pelo último plano e suas manifestações eram favoráveis à realização das “reformas estruturais”.

No entanto, se havia posições críticas quanto à possibilidade de novos planos econômicos, por outro lado, lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul mantinham na época uma maior aproximação política com o governo Collor. No primeiro semestre de 1991, por exemplo, o governo Collor criou uma Comissão Empresarial de Competitividade, formada por representantes da iniciativa privada e do governo com o objetivo de levantar sugestões para uma política de desenvolvimento industrial. O então presidente da FIERGS, Luis Carlos Mandelli, foi convidado para participar daquela Comissão (formada por doze comissões empresariais) e nela eleito como coordenador geral. Embora criada com o objetivo de ser um órgão consultivo do Programa de Competitividade Industrial adotado por Collor, a referida comissão

⁴⁶⁵ FIERGS. *O Produto*, 65 - março/abril de 1991.

⁴⁶⁶ Adalmir MARQUETTI E André SCHERER, *Indústria: crise mantém-se com o Plano Collor II*, p. 34.

serviu como mais um canal de comunicação entre a burguesia industrial no País e o governo nacional. Através dela, a burguesia industrial manteve um contato permanente com a equipe econômica, sugerindo modificações e/ou orientações à política econômica, e pressionou o presidente Collor para que este encaminhasse as “reformas estruturais” que, entendia, eram fundamentais para a execução do projeto de reestruturação neoliberal do capitalismo no País.

Collor atenderia às expectativas da burguesia em relação às “reformas estruturais” quando, em setembro de 1991, encaminhou para o Congresso Nacional uma proposta de emenda à Constituição, que ficou conhecida como “Emendão”. O projeto “Emendão”, em sua versão original, continha as seguintes propostas: *aposentadoria*: acabava com a aposentadoria por tempo de serviço, mantinha a idade de 60 e 65 anos e quem já tinha 30 anos de serviço mantinha os benefícios; *estabilidade*: acabava com a estabilidade no emprego, exceto para as carreiras profissionais específicas; *universidade*: a União não garantia mais o custeio integral, devendo as Universidades cobrar taxas, vender serviços para auto-custear-se; *monopólios*: acabava com o monopólio da Petrobrás para a exploração, distribuição e comercialização do petróleo, autorizando o setor privado a entrar no setor mediante concessão da União; *capital estrangeiro*: eliminava as restrições à participação do capital estrangeiro na economia nacional; *encargos*: as atribuições financeiras da União em relação à saúde, educação, saneamento e habitação passariam a ser divididos com os Estados e municípios; *lavras minerais*: o setor privado poderia participar da pesquisa de lavras minerais, mediante concessão do poder público; *juros*: seria suspenso o limite constitucional de 12% ao ano para a cobrança de juros reais.⁴⁶⁷

Fernando Collor de Melo, no entanto, frente às dificuldades encontradas de conter o processo inflacionário (eleito como principal inimigo durante a campanha, que seria vencido com “um só tiro”) e já enfrentando denúncias de corrupção envolvendo pessoas diretamente a ele ligadas, não desfrutava da credibilidade conseguida nos primeiros meses de seu governo. O “Emendão”, nesse sentido, não conseguiu a aprovação no Congresso.

A preocupação com uma continuidade, sem rupturas, na execução do projeto de “modernização” do capitalismo no País, foi determinante no posicionamento da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em relação ao *impeachment* do presidente Collor e em relação ao novo

⁴⁶⁷ *Jornal do Comércio*, 20 de setembro de 1991.

governo que se instalou a partir de sua renúncia (governo Itamar Franco).

O processo de *impeachment* do presidente Collor foi o principal e mais importante acontecimento político durante o ano de 1992. Iniciado a partir de denúncias de corrupção que o ligavam indiretamente, aos poucos as denúncias revelaram um esquema de corrupção envolvendo um grande número de pessoas ligadas ao governo e ao próprio presidente. As denúncias resultaram em amplas mobilizações na sociedade civil, com destaque aos estudantes (“caras-pintadas”), que, motivados pela bandeira da “ética na política”, pressionaram o Congresso Nacional para que esse encaminhasse e aprovasse o *impeachment* de Collor de Melo.

O posicionamento político das lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em relação ao *impeachment* revelou que, para essa fração da burguesia gaúcha, mais importante do que discutir a permanência ou não do presidente Collor, era evitar que o processo prejudicasse a execução do projeto neoliberal defendido. Esta foi a posição que ficou registrada, por exemplo, como “linha de pensamento” da FIERGS em relação ao *impeachment*.

1) A solução para o impasse político tem que ser constitucional. (...) 2) Retirar da crise lições. No caso do Brasil, levar em consideração que haverá revisão constitucional e plebiscito sobre o sistema de governo. (...) 3) Perceber que o amadurecimento do Brasil está sendo reconhecido por observadores internacionais. Neste mesmo enfoque, a maturidade deverá estar presente no caso do julgamento do ‘impeachment’. Até lá, não se pode julgar. e 4) Existência de uma agenda de reformas estruturais que não podem parar, pois são projetos que buscam dotar o País de alto grau de competitividade diante de sua inserção no cenário internacional. Estas reformas não pertencem mais ao Governo, mas são patrimônio da Nação. Portanto, ao cuidar da questão política, não se pode cair no erro de barrar ou menosprezar o andamento dos projetos de modernização da economia. Propõe-se então ações num binômio de esforços: esclarecer o impasse político e solucioná-lo constitucionalmente, e ao mesmo tempo levar adiante a agenda de reformas econômicas do Brasil.⁴⁶⁸

⁴⁶⁸ *Jornal do Comércio*, 26 de agosto de 1992.

Esta “linha de pensamento” da FIERGS revela duas questões principais nos posicionamentos da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em relação ao processo de *impeachment*: primeira, a de que o mesmo ocorresse dentro de uma “normalidade”, repudiando-se qualquer possibilidade de uma alternativa (novas eleições, por exemplo); segunda, a disposição de pressionar pela rapidez na realização das “reformas estruturais” e da “modernização da economia”, procurando legitimá-las como parte de um projeto universal e transcendente à pessoa ou ao governo do presidente Collor.

A primeira questão mostra que, além do interesse em garantir a continuidade da política neoliberal adotada pelo governo Collor, havia a preocupação quanto à possibilidade do Congresso Nacional, frente às pressões populares, aprovar novas eleições para a Presidência da República e um novo presidente, não necessariamente identificado com o projeto defendido pela burguesia, vir a ser eleito. Diante dessa possibilidade, ou do perigo de “rupturas” na execução do projeto neoliberal de reestruturação do capitalismo no País, a burguesia industrial chegou a vacilar em relação ao apoio explícito ao processo de *impeachment*. Em maio de 1992, por exemplo, período em que se discutia se as denúncias de corrupção contra o presidente Collor deviam ou não ser investigadas pelo Congresso Nacional através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), Luis Carlos Mandelli, na condição de presidente da FIERGS, o industrial Jorge Gerdaud Johannpeter, o senador Albano Franco, então presidente da Confederação Nacional da Indústria, e os presidentes das Federações de Indústrias dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, presentes no Palácio do Planalto, manifestaram apoio a Collor e defenderam a posição de que as investigações, antes de irem para o Congresso Nacional, deveriam ser examinadas pelo Ministério Público.⁴⁶⁹

A segunda questão é ilustrativa da forma ideológica com que a burguesia industrial no Rio Grande do Sul defendia o discurso neoliberal naquele período. Apresentado desde sempre como um “projeto universal”, suas lideranças políticas, ao adotarem a posição de que as reformas “modernizantes” não pertenciam mais ao governo (mas eram “patrimônio da Nação”), procuravam garantir uma suposta legitimidade e universalidade do projeto por elas defendido. Naquele momento já havia, pois, pelo menos entre as lideranças políticas da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, um senso comum neoliberal,

⁴⁶⁹ *Jornal do Comércio*, 28 de maio de 1992.

o convencimento de que era possível avançar na execução do projeto neoliberal de reestruturação do capitalismo no País e que, portanto, qualquer governo deveria estar comprometido com a continuidade daquele projeto, já iniciado com o governo de Fernando Collor de Melo.

Note-se, nesse sentido, que, no discurso das principais lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, o neoliberalismo não mais se colocava como um instrumento político e ideológico de sustentação de um posicionamento contrário e crítico às forças sociais e políticas que defendiam uma ampla democratização do Estado brasileiro, numa perspectiva distributiva. Já havia, no início dos anos 1990, uma nova direção no discurso político daquelas lideranças, pois o neoliberalismo passara a justificar, com maior clareza e com maior profundidade, o interesse pela realização de um conjunto (definido, como simboliza o apoio ao “emendão” de Collor) de reformas no Estado e na economia orientadas para o mercado.

Com a confirmação do *impeachment* de Collor, a FIERGS publicou uma nota nos jornais de Porto Alegre reafirmando suas posições anteriores e enfatizando que, a partir de então, “começava o maior desafio para a Nação”: garantir as “condições de governabilidade para a gestão de Itamar Franco”. Na nota, as lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul elogiavam a normalidade do processo de *impeachment*, louvando a “verdadeira lição de maturidade” ao ser garantida a posse do vice-presidente Itamar Franco. Afirmavam, nesse sentido, que a “estabilidade do País não se vincula à manutenção daqueles que a governam, mas à manutenção das regras institucionais”. A nota fazia, ainda, referências ao novo governo que se instalava, afirmando que a garantia de governabilidade seria alcançada na medida em que fossem respeitadas as seguintes condições: afinidade da nova equipe governamental com as propostas de liberalização da economia que já vinham sendo executadas; comprometimento do Congresso Nacional com as “reformas estruturais”; esforços dos agentes econômicos no sentido de estimular maiores níveis de produtividade; “tranquilidade” da sociedade, repelindo as “forças radicais”.⁴⁷⁰

Naquele período, a revisão constitucional já tinha se colocado como o tema nacional predominante entre as lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul. Ainda em julho de 1992, a FIERGS, em homenagem ao seu presidente Luis Carlos Mandelli, lançou um movimento denominado “Grito de Alerta”, visando mobilizar a

⁴⁷⁰ *Jornal do Comércio*, 29 de setembro de 1992.

burguesia industrial no Rio Grande do Sul para a revisão constitucional. O entendimento era de que a Constituição possuía “camisas-de-força” que inibiam a iniciativa privada e as pretensões de reforma do Estado e da economia no País orientadas pelo mercado.⁴⁷¹

As lideranças políticas da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, a partir de então, se posicionariam contra outro “choque econômico”. Em 1993, no entanto, quando do lançamento da primeira fase do plano Real, já no governo de Itamar Franco, o posicionamento político das mesmas lideranças foi unânime quanto ao acerto do governo. Na ocasião, o posicionamento favorável ao novo plano econômico se justificava por duas razões principais. Primeira, havia o receio de rupturas políticas em relação ao projeto de reestruturação neoliberal do capitalismo iniciado com Collor de Melo e, nesse sentido, uma expectativa de que o governo Itamar Franco garantisse a estabilidade política e a continuidade daquele projeto. Segunda é que o presidente Itamar, desde que entrou no governo, se comprometeu em dar continuidade ao processo de “modernização econômica” iniciado por Collor e que o seu Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, ao anunciar o novo plano econômico, se comprometeu em “não violentar o mercado”, “não apresentar mágicas”, “não se afastar do rumo traçado”, concordando que a estabilidade econômica somente seria alcançada através das reformas estruturais. Vinha ao encontro, portanto, às demandas e às expectativas da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em relação ao “novo” governo.

Há de se considerar, igualmente, que enquanto Itamar Franco esteve no governo as lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, em especial aquelas vinculadas a FIERGS, mantiveram um bom diálogo com o executivo federal. Assim, por exemplo, em agosto de 1993 o presidente Itamar assinou um decreto de criação de um Conselho Consultivo Empresarial de Competitividade (CONCEC), com o objetivo de identificar e propor ações para superar os principais entraves para a competitividade brasileira; aquele conselho foi formado por 250 empresários de todo o País e contou com a participação de lideranças industriais gaúchas, entre as quais o então presidente da FIERGS, Dagoberto Lima Godoy. Em dezembro daquele mesmo ano, o Ministro da Fazenda do governo Itamar, Fernando Henrique Cardoso, esteve na sede da FIERGS participando de uma reunião-almoço, numa promoção conjunta entre a FIERGS, a FEDERASUL, a FARSUL e a ADVB/RS,

⁴⁷¹ *Jornal do Comércio*, 24 de setembro de 1992.

ocasião em que 800 empresários gaúchos ouviram do então Ministro uma explicação do plano de estabilização econômica que o governo estava gestando, pedindo apoio dos empresários e afirmando que, entre as medidas contempladas no plano econômico, estava a redução dos gastos públicos.⁴⁷²

O posicionamento político favorável em relação ao governo Itamar Franco manteve-se até o seu final. Assim, nas três fases que compreenderam a implantação do Plano Real (o lançamento do Programa de Ação Imediata – PAI, em junho de 1993, a aprovação do Fundo Social de Emergência, a partir de agosto de 1993, e o lançamento do “plano de estabilização”, em fevereiro de 1994), as manifestações das lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul foram unânimes quanto à afirmação de que o governo estava no “caminho certo”, devendo o mesmo ter condições políticas favoráveis para levá-lo adiante.

A indústria gaúcha está empenhada no sucesso da estabilização da economia brasileira e tem a convicção de que o movimento em favor de um Brasil sem inflação e com justiça social, com empregos e salários compatíveis com a dignidade humana, deva incorporar toda a sociedade. Em momentos como o atual precisamos ter a consciência de que posições individualistas devem ceder lugar para a equação do interesse comum. Por isso, antes de críticas destrutivas ao atual plano econômico, devemos procurar sugestões para colaborar e aperfeiçoar esta provável última chance de estabilidade.

Cabe a todos nós colaborar para o aperfeiçoamento das medidas de estabilização e com nossas ações contribuir para que elas realmente funcionem...⁴⁷³

A defesa do Plano Real se afirmou ainda mais a partir de 1994, quando ocorreram as eleições presidenciais. Naquele ano, as lideranças da burguesia industrial não somente enfatizaram o significado histórico do Plano Real no processo de modernização neoliberal do capitalismo

⁴⁷² FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul: a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS (1993 – 1996 – 1999) – ações e idéias II*, p. 117.

⁴⁷³ Industrial Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS (1993 - 1999). Artigo publicado no *Jornal Zero Hora*, de Porto Alegre, no dia 27 de fevereiro de 1994. In: FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul: a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS (1993 – 1996 – 1999) – ações e idéias II*, p. 65.

no País, mas, também, a importância da permanência de Fernando Henrique Cardoso como o “condutor do plano”. Ainda durante o mês de março daquele ano, inclusive, 400 “empresários brasileiros”, dentre os quais dirigentes da FIERGS, manifestaram apoio à condução dada por Fernando Henrique Cardoso à política econômica e à sua candidatura para Presidente da República.⁴⁷⁴

Claro que havia uma expectativa positiva dentre a burguesia industrial no Rio Grande do Sul quanto à possibilidade de o plano Real controlar a inflação, estabilizar a economia e alavancar um crescimento estável e duradouro da economia brasileira. Em julho de 1994, inclusive, uma pesquisa realizada junto aos diretores do sistema FIERGS/CIERGS mostrou que 94,6% acreditavam que o plano Real iria promover drástica redução da inflação, 34,46% vincularam o plano à estabilização econômica, 28,67% destacaram a retomada dos investimentos produtivos e do desenvolvimento econômico e 16,67% afirmaram esperar que daquele plano econômico resultasse um maior poder aquisitivo para a população e o crescimento do emprego.⁴⁷⁵ É preciso notar, também, que a economia brasileira apresentou um significativo crescimento no ano de 1994 (o PIB brasileiro cresceu 5,8%) e, na mesma direção, a indústria sul-rio-grandense cresceu 8,1% naquele ano (segundo uma tendência já observada em 1993, quando cresceu 15,9%).⁴⁷⁶

Mas é também certo que uma possível candidatura de Fernando Henrique Cardoso para Presidente da República, naquele momento já identificado com o Plano Real, capaz de fazer frente à candidatura de Luis Inácio Lula da Silva (representante, naquelas eleições, de um conjunto de forças sociais e políticas que se opunham ao projeto neoliberal em execução no País), foi um elemento decisivo para as manifestações políticas favoráveis ao Plano Real e à forma como a equipe econômica do governo Itamar Franco estava conduzindo a implantação daquele plano.

A diferença entre esse plano e os demais está no princípio concreto de sua sustentação. Há um consenso de que para se combater a inflação é preciso atacar a sua causa fundamental, o déficit público. Esse é o ponto fundamental para se conquistar a estabilização

⁴⁷⁴ *Jornal do Comércio*, 23 de março de 1994.

⁴⁷⁵ *Jornal do Comércio*, 30 de junho de 1994.

⁴⁷⁶ CONTRI, André e outros. *Visão global da economia gaúcha*, p. 30.

econômica. Nós acreditamos que o Plano atinja a estabilização nos primeiros meses de vigência do real. Porém, a nossa grande angústia é a de que não nos serve mais experiências limitadas. Precisamos de um crescimento sustentável que depende, basicamente, de quatro fatores: controle dos gastos governamentais, política monetária adequada, *escolha nas eleições em geral* e reformas estruturais.⁴⁷⁷

Por outro lado, o posicionamento político favorável ao Plano Real não impedia que as lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul manifestassem suas preocupações quanto à condução do mesmo. Durante o ano de 1994, por exemplo, em diferentes momentos suas lideranças cobraram do governo Itamar Franco mudanças em alguns pontos da política econômica adotada, em especial na política de juros e na política cambial. A partir de julho daquele ano, inclusive, a FIERGS passou a pressionar o Ministério da Fazenda (mas, também, as lideranças políticas no Congresso Nacional) pela diminuição das taxas de juros e por uma política cambial mais favorável ao setor exportador, cobrando, ainda, maior incentivo às exportações (a entidade, em outubro de 1994, sugeriu ao governo Itamar Franco, a implantação do “Reintegro”, um programa de incentivo às exportações então adotado pelo governo da Argentina), políticas “seletivas” de crédito, através da liberação de linha de financiamento para investimentos no setor produtivo,⁴⁷⁸ e proteção contra as importações.

Na mesma direção, os dirigentes da FIERGS participaram de um encontro entre representantes da burguesia industrial de todo o País e o já eleito Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em novembro de 1994, ocasião em que foi entregue ao novo Presidente um documento, com o título “Rumo ao Crescimento”, no qual cobravam compromisso do governo nacional com: 1. A reforma tributária com redução de impostos; 2. Uma maior abertura para investimentos estrangeiros; 3. A eliminação dos monopólios; 4. Medidas de apoio às exportações e proteção contra importações; 5. A reforma previdenciária, com a adoção de um sistema previdenciário misto; 6. A reforma trabalhista, com maior flexibilidade na legislação trabalhista.⁴⁷⁹

⁴⁷⁷ Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS (1993 - 1999). *Jornal do Comércio*, 27 de maio de 1994. Grifos meus.

⁴⁷⁸ *Jornal do Comércio*, 16 de outubro de 1994.

⁴⁷⁹ *Jornal do Comércio*, 15 de novembro de 1994.

Destaque-se que aquele documento foi elaborado pela CNI, com a coordenação do industrial Dagoberto Lima Godoy (na época vice-presidente daquela entidade e presidente de seu Conselho de Assuntos Legislativos - CAL), num trabalho que articulou todas as federações de indústria no País e numa demonstração da capacidade política daquela entidade de articular a burguesia industrial nos momentos decisivos daquela conjuntura. A entrega daquele documento para o já eleito Presidente da República foi feita pelo então presidente da FIERGS, ocasião em que industrial gaúcho enfatizou que “Rumo ao Crescimento” *refletia as expectativas da indústria no País* em relação à continuidade da execução do projeto de reestruturação do capitalismo no País, pois era “fruto de seis meses de trabalho dos corpos técnicos da CNI com a participação das Federações das Indústrias de todos os Estados”.⁴⁸⁰

É importante ressaltar que já naquele período a execução de um projeto neoliberal de reestruturação do capitalismo no País deixara de ser uma expectativa entre a burguesia industrial no Rio Grande do Sul. Além disso, a defesa daquele projeto não tinha mais um caráter apenas “defensivo”, de oposição aos projetos de democratização defendidos pelas forças sociais e políticas vinculadas às classes trabalhadoras no País. Em 1994 já havia se passado um período de quatro anos de governos comprometidos com reformas no Estado e na economia orientadas pelo mercado. Foram quatro anos que, em que pese a instabilidade política, diferentes reformas neoliberais no Estado e na economia já tinham sido realizadas e, mais do que isso, já se consolidara a hegemonia do neoliberalismo enquanto orientação política e ideológica dos governos nacionais no Brasil. Naqueles quatro anos, a burguesia industrial no Rio Grande do Sul experienciou situações de instabilidade política (o Impeachment de Collor, por exemplo, e o receio de uma ruptura no processo de “modernização” neoliberal) e uma permanente instabilidade econômica (nos dois primeiros anos do governo Collor a indústria sul-rio-grandense apresentou crescimento negativo, -9,8% em 1990 e -5,3% em 1991, e crescimento positivo nos anos de 1992 e 1993: 5,2% e 15,%, respectivamente).

Mais do que isso, aquele foi um período de enfrentamento das implicações das políticas neoliberais adotadas. A política de abertura da economia, por exemplo. Até o final da década de 1980 e início dos anos 1990, a abertura da economia era vista com restrições pela burguesia industrial no Rio Grande do Sul. Os posicionamentos existentes naquele

⁴⁸⁰ FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul*: a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS (1993 – 1996 – 1999) – ações e idéias I, p. 121.

período entre suas lideranças sobre o MERCOSUL - Mercado Comum do Sul são ilustrativos.

A maioria dos empresários gaúchos vê positivamente a integração da América Latina (...) mas entende que a concorrência estrangeira vai prejudicar alguns setores. Uma das sugestões é a criação de benefícios para os produtos atingidos...⁴⁸¹

A manifestação do então presidente da FIERGS era expressiva de uma posição predominante na burguesia industrial no Rio Grande do Sul naquele período: embora houvesse um posicionamento “favorável” ao processo de integração, defendia-se que os produtos brasileiros considerados “sensíveis” não deveriam ficar expostos à concorrência advinda do processo integrativo; não sem uma definição clara de políticas de “reconversão industrial”, capaz de capacitá-los à competição com os países signatários do acordo integrativo.

Ou seja, havia concordância quanto ao modelo geral da integração econômica (para muitas lideranças da burguesia industrial, “um passo importante para uma maior inserção do Brasil na economia mundial”); no entanto, o mesmo não ocorria quando das definições e da operacionalização das políticas do MERCOSUL que envolviam diretamente os vários setores da economia gaúcha. Nesses momentos, o discurso era rearticulado de acordo com interesses econômicos dos diferentes segmentos da indústria gaúcha. Assim, por exemplo, na discussão em torno da lista de produtos a serem incluídos entre os produtos com livre circulação entre os países signatários do MERCOSUL (livres de direitos aduaneiros e de restrições tarifárias), não eram sem frequência os posicionamentos de contrariedade à inclusão de produtos gaúchos ou, então, as pressões políticas junto às autoridades governamentais pleiteando maior gradualismo no processo de abertura.

Em 1992, inclusive, a FIERGS realizou um trabalho de diagnóstico setorial entre diversos segmentos industriais com o objetivo de levantar informações sobre a situação da indústria gaúcha diante do

⁴⁸¹ Industrial Luis Carlos Mandelli, presidente da FIERGS (1987 - 1993). Na ocasião, o presidente da FIERGS defendeu a implantação de um Fundo de Compensação para a superação de possíveis problemas específicos setoriais que poderiam surgir a partir do MERCOSUL. *Jornal do Comércio*, de 24 de agosto de 1993.

processo integrativo.⁴⁸² Através daquele estudo, a entidade constatou que, principalmente nos setores da economia gaúcha cuja produção era similar com a produção de países vizinhos integrantes do MERCOSUL (em especial o Uruguai e a Argentina), havia um posicionamento restritivo em relação à abertura da economia. Muitos setores industriais diagnosticados identificaram dificuldades de competitividade, prevendo conseqüências negativas resultantes do processo integrativo. É ilustrativa a seguinte passagem tirada do diagnóstico do setor de conservas (pêssego), pertencente à indústria da alimentação:

Frente ao MERCOSUL o setor é muito sensível devido a grande quantidade e produtividade que o setor argentino possui. O setor brasileiro vê com cautela a integração devido a distorções econômicas internas que ocasionam juros e inflações elevadas e, por parte da Argentina, a existência de subsídios à agricultura e á exportação.⁴⁸³

As dificuldades enfrentadas diante da política de abertura da economia nacional, porém, impulsionaram já naquele período uma articulação política da burguesia industrial no Rio Grande do Sul visando criar melhores condições de competitividade para a indústria gaúcha.

Nessa direção, a FIERGS, desde a segunda metade da década de 1980, vinha pleiteando, especialmente junto ao governo sul-riograndense, medidas de proteção e de compensação aos problemas advindos com o MERCOSUL.

Em julho de 1989, por exemplo, quando o então presidente do Brasil, José Sarney, se encontrou em Uruguaiana (município gaúcho situado na fronteira do Brasil com a Argentina) com o então presidente da Argentina, Carlos Menen, para a assinatura de protocolos de integração entre os dois países, o então presidente da entidade defendeu que o governo brasileiro criasse um Fundo de Compensação aos

⁴⁸² O trabalho realizado pela FIERGS, resultado de audiências setoriais sobre o MERCOSUL, é composto de 20 (vinte) diagnósticos setoriais: trigo, massas e biscoitos, conservas alimentícias (pêssego, doces e geléias), condimentos e temperos, chocolate, pescados, avicultura, produtos suínos, produtos lácteos, vinho, fumo, complexo soja, couro, calçados e componentes de calçados, químico e petroquímico, têxtil, artefatos de borracha e construção civil. FIERGS, *Termos de referência sobre os setores da economia do Rio Grande do Sul face ao processo de integração*.

⁴⁸³ IDEM, *Ibid.*, p. 8.

produtos brasileiros “sensíveis”, de modo a neutralizar os prejuízos na comercialização desses produtos.⁴⁸⁴

Já no início dos anos 1990, quando o MERCOSUL tomou rumos mais definitivos, a FIERGS defendeu junto ao governo gaúcho acordos entre a iniciativa privada e o governo estadual, procurando garantir a execução de políticas que resultassem na “modernização” dos setores industriais e da infra-estrutura estadual. Assim, por exemplo, em 1992, a entidade e o governo gaúcho assinaram um Protocolo de Cooperação visando obter recursos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar no território sul-rio-grandense programas de reconversão industrial e de investimentos na infra-estrutura estadual. O referido protocolo, denominado “Programa de Desenvolvimento da Indústria e da Infra-estrutura do Rio Grande do Sul”, previa os seguintes objetivos: a) elaboração de estudos e projetos para a definição de necessidades da indústria gaúcha; b) constituição de um fundo de investimento para o projeto de modernização, reconversão industrial, tecnologia, qualidade e proteção ao meio ambiente do setor industrial e agro-industrial; c) realização de investimentos diretos na infra-estrutura pública, especialmente energia elétrica, telecomunicações e serviços portuários e de transporte.⁴⁸⁵

A política de abertura comercial, portanto, impulsionou a mobilização da burguesia industrial no Rio Grande do Sul visando adaptar a indústria gaúcha num cenário de maior integração com os mercados internacionais e de aumento dos níveis de competitividade. Data daquele período, inclusive, uma maior preocupação dos dirigentes da FIERGS no sentido de colocar a entidade como um agente impulsionador de uma “cultura de competitividade” nas indústrias gaúchas que, entendiam, estava implicada no processo de “globalização da economia”. É representativo que, em 1990, quando o industrial Luiz Carlos Mandelli assumiu sua segunda gestão à frente da entidade, a competitividade industrial tenha sido colocada como uma de suas metas principais. No seu discurso de posse, Mandelli deu ênfase à idéia de que,

⁴⁸⁴ *Jornal do Comércio*, 24 de agosto de 1989.

⁴⁸⁵ *Jornal do Comércio* de 11 de fevereiro de 1992. Resultante do acordo firmado entre a FIERGS e o governo do Rio Grande do Sul em 1992, uma carta-consulta foi enviada ao BID requerendo recursos num montante de 234 (duzentos e trinta e quatro) milhões de dólares, com uma contrapartida de 81 (oitenta e um) milhões de dólares oriundos do governo estadual e 75 (setenta e cinco) milhões de dólares de investimentos privados, num montante de 390 (trezentos e noventa) milhões de dólares. A referida carta-consulta previa, no caso dos recursos destinados à iniciativa privada, juros de 11% ao ano, com carência de um ano e amortizações em cinco anos. *Jornal do Comércio*, 24 de agosto de 1992.

para “ingressar na modernidade”, a indústria gaúcha necessitava se empenhar para ser mais competitiva no mercado e que, assim, sua gestão “teria a responsabilidade de permear o conceito de competitividade para todo o setor industrial do Rio Grande do Sul”⁴⁸⁶.

Na mesma direção, em 1993, quando o industrial Dagoberto Lima Godoy assumiu a presidência da FIERGS, a competitividade da indústria gaúcha foi colocada como meta estratégica de sua gestão. Naquele momento, as lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul enfatizavam que a preocupação com a inserção numa “cultura de competitividade” não era apenas compromisso das indústrias gaúchas mas, também, de todo o território sul-rio-grandense. Num contexto de reestruturação do capitalismo em nível mundial, ressaltavam, era necessário que as indústrias se tornassem mais competitivas; mas, principalmente, que condições econômicas, políticas, sociais e institucionais mais favoráveis fossem criadas no Rio Grande do Sul, tanto para uma maior competição das empresas já ali localizadas no território sul-rio-grandense quanto para uma maior competição do estado na disputa pelos fluxos de investimentos do capital mundializado. O discurso de posse de Godoy, nesse sentido, é significativo:

Sintonizar a FIERGS com o nosso tempo é jogar todas as forças até aqui acumuladas, pelo empenho e bravura de nossos antecessores, na tarefa de fazer de nosso sistema *um agente de mudança*.

(...)

Nossa luta tem, portanto, muitas frentes, mas em todas elas deveremos estar presentes com a visão estratégica da mudança cultural.

Existe, num primeiro plano, o desafio da competitividade. Sua aceitação pela FIERGS é fato consolidado nas atitudes e realizações da gestão que hoje finda.

Todo esse posicionamento ativo há de ser mantido e incrementado.

(...)

A efetiva competitividade tem natureza sistêmica e só se viabilizará em um ambiente devidamente suprido de infra-estrutura, tanto no plano econômico - energia, comunicações, transportes - como na dimensão social, desde a saúde pública, a habitação popular e o saneamento básico, até a educação fundamental. E, no plano político, com instituições governamentais

⁴⁸⁶ *Revista Amanhã*, julho de 1990, p. 8.

adequadas, tributação justa, que iniba a sonegação e puna os sonegadores, justiça eficaz, segurança pública, moeda estável.⁴⁸⁷

Foi nessa direção, também, que, em 1994, quando das eleições que escolheram quem governaria o Rio Grande do Sul no período entre 1995 e 1998, a FIERGS elaborou um “plano de governo”. Naquele documento, com o qual a entidade propôs uma “reengenharia do Rio Grande do Sul”, a “competitividade sistêmica” (“a sociedade como um todo tem que ser competitiva”, frisa o documento) era colocada como uma questão central para o futuro governo. Aquele documento ainda será objeto de reflexão nesta tese; no entanto, é importante destacar que ele já era resultado de um processo de discussão existente no seio da burguesia industrial no Rio Grande do Sul nos primeiros anos da década de 1990 na perspectiva de construir um projeto de inserção competitiva da indústria gaúcha no contexto da reestruturação do capitalismo no País. Vale citar uma passagem do referido documento, onde a idéia de que todo o estado precisa ser competitivo está colocada.

A competitividade virou palavra da moda. Mas, é preciso compreender exatamente o seu sentido mais amplo: a competitividade sistêmica, ou seja, a sociedade como um todo tem que ser competitiva.

As empresas eram e são hoje os pólos de competitividade.

Mas, como termos o melhor produto, o melhor preço, sem dispormos de estabilidade institucional para planejar o futuro; sem contarmos com estradas e portos para escoar a produção; se não dispomos de telecomunicações eficientes para fechar os negócios com rapidez; se não temos energia para nossas ampliações e para a atração de novos investimentos; se não engajamos o meio acadêmico para apoiar o processo de inovações gerenciais e tecnológicas; se não temos educação para os cidadãos; se não contamos com governos capazes de induzir o crescimento; se não temos uma justiça verdadeiramente eficiente para solucionar os conflitos; e

⁴⁸⁷ Discurso pronunciado na posse das diretorias da FIERGS E CIERGS, em 19 de julho de 1993 pelo presidente da FIERGS, Dagoberto Lima Godoy. In: FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul: a gestão Dagoberto Lima Godoy na FIERGS (1993 - 1996 - 1999) - ações e idéias II*, p. 12-3.

se nem sempre contamos com legislativos sensíveis que dêem vazão aos projetos de modernização da economia.

As empresas, portanto, não são elementos isolados. Elas fazem parte do sistema sócio-econômico da Nação, do Estado e do Município onde se localizam. A competitividade inclui, assim, elementos coletivos e estruturais pertinentes ao ambiente em que trabalham as organizações.

Além dos fatores internos de espírito empreendedor, capital, capacidade gerencial, tecnologia, e produtividade, há fatores externos tão importantes quanto estes, e que se consubstanciam na estabilidade das regras do jogo; na infra-estrutura eficiente; na educação; na segurança; na pesquisa acadêmica; na evolução do cidadão e da qualidade de vida.

Se quisermos pensar em um modelo de desenvolvimento, este não pode se apoiar apenas nas empresas. Deve abranger, isto sim, todo o sistema sócio-econômico. Se o Rio Grande do Sul quer ser um Estado desenvolvido, deve começar adotando o conceito de competitividade sistêmica.⁴⁸⁸

O projeto neoliberal de reestruturação do capitalismo no Brasil, portanto, resultou numa maior preocupação da burguesia industrial no Rio Grande do Sul com a competitividade, tanto das empresas quanto do espaço sul-rio-grandense. E, em decorrência, a indústria gaúcha impulsionou já no início dos anos 1990 um amplo processo de reestruturação produtiva.

Aquele processo de reestruturação produtiva, é verdade, ocorreu de diferentes maneiras. Como indicam Maria Lucrecia Calandro e Silvia Horst Campos,⁴⁸⁹ ainda na década de 1980 alguns setores do “empresariado” gaúcho, num contexto de crise econômica, promoveram mudanças tecnológicas e organizacionais em suas empresas com o objetivo de melhorar os níveis de qualidade e de produtividade e ampliar a participação no comércio internacional.

Com uma estrutura industrial caracterizada pela liderança dos bens de consumo não duráveis (em 1998, as indústrias de produtos alimentares e bebidas - 27,38%, de móveis e indústrias diversas - 4,12%,

⁴⁸⁸ FIERGS. *Projeto FIERGS/Novo Governo do RGS*, p. 5-6.

⁴⁸⁹ Maria Lucrecia CALANDRO; Silvia Horst CAMPOS. *Dez anos de Plano Real e a indústria gaúcha*.

de fumo - 3,76% e de couros e calçados representavam 48% do total de transformação industrial no Rio Grande do Sul),⁴⁹⁰ presença significativa de pequenas e médias empresas, com indústrias intensivas de mão-de-obra e com uso de tecnologias de menor complexidade (baseada em conhecimentos mais difundidos e, portanto, de mais fácil acesso),⁴⁹¹ onde historicamente a combinação entre mão-de-obra qualificada e baixos níveis salariais compensou os também baixos níveis de concorrência,⁴⁹² o início da década de 1990 trouxe novos desafios para a indústria sul-rio-grandense: abertura comercial, limitações resultantes da “presença reduzida do grande capital, em especial no referente ao acesso ao financiamento e à inovação”, política cambial, MERCOSUL etc.⁴⁹³ A esses desafios as reações das indústrias sul-rio-grandenses foram heterogêneas, de acordo com os setores, os tamanhos das empresas, os impactos sentidos pelas mudanças ocorridas no cenário nacional. Entre as “empresas industriais líderes” no Rio Grande do Sul, segundo as autoras referidas anteriormente, se observou três tipos de estratégias: estratégias ofensivas, estratégias defensivas e estratégias oportunistas ou espúrias:

A incorporação efetiva de inovações de produto e de processo ficou restrita a um número reduzido de empresas, que, por possuírem um nível de informação técnica e capacitação tecnológica, puderam adotar estratégias ofensivas que possibilitaram, paralelamente à incorporação de novos equipamentos e da adoção de novas práticas gerenciais, a promoção de ‘... esforços em comercialização e marketing, como forma de viabilizar maior agregação a partir da diferenciação de produtos’ (...). Também fazia parte das estratégias adotadas por esse grupo de empresas a realização de parcerias internacionais e a conquista de fatias crescentes do mercado externo...

Mais numerosas foram as firmas que adotaram estratégias defensivas que buscavam a redução de custos mediante a adoção de práticas gerenciais e a aquisição de novos equipamentos que visavam resolver gargalos de

⁴⁹⁰ Rubens Soares de LIMA, *Notas à margem da estrutura industrial do Rio Grande do Sul*, p.56.

⁴⁹¹ Jayme N. LAPOLLI. *Considerações sobre características e peculiaridades da industrialização no Rio Grande do Sul*.

⁴⁹² IDEM, *Ibid.*, p. 252-3.

⁴⁹³ IDEM, *Ibid.*, p. 253.

fabricação. A promoção de inovação tecnológica não se constituía em um objetivo importante, e as empresas lutavam para manter sua participação no mercado.

O terceiro tipo de estratégia (oportunista ou espúria), por sua vez, privilegiou a redução do custo de mão-de-obra, o que foi conseguido através da transferência de empresas ou da implantação de novas unidades produtivas em outras regiões do País, particularmente no Nordeste, onde a remuneração média da mão-de-obra é mais baixa. Também contribuiu para esse deslocamento a oferta de benefícios fiscais atrativos. O setor calçadista desponta como o exemplo mais expressivo dessa situação. A reestruturação da maior parte das grandes empresas gaúchas desse setor (...) inclui a instalação e/ou deslocamento de plantas para outros estados.⁴⁹⁴

Ainda que de forma heterogênea, a questão é que, no início dos anos de 1990, a indústria gaúcha, em seus diferentes setores, estava comprometida com um processo de reestruturação produtiva, objetivando melhorar seus níveis de produtividade e de competitividade no mercado. É significativo, nesse sentido, como aponta o estudo realizado por Raúl Luís Assumpção Bastos,⁴⁹⁵ que os níveis de produtividade da indústria gaúcha tenham apresentado um crescimento positivo na primeira metade da década de 1990; segundo aquele autor, considerando o período entre 1989 e 1997, a indústria gaúcha apresentou uma variação positiva de 38,35% (numa média de 4,14% ao ano no período) nos seus níveis de produtividade, índice superior àquele observado na indústria em nível nacional, que no mesmo período aumentou seus níveis de produtividade em 33,87%.⁴⁹⁶ De modo que vale a conclusão de Maria Lucrecia Calandro e Sílvia Horst Campos, quando, analisando o desempenho da indústria gaúcha nos anos 1990 afirmam:

⁴⁹⁴ Maria Lucrecia CALANDRO; Sílvia Horst CAMPOS. *Dez anos de Plano Real e a indústria gaúcha*, pp. 255-56.

⁴⁹⁵ Raul Luís Assumpção BASTOS, *Emprego e produtividade na indústria de transformação do Rio Grande do Sul: alguns aspectos nos anos 90*.

⁴⁹⁶ IDEM, *Ibid.*, p. 170. O autor apresenta dados sobre as variações nos níveis de produtividade de dezessete segmentos da indústria sul-rio-grandense; destes, apenas quatro apresentavam níveis menores de produtividade em 1997 daqueles apresentados em 1989. IDEM, *Ibid.*, p. 150-176.

A abertura comercial inaugurada no final do anos 80 e acelerada com o Plano Collor em 1990 forçou a maioria das empresas do setor industrial a adotar um processo de racionalização da produção para enfrentar a concorrência de produtos importados, com reflexos negativos sobre o nível de emprego, porém positivos em termos de ganhos de produtividade...⁴⁹⁷

Mas é preciso notar, também, que a experiência de quatro anos de governos nacionais comprometidos com reformas neoliberais no Estado e na economia contribuiu para uma melhor definição do comportamento político e ideológico da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em relação àquelas reformas. Em 1994, os posicionamentos políticos das principais lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul estavam pautados por uma agenda (fundamentada no ideário neoliberal) de reformas no Estado e na economia. Não se pode esquecer que, no final dos anos 1980, embora houvesse uma tendência de orientação neoliberal em seus posicionamentos políticos, a discussão em torno de uma reestruturação no capitalismo no País ainda era incipiente e, nesse sentido, o discurso neoliberal da burguesia industrial tinha um caráter muito mais defensivo, de contrariedade em relação às demandas democratizantes das forças sociais e políticas representativas das classes trabalhadoras no País. Como afirmavam suas lideranças naquele período, “num momento em que o socialismo real fracassara” e “as forças de mercado prevaleceram”, não fazia sentido pautar o desenvolvimento do País a partir de propostas que pressupunham a ampliação da atuação do Estado.

A partir das eleições presidenciais de 1989 e, em especial, a partir da experiência de política econômica e de reformas no estado e na economia que ocorreu enquanto Collor de Melo esteve na presidência, no entanto, o discurso político das lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul passou a indicar uma crescente desconfiança em relação a medidas governamentais já experimentadas anteriormente (em especial, planos econômicos objetivando controlar a inflação) e a defesa de um conjunto de reformas no Estado e na economia, entendidas então como fundamentais não somente para estabilizar a economia do País, mas, também, torná-la mais competitiva num cenário de reestruturação do capitalismo em nível mundial. As pressões em favor da revisão da

⁴⁹⁷ Maria L. CALANDRO, Sílvia H. CAMPOS, *Dez anos de Plano Real e a indústria gaúcha*, p. 248.

Constituição durante o governo Collor (das quais resultou a apresentação no Congresso Nacional, por aquele governo, de uma proposta de “Emendão” na Constituição, como referido anteriormente), mas, principalmente, a mobilização iniciada ainda em 1992 pelas “reformas estruturais”, algo a ser analisado adiante, são ilustrativas da importância que o ideário neoliberal assumiu junto à burguesia industrial no Rio Grande do Sul em sua defesa de um projeto de reestruturação do capitalismo no País.

5.2. Os posicionamentos políticos em relação ao primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 1998)

O primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, embora tenha garantido a continuidade da estabilidade econômica no País iniciada com o lançamento do Plano Real, em 1994, teve efeitos negativos sobre a dinâmica econômica e social do País, sendo ilustrativos o baixo crescimento econômico e a elevação nos índices de desemprego no País naquele período.

Para a indústria sul-rio-grandense, aquele período foi caracterizado por um crescimento muito baixo e pelo aumento da competição, tanto no mercado interno quanto no mercado externo. A direção dada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso à política econômica, em especial as altas taxas de juros, o aprofundamento da abertura da economia nacional (e o incentivo à entrada de produtos estrangeiros no mercado nacional) e uma política cambial desfavorável ao setor exportador, afetou profundamente a economia gaúcha que, no período entre 1995 e 1998 obteve uma *variação negativa* de seu Produto Interno Bruto (-4,2%).⁴⁹⁸ Como afirma Herrlein Jr. (2006),

... o regime de política macroeconômica que sustentou o Plano Real, baseando na estabilidade monetária na ancoragem cambial e recorrendo à elevação da taxa de juros para equilibrar o balanço de pagamentos, sem falar na ‘âncora verde’, afetou de forma severa a economia gaúcha, enquanto facultou um pequeno crescimento para a economia nacional...⁴⁹⁹

⁴⁹⁸ Ronaldo HERRLEIN JR. *O crescimento econômico do Rio Grande do Sul no período 1990 - 2002*.

⁴⁹⁹ IDEM, *Ibid.*, p. 141.

Na mesma direção, a indústria gaúcha, no período entre 1995 e 1998, obteve um crescimento ainda mais baixo daquele alcançado pela indústria em nível nacional: enquanto esta cresceu numa média de 2,18% ao ano, no Rio Grande do Sul o crescimento industrial foi de apenas 1,19% naquele período.⁵⁰⁰ Detalhando a dinâmica de crescimento industrial no Rio Grande do Sul durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, pode-se observar que poucos setores industriais apresentaram resultados positivos, como pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 01 - Taxas médias de crescimento anual do VAB da indústria de transformação no Rio Grande do Sul, por gêneros industriais (1990 - 1998)

Gêneros industriais	1990 - 1994	1994 - 1998
Minerais não-metálicos	3,4	2,5
Metalúrgica	4,5	-0,2
Mecânica	27,6	-8,9
Material elétrico e de comunicações	6,2	7,4
Material de transporte	-6,2	-0,9
Madeira	2,7	-0,3
Mobiliário	10,5	11,3
Papel e papelão	0,2	3,2
Borracha	-3,3	-2,3
Couros e peles	-1,6	-6,8
Química	-5,2	4,5
Perfumaria, sabões e velas	9,1	1,7
Produtos de materiais plásticos	3,5	-5,5
Têxtil	11,2	-6,0
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	-2,0	-7,2
Produtos alimentares	7,1	1,2
Bebidas	7,9	-2,3
Fumo	2,8	-0,3

Fonte: FEE/Núcleo de Contabilidade Social. In: Octavio Augusto CONCEIÇÃO. *Os anos 90 e os desafios da reestruturação*, p. 58.

⁵⁰⁰ IDEM, Ibid.

O fraco desempenho da economia gaúcha e os efeitos negativos da política econômica adotada impactaram fortemente nos posicionamentos políticos da burguesia industrial em relação ao primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Principalmente nos dois primeiros anos daquele governo (1995 e 1996), suas lideranças políticas criticaram abertamente a política econômica, em especial a altas taxas de juros, a abertura abrupta da economia nacional e a política cambial.

Como indicado anteriormente, as preocupações com as conseqüências negativas da política econômica adotada a partir do lançamento do Plano Real sobre a produção industrial no País estavam presentes nas manifestações das lideranças políticas da burguesia industrial no Rio Grande do Sul desde o seu lançamento, em junho de 1994. Nessa mesma direção, ainda no primeiro mês do governo de Fernando Henrique Cardoso, a FIERGS encaminhou um documento para o então Ministro da Fazenda, Pedro Malan, reafirmando suas preocupações e fazendo um conjunto de sugestões de mudança no Plano Real para que o mesmo “não comprometesse o desenvolvimento econômico do País”. Naquele documento, a entidade sugeria a adoção de um regime cambial duplo (com a segmentação das transações comerciais e financeiras), um prêmio exportação, a possibilidade de abertura de contas no sistema bancário nacional em moeda estrangeira, o controle de capitais externos especulativos de curto prazo, uma rigorosa reciprocidade ao tratamento dado às exportações brasileiras pelos países compradores, a revisão da lista de exceções da Tarifa Externa Comum do MERCOSUL e a eliminação da incidência tributária federal e estadual nas cadeias produtivas exportadoras (com a implantação do ‘reintegro’, já solicitado em 1994 e espelhado num programa adotado na época pelo governo argentino).⁵⁰¹ Na ocasião da entrega do documento ao Ministro da Fazenda, o então presidente da FIERGS apontava a direção das sugestões da burguesia industrial no Rio Grande do Sul à política econômica do governo nacional:

O consenso obtido no que tange às concepções de crédito seletivo para investimento, taxa de juros de longo prazo e uma política comercial de proteção dos setores que enfrentam concorrência de importações subsidiadas por outros países ilustram nossa sintonia com um programa de estabilização da economia com crescimento.⁵⁰²

⁵⁰¹ *Jornal do Comércio*, 11 de janeiro de 1995.

⁵⁰² *Jornal do Comércio*, 11 de janeiro de 1995.

Três outros documentos, enviados pela FIERGS ao Ministro da Fazenda ainda durante o ano de 1995, ilustram as preocupações e as críticas principais da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em relação à política econômica adotada no País a partir da implantação do Plano Real e, em especial, durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso.

O primeiro deles foi enviado no final de março de 1995. Após reunião das diretorias do sistema FIERGS/CIERGS, a entidade enviou uma Carta ao Ministro Pedro Malan, com o seguinte teor:

Senhor Ministro. Na reunião das diretorias da Federação e Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul ficou bastante evidente o sentimento de profunda preocupação, por parte da representação empresarial, com relação às perspectivas de curto e médio prazos para a maioria, senão a totalidade, dos setores produtivos e, por via de consequência, para o futuro da economia em geral. As dificuldades de nossas empresas no âmbito dos custos financeiros e da disponibilidade de crédito há muito deixaram de compor um fenômeno localizado, fazendo parte, hoje, de um quadro amplo e inquietante.

A conjugação de três fatores no período recente – juros reais estratosféricos, sobrevalorização do câmbio e queda abrupta das tarifas de importação – foram determinantes para retirar a competitividade e até mesmo a capacidade de sobrevivência das empresas nacionais. Em adição a isto, o denominado ‘custo Brasil’, cujos efeitos mais danosos haviam permanecido ocultos sob a inflação, veio a tornar ainda mais problemático o ajustamento do setor produtivo ao novo ambiente econômico.

Nesses termos (...) estamos reiterando a necessidade urgente de que seja implementada uma linha de crédito seletivo no âmbito do BNDES com a finalidade de propiciar o saneamento financeiro das empresas. Esta linha de crédito (...) possibilitaria a substituição das posições de endividamento das empresas junto ao sistema financeiro privado, contribuindo, assim, para a superação do quadro de aguda liquidez ora enfrentado pelas empresas, especialmente aquelas de pequeno e médio porte.⁵⁰³

⁵⁰³ *Jornal do Comércio*, 29 de março de 1995.

Um segundo documento foi entregue em abril de 1995 diretamente ao vice-presidente da República, Marco Maciel, que foi “convidado de honra” da reunião das diretorias do sistema FIERGS/CIERGS naquele mês, ocasião em que os dirigentes da entidade entregaram ao vice-presidente um diagnóstico da “grave” situação econômica vivenciada por diferentes setores da indústria gaúcha em virtude das altas taxas de juros, da política cambial e da abertura abrupta da economia. Na ocasião, o vice-presidente da República se comprometeu em levar as reivindicações ao presidente Fernando Henrique Cardoso.⁵⁰⁴ Nessa direção, também, em maio daquele ano, as principais lideranças políticas da indústria de calçados no Rio Grande do Sul, juntamente com o presidente da FIERGS, Dagoberto Lima Godoy, foram recebidos pelo presidente Fernando Henrique Cardoso numa audiência, ocasião em que reivindicaram correções na política de exportações, cujas distorções, alegaram ao Presidente, eram responsáveis por 41 mil demissões no Vale do Rio dos Sinos (região gaúcha produtora de calçados) naquele período.⁵⁰⁵

O terceiro documento foi enviado em agosto de 1995, sugerindo: a) *flexibilidade do câmbio*, afirmando que a liberdade cambial e taxas compatíveis com as taxas internacionais eliminariam a defasagem cambial, tornando desnecessária a entrada de capital especulativo no País; b) *maior presença das entidades empresariais nas negociações do MERCOSUL*, objetivando criar mecanismos de proteção para os setores com dificuldades para enfrentar o ambiente competitivo decorrente daquele acordo comercial; c) *desoneração fiscal*, com a revisão da estrutura tributária que, segundo apontava o documento, onerava demasiadamente os produtos de exportação (cuja consequência direta, apontava, era a “exportação de impostos”); d) *defesa comercial*, em especial contra “práticas desleais de comércio” - ‘dumping’ e subsídios; e) *apoio financeiro à exportação*; f) *financiamentos e seguros* para as empresas; g) *promoção comercial*; h) *desburocratização*, em especial nos serviços vinculados às atividades de exportação; i) *maior investimento em infra-estrutura* (em especial no setor de transportes), sugerindo-se investimentos estatais, mas, também, concessão dos serviços para a iniciativa privada.⁵⁰⁶

⁵⁰⁴ FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul: a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS (1993 - 1996 - 1999) - Ações e idéias I*, p. 125-6.

⁵⁰⁵ IDEM, *Ibid.*, p. 126.

⁵⁰⁶ *Jornal do Comércio*, 28 de agosto de 1995.

Note-se, portanto, que nessas quatro manifestações das lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul durante o primeiro ano do governo de Fernando Henrique Cardoso algumas questões colocavam-se de forma proeminente: as altas taxas de juros, a sobrevalorização do câmbio, a abertura comercial, a falta de incentivos à exportação, a carga tributária (custo Brasil), a falta de investimentos e de incentivos estatais para a iniciativa privada e a pouca participação do empresariado no encaminhamento dado pelo governo federal ao processo de reestruturação do capitalismo no País.

Quanto às críticas às taxas de juros praticadas pelo governo brasileiro a partir do Plano Real, a burguesia industrial no Rio Grande do Sul refletia uma reclamação geral da burguesia industrial no País naquele período, que se ressentiu de uma política de juros que dificultou o acesso ao crédito para as empresas, encareceu a produção e inibiu os investimentos produtivos.

Os juros elevados colocam em risco as empresas nacionais e o setor produtivo do país, que devem ser preservados, especialmente nesta fase em que a nação aguarda a aprovação e implementação das reformas estruturais, tributárias e fiscais.⁵⁰⁷

No que diz respeito à sobrevalorização cambial e à abertura da economia nacional, é importante notar que a partir do governo Fernando Henrique Cardoso se observou um aprofundamento da abertura comercial e o Real foi ainda mais valorizado, favorecendo significativamente a entrada de produtos estrangeiros no País o que, em consequência, provocou a perda da participação da produção industrial interna no valor agregado da economia nacional. A direção dada à política econômica pelo governo Fernando Henrique Cardoso, nesse sentido, impactou negativamente a indústria sul-rio-grandense; setores como têxtil, vestuário e calçados colocaram-se entre os mais afetados na indústria nacional, enfrentando a concorrência direta de produtos estrangeiros que tiveram sua entrada no País facilitada a partir de então.

Observe-se, além disso, que a sobrevalorização cambial criou maiores dificuldades para o setor exportador no Brasil. Ora, durante a década de 1990 o Rio Grande do Sul tornou-se o segundo maior

⁵⁰⁷ Industrial Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS (1993 - 1999). *Jornal do Comércio*, 14 de março de 1995.

exportador no Brasil, ao lado de Minas Gerais e após São Paulo.⁵⁰⁸ A importância do setor exportador no estado gaúcho durante a década de 1990 foi tamanha que “as fases de auge e declínio do produto industrial gaúcho tenderam a coincidir com os períodos favoráveis e desfavoráveis do comércio exterior”.⁵⁰⁹ Como indica Herrlein Jr. (2005), em sua análise sobre a dinâmica da economia gaúcha durante a década de 1990,

O aspecto decisivo e diferencial para o crescimento da economia gaúcha parece ser a grande importância das exportações industriais (...) cerca de 65% do valor das exportações referem-se a produtos industrializados, enquanto que 30% do produto da indústria da transformação tem como destino o mercado exterior...⁵¹⁰

Fazia sentido, portanto, a reclamação das lideranças da burguesia industrial em relação a uma política cambial que estava causando prejuízos para a própria dinâmica de desenvolvimento da economia gaúcha.

Não estamos ganhando com exportação. Estamos empatando ou quase perdendo. A maioria das exportações não dá grande margem de lucro, 5% já é muito bom. Se continuar do jeito que está, esses 40 bilhões de dólares que o Brasil tem de reserva vão se acabar em dois tempos. Nós estamos exportando hoje porque são contratos feitos há seis meses; hoje não estamos fechando contratos – fica muito difícil com essa defasagem. A própria maçã aqui. Os importadores querem mais, mas não dá. Ao par eu exportaria o máximo possível. Mas estou segurando. Por mal que esteja o mercado interno, vai me dar mais do que exportar.⁵¹¹

Daí, inclusive e também, a insistência da burguesia industrial no Rio Grande do Sul para que o governo nacional criasse mecanismos de incentivos ao setor exportador. Diante das dificuldades enfrentadas num

⁵⁰⁸ Ronaldo HERRLEIN JR., *O crescimento econômico do Rio Grande do Sul entre 1990 e 2002*, p.143.

⁵⁰⁹ IDEM, *Ibid.*, p. 148.

⁵¹⁰ IDEM, *Ibid.*, p. 159.

⁵¹¹ Raul Randon, industrial gaúcho. Entrevista concedida para à revista *Amanhã* de fevereiro de 1995.

cenário de estagnação econômica, restrição ao crédito, maior competição (tanto no mercado interno quanto no mercado externo), a burguesia industrial cobrava maior presença do Estado.

Evidentemente, a burguesia industrial nunca se posicionou contra políticas estatais voltadas ao desenvolvimento industrial. Ao Estado sempre foi reservado um papel importante, capaz de contribuir para o desenvolvimento da iniciativa privada, aumentando suas condições de competitividade num contexto histórico de mundialização do capital. Suas críticas à intervenção estatal, desde a segunda metade da década de 1980, sempre estiveram vinculadas ao interesse maior de redefinição das funções estatais em favor de ganhos de produtividade e de competitividade da produção industrial.

Não era por acaso, nesse sentido, a mobilização política da burguesia industrial em todo o País, ainda a partir do primeiro semestre de 1995, em torno do que ficou conhecido como “Custo Brasil”. Promovida pela CNI, e tendo como coordenador geral o então presidente da FIERGS, industrial Dagoberto Lima Godoy,⁵¹² aquela mobilização resultou, em maio daquele ano, na realização de um Seminário no Congresso Nacional, denominado “Seminário Custo Brasil: Diálogo com o Congresso Nacional”, quando lideranças da burguesia industrial de todo o País estiveram discutindo com deputados e senadores de todos os partidos políticos no Congresso propostas para desenvolver a competitividade industrial no País.

Aquele seminário lançaria as sementes para a criação, pela CNI, em 1996, da “Agenda Legislativa da Indústria”, um trabalho anual envolvendo as vinte e seis federações estaduais da indústria do País mais a federação da indústria do Distrito Federal, de identificação e acompanhamento de proposições legislativas cuja aprovação, rejeição ou alteração podem ter impacto relevante sobre o Custo Brasil.⁵¹³ Como mostram Mancuso e Oliveira,⁵¹⁴ a Agenda Legislativa da Indústria envolveu, a partir de 1997, um número crescente de organizações empresariais, num trabalho coletivo, colocando lado a lado “a entidade de cúpula do setor industrial, as federações de indústrias e dezenas de outras organizações que representam setores específicos em âmbito nacional e estadual”.⁵¹⁵

⁵¹² *Jornal do Comércio*, 12 de junho de 1995.

⁵¹³ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, *Agenda Legislativa da Indústria*.

⁵¹⁴ MANCUSO, Wagner P.; OLIVEIRA, Amâncio J. *Abertura econômica, empresariado e política: os planos doméstico e internacional*.

⁵¹⁵ IDEM, *Ibid.*, p. 154.

Aquela experiência coletiva é, também, mais um exemplo da capacidade política de articulação coletiva da burguesia industrial no País durante a década de 1990, questionando, portanto, como inclusive apontam os autores acima referidos, duas teses importantes e presentes na bibliografia que investiga a participação política da burguesia industrial no Brasil a partir da década de 1980: a tese de que “a fragmentação excessiva inviabiliza a ação conjunta em torno de objetivos comuns” e a tese de “as associações empresariais de maior abrangência são pouco representativas” e “incapazes de organizar a ação coletiva”.⁵¹⁶

Para os fins da análise proposta neste momento, torna-se importante destacar que no bojo da mobilização em torno do “Custo Brasil” a burguesia industrial em todo o Brasil pressionava não somente o governo Fernando Henrique Cardoso (mas, também, o Congresso Nacional) para que, por um lado, encaminhasse as reformas estruturais na economia e no Estado (em especial, as reformas tributária e fiscal, na previdência e nas relações trabalhistas) e redefinisse os rumos da política econômica então adotada no País, criando condições mais favoráveis para o desenvolvimento industrial e a competitividade industrial.

Naquele contexto, inclusive, Fernando Henrique Cardoso enviou, no segundo semestre de 1995, uma proposta de reforma tributária para o Congresso Nacional. No entanto, aquela proposta foi amplamente criticada pelas lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul. Classificada como “um grande remendão no obsoleto sistema tributário” pelo então presidente da FIERGS, a proposta de reforma tributária foi criticada pelos dirigentes da entidade em nota publicada pela imprensa de Porto Alegre. A referida nota afirmava que a equipe econômica do governo Fernando Henrique Cardoso, “acossada pelos interesses dos governadores, pelas pressões das corporações e pelas realidades do ‘caixa’ (...) optou por um projeto tímido, cuja maior conseqüência será mais uma vez a elevação de impostos”. Na seqüência, a nota pontuava as críticas dos dirigentes da FIERGS à proposta do governo: 1. com a proposta, o governo estava ampliando as distorções do sistema já existente, transformando o IPI em ICMS federal; 2. apesar do aumento da carga tributária via o ICMS federal, a proposta não previa a eliminação das incidências em cascada representadas pelas contribuições do COFINS e do PIS/PASEP; 3. da proposta resultava o

⁵¹⁶ IDEM, *Ibid.*, p. 154.

desaparecimento da autonomia dos estados da federação para a utilização dos sistemas tributários estaduais como instrumento de política fiscal; 4. a proposta possibilitava que o governo federal utilizasse empréstimos compulsórios (ainda que em casos excepcionais), o que daria ao governo o poder de “aumentar a sede pela renda do setor privado”. Por fim, a nota concluía: “O Brasil precisa de uma profunda reforma fiscal, o que compreende uma reforma administrativa, redistribuição das funções públicas nos níveis da União, estados e municípios e o avanço nos programas de privatização...”⁵¹⁷

Mas é preciso destacar, ainda, uma última questão presente nos documentos encaminhados pela FIERGS (durante o ano de 1995) à equipe econômica do governo Fernando Henrique Cardoso: a reclamação por uma maior participação das entidades empresariais na discussão sobre o MERCOSUL. Essa questão é importante por que reflete uma crítica presente, naquele período, entre as lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em relação ao governo Fernando Henrique Cardoso, relacionada às dificuldades de conversação e, especialmente, de mobilização do executivo nacional diante das demandas da indústria sul-rio-grandense.

Já no primeiro semestre de 1995, aliás, as lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul reclamavam maior participação na condução da política econômica adotada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, especialmente em questões diretamente vinculadas aos interesses da indústria no País. Naquele período, inclusive, o executivo federal propôs uma discussão sobre a política industrial no País e não convidou as entidades de representação da burguesia industrial. Embora lideranças do governo tenham afirmado que o fórum principal da disseminação dos debates sobre a política industrial deveria ser a CNI, nem essa entidade nem as federações estaduais da indústria foram convidadas pelo governo para a participação nos encontros realizados.⁵¹⁸ Na ocasião, o presidente da FIERGS mostrou-se cético em relação à proposta de política industrial do governo federal, afirmando que com a política econômica então adotada não seria possível imaginar maiores investimentos, aumento das exportações e maior aporte tecnológico na produção industrial: “Com um sistema tributário desses e com os juros nas alturas, como se vai investir em tecnologia?”⁵¹⁹

⁵¹⁷ *Jornal do Comércio*, 11 de setembro de 1995.

⁵¹⁸ *Revista Amanhã*, agosto de 1995.

⁵¹⁹ *Revista Amanhã*, agosto de 1995.

Durante o segundo semestre daquele ano, os dirigentes da FIERGS aprofundaram suas críticas em relação à política econômica e da falta de sensibilidade da equipe econômica em relação às suas reclamações e sugestões.

... a asfixia econômica que atravessamos não nos permite permanecer calados, como uma maioria silenciosa. Enfrentamos um verdadeiro cerco em quase todos fronts econômicos, em grande parte permitidos pela falta de sintonia entre as autoridades de Brasília com o Brasil (real, feito de empregados e empregadores). Enfrentamos muitas vezes a concorrência desleal no mercado interno, ensejada pela abertura sem critérios da economia nacional, perdemos espaço no mercado externo graças à defasagem cambial promovida pelo governo, além de enfrentarmos uma carga tributária muito maior que a de nossos maiores concorrentes internacionais. Como se não bastasse, enfrentamos juros escorchantes que nos impedem o acesso ao crédito, descapitalizando empresas num nível tal que assistimos à escalada do desemprego, das falências e das concordatas em todo o Rio Grande do Sul e no resto do País. Estamos cansados de ver as autoridades federais elogiarem nossas sugestões, nossos relatos sobre a economia do Estado e do País sem que nada aconteça. Conclamo os empresários gaúchos para uma reunião de mobilização na próxima quarta-feira, às 16 horas na FIERGS, a fim de acabar com este cerco que nos assedia de todos os lados. Temos o dever de mostrar ao governo que a nossa realidade, a realidade do setor produtivo brasileiro, é dramaticamente diferente daquilo que se vê em Brasília.⁵²⁰

A manifestação do então presidente da FIERGS antecipava uma ação política que foi realizada pela entidade, juntamente com a FARSUL, no início do mês de outubro de 1995, quando mais de trezentos “empresários gaúchos” manifestaram suas críticas à política econômica adotada pelo governo nacional, “exigindo” a diminuição das taxas de juros, a ampliação do crédito para a iniciativa privada, um prazo maior para o recolhimento dos impostos e o fortalecimento do setor exportador do País. Da mobilização foi tirada a proposta de formação de uma comissão, para que entregasse um documento,

⁵²⁰ *Jornal do Comércio*, 22 de setembro de 1995.

contendo um diagnóstico sobre a situação econômica do Rio Grande do Sul e as demandas acima referidas, a lideranças políticas em Brasília e representantes do executivo federal.⁵²¹

Assim, no dia 04 de outubro, uma Comitiva liderada pelo presidente da FIERGS, composta por empresários e trabalhadores do Rio Grande do Sul, esteve em Brasília, onde se reuniu com todos os deputados federais gaúchos, com os senadores gaúchos Pedro Simon (PMDB) e Emília Fernandes (PTB), com o Ministro dos Transportes, Odacir Klein, e com o Ministro da Fazenda, Pedro Malan. Em todos esses encontros, a Comitiva gaúcha entregou o documento anteriormente referido (denominado “Alerta ao governo federal”), apresentando os números da crise do setor produtivo gaúcho e propostas para “aliviar o quadro de falências e demissões” que ocorriam no período no Rio Grande do Sul.⁵²²

Contudo, em todas as mobilizações realizadas pela burguesia industrial naquela conjuntura, entre muitas de suas lideranças havia a compreensão de que, em que pese a política econômica então adotada e seus efeitos negativos sobre a indústria sul-rio-grandense (mas também a dificuldade em “sensibilizar” o executivo federal em relação às demandas da indústria),⁵²³ era necessário que a indústria aumentasse seus níveis de produtividade e de competitividade. Ou seja, para muitas lideranças industriais, “um antídoto” para os problemas decorrentes da política de abertura da economia e da política cambial era, também, ganhar em produtividade.

É nesse sentido, inclusive, que em novembro daquele ano a FIERGS inaugurou seu Centro de Competitividade, num esforço já iniciado na primeira metade da década de 1990, que objetivava impulsionar uma “cultura de competitividade” nas indústrias sul-rio-grandenses, preparando-as para atuar em mercados mais competitivos.

⁵²¹ *Jornal do Comércio*, 02 de outubro de 1995.

⁵²² FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul: a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS (1993 - 1996 - 1999) - Ações e idéias I*, p. 130.

⁵²³ Um exemplo da desaceleração da atividade industrial no Rio Grande do Sul durante o ano de 1995 (comparando-se com o ano de 1994) podia ser observado no gênero das indústrias mecânicas, um dos mais tradicionais da indústria gaúcha e bastante integrado na fabricação de máquinas agrícolas e equipamentos industriais. Depois de obter um crescimento na participação da produção física das indústrias mecânicas no Brasil no período de 1990 para 1994 (a indústria mecânica gaúcha saltou de uma participação de 9,3% para 21,5%), no segundo trimestre de 1995 ela tinha reduzido em 35,8% sua produção, em especial devido à queda na produção de tratores agrícolas. *Revista Amanhã*, outubro de 1995.

Evidentemente, os dois primeiros anos do Plano Real e seus impactos sobre diferentes setores da indústria sul-rio-grandense impulsionaram o aprofundamento do processo de reestruturação produtiva já em curso, em especial entre as grandes indústrias no estado gaúcho, na primeira metade da década de 1990.

O período 1994-98 representou um ajuste mais forte em termos de modernização da estrutura produtiva. As empresas investiram em inovação, adotando novas tecnologias e técnicas organizacionais, buscaram a realização de parcerias internacionais e passaram a terceirizar atividades na busca de melhores desempenhos. Realizaram investimentos em novos equipamentos, novos produtos e novas plantas, sobretudo nos segmentos produtores de bens de consumo duráveis e não duráveis e nos setores de metalurgia e siderurgia. Os níveis de emprego continuaram se reduzindo, a produção industrial apresentou avanços e recuos, mas a produtividade do trabalho atingiu seus níveis mais elevados na década...⁵²⁴

Já em 1994, aliás, após o lançamento do Plano Real, as grandes indústrias do Rio Grande do Sul projetavam investimentos para o período entre 1995 e 1998, com o intuito de melhorar seus níveis de produtividade e de competitividade. Em agosto daquele ano, inclusive, a Revista Amanhã, ao publicar dados sobre as 100 (cem) maiores empresas do Rio Grande do Sul, anunciava que as 37 (trinta e sete) maiores empresas do estado gaúcho estavam prevendo um investimento superior a um bilhão de dólares para o período correspondente ao primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (QUADRO 01).

⁵²⁴ Maria Lucrecia CALANDRO, Sílvia Horst CAMPOS. *Dez anos de Plano Real e a indústria gaúcha*, p. 261.

Quadro 01: Prioridades nos investimentos entre as maiores indústrias do Rio Grande do Sul para o período 1995-1998.⁵²⁵

Empresa	Financiamento	Prioridades
GERDAU	Recursos próprios, BNDES e mercado de capitais	Atualização tecnológica e compra de empresas.
ALBARUS	Recursos próprios e FUNDOPEM.	Aumento da produtividade, atualização tecnológica e aumento da capacidade instalada.
TINTAS RENNER	Recursos próprios e BNDES (30%).	Atualização tecnológica, expansão da capacidade instalada em 25% e compra/fusão com outras empresas.
PETROPAR	Recursos próprios e recursos do governo do Ceará	Nova fábrica de embalagens e nova fábrica de não-tecidos.
COMSA ANSALDO	Recursos próprios.	Expansão da capacidade produtiva em 57% e produtividade.
RANDON	FINAME, recursos próprios e recursos estrangeiros.	Atualização tecnológica e informatização.
BERTOL	Recursos próprios (42,5%) e BNDES/BID.	Verticalização (fabricação das próprias embalagens metálicas) e expansão da capacidade instalada em 50%.

⁵²⁵ *Amanhã*, agosto de 1994, p. 56-7. No quadro aqui apresentado estão somente os grupos industriais situados entre os 37 grupos empresariais que a Revista Amanhã dispõe dos dados do levantamento realizado.

MINUPAR	BNDES (Finame), recursos próprios e mercado de capitais	Armazenamento, informatização e pesquisa de novos produtos.
CIMBAGÉ	Recursos próprios e BNDES (70%)	Expansão da capacidade instalada em 30%, atualização tecnológica, informatização, gestão e compra/fusão com outras empresas.
PENA BRANCA	Recursos próprios e FUNDOPEM	Modernização e expansão.
TRAMONTINA	Recursos próprios	Expansão e atualização tecnológica.
CBC	Empréstimos e abertura de capitais.	Conclusão de uma usina de montagem de calcário, novas jazidas e novos empreendimentos.
EDISA INFORMÁTICA	Não informou.	Informatização, gestão, expansão de capacidade instalada e recursos humanos.
AZALÉIA	Incentivos PROPLAST.	Expansão da capacidade instalada em 25%.
COPE SUL	Recursos próprios (80%) e BNDES (20%).	Atualização tecnológica, informatização e gestão.
KEPLER WEBER	BNDES.	Informatização, atualização tecnológica, gestão e recursos humanos.
PETROQUÍMICA TRIUNFO	Recursos próprios.	Informatização, gestão, recursos humanos e atualização tecnológica.
CARRARO	Não informou.	Atualização tecnológica e expansão da capacidade instalada em 20%.

DEFENSA	Recursos próprios (50%) e BNDES.	Compra/fusão outras empresas, recursos humanos, atualização tecnológica e informatização.
UNIVERSAL LEAF	Recursos próprios.	Atualização tecnológica, informatização e gestão.
ZAMPROGNA	Recursos próprios.	Nova fábrica em São Paulo e atualização tecnológica.
ADUBOS TREVO	Recursos próprios e BNDES (20%).	Aumento da capacidade instalada, recursos humanos e atualização tecnológica.
LANGUIRU	Recursos próprios (37,5%) e BNDES.	Construção incubadora, modernização frigorífica e construção de silos.
SYNTECO	Recursos próprios e BNDES (50%).	Novos produtos, gestão de qualidade e informatização.
FERRAMENTAS GERAIS	Recursos próprios.	Atualização tecnológica, informatização e expansão.
FRANGOSUL	Recursos próprios e BNDES (70%).	Expansão, atualização tecnológica, informatização e recursos humanos.
PRENDA	Recursos próprios e BNDES.	Genética e aumento da produção de suínos.
IPIRANGA	Recursos próprios.	Manutenção do negócio, instalação de bases e atualização tecnológica.

Importante destacar que, dentre os 28 (vinte e oito) grupos industriais apresentados no quadro, 18 (dezoito) ou 64,2% esperavam contar com recursos públicos (seja do BNDES, seja de programas de incentivo ao desenvolvimento econômico existentes no Rio Grande do Sul - FUNDOPEM E PROPLAST, seja de outros governos estaduais

onde pretendiam instalar novas unidades de produção). Dado que afirma e explica as pressões da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, ao longo da década de 1990, junto aos governos (estadual e nacional) para que desenvolvessem políticas de financiamento e programas de incentivo à reestruturação produtiva e aumento da competitividade das empresas.

Mas o quadro anterior indica, também, que as grandes indústrias no Rio Grande do Sul projetavam para o período entre 1995 e 1998 não somente a modernização, mas, também, a ampliação de suas unidades produtivas, seja no Rio Grande do Sul, seja em outros estados e, mesmo, em outros países (em especial na América Latina). Nesse sentido, já naquele período algumas das maiores indústrias gaúchas contavam com os “benefícios” da guerra fiscal que diferentes governos estaduais realizavam visando atrair investimentos produtivos para seus respectivos territórios.

Na mesma edição da Revista *Amanhã*, uma matéria relata um protocolo de intenções do então governo estadual do Ceará para o setor calçadista gaúcho, oferecendo, além dos “incentivos comuns a todos os estados nordestinos” (isenção de imposto de renda por dez anos e linhas especiais de financiamento), terrenos “a preço simbólico e já terraplanado”, infra-estrutura e “pesados incentivos fiscais”.⁵²⁶ Como afirmava em entrevista concedida na mesma edição daquela revista o presidente de uma indústria de calçados no Rio Grande do Sul que estava investindo no Nordeste brasileiro: “O nordeste é um exemplo de reforma tributária para enfrentar a concorrência internacional”.⁵²⁷

E, de fato, era. Os benefícios oferecidos por governos estaduais do Nordeste naquele período eram altamente favoráveis para as indústrias. Como dizia um governador do Nordeste na época: “Eu dou tudo e ainda mando um ramo de flores para o empresário que vier para cá”.⁵²⁸ Indústrias gaúchas que instalaram unidades de produção em alguns estados do Nordeste naquele período contaram com incentivos baseados no ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), prazos de recolhimento de impostos, juros subsidiados, fundos estaduais para financiar os investimentos, doação de áreas e infra-estrutura, incentivos em dinheiro para produtos voltados à

⁵²⁶ Revista *Amanhã* de agosto de 1994.

⁵²⁷ Marlin Kholrausch, presidente da empresa *Calçados Bibi*. Revista *Amanhã* de agosto de 1994.

⁵²⁸ Tasso Jereissati, então governador do Ceará. Revista *Amanhã* de agosto de 1994, p. 73.

exportação, mão-de-obra farta, adequada às exigências da produção lá instalada, com salários significativamente inferiores daqueles praticados no sul do País, cooperativas de trabalho que recebiam pelo que produziam, “livrando” as indústrias com encargos sociais e trabalhistas.⁵²⁹ Vale, nesse sentido, o registro de uma matéria publicada pela Revista *Amanhã* sobre as condições que as indústrias gaúchas de calçados estavam encontrando no Nordeste naquele período:

A capital do Rider. Ameaça asiática fez a Grendene levar a produção do Rider e da Melissa para o sertão cearense. Nascida em Farroupilha (RS), a Grendene é o mais radical exemplo de empresa que elegeu o Nordeste como base produtiva. No começo, a região era só parte de um projeto de crescimento. A transferência total da produção foi uma medida extrema para não sucumbir ao trator asiático, que tem nos calçados plásticos um nicho valiosos. Administração, exportação, desenvolvimento de produtos, moldes e matrizes ficaram em Farroupilha. Mas na hora de pôr a mão no PVC para transformá-lo em Rider, Melissa, calçados da Angélica, Disney e Senninha, o cearense entre em ação. O gerente industrial da Grendene Sobral, Dalcides Portolan, é um gaúcho que não abandona o chimarrão, mas também não gagueja ao dizer que o operário cearense se revelou mais adaptado ao tipo de produção da empresa. ‘A mão-de-obra daqui dá tão certo quanto a do sul. Aprende rápido e tem muita vontade’, testemunha. Quem anda pela fábrica, percebe logo que a complexidade do trabalho não é grande. Nas prensas que injetam as bases dos calçados, a rotina é apertar botões e mover placas. Máquinas bordadeiras japonesas trabalham quase sozinhas...⁵³⁰

A questão é que, já na primeira metade da década de 1990, as grandes indústrias no Rio Grande do Sul preparavam-se para enfrentar um cenário de maior abertura da economia, contavam com a participação de políticas estatais (tanto em nível estadual quanto em nível nacional) para a promoção de processos de reestruturação produtiva, tinham como expectativa aproveitar as oportunidades externas decorrentes do processo de reestruturação do capitalismo no País (seja através de investimentos em outros países, em especial nos

⁵²⁹ Revista *Amanhã* de agosto de 1994, p. 78.

⁵³⁰ Revista *Amanhã* de março de 1998, p. 80.

países pertencentes ao MERCOSUL, seja através de parcerias com empresas estrangeiras na ampliação da participação do mercado interno), mas, também, das oportunidades internas, especialmente aquelas decorrentes das políticas estaduais de incentivo aos investimentos produtivos (guerra fiscal promovida por diferentes governos estaduais no País naquela década visando atrair investimentos para seus respectivos territórios).

Por outro lado, para muitas lideranças políticas da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, naquele contexto de reestruturação do capitalismo no País o aprofundamento da associação dos capitais nacionais com capitais estrangeiros era de fundamental importância. Uma associação que, em seus posicionamentos, deveria ser promovida tanto através de políticas locais de atração aos investimentos estrangeiros quanto através de parcerias e de fusões das empresas locais com empresas estrangeiras, como forma de incorporar novas tecnologias e melhorar os níveis de produtividade e de qualidade dos produtos, mas, principalmente, ampliar a participação no mercado (interno e externo).

O grande problema é que as grandes empresas no Brasil são ínfimas em termos internacionais. Veja o nosso exemplo: é o sexagésimo em siderurgia no mundo. Então, o grande debate é como fazer essas empresas nacionais atingirem patamares internacionais. Esse processo é mundial: cada vez mais grupos constroem parcerias, fazem fusões, conjugam esforços e interesses para se tornarem mais capazes na competição global. O conceito de qualidade total, toda essa evolução, está mudando a cabeça do empresariado. Mas o governo, o setor político, ainda está atrasado.

Eu acho que eles têm que estudar e procurar entender o novo cenário internacional. Eles que vejam como é que os governos trabalharam para fortalecer as grandes estruturas empresariais na Europa, para capacitarem o processo. Eles têm que se atualizar.

O Fernando Henrique já tem uma visão clara sobre esse cenário. Não tem provavelmente um programa ainda claro. Mas os políticos de modo geral não têm essa visão...

O processo está aí. Nós estamos praticamente em guerra para construir uma sociedade melhor. É uma guerra meio incivilizada, no meu entender, mas ela está acontecendo de uma forma lentíssima e muito acirrada. Mas o processo político é lento. O empresariado está

reivindicando reformas tributárias há alguns anos; não se mexeu uma palha...⁵³¹

Pegue a GM e a Ford, a Chrysler, a IBM, a John Deere, pegue quantas outras empresas você quiser nos EUA, elas se associaram a outras empresas. A Ford tem associação com a Mazda e com outras companhias japonesas. A Honda tem associações no mundo todo. A Mitsubishi tem capital nos EUA. Enfim, essas empresas já estão trabalhando há muitos anos com parceiros em outros países. Até foi dito pela GM, algum tempo atrás, que seu maior fornecedor era a própria Ford, que supria muito a GM. Hoje a John Deere supre concorrentes, como é suprida por concorrentes. E nós compramos de empresas subsidiárias de concorrentes, como fornecemos a eles. Isso é uma coisa comum e cada vez mais difundida.

A tecnologia não está naquela pecinha, está num conjunto de coisas, no conceito. É claro que teu diferencial de qualidade tu não vais estar vendendo, expondo. Mas o que conta é o conceito como um todo: o marketing, o preço, a satisfação do cliente ao executar o que ele precisa, a assistência técnica, serviços, peças de reposição.⁵³²

A tendência de nossa empresa é diversificação e especialização. Foi o que fizemos com a Freios Máster. A empresa é resultado da associação da Randon com a Rockwell norte-americana. Para nós, é interessante a associação com uma empresa dessas, que tem tecnologia e tem mercado. A Máster fabrica freios para nós, para eles e para terceiros, que hoje consome 50% da produção. Com a Carrier Transicold é a mesma coisa. A empresa faz carretas frigoríficas e ar-condicionado para ônibus. Estamos fazendo agora uma associação com outra empresa estrangeira. Quanto mais pudermos fazer isso dentro do nosso ramo, melhor.⁵³³

Evidentemente, essa perspectiva de associação com o capital estrangeiro como estratégia para enfrentar um cenário de abertura da

⁵³¹ Industrial Jorge Gerdau Johannpeter. Entrevista concedida à revista *Amanhã* de novembro de 1994.

⁵³² Industrial Eduardo Logemann, diretor-presidente da SLC, empresa gaúcha do setor de máquinas agrícolas. Entrevista concedida à revista *Amanhã* de janeiro de 1995.

⁵³³ Raul Randon, industrial gaúcho. Entrevista concedida à revista *Amanhã* de fevereiro de 1995.

economia e de aumento nos padrões de competitividade industrial se refletiam na organização política da burguesia industrial naquele contexto. É nesse sentido, por exemplo, como será analisado nesta tese, que a FIERGS, desde 1994, manteve uma mobilização permanente de pressão para que o governo gaúcho desenvolvesse políticas agressivas de incentivo ao capital estrangeiro e de apoio à indústria já localizada no território sul-rio-grandense.

Portanto, o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso marcou um período em que a indústria sul-rio-grandense se ressentiu de algumas políticas adotadas, em especial as altas taxas de juros, a abertura comercial, a política cambial. Mas foi um período em que, também, principalmente as maiores indústrias do estado gaúcho, procuram aprofundar o processo de reestruturação produtiva que já vinham realizando na primeira metade da década de 1990. No início de 1996, uma série de manifestações de lideranças indústrias no Rio Grande do Sul apontavam as preocupações quanto ao processo de reestruturação do capitalismo no País a partir da implantação do Plano Real, os desafios que tiveram que enfrentar e as expectativas em relação ao governo Fernando Henrique.

... os setores de celulose, papel e gráfico estiveram entre os mais atingidos pela inflação dos insumos nacionais. A defasagem cambial prejudicou nossas vendas para o exterior, em dólar, ao passo que os custos, em reais, subiram. Estamos vendo que as coisas não se resolverão em 1996, talvez até se agravem caso o governo não diminua o déficit público (...). As reformas estão demorando muito e sem elas talvez o governo não encontre interlocutores quando precisar falar em desenvolvimento.⁵³⁴

Tivemos que reaprender a conviver com a estabilidade econômica e os ajustes para isso foram cruéis, ainda mais quando somados à reabertura do mercado. Se por um lado tudo isso trouxe vantagens, como o acesso a produtos importados, trouxe também uma série de preocupações na hora de vender. Em 1995, fecharam-se mais empresas do que nos últimos 20 anos. O setor de borracha, que é um componente, viu minguarem-se as encomendas na mesma proporção em que caíram as

⁵³⁴ Alfred Freund, industrial vinculado à indústria gaúcha de celulose. *Jornal do Comércio*, 02 de janeiro de 1996.

atividades nos setores de máquinas agrícolas e de calçados. Em 1995, lutamos até contra a importação de pneus usados. Que fique claro que somos a favor da integração econômica e da abertura de mercados, o problema foi a forma como isso foi feito no nosso país.⁵³⁵

Sob o ponto de vista político, foi bom. Sob o ponto de vista econômico-financeiro, foi ruim, sobretudo o setor agrícola. Os preços já vinham deprimidos, desde julho de 1994. Os juros também foram insuportáveis, provocando um alto grau de endividamento e de descapitalização em todo o setor. O ano de 1996 deverá ser melhor que 1995.⁵³⁶

Foi um ano razoável, com problemas de adaptação em função de uma crise de demanda, que se comportou de maneira muito diferente no início e no final do ano. Em primeiro lugar, a queda da demanda no segundo semestre, quando consumidores de aço e produtos siderúrgicos, como a construção civil e a indústria automobilística, entraram em crise. Em segundo lugar, enfrentamos a baixa cotação do dólar e a alta dos juros. No mercado internacional, onde os preços são muito competitivos, a situação também foi de crise. Em terceiro lugar, o custo do capital de giro, que diminuiu no final do ano, melhorando a liquidez. Não vislumbro grandes modificações. A oferta do dólar deverá continuar excessiva, mantendo sua cotação baixa, os juros deverão cair um pouco mas continuarão altos. O processo de recuperação, por tudo isso, será lento e inexpressivo. Os empresários precisam lembrar o governo de que estão cumprindo a sua parte e que é urgente que o governo faça a sua.⁵³⁷

Para nós foi um ano de trabalho forte na modernização e eficiência. As coisas mudaram muito depois do Real. Como conhecíamos bem o mercado europeu e a guerra de preços que eles vivem por lá, foi mais fácil passar dos ‘chutes’ da época da inflação para uma formação de

⁵³⁵ Geraldo Fonseca, industrial vinculado à indústria gaúcha de borracha. *Jornal do Comércio*, 02 de janeiro de 1996.

⁵³⁶ João Salvador Souza Jardim, industrial vinculado à indústria gaúcha da alimentação. *Jornal do Comércio*, 02 de janeiro de 1996.

⁵³⁷ Jorge Gerdau Johannpeter, industrial vinculado à indústria gaúcha de metalúrgica. *Jornal do Comércio*, 02 de janeiro de 1996.

preços que nos permitiu competir sem zerar a rentabilidade; mas foi difícil. Quem conseguiu fechar o ano com rentabilidade, por menor que tenha sido, saiu vitorioso. A matéria-prima subiu depois do real e não recuou. Como os custos ficaram altos, a solução que encontramos foi importar insumos. Em se tratando de um setor que goza de grande credibilidade (...) tivemos poucas concordatas. Mas penamos por causa de uma fraca estruturação financeira, já que somos, na maioria dos casos, média e pequenas empresas. Acho que o ano de 1996 será um ano de trabalho, pois creio que o governo vá soltar a economia. Para melhorar a lucratividade, vamos ter de negociar os custos das matérias-primas e continuar procurando melhor preço onde ele estiver.⁵³⁸

Um ano de transformações, de mudanças fortes e rápidas, interna e externamente, em nível de mercado. Crescemos, embora tenhamos sacrificado em muito a lucratividade, em função dos custos que não foram repassados aos preços. As principais questões foram a queda da demanda e o aumento estrutural da mão-de-obra. Além, é claro, dos juros elevados⁵³⁹

A partir de 1996, a economia brasileira viveu um período de estabilidade, que se estendeu até julho de 1997. Depois de fechar o ano de 1995 com um crescimento negativo (-8,1%), a indústria gaúcha apresentou crescimento positivo de 0,6% em 1996 e de 10,5%, em 1997.⁵⁴⁰ Foi um período em que as lideranças da burguesia industrial continuaram mostrando preocupação com as taxas de juros, com a política cambial e com a concorrência de produtos estrangeiros no mercado nacional. De qualquer forma, os dados positivos alcançados pela indústria no estado gaúcho contribuíram para uma expectativa positiva da burguesia industrial em relação ao governo Fernando Henrique Cardoso e sua capacidade de garantir a continuidade da estabilidade econômica.

⁵³⁸ Lourenço Darcy Catellan, industrial vinculado à indústria gaúcha de móveis. *Jornal do Comércio*, 02 de janeiro de 1996.

⁵³⁹ Nestor Perini, industrial vinculado à indústria gaúcha de calçados. *Jornal do Comércio*, 02 de janeiro de 1996.

⁵⁴⁰ André CONTRI et alli. *Visão global da economia gaúcha*, p. 30.

Se houver administração do Plano Real, concluídas as reformas estruturais, monitoração das importações e a abertura da economia, teremos um ano com crescimento moderado de 4% a 5% e encaminhamento positivo para os próximos anos”⁵⁴¹

Essa, aliás, foi a tônica do discurso das principais lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul durante aquele período. As reclamações em relação às taxas de juros, à política cambial, à abertura da economia continuaram. No entanto, mesmo em período de maiores dificuldades, como, por exemplo, a partir de julho de 1997 (quando a economia brasileira entrou novamente numa fase recessiva), as lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul mostravam confiança no governo Fernando Henrique Cardoso e em sua capacidade de encaminhar soluções políticas e econômicas coerentes com a perspectiva neoliberal adotada. A avaliação feita pelo então presidente da FIERGS, Dagoberto Lima Godoy, ao término do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, ilustrava a posição hegemônica da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em relação àquele período:

Nestes últimos quatro anos, a FIERGS sempre manteve uma posição consistente com relação à política econômica do presidente Fernando Henrique Cardoso. Nesse sentido, a entidade não apenas aplaudiu o programa de reformas estruturais e de desregulamentação da economia como emprestou apoio irrestrito ao combate à inflação, por entender que, não obstante os sacrifícios impostos ao setor produtivo privado, era necessário ao País encontrar a estabilidade macro-econômica, condição esta essencial para a retomada do desenvolvimento. Entretanto, também ao longo desses últimos quatro anos, a FIERGS nunca deixou de alertar o presidente da República e sua equipe para o risco da taxa de câmbio sobrevalorizada – coadjuvante indispensável do déficit das contas externas – e do déficit fiscal crescente. Assim, através de sucessivas edições da Súmula Econômica, artigos de jornal, manifestações em atas das reuniões de diretoria e missivas às autoridades econômicas, sempre manifestamos nossa posição de que uma medida como a chamada âncora cambial, embora útil em uma

⁵⁴¹ Industrial Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS. *Jornal do Comércio*, 05 de março de 1996.

determinada circunstância, como era o caso do início do Plano Real, não pode ser mantida indefinidamente. A dolorosa experiência da derrocada do Plano Cruzado em dezembro de 1986, quando então tornou-se impossível manter o congelamento artificial dos preços e da taxa de câmbio, deveria ter-nos ensinado a todos que uma política mais flexível e realista não deve ser interpretada como sinônimo de irresolução ou fraqueza. Hoje vivemos uma nova situação. A economia do País enfrenta a difícil transição de um regime de câmbio fixo para uma outra regra em que as forças de mercado deverão determinar o preço da moeda estrangeira, com um mínimo de intervenção governamental. A experiência de nosso País e de outras nações que passaram pela mesma situação indica que este é um processo extremamente traumático, instável e assimétrico.⁵⁴²

A questão é que, desde 1996, as críticas das lideranças da burguesia industrial em relação à política econômica do primeiro governo de Fernando Henrique apontavam para uma visão segundo a qual a manutenção da estabilidade econômica, com possíveis correções em algumas políticas adotadas (entre as quais, as principais eram a política de juros e a política cambial), dependia do aprofundamento das “reformas estruturais”. As “reformas estruturais” tornaram-se as principais bandeiras de luta da burguesia industrial em nível nacional. Havia uma avaliação de que as medidas tomadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, como forma de garantir a estabilidade econômica no País, tinham um custo para a indústria que somente poderia ser compensado através de um conjunto de reformas na economia e no Estado. Essa direção política pautou os posicionamentos políticos da burguesia industrial ao longo do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso.

Nesse sentido, não houve posicionamentos, por parte das lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, que indicassem rupturas com o posicionamento favorável em relação ao governo Fernando Henrique Cardoso. Nessa direção, inclusive, não se pode esquecer que a partir de 1997 o Rio Grande do Sul e o Brasil passaram a viver um clima de eleições. Como será analisado nesta tese, no Rio

⁵⁴² Industrial Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS. *Jornal do Comércio*, 04 de fevereiro de 1999.

Grande do Sul as eleições para o executivo estadual, realizadas em 1998, caracterizaram um período de intenso debate político, polarização entre dois projetos de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul e avaliação de um governo estadual (o governo Britto) que realizou um conjunto de políticas afinadas com o projeto neoliberal executado em nível nacional, mas, também, amplamente apoiado pela burguesia industrial no estado gaúcho.

Em eleições casadas, que escolheram, no mesmo dia, os Governadores e o Presidente da República, e num quadro de polarização política tanto em nível nacional quanto em nível estadual, a questão principal para amplos setores da burguesia industrial no Rio Grande do Sul deixou de ser a orientação dada pelo governo federal à política econômica de corte neoliberal. O importante passou a ser a garantia de continuidade de governos comprometidos com as reformas econômicas e políticas orientadas para o mercado. As críticas à condução da política econômica, portanto, foram amenizadas, enfatizando-se a necessidade da *continuidade* e do *aprofundamento* das “reformas estruturais”.

A direção política e ideológica apontada no parágrafo anterior estava presente em diferentes manifestações das lideranças políticas da burguesia industrial no Rio Grande do Sul naquele período. A título de exemplo, vale o registro de um episódio ocorrido em outubro de 1997. Naquele mês, o Conselho de Economia da FIERGS publicou, através da Súmula Econômica (publicação da FIERGS) dados sobre a indústria gaúcha, prevendo um período de estagnação industrial e uma recuperação somente a partir de 1999. Esses dados foram publicados no dia 15 de outubro daquele ano. No outro dia (dia 16 de outubro de 1997, portanto), o então presidente da FIERGS, industrial Dagoberto Lima Godoy, tratou de amenizar os dados, afirmando, em entrevista concedida aos meios de comunicação de Porto Alegre, que

... a conjugação da acertada orientação macro-econômica, com a opção definitiva pela economia de mercado e política anti-inflacionária no plano federal, somada à dinâmica reformista do governo Britto, apontam para um futuro promissor. Aposto numa escalada da indústria gaúcha no ranking da economia brasileira. Temos tudo para administrar as dificuldades da transição e potencializar tudo o que de bom está acontecendo em nível regional e nacional.⁵⁴³

⁵⁴³ Industrial Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS (1993 - 1999). *Jornal do Comércio*, 16 de outubro de 1997.

De críticas à política econômica do governo Fernando Henrique, portanto, as manifestações das principais lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul registravam “reclamações” (em especial das altas taxas de juros) naquele período, emendadas com a expectativa de que as reformas estruturais fossem aprofundadas com a maior rapidez possível.

A própria FIERGS, aliás, em novembro de 1997, logo após Fernando Henrique Cardoso ter lançado um “pacote anti-crise”, organizou uma mobilização denominada “Chega de Pacotes. Reformas Já”, com o objetivo de mobilizar os “empresários gaúchos” para que pressionassem os políticos (deputados e senadores) visando aprovar as reformas tributária, administrativa e da previdência.⁵⁴⁴ Ao falar do movimento para a imprensa gaúcha, o então presidente da entidade assim se referia: “... o Rio Grande do Sul modernizou a administração, privatizou empresas e criou condições para atrair empresas como a GM, a Ford e outras grandes indústrias (...). O Brasil deve seguir o exemplo dos gaúchos”.⁵⁴⁵

No mesmo mês, no entanto, em reunião de interiorização das diretorias do sistema FIERGS/CIERGS, realizada na cidade de Ijuí com a presença de 127 empresários, a entidade tomou a decisão “de enviar carta ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, manifestando a solidariedade e apoio integral às ações por ele determinadas”.⁵⁴⁶

A continuidade do projeto neoliberal no Rio Grande do Sul e no Brasil, com a realização das reformas estruturais, colocava-se, portanto, como um dos grandes objetivos das mobilizações políticas da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, realizadas já a partir de 1997 e, principalmente, durante o ano de 1998.

5.3. Neoliberalismo e as “reformas estruturais”

A mobilização política da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em favor de “reformas neoliberais” na Constituição brasileira teve dois momentos principais durante a década de 1990. O primeiro deles ocorreu no período entre 1992 e 1994, no bojo da discussão sobre a

⁵⁴⁴ *Jornal do Comércio*, 19 de novembro de 1997.

⁵⁴⁵ *Jornal do Comércio*, 19 de novembro de 1997.

⁵⁴⁶ FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul* - a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS (1993 - 1996 - 1999), vol. II, p. 153.

Revisão Constitucional, já prevista pela Constituição de 1988.⁵⁴⁷ O segundo momento compreendeu o governo Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995, quando, já sob os impactos da política econômica adotada a partir da implantação do Plano Real, a burguesia industrial pressionou o executivo nacional para que encaminhasse ao Congresso Nacional uma agenda de “reformas estruturais”, defendendo a importância dessas reformas para a manutenção da estabilidade econômica alcançada através do Plano Real e para garantir uma “inserção competitiva” da indústria nacional no processo de mundialização do capital.

Assim, essa parte da tese analisa a mobilização política da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em favor das reformas constitucionais, investigando, ainda, a agenda de reformas defendidas no contexto da reestruturação do capitalismo no País durante a década de 1990.

5.3.1. A mobilização Política em favor das Reformas Neoliberais

Juntamente com pacotes econômicos e trocas de moedas, passamos a conviver, desde 1988, com uma Constituição eivada de distorções. Todas resultantes de velhos preceitos e condutas que não são coerentes com a modernidade. Chega de demagogia. Não queremos privilégios e nem cartórios. Queremos, mais uma vez, o primado da liberdade de contratar, da liberdade de negociar, da liberdade de empreender.⁵⁴⁸

O discurso do então presidente da FIERGS, proferido no lançamento de um movimento político denominado “Grito de Alerta”, organizado, em setembro de 1992, com o objetivo de mobilizar a burguesia gaúcha para os trabalhos da Revisão Constitucional, ilustra a importância que a mesma assumiu junto às lideranças da burguesia industrial ainda no início da década de 1990. Reflete, ainda, o ressurgimento de uma mobilização coletiva de maior visibilidade,

⁵⁴⁷ Os congressistas que elaboraram a Constituição de 1988 decidiram por uma revisão daquela Constituição após cinco anos dela ser promulgada, ou seja, em 1993.

⁵⁴⁸ Industrial Luis Carlos Mandelli, presidente da FIERGS (1987 - 1993). *Jornal do Comércio*, 24 de setembro de 1992.

percebida antes durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, com o Movimento pela Liberdade Empresarial. Mais uma vez, a burguesia industrial no Rio Grande do Sul mostrou-se disposta a somar forças com outras frações da burguesia gaúcha para compor um poder político junto ao Congresso Nacional e defender interesses coletivamente partilhados nos trabalhos de Revisão.

Precisamos, juntos, lutar pela consagração da empresa privada como instrumento ideal da produção, reconhecendo seu valor social. E, de uma vez por todas, colocar o lucro honesto na sua legítima posição de recompensa pela atividade empresarial em si mesma, e pelo risco nela implícito, abolindo o preconceito que vigora no País.⁵⁴⁹

Como da ocasião do Movimento pela Liberdade Empresarial, as lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul concatenaram suas mobilizações políticas com outras entidades representativas da burguesia (não somente ao nível regional, mas também ao nível nacional). Demonstrava-se, nesse sentido, a capacidade da burguesia em buscar, através de suas organizações, uma coesão política, aumentando ainda mais seu poder de barganha para a defesa de seus interesses de classe nas instâncias de decisão política do País.

Na verdade, a revisão constitucional foi preocupação das lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul desde o momento em que se encerraram os trabalhos da Constituição de 1988. Para aquelas lideranças, a Constituição de 1988, embora tivesse reconhecido a livre iniciativa como o princípio básico do desenvolvimento econômico do País, criou “barreiras e amarras” que limitavam o desenvolvimento do capitalismo no País. Essas preocupações estavam claras ainda em 1988, quando a FIERGS, através de seu jornal *O Produto*, avaliou os resultados da Constituição, mais especificamente o que fora aprovado no capítulo referente à Ordem Social.

É inegável que muitos destes novos dispositivos representarão sérios complicadores para a atividade econômica e acarretarão um custo que recairá, em última instância, justamente sobre os mais pobres. Porém, não

⁵⁴⁹ Industrial Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS (1993 - 1999). FIERGS, *O Produto*, agosto de 1993.

irão inviabilizar a produção, pois tratam-se de dificuldades superáveis que (...) poderão ser minimizadas através da legislação complementar ordinária. E, na pior das hipóteses, sempre haverá a possibilidade de que tais normas sejam rediscutidas por ocasião da revisão constitucional ...⁵⁵⁰

A Revisão Constitucional, portanto, passou a ser entendida como uma questão de fundamental importância para o desenvolvimento do capitalismo no País e para sua inserção no processo de reestruturação da economia em nível mundial. As lideranças políticas da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, nessa medida, mostraram-se dispostas a agir com firmeza no sentido de “contribuir e cobrar” agilidade nos trabalhos revisionais.

É hora de liberarmos o cenário institucional para a instalação de uma verdadeira economia de mercado, exorcizando as coações e intervencionismos, contendo a sangria do setor produtivo, domando a voragem inflacionária, impedindo a incineração dos recursos da derrama fiscal nas máquinas estatais inchadas, obsoletas e ineficazes.⁵⁵¹

Ainda antes do início dos trabalhos da Revisão Constitucional, em 1993, diferentes entidades representativas da burguesia no Brasil estavam mobilizadas na defesa de mudanças constitucionais que pudessem dar agilidade e rapidez ao programa de reestruturação do capitalismo no País iniciado durante o governo de Collor de Melo. Exemplo mais claro daquela mobilização, como já referido nesta tese, ocorreu em 1992, quando o governo Collor, pressionado pela burguesia no País, apresentou uma proposta de “Emenda” na Constituição. Na mesma direção, no Rio Grande do Sul não somente a FIERGS, mas, também, outras entidades representativas da burguesia gaúcha (FEDERASUL, FARSUL entre outras) vinham mobilizando-se desde o início da década de 1990 em favor da Revisão Constitucional.

Toda a mobilização política organizada pela FIERGS ocorreu, naquele período, em grande sintonia com a CNI. A intenção era buscar

⁵⁵⁰ FIERGS. *O Produto*, setembro de 1988. Editorial “Um novo ciclo de progresso”.

⁵⁵¹ FIERGS, *O Produto*, julho de 1993.

um consenso entre a burguesia industrial do País em relação às propostas essenciais a serem defendidas na Revisão Constitucional. Pretendia-se, assim, manter uma pressão política sistemática e convergente sobre os partidos políticos para a viabilização do processo revisor, acordar sobre uma agenda de reformas e garantir um prazo de início e término dos trabalhos, procurando-se evitar que os mesmos se estendessem até o ano de 1994. Em virtude das eleições previstas para aquele ano, o receio da burguesia industrial era que os Congressistas e o próprio governo (numa atitude populista) cedessem às pressões populares e dos trabalhadores, especialmente daqueles setores contrários à revisão constitucional (como, no período, colocavam-se, entre outras instituições, a CUT - Central Única dos Trabalhadores).

Ao nível de organização institucional da FIERGS, no período que antecedeu aos trabalhos no Congresso Revisor, em 1993, diferentes conselhos e comissões temáticas da entidade foram ativados no sentido de fazer uma análise dos dispositivos pertencentes às respectivas áreas de atuação. Esse trabalho sustentou a participação dos dirigentes da entidade na articulação política organizada, em nível nacional, a partir da CNI, mas, também, para uma pressão sistemática junto aos parlamentares que participariam do processo revisor, especialmente os eleitos pelo Rio Grande do Sul.⁵⁵²

Também foi criado o REVICON - Conselho da Revisão Constitucional, cujo objetivo traçado foi o de buscar “um consenso entre os industriais gaúchos sobre pontos da Reforma Constitucional e preparar alterações em questões pertinentes”.⁵⁵³ Através do REVICON, a FIERGS realizou pesquisas junto aos sindicatos de indústrias filiados à entidade, visando consultar o posicionamento em relação às propostas defendidas pela entidade.⁵⁵⁴

Foi criado, também, o *Disque-Revisão*, sendo colocado um telefone da entidade à disposição da população tanto para receber

⁵⁵² FIERGS. *O Produto*, 88 - junho de 1993. A Confederação Nacional da Indústria possuía uma Comissão responsável aos assuntos legislativos (Comissão de Assuntos Legislativos), coordenada, em 1993, por Luis Carlos Mandelli, cujo objetivo era intervir junto ao Congresso Nacional em defesa dos interesses da indústria brasileira.

⁵⁵³ FIERGS, *O Produto*, agosto de 1993.

⁵⁵⁴ *Jornal do Comércio*, 30 de novembro de 1993. Em novembro de 1993, a FIERGS divulgou alguns dados levantados pela pesquisa, acusando os seguintes resultados: 96% responderam afirmativamente à proposta de tornar mais simples o sistema tributário brasileiro através de impostos insonogáveis, universais e incidentes apenas na etapa do consumo final; 87% apoiaram a proposta de um sistema previdenciário complementar e privado, em substituição parcial ao sistema oficial.

sugestões quanto para passar informações e prestar esclarecimentos sobre a Revisão Constitucional.

O objetivo principal das pesquisas realizadas pela FIERGS junto aos sindicatos, bem como do Disque-Revisão, era recolher propostas (a partir das quais a entidade formularia seus posicionamentos em relação à Revisão Constitucional), mas, principalmente, impulsionar a mobilização política. Como revelou o então presidente da FIERGS, Dagoberto Lima Godoy, a intenção maior era motivar “uma mobilização em torno da Revisão Constitucional” e recolher informações que pudessem instrumentalizar a entidade num trabalho que deveria ser realizado em completa “sintonia” com as demais federações de indústria do País, através da CNI. Nesse sentido, afirmava o presidente da FIERGS, as ações deveriam ser conjuntas e as propostas assumidas pela FIERGS deveriam ser aquelas definidas e resultantes dos posicionamentos assumidos nos trabalhos realizados no âmbito da CNI. Os instrumentos utilizados pela FIERGS, nesse sentido, eram vistos mais como mecanismos de mobilização, tanto da burguesia industrial no estado gaúcho quanto da sociedade gaúcha em geral, visando a construção de um consenso em torno da necessidade da revisão constitucional para o País.

E, de fato, aquele período ficou marcado por uma ação articulada de todas as federações de indústrias do País que, de forma conjunta, definiram uma pauta mínima para defender na Revisão Constitucional. No final de julho (mais precisamente, entre os dias 31 de julho e 1º de agosto) de 1993, por exemplo, não somente os presidentes, mas, também, representantes de todas as federações de indústria no País estiveram reunidos no Rio de Janeiro para discutir estratégias conjuntas de ação nos trabalhos da Revisão Constitucional e, também, uma agenda de reforma que deveria pautar as pressões da burguesia industrial no País naquele processo. No dia 05 de agosto daquele ano, o presidente da FIERGS assim avaliava aquele encontro nos jornais de Porto Alegre:

Os resultados desses encontros foram extremamente positivos. Em primeiro lugar, porque marcaram o início de uma ação delicada dos industriais no sentido de participarem desse momento tão importante para todo o país. Depois, porque, após debates exaustivos, ficou claro que o principal objetivo é a consolidação do processo de modernização do País e a criação de condições realmente capazes de conduzir a economia brasileira a um processo estável e de crescimento sustentado. Com estes objetivos, deve-se alcançar a

adequação dos interesses industriais com os interesses da Nação, em sintonia absoluta. Nós não buscaremos nesta reforma constitucional a defesa de interesses corporativistas, setoriais ou particulares. Queremos, na verdade, uma forma viável de desenvolvimento econômico pleno. E todos serão necessários nesse esforço.⁵⁵⁵

Na perspectiva das lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, a Revisão Constitucional deveria ocorrer de uma forma rápida, sendo realizada ainda no decorrer do ano de 1993. Ainda que o argumento utilizado para justificar a pressa era o de que a estabilização econômica do País pressupunha as reformas na Constituição, o que se colocava no período (especialmente após o Impeachment do presidente Collor) era o receio de que um novo Congresso Nacional (com as eleições para deputados e senadores, em 1994) pudesse não ser necessariamente comprometido com a agenda neoliberal defendida. Por isso, a burguesia industrial defendeu que os trabalhos revisionais fossem iniciados em outubro de 1993, se estendendo no máximo até o mês de fevereiro de 1994.

Este prazo de 150 dias é mais do suficiente para que os congressistas completem a revisão e evitem que o processo seja atingido por qualquer espécie de contaminação oriunda da campanha eleitoral que será realizada em 1994.⁵⁵⁶

Importante ressaltar que aquela conjuntura esteve marcada por uma instabilidade política muito grande no País, em virtude de uma série de denúncias de corrupção no Congresso Nacional, que se sucederam ao processo de *impeachment* do presidente Collor. Portanto, era uma conjuntura caracterizada por um clima de insegurança e de indefinição quanto à reação popular frente às eleições de 1994 que elegeriam novos congressistas e, também, o novo Presidente da República.

⁵⁵⁵ Industrial Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS (1993 - 1999) em artigo publicado no jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, no dia 5 de agosto de 1993. In: FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul: a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS - ações e idéias II*, p. 07.

⁵⁵⁶ Industrial Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS (1993 - 1999). *Jornal do Comércio*, 10 de setembro de 1993.

Ademais, a realização da Revisão Constitucional não era consenso na sociedade brasileira, principalmente considerando-se que o Congresso estava em fim de mandato, e causava uma série de desconfiças aos setores populares organizados quanto a não susceptibilidade da maioria dos congressistas às propostas de *lobbies* ou pressões de grupos econômicos. Naquele contexto, a partir de julho de 1993 alguns partidos políticos (Partido dos Trabalhadores; Partido Democrático Trabalhista; Partido Socialista Brasileiro; Partido Comunista do Brasil entre outros), juntamente com algumas entidades representativas de diferentes segmentos da sociedade brasileira (CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; CUT - Central Única dos Trabalhadores; OAB - Organização dos Advogados do Brasil; ABI - Associação Brasileira de Imprensa; UNE - União Nacional dos Estudantes), desencadearam um movimento de resistência à realização da Revisão Constitucional, tentando limitá-la ou, então, adia-la, para ser realizada pelo futuro Congresso, a ser eleito em 1994.

Aquele movimento de resistência à Revisão impulsionou um debate sobre a realização ou não dos trabalhos da Revisão Constitucional e provocou uma reação imediata na burguesia brasileira. No caso da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, ainda em julho daquele ano suas lideranças passaram a contatar diretamente deputados e senadores, pressionando pelo não adiamento dos trabalhos de Revisão.

Nada justifica o adiamento. O próprio texto da Constituição Federal marca a data para a revisão e isso é do conhecimento de todos os brasileiros desde o dia 5 de outubro de 1988. Portanto, quando elegemos os atuais deputados e senadores estava claro que eles teriam, entre outras obrigações, a tarefa de executar as alterações necessárias no texto constitucional.⁵⁵⁷

Em alguns casos, a possibilidade de não realização da revisão Constitucional provocou manifestações que revelariam uma característica histórica do comportamento político da burguesia no Brasil: a defesa da utilização até mesmo de meios autoritários em caso de ameaça de seus interesses de classe. Foi o caso do industrial Paulo Vellinho, representante na época da FIERGS junto a CNI, que defendeu

⁵⁵⁷ Industrial Luiz Carlos Mandelli, presidente da FIERGS (1987 - 1993). *Jornal do Comércio*, 19 de julho de 1993.

uma “fujimorização democrática”⁵⁵⁸ para evitar que a Revisão se transformasse numa “ilusão apresentada ao povo brasileiro”.⁵⁵⁹

Naquela conjuntura, a possibilidade de que a Revisão Constitucional não fosse realizada durante o ano de 1993 resultou num “novo momento” na mobilização da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, agora procurando garantir a imediata realização dos trabalhos da Revisão Constitucional. A partir de então, a FIERGS concentrou esforços em defesa da realização da Revisão e, juntamente com a CNI, articulou formas de pressões sobre os congressistas para que garantissem a realização da Revisão.

Em setembro de 1993, por exemplo, a FIERGS lançou o movimento “Reforma Já”, objetivando garantir o apoio da sociedade e pressionar os congressistas para que votassem pelo início dos trabalhos. A partir daquele movimento, a entidade buscou uma atuação articulada entre as entidades representativas da burguesia gaúcha, no sentido de criar um consenso na sociedade quanto à necessidade da Revisão Constitucional, discutir os pontos essenciais para aquela revisão (“evitando a armadilha de torneios ideológicos”) e pressionar diretamente os representantes gaúchos no Congresso.⁵⁶⁰

Nos dias 29 e 30 de setembro, todos os presidentes das Federações de Indústrias do País reuniram-se em Brasília para a apresentação, via Confederação Nacional das Indústrias, de um documento conjunto com as propostas da burguesia industrial brasileira para a Revisão Constitucional. A data escolhida para o encontro foi estratégica. No dia 30 de setembro, estava marcada a votação no Congresso Nacional pelo início ou não dos trabalhos do Congresso Revisor. Na votação, a posição favorável ao início dos trabalhos em outubro de 1993 saiu vitoriosa. Na ocasião, o presidente da FIERGS, Dagoberto Lima Godoy, comemorou:

A decisão de arcar o início da revisão para outubro, como previa o texto constitucional, obtida no Congresso Nacional com diferença tão expressiva de votos, não

⁵⁵⁸ Com a expressão “fujimorização”, o industrial se referia ao fechamento do Congresso Nacional peruano, realizado pelo presidente daquele País, Alberto Fujimori. Com a expressão “fujimorização democrática”, o industrial propunha que o próprio Congresso Nacional Brasileiro (“poder constituído de forma democrática”, afirmava) se fechasse em si mesmo, para desfazer os vícios de fisiologismo, privilégios e corporativismos presentes naquela Casa.

⁵⁵⁹ *Gazeta Mercantil*, 20 de agosto de 1993.

⁵⁶⁰ *Jornal do Comércio*, 10 de setembro de 1993.

deixa dúvidas de que há perfeita sintonia entre a instituição e a sociedade brasileira.⁵⁶¹

A burguesia vencia naquela eleição uma batalha importante no processo político que, naquela conjuntura, foi desencadeado em torno da Revisão Constitucional. Contudo, os trabalhos da Revisão, iniciados nos primeiros dias do mês de outubro de 1993, com a abertura de um prazo para a apresentação de emendas ao projeto de resolução que dispunha sobre o funcionamento dos trabalhos, foram inesperadamente suspensos devido às denúncias de corrupção no Orçamento da União.⁵⁶²

A partir de então, a mobilização da burguesia industrial buscou garantir que as denúncias de corrupção, e a conseqüente instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), não prejudicassem os trabalhos da Revisão.

... qualquer adiamento significa jogar para o futuro desconhecido a esperança da sociedade brasileira e comprometer a oportunidade de criar condições para o surgimento de um Brasil mais moderno e competitivo.⁵⁶³

Para as lideranças políticas da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, embora não houvesse um posicionamento contrário à instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, a apuração das denúncias de corrupção do orçamento não deveria atrapalhar os trabalhos da Revisão, devendo ocorrer em paralelo com os trabalhos do Congresso Revisor, já que a Revisão Constitucional era entendida como o principal fato político do momento, não podendo ser adiada.

Com a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito no Congresso Nacional, aos poucos as atenções da sociedade foram concentrando-se nas denúncias de corrupção no Orçamento da União. A Revisão Constitucional perdeu credibilidade, até mesmo porque parlamentares que até então tinham assumido cargos de liderança em seus trabalhos preparatórios estavam envolvidos nas denúncias de

⁵⁶¹ *Jornal do Comércio*, 01 de outubro de 1993.

⁵⁶² A Revisão Constitucional teve seus trabalhos iniciados no dia 13 de outubro de 1993 e no dia 19 de outubro os líderes do Congresso suspenderam por tempo indeterminado os trabalhos, tendo em vista as denúncias de corrupção na Comissão Mista do Orçamento, envolvendo dezenas de parlamentares.

⁵⁶³ Industrial Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS. *Jornal do Comércio*, 19 de outubro de 1993.

corrupção. Foi o caso, por exemplo, do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB - RS), que era o relator do projeto de resolução que dispunha sobre o regimento interno da Revisão Constitucional. Com as denúncias, o deputado renunciou ao cargo parlamentar. Seu projeto de resolução, no entanto, foi apresentado pelo seu substituto, deputado José Luiz Clerot (PMDB - PB), e obteve aprovação.⁵⁶⁴

Até o final do ano de 1993, a Revisão Constitucional pouco conseguiu avançar, pois os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito revelaram um esquema de corrupção envolvendo o legislativo, o executivo e setores da burguesia (em especial as empreiteiras). Isso aumentou ainda mais as desconfianças quanto à legitimidade do então Congresso para realizar os trabalhos revisionais.

De qualquer forma, a mobilização política da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em favor da realização da Revisão teve continuidade naquele período. Com o pressuposto de que “nada justificava” a não realização da revisão constitucional, suas lideranças continuaram manifestando-se na imprensa, discutindo formas de mobilização coletiva, pressionando os representantes no Congresso pela continuidade dos trabalhos. Naquela conjuntura, um evento significativo ocorreu em abril de 1994, quando uma “caravana” de representantes da burguesia gaúcha, liderada pelo então presidente da FIERGS, Dagoberto Lima Godoy, se dirigiu até Brasília, onde se confrontou diretamente com trabalhadores vinculados a CUT (Central Única dos Trabalhadores) que, naquele dia, realizavam na capital federal uma manifestação contra a Revisão Constitucional.

Aquela mobilização ocorreu no dia 14 de abril de 1994. Naquele dia, num avião fretado que ficou conhecido como o “Boeing da Revisão”, 130 pessoas, empresários da indústria, do comércio, dos serviços e da agricultura, mais trabalhadores vinculados à Força Sindical no Rio Grande do Sul, foram até Brasília pressionar os Congressistas em favor da Revisão e de cinco reformas que, num documento denominado “Revisão Já”, foram apresentadas a líderes políticos no Congresso. As cinco reformas defendidas naquele documento eram as seguintes:

- 1) Reforma estrutural do Estado, redistribuindo adequadamente os encargos entre União, Estados e Municípios; 2) reforma fiscal e tributária, simplificando o sistema e ampliando o universo de contribuintes; 3) reforma do sistema previdenciário, estimulando a

⁵⁶⁴ *Gazeta Mercantil*, 11 de novembro de 1993.

poupança individual para a garantia dos benefícios; 4) reforma da ordem econômica, eliminando as restrições ao capital estrangeiro e rompendo com o monopólio e reservas de mercado e 5) reforma no sistema político, introduzindo-se o voto distrital e a fidelidade partidária.⁵⁶⁵

Na ocasião, a “caravana gaúcha” entregou para o relator do projeto de reformas, Nelson Jobim (PMDB - RS), e para o presidente da Câmara de Deputados, Inocêncio de Oliveira (PFL - PE), o documento com as propostas defendidas. Ambos os parlamentares, no entanto, afirmaram aos representantes gaúchos que não havia condições favoráveis no Congresso Nacional para dar continuidade aos trabalhos de Revisão.

Porém, antes do encontro com aqueles líderes congressistas, ainda no aeroporto de Brasília, a “caravana gaúcha” confrontou-se com integrantes da CUT, do Sindicato dos Telefônicos e dos Petroleiros e do Movimento dos Sem-Terra. O presidente da FIERGS relataria na imprensa gaúcha dias depois aquele confronto:

Aquela quinta-feira, 14 de abril de 1994, não será esquecida facilmente por nenhuma daquelas 130 pessoas. Éramos homens, mulheres e jovens, cidadãos gaúchos que, convocados por nossas entidades empresariais e de trabalhadores, havíamos decidido participar daquele momento decisivo, em que a revisão constitucional cambaleava, ameaçando frustrar por inteiro as expectativas da nação.

Não suportávamos mais ver o espaço da opinião pública ser tomado pela minoria reacionária que açambarca a mídia, forjando fatos políticos, gastando fortunas em publicidade e congestionando o Congresso com manifestações constantes contra a revisão. Achamos que era a hora de sair da “minoria silenciosa” e ir dizer aos congressistas que a maior parte dos brasileiros não aceita mais a situação atual e quer mudanças urgentes no quadro das instituições brasileiras.

Atestamos que aqueles que não vivem das disfunções do gigantismo governamental, que não gozam dos privilégios das corporações estatais, que não se

⁵⁶⁵ FIERGS, *A Reindustrialização do Rio Grande do Sul*: a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS: ações e idéias I, p. 33-4.

beneficiam dentro ou fora do governo, dos monopólios ineficientes, que aqueles, enfim, que representam a imensa maioria dos brasileiros anseiam por uma verdadeira reforma estrutural deste país...

Não esperávamos encontrar, em nossa chegada à Brasília, a turba enfurecida disposta a barrar a nossa passagem e impedir que completássemos nossa missão. Eram 150 ou mais, de toda forma multiplicados pela fúria e loucura pela técnica arruaceira, vestindo camisetas e portando bandeiras e faixas que os identificavam com os movimentos mais atrasados e reacionários, conhecidos de nós por badernas fascistas do tipo...

Havia, entretanto, uma diferença em nosso caso: a completa ausência de qualquer esquema policial de segurança. Estávamos ali, vivendo um momento de grande simbolismo: de um lado, criaturas pacíficas e ordeiras, homens e mulheres representando o setor produtivo da nação, dispostos a exercer seus direitos constitucionais de ir e vir, e de livre expressão; de outro lado, a massa ululante, fardada com os distintivos do corporativismo e da intolerância, belicosa e barulhenta, querendo nos encurralar no aeroporto e, quem sabe, induzir-nos a pedir socorro à polícia, para que viesse abrir caminho à força e transformar, na versão manipulada ideologicamente, os agressores em vítimas do poder econômico de nossas entidades empresariais.⁵⁶⁶

Importante destacar que, em que pese o quadro de instabilidade política que se configurou no Congresso Nacional a partir de 1993, a Revisão Constitucional foi realizada, tendo sido instalada no dia 13 de outubro de 1993 e encerrada no dia 31 de maio de 1994. As mudanças realizadas, no entanto, ficaram muito distantes das expectativas da burguesia industrial naquele período. Na verdade, ao longo de oitenta sessões que compreenderam os trabalhos de revisão, o Congresso Nacional votou apenas dezenove mudanças constitucionais, das quais doze foram rejeitadas ainda no primeiro turno das votações.⁵⁶⁷ De dezessete mil emendas relatadas pelo relator, deputado Nelson Jobim

⁵⁶⁶ Industrial Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS (1993 - 1999), em artigo publicado no jornal Zero Hora, de Porto Alegre no dia 20 de abril de 1994. In: FIERGS, A reindustrialização do Rio Grande do Sul.; a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS - ações e idéias I, p. 109-10.

⁵⁶⁷ Marcus André MELO, *Reformas Constitucionais no Brasil: instituições políticas e processo decisório*, p. 60.

(PMDB - RS), apenas seis foram aprovadas, entre as quais as mais importantes foram: a que reduziu o mandato do Presidente da República de cinco para quatro anos e a que criou o Fundo Social de Emergência, instrumento importante para o lançamento posterior do Plano Real.⁵⁶⁸

As expectativas da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, de uma Revisão Constitucional capaz de desconstruir a agenda que orientou os trabalhos de elaboração da Constituição de 1988 e de realizar reformas no Estado e na economia entendidas como fundamentais para uma “inserção competitiva” da economia nacional no processo de “globalização econômica”, ficariam para o período posterior à eleição de Fernando Henrique Cardoso.

A partir de 1995, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso para Presidente da República, se observou uma mudança importante nos trabalhos de “revisão” da Constituição. A partir daquele período abandonou-se a idéia de uma “revisão na Constituição” e o executivo nacional encaminhou um processo de *reformas na Constituição* (através de Projetos de Emenda Constitucional), vinculando aquele processo ao seu projeto de estabilização da economia e de inserção da economia nacional no processo de “globalização econômica”. Contanto com uma conjuntura altamente favorável (estabilização econômica, alta legitimidade política alcançada na eleição em primeiro turno em 1994, ampla maioria no Congresso Nacional), Fernando Henrique Cardoso impulsionou um processo de reformas constitucionais com um novo arranjo institucional, pois o executivo passou a deter o poder de agenda das reformas (embora, para serem aprovadas, os Projetos de Emenda Constitucional precisavam alcançar dois terços de votos favoráveis no Congresso Nacional).⁵⁶⁹

Aquela mudança se refletiu nas mobilizações políticas da burguesia industrial no Rio Grande do Sul. Evidentemente, as pressões continuaram em favor da realização de um conjunto de reformas que já vinham sendo defendidas anteriormente. A partir de então, no entanto, as pressões se dirigiram mais diretamente ao executivo federal, cobrando a definição de uma agenda prioritária de reformas constitucionais. Por outro lado, a mobilização política se colocou na

⁵⁶⁸ Como afirma Marcus Melo, analisando a conjuntura política da Revisão Constitucional em 1994, “o governo (Itamar) manejou estrategicamente a agenda da revisão, convertendo-a virtualmente num pacote de pequenas mudanças na área fiscal. Decorre daí que o Fundo Social de Emergência tenha se constituído na primeira emenda promulgada e na única mudança significativa realizada na Constituição”. IDEM, *Ibid.*, p. 65.

⁵⁶⁹ Marcus André MELO, *Reformas Constitucionais no Brasil: instituições políticas e processo decisório*, p. 73.

forma de apoio ao executivo federal na negociação das reformas constitucionais junto ao Congresso Nacional.

O formato de mobilização política da burguesia industrial no Rio Grande do Sul continuou sendo aquele adotado já durante os trabalhos da Revisão (1993-1994). Assim, por exemplo, a FIERGS continuou fazendo mobilizações públicas em favor das reformas, continuou sua articulação política com outras federações e com a CNI e manteve seus contatos diretos com parlamentares (gaúchos especialmente) com o objetivo de pressioná-los para que se posicionassem favoravelmente em relação às reformas.

Nos posicionamentos políticos das lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, a realização das reformas na Constituição se colocava como um requisito fundamental para a manutenção da estabilidade econômica alcançada a partir da implantação do Plano Real, mas, principalmente, para que os impactos negativos daquele Plano (altas taxas de juros, abertura abrupta da economia nacional, política cambial desfavorável ao setor industrial) fossem amenizados e a indústria nacional pudesse manter-se competitiva no novo cenário econômico que se configurou no País a partir de então.

Os escândalos se sucedem no cenário político (precatórios, compra de votos, consultorias privilegiadas com o dinheiro público), atingindo até vestais do PT. Enquanto isso, as reformas estruturais, tão reclamadas pelo povo brasileiro, que para tanto elegeu o Presidente Fernando Henrique Cardoso, não avançam na velocidade requerida. Estados, municípios e Governo Federal continuam acumulando déficits (...) sem dar a contrapartida devida em serviços públicos decentes e investimentos em infra-estrutura social ou econômica. As empresas precisam fazer milagres para sobreviver e sustentar empregos, diante da açodada abertura comercial, com o Real “apreciado”, sobrecarregadas pelos juros escorchantes e todo resto do chamado “Custo Brasil” que mina a competitividade nacional...⁵⁷⁰

As direções de suas mobilizações, como afirmado anteriormente, tomaram novos rumos. Não sendo mais o Congresso Nacional o

⁵⁷⁰ Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS (1993 - 1999), A mão invisível da democracia. Artigo publicado pela Revista ACOMAC, edição de agosto de 1997. In: FIERG, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul: a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS - ações e idéias II*, p. 113.

proponente das reformas, mas, sim, o executivo nacional, tratou-se de manter uma pressão sistemática e permanente junto ao governo Fernando Henrique Cardoso para que encaminhasse a agenda de “reformas estruturais” defendidas. Ao mesmo tempo, tendo o Congresso Nacional a prerrogativa de aprovação ou não da agenda proposta pelo Executivo nacional, em diferentes momentos daquela conjuntura as lideranças da burguesia industrial ofereceram a Fernando Henrique Cardoso o apoio para pressionar os Congressistas em favor da realização das reformas.

Três momentos daquela mobilização ilustram a importância que as reformas neoliberais continuaram tendo na agenda política da burguesia industrial no Rio Grande do Sul a partir de 1995 e a forma como suas lideranças conduziram suas mobilizações visando a aprovação das reformas defendidas.

O primeiro deles ocorreu ainda em abril de 1995. Naquele mês, a FIERGS reuniu lideranças empresariais no Rio Grande do Sul tanto com o Presidente da Câmara dos Deputados, deputado Michel Temer (PMDB - SP) e com o Vice-Presidente da República, iniciando uma mobilização política em favor das “reformas estruturais”. Anunciados por meios de comunicação de Porto Alegre como um movimento de “entrada de campo” da FIERGS na defesa das reformas constitucionais, naqueles encontros a direção da entidade entregou um documento exigindo: 1. Máximo de rapidez na votação; 2. Entrada em vigor imediata dos dispositivos já votados; 3. Limitação em cinco do número de emendas permitidas a cada parlamentar; 4. Criação de um sistema previdenciário complementar privado substituindo parcialmente o sistema oficial; 5. Simplificação do sistema tributário através de impostos insonegáveis, universais e incidentes apenas na etapa do consumo final.⁵⁷¹

O segundo deles ocorreu em 1996, num processo de mobilização política de toda a burguesia industrial no Brasil em torno da discussão sobre o “Custo Brasil” e já referido nesta tese quando da análise dos posicionamentos políticos da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em relação ao governo Fernando Henrique Cardoso. Como foi indicado, naquele ano todas as federações de indústria do País foram mobilizadas através da Confederação Nacional da Indústria para uma discussão sobre o “Custo Brasil” e para a definição de uma “agenda” legislativa, um conjunto de propostas que, entendiam, deveriam ser aprovadas pelo

⁵⁷¹ *Jornal do Comércio*, 24 de abril de 1995.

Congresso Nacional para que a estabilidade econômica no País pudesse ser mantida e, principalmente, para que a indústria nacional desenvolvesse maior competitividade no cenário mundial.

O terceiro deles teve início no final do ano de 1997, mais especificamente em novembro de 1997. Naquele mês, por exemplo, a FIERGS lançou uma campanha, com a denominação “Chega de Pacotes. Reformas Já”, espalhando painéis pelas ruas de Porto Alegre e de Brasília, ao mesmo tempo em que distribuiu um “fax cívico” às empresas, entidades e trabalhadores “para que eles exigissem as reformas estruturais diretamente dos parlamentares do Congresso Nacional”.⁵⁷²

Aquela campanha dava continuidade à mobilização que já vinha ocorrendo desde o primeiro semestre de 1997, de uma forma articulada com a CNI. Nessa direção, em julho daquele ano o presidente da FIERGS participou de uma audiência promovida pela CNI com o presidente Fernando Henrique Cardoso, pressionando para que as reformas estruturais recebessem prioridade por parte do executivo nacional e para que fossem realizadas com o máximo de urgência. De igual forma, no dia sete de julho do mesmo ano, o presidente da FIERGS, mais o industrial Jorge Gerdau Johannpeter, na condição de coordenador da Ação Empresarial, reuniu-se na FIERGS com “empresários” do Rio Grande do Sul e 11 (onze) parlamentares da bancada federal gaúcha para “apresentar um levantamento sobre os prejuízos impostos ao País pelo atraso nas reformas”⁵⁷³ e pressioná-los para que lutassem no Congresso Nacional pela realização das mesmas.⁵⁷⁴

Mas aquele estudo foi utilizado de uma forma ainda mais ampla pelos dirigentes da FIERGS. Foi um estudo que fundamentou uma campanha política junto aos sindicatos e entidades representativas da indústria e do comércio no Rio Grande do Sul e, também, junto a lideranças políticas tanto do poder executivo quanto dos poderes legislativo e judiciário. Assim, por exemplo, no dia 26 de novembro de

⁵⁷² FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul: a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS - ações e idéias I*, p. 57.

⁵⁷³ Segundo o estudo, realizado pela FIPE, a não realização das reformas fazia com que o País deixasse de crescer a uma taxa de 3,7% ao ano e abrisse Mao da criação de 1,9 milhão de empregos anuais. Além disso, a pesquisa indicava que a realização das reformas poderia elevar a renda per capita dos brasileiros a R\$ 15,2 mil, contra os R\$ que o estudo apontava como renda per capita no Brasil sem as reformas. FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul: a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS - ações e idéias I*, p. 58.

⁵⁷⁴ IDEM, *Ibid.*, p. 58.

1997, a FIERGS organizou um jantar com 160 participantes, em Brasília, “incluindo políticos, dirigentes de empresas estatais e magistrados”, para “explicar com profundidade o esforço realizado pela modernização das estruturas institucionais do País”.⁵⁷⁵

Aquela pressão política, sempre concatenada com as ações da CNI, obteve alguns resultados imediatos. Em dezembro de 1997, por exemplo, o presidente Fernando Henrique Cardoso incluiu a Reforma Tributária (uma das mais reclamadas pela burguesia industrial no País) na pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional. Logo após o anúncio de que a referida reforma seria discutida no período de convocação extraordinária do Congresso Nacional, a FIERGS publicou um anúncio na imprensa escrita afirmando:

Obrigado Presidente!
Pela inclusão da Reforma Tributária na pauta
extraordinária do Congresso Nacional.
Chega de Pacotes. Reformas já!⁵⁷⁶

Durante o período da convocação extraordinária, a burguesia industrial procurou pressionar os parlamentares para que votassem em favor da reforma tributária. Nessa direção, por exemplo, no mês de janeiro os dirigentes da FIERGS promoveram uma nova reunião com parlamentares gaúchos no Congresso Nacional “para debater formas de acelerar a votação dos projetos relativos” às “reformas estruturais”.⁵⁷⁷

Em todo aquele período, os dirigentes da FIERGS procuravam afirmar em suas manifestações a necessidade de um esforço conjunto, do executivo e do legislativo (em nível federal) pela realização das reformas estruturais, argumentando que a alta nos juros, a política cambial desfavorável ao setor exportador, o comprometimento do desenvolvimento econômico do País formavam um conjunto de problemas que estavam diretamente vinculados à não realização das mesmas.

⁵⁷⁵ IDEM, *Ibid.*, p. 58.

⁵⁷⁶ IDEM, *Ibid.*, p. 58.

⁵⁷⁷ FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul: a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS - ações e idéias I*, p. 58.

5.3.2. As “reformas estruturais” defendidas

A importância da revisão da Constituição é que sem ela o crescimento econômico não acontece. Trata-se de um momento fundamental para que se removam as barreiras que foram criadas institucionalmente e que inviabilizam o crescimento. Cito entre tantas, o bloqueio para ingresso de capital estrangeiro, o poder de intervenção do Estado nas regras econômicas e a incoerência da legislação.⁵⁷⁸

A manifestação do então presidente da FIERGS é ilustrativa da importância atribuída pela burguesia industrial no Rio Grande do Sul às reformas constitucionais. A percepção de que a execução do projeto neoliberal “esbarrava” na Constituição levou à burguesia colocar aquelas reformas como uma das principais bandeiras de mobilização já desde o governo Collor de Melo.

Como indicado anteriormente, durante a permanência de Collor de Melo na presidência da República, a burguesia industrial tinha a expectativa de que o projeto de abertura da economia e de reformas liberalizantes no Estado fluísse a partir da própria política governamental. Embora aquele governo tenha iniciado a execução do projeto neoliberal no País (privatização de estatais, reforma administrativa, abertura da economia), os “entraves” que surgiram no caminho conduziram a burguesia industrial à percepção de que, para além da garantia de políticas governamentais ou compromissos de propostas políticas, era necessária uma reforma na Constituição, capaz de eliminar “amarras institucionais” que se colocavam no processo de execução das reformas neoliberais defendidas e esperadas.

Nesse sentido, ainda na primeira metade da década de 1990 as “reformas estruturais” (através da Revisão Constitucional) foram colocadas pelas lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul como estratégicas na condução do projeto de reestruturação do capitalismo no País.

Não se pode ignorar também que as “reformas estruturais” representaram uma oportunidade (esperada pela burguesia industrial, desde 1988) de reversão nos avanços sociais e trabalhistas alcançados pelos movimentos populares e de trabalhadores na Constituição de

⁵⁷⁸ Industrial Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS (1993 - 1999). *Jornal do Comércio*, 19 de julho de 1993.

1988. Nesse sentido, inclusive, as motivações para a mobilização política da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em favor das “reformas estruturais” tiveram uma natureza diferente daquelas das quais resultaram, em 1987, o Movimento pela Liberdade Empresarial. Se aquele movimento foi motivado especialmente tendo em vista a posição contrária às mudanças de ampliação dos direitos sociais e trabalhistas, propostas pelos movimentos populares e de trabalhadores, a partir da década de 1990 a burguesia industrial partiu para a ofensiva, propondo profundas mudanças na economia e no Estado brasileiro que, como indicado, tinham como horizonte a reversão de garantias sociais e trabalhistas. Não somente a reversão, mas, também, uma ofensiva em relação a determinadas garantias que até então não se cogitava a alteração, como, por exemplo, a alteração nas regras de aposentadoria, a redução nas contribuições sociais, a flexibilização nas formas de contratação e de uso da força-de-trabalho no País.

A agenda de “reformas estruturais” defendida pela burguesia industrial no Rio Grande do Sul se definiu ainda na primeira metade da década de 1990. Como foi indicado anteriormente, quando da análise de seus posicionamentos políticos em relação ao governo Collor, em 1992 a burguesia industrial pressionou e apoiou aquele governo em sua tentativa de “emendar” a Constituição. Não é demais lembrar que a proposta de “Emendão” de Collor contemplava reformas nas áreas previdenciária (propondo o fim das aposentadorias por tempo de serviço), administrativa (propondo o fim da estabilidade no emprego para o funcionalismo público, o descomprometimento do Estado nacional nas áreas sociais e a transferência de obrigações para estados e municípios), no Estado (propondo o fim dos monopólios e concessões de serviços públicos para a iniciativa privada), na ordem econômica (propondo garantias mais favoráveis para o capital externo no País).

Essa “agenda de reformas estruturais” seria reafirmada no contexto de realização da Revisão Constitucional (1993 - 1994), especialmente no segundo semestre de 1993, numa mobilização conjunta realizada por toda a burguesia industrial no Brasil, sob a liderança da Conferência Nacional da Indústria. Daquela mobilização resultou um documento, denominado “Carta ao Poder”, que sintetizava um conjunto de reformas prioritárias que, naquele momento, a burguesia entendia como fundamental para a garantia da estabilidade econômica e para a continuidade do processo de reestruturação neoliberal do capitalismo no País.

A “Carta ao Poder” foi apresentada no início do ano de 1994, envolvendo não somente a burguesia industrial, pois foi assinada, além

do presidente da CNI, pelos presidentes da CNA (Confederação Nacional da Agricultura), da CNC (Confederação Nacional do Comércio), da CNIF (Confederação Nacional das Instituições Financeiras), da CNT (Confederação Nacional dos Transportes) e da CACB (Confederação das Associações Comerciais do Brasil), numa demonstração de mobilização e de articulação classista de toda a burguesia no País. A referida “Carta ao Poder”, representando, portanto, “TODAS AS ENTIDADES DAS CLASSES PRODUTORAS DO BRASIL” (conforme indicavam as lideranças das entidades que a assinaram), enfatizava a necessidade de urgência na Revisão Constitucional, na medida em que somente através dela o País poderia assegurar o “processo de estabilização da economia nacional e de manutenção continuada das condições para plena retomada do crescimento”, cobrando-se do Governo empenho “nas alterações que o País reclama”, e indicava alguns pontos fundamentais a serem tocados pela Revisão Constitucional:

- a) **Reforma Estrutural do Estado**, redistribuindo adequadamente os encargos entre a União, os Estados e Municípios;
- b) **Reforma Fiscal e Tributária**, simplificando o sistema e ampliando o universo de contribuintes; quando todos pagam, todos pagam menos impostos;
- c) **Reforma do Sistema Previdenciário**, visando conferir dignidade aos aposentados e extinguir privilégios, estimulando-se a poupança individual para a garantia dos benefícios;
- d) **Reforma da Ordem Econômica**, eliminando as restrições ao capital estrangeiro, rompendo os monopólios e reservas de mercado, para que o País não fique à margem do processo mundial de modernização;
- e) **Aperfeiçoamento do Sistema Judiciário**, pela sua simplificação e agilização;
- f) **Reforma do Sistema Político**, introduzindo-se o voto distrital e a fidelidade partidária.” (grifos do original)⁵⁷⁹

⁵⁷⁹ *Carta ao Poder*. Assinada pelos presidentes da Confederação Nacional da Indústria, Albano Franco; Confederação Nacional da Agricultura, Antonio E. De Verna de Salvo; Confederação Nacional do Comércio, Antonio Oliveira Santos; Confederação Nacional das Instituições

A partir de 1995, com o fim do período previsto para a “revisão” da Constituição de 1988 e com a redefinição das estratégias de encaminhamento das “reformas estruturais”, a agenda de reformas da burguesia industrial no Rio Grande do Sul não sofreu alterações em relação àquilo que já se apresentava na primeira metade daquela década. Contudo, algumas reformas ganharam maior importância nas manifestações políticas de suas lideranças, em especial a reforma tributária e a reforma da previdência.

Se mais uma vez estamos tendo de engolir o remédio amargo dos juros estratosféricos e de mais um “pacote fiscal” (...) que ao menos tenhamos certeza do diagnóstico e que o tratamento se complete com uma cirurgia eficaz. O novo sacrifício (...) terá justificação se, de uma vez por todas, nossos governantes assumirem efetivamente o compromisso de ir a raiz central da fragilidade da nossa moeda, atacando, com ímpeto definitivo, as reformas estruturais há tempo reclamadas.

Convenceram-se todos que: sem equilíbrio fiscal não haverá economia ou moeda estável; reformas administrativas e da previdência devem significar o fim para déficits públicos, o endividamento governamental e os juros escorchantes, devem levar à reestruturação da poupança pública e privada e das aposentadorias decentes.⁵⁸⁰

Como foi indicado anteriormente, as reformas constitucionais defendidas pela burguesia industrial não avançaram muito até o término do período previsto para a Revisão da Constituição de 1988. A partir de 1995, o governo Fernando Henrique encaminhou um conjunto de emendas constitucionais com o objetivo de realizar as referidas reformas. As reformas realizadas durante o governo Fernando Henrique Cardoso obtiveram, evidentemente, o apoio da burguesia industrial, ainda que nem sempre tenham atendido às expectativas dessa quanto ao seu alcance e profundidade.

Financieiras, Léo Wallace Cochrante JR.; Confederação Nacional dos Transportes, Clésio Andrade; Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Guilherme Afif Domingos.

⁵⁸⁰ Industrial Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS (1993 - 1999). *Jornal do Comércio* de 1º de dezembro de 1997.

A “reforma estrutural do Estado”, por exemplo, estava presente nos posicionamentos da burguesia industrial no Rio Grande do Sul desde a eleição de Fernando Collor para Presidente da República, aparecendo, também, no apoio às medidas *modernizantes* realizadas por Collor enquanto esteve no governo. Ou seja, era consenso entre a burguesia industrial que o Estado brasileiro tinha proporções indesejáveis, assumindo atividades que não “condizem com sua natureza” e funções que terminavam por prejudicar o dinamismo da iniciativa privada. Defendia-se, então, sua reforma, no sentido de seu enxugamento e da destituição de funções reguladoras até então a ele atribuídas.

Este afastamento é indispensável para que o Brasil possa romper o ‘status’ de subdesenvolvimento, com graves crises sociais. O Governo tem que ter o tamanho e as funções adequadas. Funções essas que não são pequenas, já que são dirigidas ao campo do equilíbrio social. A união não deve exercer funções de planejamento central, de procuração econômica e de intervencionismos.⁵⁸¹

Os posicionamentos políticos da burguesia industrial no Rio Grande do Sul eram favoráveis, nesse sentido, às privatizações de empresas estatais, ao fim dos monopólios estatais, à concessão de serviços públicos para a iniciativa privada, à redefinição das funções da União, com transferência de obrigações para estados e municípios, a racionalização gerencial dos serviços públicos (com adoção de princípios gerenciais utilizados pelas empresas privadas), à diminuição do quadro de funcionários públicos (e, portanto, como indicado, ao fim da estabilidade no emprego nos serviços públicos), à desburocratização e desregulamentação estatais.

É importante notar que, enquanto Collor de Melo esteve no governo houve avanços significativos no processo de privatizações. No entanto, com a saída de Collor da presidência, o processo de privatizações sofreu um esvaziamento e sua continuidade passou a apresentar sinais de morosidade. A partir de 1993, nesse sentido, com a Revisão Constitucional, as lideranças da burguesia industrial viram a possibilidade de acelerar aquele processo, tornando mais ágeis os mecanismos de privatização.

⁵⁸¹ Industrial Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS (1993 - 1999). *Jornal do Comércio*, 19 de julho de 1993.

Dáí a importância, dada, inclusive, ainda na primeira metade da década de 1990, à eliminação de princípios constitucionais que impediam, por exemplo, a privatização de setores considerados pela burguesia industrial como estratégicos no processo de privatização das empresas públicas brasileiras, tais como os setores de petróleo, telecomunicações e energético. Estes setores eram constitucionalmente considerados estratégicos e suas explorações de exclusividade do Estado. De igual forma, a questão das concessões de serviços públicos esbarrava na falta de leis constitucionais que contemplassem essas atividades.

Essas questões acabaram sendo encaminhadas já quando Fernando Henrique Cardoso estava no governo. Assim, em 1995, através de emendas à Constituição e a promulgação de outras leis (Lei 8987/95 e Lei 9074/95, ambas referentes à Concessão de Serviços Públicos) “foram eliminadas ou reduzidas as limitações à participação do capital estrangeiro em vários setores, como mineração, petróleo, telecomunicações (limite de 49%, salvo para telefonia fixa) e transportes”.⁵⁸² Destaque-se, igualmente, que ainda em 1995 o governo Fernando Henrique Cardoso conseguiu alterar o artigo 171 da Constituição, que estabelecia uma distinção entre as empresas brasileiras e brasileiras de capital nacional, com discriminações em favor da última; com a emenda constitucional as empresas passaram a ser apenas “brasileiras, constituídas sob as leis brasileiras”.⁵⁸³

Ainda em relação à “reforma estrutural do Estado” é importante destacar que a burguesia industrial no Rio Grande do Sul apoio ainda durante o governo Collor suas “reformas administrativas”, com fechamento de entidades públicas, privatização das estatais, afastamento de funcionários públicos (enquanto esteve no governo, Collor afastou 160 mil funcionários públicos e colocou à disposição mais 53 mil),⁵⁸⁴ cancelamento de concursos públicos. A partir do governo de Fernando Henrique, a reforma administrativa foi aprofundada, através de medidas provisórias, criação de novas leis e emendas à Constituição.

Em função das reformas propostas, inclusive, alguns direitos trabalhistas dos funcionários públicos foram retirados, como, por exemplo, através da quebra da isonomia salarial, o aumento de 2 para 3 anos o período para o funcionário concursado alcançar a estabilidade, a possibilidade de demissão do funcionário estável através de avaliação

⁵⁸² Wilson CANO, *Soberania e política econômica na América Latina*, p. 248.

⁵⁸³ IDEM, *Ibid.*, p. 249.

⁵⁸⁴ IDEM, *Ibid.*, p. 250.

periódica de seu desempenho, a possibilidade de colocar o funcionário público em disponibilidade em caso de extinção do cargo.⁵⁸⁵

Destaque, igualmente (como será, inclusive, analisado no capítulo 6 desta tese), que a burguesia industrial apoiou um conjunto de reformas administrativas realizadas, em âmbito subnacional, durante o período em que Antônio Britto foi governador no Rio Grande do Sul (1995 - 1998), como por exemplo, o Plano de Demissão Voluntária (programa de demissão de funcionários públicos), a concessão de serviços públicos para a iniciativa privada (concessão de rodovias para a implantação de pedágios), a privatização de empresas estatais.

No que diz respeito à “reforma tributária”, era consenso entre a burguesia industrial no Rio Grande do Sul que a carga tributária brasileira era pesada demais e que se tornava ilegítima frente à ineficiência estatal, bem como impedia que a iniciativa privada se desenvolvesse com maior liberdade.

Hoje o setor econômico é sacrificado com quase 60 impostos. Existem projetos já discutidos em âmbito ministerial que reduzem este número para sete a nove impostos.

Com uma política tributária desorganizada, feita com leis emergenciais para resolver o problema de caixa do Governo Federal (...) as empresas acabam direcionando 38% da ocupação dos seus setores administrativos para estas mudanças constantes e, muitas vezes, inconstitucionais.⁵⁸⁶

Em diferentes momentos da década de 1990, diferentes lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul posicionaram-se favoráveis à proposta de reforma tributária apresentada pelo industrial e deputado federal pelo PMDB (RS) Luis Roberto Ponte (também diretor do sistema FIERGS/CIERGS durante a década de 1990). A proposta defendida por aquele industrial previa uma redução tributária para apenas cinco impostos: um imposto sobre transações financeiras, dois impostos de política econômica (um imposto de comércio exterior, sobre importações e exportações e um imposto sobre a propriedade rural e urbana), uma contribuição social sobre a folha de pagamento que

⁵⁸⁵ Wilson CANO, *Soberania e política econômica na América Latina*, p. 251.

⁵⁸⁶ Industrial Zildo de Marchi, diretor da FIERGS. *Jornal do Comércio* de 19 de julho de 1993.

formaria o fundo de aposentadoria e um imposto seletivo (sobre energia, combustíveis, comunicações, cigarros, bebidas e veículos).⁵⁸⁷

Cabe notar que a proposta de Luis Roberto Ponte foi uma das primeiras propostas de reforma tributária discutidas no âmbito das reformas constitucionais. Defendida por seu autor numa “cruzada” que fez durante os anos 1990 em todo o território nacional, a proposta obteve grande aceitação nos meios empresariais, “em virtude de ser uma proposta de reforma tributária baseada em impostos não declaratórios”.⁵⁸⁸ A referida proposta defendia a redução de impostos, sendo baseada, fundamentalmente, em impostos seletivos, considerados pelo seu próprio autor e por lideranças industriais no Rio Grande do Sul não-sonegáveis e que poderiam ser desonerados da cadeia produtiva.

Note-se, porém, que a proposta de Luis Roberto Ponte não era a única vinculada aos setores industriais que tramitava no Congresso Nacional durante a segunda metade da década de 1990. Em maio de 1995, por exemplo, a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), o PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais), a própria CNI (Confederação Nacional da Indústria), o IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), juntamente com as três maiores centrais sindicais de trabalhadores no País (CUT - Central Única dos Trabalhadores; Confederação Nacional dos Trabalhadores e Força Sindical), apresentaram uma proposta de reforma tributária contemplando a “desconstitucionalização dos impostos”, privilegiando os impostos diretos com progressividade e sugerindo um imposto único sobre consumo.⁵⁸⁹

De qualquer forma, ainda que as propostas defendidas pela burguesia industrial apresentassem algumas diferenças, no essencial havia consenso no que diz respeito à diminuição da carga tributária, entendida que era como um entrave para o alcance da competitividade requerida à indústria no País num momento em que a economia mundial estava cada vez mais aberta e competitiva.

A reforma tributária não avançou durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. As dificuldades encontradas para que tal reforma andasse com a velocidade desejada, colocadas, inclusive, pelo próprio executivo nacional, mas, também, pelos governos estaduais e municipais (em virtude das perdas em termos de arrecadação que a

⁵⁸⁷ *Gazeta Mercantil* de 07 de outubro de 1993.

⁵⁸⁸ Marcus André MELO, *Reformas constitucionais no Brasil: instituições políticas e processo decisório*, p. 88.

⁵⁸⁹ IDEM, *Ibid.*, p. 89.

maioria das propostas discutidas naquela década implicava), foram objetos de críticas e de mobilizações da burguesia industrial em todo o País, como, aliás, já referido nesta tese.

No que diz respeito à ordem social, embora na primeira metade da década de 1990 diferentes vozes da burguesia industrial afirmassem que a revisão não deveria mexer nos direitos sociais, defendia-se, na verdade, que as reformas mexessem nas questões relacionadas à chamada carga tributária social e à da previdência social, repetidamente vinculadas ao “custo Brasil”.

Para a burguesia industrial, portanto, as reformas estruturais deveriam contemplar essas questões, com a redução do número dos encargos sociais. Importante ressaltar que, tanto a questão tributária quanto a questão dos encargos sociais estavam no núcleo da proposta de reforma neoliberal do Estado. Para o discurso neoliberal, o excesso de intervencionismo se colocava principalmente através da inibição causada à iniciativa privada pelo “grande” número de impostos tributários e sociais que sobre ela recaiam.

A questão do trabalho, no caso da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, se colocava com maior intensidade, tendo em vista a presença marcante na estrutura industrial gaúcha de pequenas e médias empresas e de setores industriais que utilizam mão-de-obra intensiva. A redução de custos com o trabalho colocava-se, então, como forma de aumentar a competitividade, não somente desses setores, mas, também, de toda a indústria, numa perspectiva de criação de condições mais favoráveis para que o capital adquirisse competitividade num contexto de reestruturação do capitalismo em nível mundial.

Observe-se que a reforma trabalhista não avançou como diferentes setores da burguesia industrial gostariam que tivesse avançado. Ainda que durante o governo Fernando Henrique Cardoso uma série de modificações foram realizadas na legislação trabalhista, todas numa direção que atendia as expectativas da burguesia no País. Ou seja, em direção de uma maior flexibilização das relações trabalhistas, objetivando a redução do custo do trabalho, a diminuição da abrangência da legislação, do poder sindical e do direito de greve.

Como afirma Wilson Cano (2000), tais modificações foram instituídas “a conta-gotas”, através de Medidas Provisórias, “certamente para diluir as resistências do Congresso e da classe trabalhadora”.⁵⁹⁰ As principais mudanças instituídas foram: abriu-se a possibilidade de uma remuneração variável, através da participação nos lucros e nos

⁵⁹⁰ Wilson CANO, *Soberania e política econômica na América Latina*, p. 259.

resultados das empresas; revogou-se uma ratificação feita anteriormente (em janeiro de 1995) da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), “eliminando fatores” que inibiam a demissão sem justa causa; eliminou-se a indexação salarial, forçando a negociação dos salários; limitou-se a fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista, permitindo, por exemplo, novos acordos com redução de direitos obtidos em acordos anteriores; ampliou-se a possibilidade de uso do contrato temporário; autorizou-se a jornada de trabalho de 25 horas semanais; criou-se o Banco de Horas, permitindo, por acordo, que uma jornada de trabalho maior de 44 horas semanais (compensando-se o excesso e praticamente eliminando o pagamento de horas extras); permitiu-se instituir as Cooperativas de Prestação de Serviços ou Profissionais, criando-se a possibilidade de tercerizar o trabalho através de cooperativas de trabalhadores, sem o compromisso para a empresa quanto a encargos sociais e trabalhistas.⁵⁹¹

Em relação à reforma previdenciária, ainda em 1993 o então Ministro da Previdência Social do governo Itamar Franco, Antônio Britto, realizou uma palestra sobre o tema na FIERGS, ocasião em que suas lideranças apresentaram uma proposta de reformulação da Previdência que foi defendida pela entidade nos trabalhos de Revisão Constitucional. A proposta da FIERGS continha os seguintes itens: a) a separação da previdência social das demais atividades assistenciais; b) a criação de um sistema de previdência complementar privado; c) a adoção de um sistema único de aposentadoria; d) a execução de um princípio misto de aposentadoria baseado no tempo de contribuição e na idade; e) a substituição da forma de financiamento vigente por outra que não onerasse a folha de pagamento.⁵⁹²

Estas propostas apareciam detalhadas em alguns pronunciamentos das lideranças políticas da burguesia industrial ao longo da década de 1990. Especialmente quanto à questão das aposentadorias, a burguesia industrial se posicionava favorável à mudança do modelo então vigente e propunha novos modelos que contemplavam o aumento de tempo de serviço dos trabalhadores. Entre estes modelos, na primeira metade da década de 1990 algumas manifestações apresentavam-se favoráveis a uma proposta que previa que a soma do tempo de serviço com a idade do trabalhador resultasse em 95 anos, sistema então vigente no México e que foi, inclusive,

⁵⁹¹ IDEM, *Ibid.*, p. 259-262.

⁵⁹² *Jornal do Comércio*, 22 de novembro de 1993.

defendido por Antônio Brito quando esteve no Ministério da Previdência Social.

Embora tenha enviado para o Congresso Nacional ainda em 1995 uma proposta de reforma previdenciária, somente em 1998 o governo Fernando Henrique Cardoso conseguiu aprovar uma emenda constitucional (Emenda Constitucional nº 20) prevendo mudanças na Previdência Social. A proposta enviada objetivava cortar despesas, sem compromisso com expansão da rede de proteção social, tal como esperava a burguesia industrial no País e, inclusive, como se colocavam as expectativas das lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul. A proposta aprovada, com a Emenda Constitucional de 1998, contemplou mudanças naquela direção, estabelecendo maior rigor para o alcance da aposentadoria, com a definição de um tempo mínimo de contribuição (e não mais de serviço), um limite máximo para benefícios de legislação social, regulamentando um regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência.⁵⁹³

De modo que, ao final do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, nem todas as “reformas estruturais” defendidas tinham sido realizadas no alcance desejado pela burguesia industrial no Rio Grande do Sul, como, por exemplo, a reforma tributária, em torno da qual suas lideranças promoveram repetidas mobilizações tanto junto ao executivo federal quanto no Congresso Nacional. No entanto, as reformas neoliberais realizadas estavam em sintonia com as expectativas e com os princípios políticos e ideológicos presentes nos posicionamentos políticos da burguesia industrial. É nesse sentido que, já no início do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, o então presidente da FIERGS avaliava o processo político das reformas defendidas pela entidade naquele período.

As reformas ainda não estão concluídas, mas houve avanços que precisam ser valorizados. É difícil encontrar um País que, não pertencendo ao círculo privilegiado do chamado Terceiro Mundo, tendo tido uma evolução muito mais lenta e sem dispor dos benefícios das fases sombrias do imperialismo que enriqueceram outros países, consegue fazer esta transição num regime democrático. A democracia implica um processo que tem outra escala de tempo. Houve avanços a começar

⁵⁹³ Marcus André MELO, *Reformas constitucionais no Brasil: instituições políticas e processo decisório*, p. 149-152.

pela reforma da ordem econômica, mas depois o ímpeto diminuiu. A FIERGS, porém, nunca desistiu. Estivemos presentes desde a Constituinte, em 1988, e durante estes seis anos permanecemos firmes na luta pelas reformas (...). Hoje estamos pela primeira vez diante de um clima extremamente favorável para a implementação de uma das mais fundamentais reformas estruturais, que é a reforma tributária. Temos inclusive a honra de contar com a colaboração do companheiro Luis Roberto Ponte, nosso vice-presidente, fonte de lucidez e criatividade nesta questão.⁵⁹⁴

⁵⁹⁴ Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS (1993 - 1999). Entrevista concedida ao jornalista Sérgio Bueno em 27 de maio de 1999. In: FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul: a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS - ações e idéias I*, p. 71-2.

6. Neoliberalismo e desenvolvimento subnacional: a inserção econômica do Rio Grande do Sul no processo de reestruturação do capitalismo na perspectiva da burguesia industrial

Durante a década de 1990, num contexto de reestruturação neoliberal do capitalismo, os principais governos estaduais no Brasil participaram ativamente na definição de estratégias de desenvolvimento e de inserção de seus respectivos territórios na disputa pelos fluxos de investimentos realizados no País.

Como já foi referido nesta tese, no caso específico do Rio Grande do Sul a definição de estratégias subnacionais de desenvolvimento ocorreu, principalmente a partir de 1994, num quadro de conflitos sociais e políticos. A partir daquele ano, o novo governador do estado, Antônio Britto (PMDB), além de ter executado importantes políticas neoliberais, se empenhou no desenvolvimento de uma proposta agressiva de atração de empresas multinacionais para o território sul-riograndense. Em 1998, no entanto, Antônio Britto, ao tentar sua reeleição, não conseguiu continuar à frente do executivo gaúcho. Olívio Dutra (PT), candidato vencedor naquelas eleições, não deu continuidade ao projeto político que vinha sendo executado no estado, propondo-se, inclusive, a rever os contratos já estabelecidos entre o governo gaúcho e grandes empresas privadas.

Desse modo, esta parte da tese ocupa-se com a análise da participação política da burguesia industrial naquele contexto conflituoso que se caracterizou no Rio Grande do Sul. Ao analisar a participação política da FIERGS nas eleições estaduais de 1994 e de 1998 e na negociação estabelecida entre o governo gaúcho e as indústrias automobilísticas visando definir uma política de subsídios para aquelas indústrias, especialmente no final do governo Britto e início do governo Olívio (no período entre 1998 e 1999), procura-se desvendar o projeto político de desenvolvimento econômico que a burguesia industrial defendeu para o Rio Grande do Sul num momento em que, em nível nacional, a reorientação neoliberal do capitalismo brasileiro, ao mesmo tempo em que garantiu maior estabilidade

econômica, promoveu uma ampla abertura na economia do País, comprometeu a capacidade estruturante do Estado nacional e apostou nas virtudes do mercado e das regiões para estimular o desenvolvimento econômico.

6.1. A participação política da burguesia industrial nas eleições para o executivo estadual no Rio Grande do Sul (1994 e 1998).

As eleições que escolheram o governador para o período entre 1999 e 2002 constituíram um fato político de grande importância para o Rio Grande do Sul. Afinal, enquanto esteve à frente do executivo gaúcho, Antônio Britto (1995 - 1998) executou, com amplo apoio na Assembléia Legislativa, reformas importantes e impactantes no Estado, como, por exemplo, a privatização de estatais,⁵⁹⁵ a concessão de serviços públicos à iniciativa privada, um programa de incentivo à demissão de funcionários públicos; além disso, durante seu governo, duas grandes empresas multinacionais (Ford e General Motors) receberam subsídios estaduais para a instalação de fábricas no território sul-rio-grandense.

Em 1998, contando com uma lei aprovada pelo Congresso Nacional, que garantiu ao Presidente da República e aos Governadores o direito de concorrerem à reeleição, Antônio Britto se candidatou visando dar continuidade ao projeto político que vinha executando no Rio Grande do Sul.

A possibilidade de reeleição do governador Antônio Britto se constituiu num elemento mobilizador da ação política da burguesia industrial no Rio Grande do Sul.

É inegável que o Rio Grande do Sul avançou muito nos últimos quatro anos. Por convencimento, por coincidência, ou pela percepção da necessidade inescapável de acompanhar as tendências mundiais, as mudanças ocorridas foram todas no rumo apontado pelo documento de 1994. Qual tenha sido a causa, ou por todas elas, o governador Antônio Britto teve a vontade e a coragem política de realizar as mudanças, quebrando velhos paradigmas e, sem sombra de dúvida, merecendo os maiores créditos pelos resultados que estão aí, a olhos

⁵⁹⁵ Durante o governo Britto foram privatizadas a CRT - Companhia Riograndense de Telecomunicações e parte da CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica.

vistos, para o benefício de toda a sociedade rio-grandense.

... em outubro haverá a oportunidade de eleger o projeto estratégico que se desenha para o Rio Grande do Sul: a continuidade na gestão pública, levando o Estado aos níveis de excelência, segundo os padrões mundiais. É assim que vamos continuar vencedores na corrida do desenvolvimento.⁵⁹⁶

Ainda em 1994, a FIERGS elaborou um “programa de governo” (*Projeto FIERGS/Novo Governo do RGS*) que foi apresentado e debatido com os quatro principais candidatos ao executivo gaúcho: Sereno Chaise (PDT), Celso Bernardi (PPB), Olívio Dutra (PT) e Antônio Britto (PMDB). Naquele documento, a entidade propôs um modelo de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul baseado no pressuposto da “competitividade sistêmica”, a partir do qual sugeria que a competitividade das empresas privadas localizadas no território sul-rio-grandense, além de “fatores internos” (como, por exemplo, o espírito empreendedor, a capacidade gerencial e de investimento, a capacidade de inovação tecnológica e organizacional, os níveis de produtividade alcançados etc.), vinculava-se diretamente aos “fatores externos”, consubstanciados nas condições governamentais (incentivo aos investimentos privados, infra-estrutura, aporte tecnológico e organizacional, investimentos em educação profissional etc.) que o espaço subnacional poderia proporcionar.

Coerente com aquela visão, a FIERGS defendeu, junto aos candidatos a Governador, o compromisso político com uma gestão pública pautada por princípios de gestão adotados pelas empresas privadas, com a privatização de empresas estatais e a concessão de serviços públicos para a iniciativa privada, com a transferência de serviços estaduais para os municípios (municipalização), com uma maior parceria com a iniciativa privada, com a simplificação, a flexibilização e a “boa aplicação” dos tributos, com o desenvolvimento de políticas de incentivo e de atração às empresas privadas.⁵⁹⁷

Mais do que cobrar compromisso político com essas “diretrizes de governo”, a FIERGS defendeu naquele documento um conjunto de

⁵⁹⁶ Industrial Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS (1993 - 1999) *Gazeta Mercantil* de 27 de agosto de 1998.

⁵⁹⁷ FIERGS, FIERGS, *Projeto FIERGS/Novo Governo do RGS*; IDEM, *A rearquitectura do Rio Grande do Sul – garantindo o futuro*.

propostas concretas de atuação do governo na esfera subnacional: - a utilização de indicadores comparativos de excelência na administração pública; - a utilização sistemática de indicadores de qualidade para medir os padrões de eficiência do serviço público estadual; - a aplicação de programas de qualidade no serviço público estadual; - ações para compatibilizar competitividade com padrões adequados de qualidade de vida; - a ênfase no ensino técnico e profissionalizante; - o regime de concessão de escolas (“ensino público com administração privada”); - a utilização de indicadores de desempenho na educação pública; - a sistematização de indicadores de qualidade do ensino público; - a concessão de portos e de rodovias estaduais à iniciativa privada; - a redução efetiva do grau de monopólio estatal da CEEE na área de energia; - a desregulamentação do setor de telecomunicações e a privatização da CRT; - a municipalização de programas estaduais; - a realização de parcerias entre o Estado e a iniciativa privada na execução de programas sociais; - a “cooperação” entre a esfera pública e a esfera privada; - o princípio de “competitividade tributária”; - a adequada gerência das despesas de custeio e pessoal; - a destinação de parcelas da receita líquida para a realização de investimentos; - a flexibilidade tributária, com o propósito de estimular a competitividade das empresas ao nível nacional e internacional; - a atração para o Estado de uma montadora de veículos; - a criação de um pólo de inteligência.⁵⁹⁸

Cabe notar que as propostas apresentadas pela FIERGS naquelas eleições foram bem recebidas pelo Governador eleito. Tanto é assim que, a partir de 1995, como já foi registrado nesta tese, dirigentes da FIERGS, representantes do executivo gaúcho (secretários de estado) e parlamentares da base governista estiveram nos principais municípios do Rio Grande do Sul (no movimento de “interiorização da FIERGS”) discutindo estratégias de execução daquelas propostas.

Em 1998, portanto, a avaliação positiva das lideranças da burguesia industrial em relação ao governo de Antonio Britto era decorrente da sintonia alcançada entre aquele governo e as expectativas hegemônicas da burguesia industrial quanto à atuação do Estado em sua esfera subnacional.

O governador seguiu o caminho estratégico sugerido pela FIERGS, que defendia a necessidade de superar as crônicas deficiências financeiras do Estado derivadas do gigantismo da máquina estatal, do desvirtuamento do

⁵⁹⁸ IDEM, *Ibid.*

setor público, do comprometimento total dos recursos e da despoupança pública. Nós pregávamos as privatizações como forma de obter recursos, de eliminar os vazamentos e de dar chance para que a eficiência da gestão privada entrasse nas empresas estatais que estavam exauridas, como a CEEE, a CRT, a Corsan e tantas outras. Pregávamos a abertura de espaço para o setor privado exercer o seu ímpeto realizador através das concessões de serviços públicos, a necessidade imperiosa de trazer mais investimentos ao Estado, de recuperar a capacidade de investimento e de colocar o Rio Grande do Sul na “rede” global de crescimento. O governo Britto seguiu esse caminho. Certamente não só por causa da FIERGS, mas o claro é que havia sintonia. O que não quer dizer que tivemos absoluta tranqüilidade no relacionamento com o governador no período inicial do seu mandato. Nossa entidade sempre manteve a disposição cooperativa, mas com altivez e sem submissão. Houve alguma dificuldade inicial de sintonia, até o momento em que o governador compreendeu o nosso espírito, e daí em diante tivemos oportunidades de grande cooperação, como o foi o caso dos leilões de privatização da CRT e da CEEE, que por sinal foram realizados na sede da entidade.⁵⁹⁹

Sintonia, aliás, que ficou consolidada num novo documento que a FIERGS elaborou em preparação para as eleições estaduais de 1998, num amplo processo de discussão com entidades representativas da burguesia gaúcha (tanto no interior quanto na região metropolitana de Porto Alegre), denominado *A rearquitectura do Rio Grande do Sul – garantindo o futuro*. Já em sua apresentação, assinada pelo presidente da entidade, industrial Dagoberto Lima Godoy, o documento elogiava a direção política adotada pelo governador Antonio Britto:

É inegável que o Rio Grande do Sul avançou muito nos últimos quatro anos. Se formos buscar um exemplo, o mais visível está na inserção do Estado no circuito dos grandes investidores internacionais, através da atração de empreendimentos de porte que decidiram sua localização no território gaúcho.

⁵⁹⁹ Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS (1993 - 1999). Entrevista concedida ao jornalista Sérgio Bueno em 27 de maio de 1999. In: FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul: a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS (1993 - 1996 - 1999) - ações e idéias I*, p. 72-3.

Mas, isto não teria acontecido no território gaúcho caso não ocorressem mudanças internas na administração pública. Estas transformações, bem menos visíveis, foram essenciais para a sintonia das decisões de governo, em plena harmonia com a missão dos modernos políticos de todo o mundo, que é a de atuar visando proporcionar uma base sólida sobre a qual a iniciativa privada alicerça o desenvolvimento.⁶⁰⁰

De forma detalhada, o documento de 1998 avaliou os “resultados alcançados” pelo governo Britto, tomando como parâmetro o conjunto de propostas apresentadas pela FIERGS aos candidatos ao governo do estado em 1994: - utilização de indicadores de excelência; - qualidade dos serviços públicos; - meio ambiente; - educação; - infra-estrutura; - programas sociais; - relações empresariado e governo; - tributação; - tecnologia e qualidade de vida.

No que diz respeito aos *indicadores de excelência*, o documento destacou a utilização, durante o governo Britto, de indicadores de “benchmarkings” (imitação de iniciativas bem sucedidas de empreendimento):

Houve no atual governo um grande avanço na utilização dos referidos “benchmarkings” como ferramentas de gestão pública. Tais instrumentos foram utilizados especialmente nos contratos de gestão celebrados entre o Governo Estadual e as empresas e órgãos da administração indireta (autarquias, fundações e empresas públicas) e em especial aqueles voltados para a provisão de serviços públicos.⁶⁰¹

Na *qualidade dos serviços públicos*, destacou os esforços do governo Britto em qualificar os órgãos públicos, através da utilização de indicadores de qualidade e de programas de qualidade.⁶⁰²

Na política de *meio ambiente*, ressaltou a importância de três programas existentes no Rio Grande do Sul durante a gestão de Antônio Britto: o Pró-Guaíba, considerado “o maior programa de recuperação

⁶⁰⁰ FIERGS, *A reestruturação do Rio Grande do Sul – garantindo o futuro*, p. 5.

⁶⁰¹ IDEM, *Ibid.*, p. 15.

⁶⁰² IDEM, *Ibid.*, p. 13.

ambiental já implantado no Estado” e, segundo o documento, aprovado pelo BID durante o governo Britto devido à credibilidade daquele governo junto àquela instituição financeira internacional; o Pró-Rural, definido como “o maior programa de apoio ao pequeno produtor rural do Estado” e a FEPAM (Fundação Estadual do Meio Ambiente), que, segundo o documento, no governo Britto destacou-se pela gestão “extremamente construtiva, buscando agilizar o licenciamento ambiental de projetos de investimento de alta relevância para o Estado”, citando-se como exemplos os licenciamentos da General Motors em Gravataí e da Ford em Guaíba.⁶⁰³

Na *educação*, destacou as seguintes ações: - a criação da superintendência do Ensino Profissionalizante (SUERPRO); - a pretensão de parcerias, através da SUERPRO, com instituições privadas de formação profissional (SENAI, SENAC e SENAR); - o crescimento, entre 1995 e 1997, de 3,6% no número de regentes de classe nos ensinos fundamental e médio; - a diminuição da taxa de evasão escolar; - o aumento das matrículas na rede estadual de ensino; - a diminuição nos índices de repetência de 17,5% em 1995 para 16,5% em 1997; - a diminuição da taxa de analfabetismo na população com idades com 7 anos ou mais de 8,2% em 1992 para 6,7% em 1996; - o aumento do salário médio dos professores.⁶⁰⁴

Na *infra-estrutura*, o grande destaque foi dado às privatizações e às concessões de serviços públicos à iniciativa privada:

Portos: com a passagem, no atual governo, dos terminais para a iniciativa privada, o Porto do Rio Grande tornou-se o segundo maior porto brasileiro na operação de ‘containers’ e é, segundo a CNI, o porto mais eficiente do País ...

Rodovias: está em curso o projeto pioneiro no País de estadualização das estradas federais e de concessões ao setor privado

Energia elétrica: redução efetiva do grau de monopólio estadual da CEEE na área de energia, destacando-se o potencial de aumento na distribuição de energia no Estado a partir da privatização do setor elétrico.⁶⁰⁵

⁶⁰³ FIERGS, *A arquitetura do Rio Grande do Sul* – garantindo o futuro, p. 14.

⁶⁰⁴ IDEM, *Ibid.*, p. 14-5.

⁶⁰⁵ IDEM, *Ibid.*, p. 15.

Nos *programas sociais*, o documento ressaltou o processo de municipalização dos serviços de saúde, as parcerias entre a iniciativa privada e o Estado na execução de programas sociais (Projeto Mãos Dadas, Projeto Piá 2000), o esforço do governo Britto em atrair recursos federais destinados aos programas sociais. Na área da segurança pública, destacou a reformulação da Brigada Militar e da Polícia Civil (que possibilitou um trabalho mais integrado), a diminuição do efetivo na Brigada Militar com a também diminuição do efetivo em serviços de apoio, o crescimento no aumento do efetivo na polícia civil e a criação do novo DETRAN (com a parceria estabelecida com a iniciativa privada – 300 empresas credenciadas no estado). Na saúde pública, destacou o programa de Agentes Comunitários de Saúde, sete novos hemocentros, a reativação do Laboratório de Produção de Medicamentos. Na habitação, registrou os programas Pró-Moradia, Pró-Cred Associativo e Habitat Brasil – recursos federais.⁶⁰⁶

Nas *relações entre “empresariado” e o governo*, o documento destacou: o FUNDOPEM/RS, a Agência Estadual de Serviços Concedidos (AGERGS), o setor automotivo, o Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade, a Agência Pólo RS, as Câmaras Setoriais e o Programa RS-Emprego. A referência aos conteúdos das avaliações em relação aos programas FUNDOPEM/RS, AGERGS e do setor automotivo são expressivos da avaliação positiva da burguesia industrial em relação ao governo Britto:

FUNDOPEM/RS: uma medida importante da cooperação entre o setor público e o setor privado gaúcho consiste no número de projetos aprovados neste programa. É importante destacar que no atual Governo, foram aprovados projetos cujos investimentos fixos (R\$ 5,0 bilhões) e o incremento de ICMS (R\$ 3,4 bilhões) representam, respectivamente, 65,4% e 55,2% da carteira de projetos desde que foi estabelecido o programa em 1988.

É importante também referir que do total de empregos gerados desde a criação do FUNDOPEM/RS em 1988, 71,1% (26 mil novos postos de trabalho) foram gerados na atual administração estadual ...

Agência Estadual de Serviços Concedidos (Agergs): a criação deste novo órgão, em cujo conselho há a participação de representantes do setor privado e da

⁶⁰⁶ FIERGS, *A reestruturação do Rio Grande do Sul – garantindo o futuro*, p. 16-7.

sociedade civil, reflete uma nova realidade na qual o Governo passa a assumir uma função regulatória em substituição ao papel de produtor direto no âmbito dos serviços públicos, à semelhança do que ocorre nos países desenvolvidos.

Sector automotivo: a criação do grupo executivo para o desenvolvimento da indústria automotiva gaúcha, envolvendo representantes do Governo Estadual e do setor privado, é uma iniciativa importante para promover a inserção das empresas gaúchas neste setor que deverá ser um dos núcleos dinâmicos do desenvolvimento do Estado.⁶⁰⁷

Na *política tributária*, o documento ressaltou: “a eficácia na aplicação dos recursos”, o destino dos investimentos públicos (na GM, na Ford e na pavimentação de estradas), a aplicação do disposto no artigo 58 da Lei 8.820, segundo a qual o governo estadual pode adotar medidas de proteção da economia gaúcha em relação às economias de outros estados, a manutenção dos artigos da cesta básica com menor tributação. Por outro lado e, no entanto, nesse particular o documento registrou uma crítica quanto à incapacidade do governo Britto em diminuir os gastos com pessoal:

... apesar da inflexibilidade trazida pela queda da inflação para a redução dos gastos com pessoal, é importante destacar que tais despesas se situaram no atual Governo em um nível muito elevado. Isto tendeu a comprometer a realização de investimentos essenciais ao desenvolvimento ...⁶⁰⁸

Por fim, no que diz respeito à *tecnologia*, o documento enfatizou as seguintes ações do governo Britto: a atração de montadoras de veículos no estado e o lançamento do Programa Estadual de Alta Tecnologia. Destaca-se, aqui, o teor da referência às montadoras:

Montadoras de veículos: revertendo uma frustração de décadas desde que a FIAT se instalou em Minas Gerais, a atual administração estadual obteve êxito na atração de três montadoras para o Estado:

⁶⁰⁷ IDEM, *Ibid.*, p. 18.

⁶⁰⁸ FIERGS, *A rearguiterura do Rio Grande do Sul* – garantindo o futuro, p. 19.

General Motors, Ford e a Navistar International.

A vinda da GM e Ford (as duas maiores montadoras de veículos do Mundo) implicará não apenas a criação, segundo nossas estimativas, de cerca de 300 mil empregos diretos e indiretos no Estado, como colocará o Rio Grande do Sul como um dos principais centros produtores de veículos no Mercosul e na América Latina. É importante destacar que a atração das montadoras de veículos e dos fornecedores de primeiro nível contribuirá de forma importante para promover a modernização das empresas gaúchas do setor automotivo em termos de padrões de gestão e tecnologia.⁶⁰⁹

Visualizado, portanto, como um governo afinado com os seus interesses de classe, as lideranças da burguesia industrial procuraram garantir a continuidade daquele governo, ou seja, a reeleição de Antônio Britto. Colocava-se, nessa decisão, uma questão importante no posicionamento da FIERGS em relação às eleições de 1998: a entidade se posicionou em favor de um candidato ainda no primeiro turno das eleições. A partir desse posicionamento, a entidade organizou um amplo debate, em várias cidades do interior e na região metropolitana de Porto Alegre, envolvendo industriais, comerciantes, profissionais liberais, de onde surgiu o novo documento, já referido, *A rearquitetura do Rio Grande do Sul – garantindo o futuro*.

Aquele documento deveria ter sido apresentado e debatido com os principais candidatos ao executivo estadual em 1998, tal como ocorreu em 1994. A FIERGS, inclusive, preparou o evento, convidando jornalistas que, no dia do debate (marcado para o dia 8 de setembro de 1998), indagariam os candidatos a partir das propostas elaboradas pela entidade. No entanto, alegando “compromissos de campanha” (conforme documentos da FIERGS), os candidatos (Antônio Britto – PMDB; Olívio Dutra – PT; Emília Fernandes – PDT) não compareceram ao evento planejado. A FIERGS, então, apresentou o documento à imprensa no dia 8 de setembro e aos candidatos de forma individual. Antônio Britto, único candidato que se manifestou publicamente em relação ao documento,⁶¹⁰ o recebeu no dia 24 de setembro de 1998, em reunião na sede da FIERGS, ocasião em que se comprometeu (caso fosse reeleito) com a promoção de um seminário

⁶⁰⁹ IDEM, *Ibid.*, p. 20.

⁶¹⁰ FIERGS, *O Produto*, outubro de 1998.

“para aprofundar as 42 propostas da entidade, reunindo a sua equipe de planejamento e os industriais que a FIERGS indicar”.⁶¹¹

O resultado do primeiro turno das eleições, que indicou Antônio Britto e Olívio Dutra para a disputa de segundo turno, tornou a opção política hegemônica da burguesia industrial ainda mais clara.

Antônio Britto, como já indicado, era um candidato que, durante o seu próprio governo, executou um projeto político muito afinado com os interesses de classe hegemônicos entre a burguesia industrial naquela conjuntura. Era, inclusive, um candidato que já tinha dado demonstrações de quanto se identificava com tais interesses de classe.

Olívio Dutra, por outro lado, não somente despertava desconfiças, como, em 1998, representava uma ameaça à realização de demandas importantes da burguesia industrial no Rio Grande do Sul. Sua candidatura estava vinculada ao um partido político que, com o apoio de um conjunto de forças sociais e políticas, desde o processo de “redemocratização da sociedade brasileira”, esteve à frente de um movimento pela ampliação de direitos sociais e trabalhistas e pela redefinição dos padrões de distribuição dos benefícios sociais e econômicos do desenvolvimento do País. Esses compromissos históricos resultaram num programa político, apresentado para a sociedade gaúcha em 1998, que defendia, por exemplo, uma reforma agrária (dentro dos limites da Constituição e dos recursos financeiros estaduais disponíveis), uma maior participação popular nas decisões do executivo estadual (através do orçamento participativo), a prioridade da pequena agricultura familiar e das pequenas e médias empresas na política de desenvolvimento, um rompimento com a orientação neoliberal na gestão pública. Nessa direção, inclusive, Olívio Dutra não se comprometeu com reformas privatizantes, nem com o apoio estatal, através de financiamentos e renúncias fiscais, a grandes investimentos privados, nem com a guerra fiscal que ocorria no período entre diferentes estados brasileiros.

Essas três últimas questões, aliás, acirraram o debate político entre lideranças da burguesia industrial e o conjunto de forças sociais e políticas representadas por Olívio Dutra. Durante a campanha eleitoral, inclusive, Olívio Dutra deixou clara sua intenção de, uma vez eleito, revisar as privatizações e as concessões de serviços públicos à iniciativa privada, redefinir os contratos estabelecidos entre o governo Britto e as montadoras de automóveis e romper com a política de incentivos do

⁶¹¹ FIERGS, *A semana FIERGS*, de 24 de setembro de 1998.

governo Britto às grandes empresas (através do FUNDOPEM, por exemplo). Questionava, portanto, pontos centrais do projeto de desenvolvimento subnacional defendido, de forma hegemônica, pela burguesia industrial e executado por Antônio Britto enquanto esteve no governo.

Frente à possibilidade de Olívio Dutra vencer o segundo turno daquelas eleições, a FIERGS organizou (no período entre o primeiro e o segundo turnos) uma ampla mobilização, em todo o território gaúcho, defendendo a reeleição de Antônio Britto. Num “roteiro de mobilização” denominado “Vamos garantir o futuro”, lideranças industriais estiveram palestrando e debatendo em várias cidades do interior gaúcho, tais como Pelotas, Rio Grande, Passo Fundo, Ijuí, Santa Cruz do Sul, Bagé, Santo Ângelo, enquanto que com os empresários da região metropolitana esses debates foram realizados na sede da entidade. Nos encontros realizados, contando, alguns deles, com a participação de representantes políticos diretamente vinculados ao governo Britto,⁶¹² as lideranças conclamavam explicitamente aos presentes um empenho na defesa da reeleição de Antônio Britto. São ilustrativas, nesse sentido, as seguintes referências:

Ao final da sua palestra, Godoy fez uma verdadeira conclamação aos presentes no sentido de que, para que o Estado continue crescendo, é preciso que haja continuidade no trabalho que vem sendo desenvolvido pelo atual governador Antônio Britto.⁶¹³

Renato salientou que a discussão servirá às lideranças empresariais, às entidades e, também, às partidárias para a motivação em relação à expansão da campanha do candidato ao governo Antônio Britto: ‘Tenho certeza que todos estarão mais motivados no sentido de tomar as atitudes compatíveis com as exigências existentes de manter o RS no caminho do desenvolvimento e da modernização, uma vez que estamos convencidos de que a proposta apresentada pelo candidato Britto é a que contempla o Estado com maiores possibilidades de crescimento ...’⁶¹⁴

⁶¹² No dia 15 de outubro, a FIERGS organizou uma palestra do presidente da entidade, industrial Dagoberto Lima Godoy, para empresários da região metropolitana de Porto Alegre, dentro da mobilização “Vamos garantir o futuro”, que contou com a presença do então Ministro dos Transportes, deputado federal pelo PMDB gaúcho, Eliseu Padilha.

⁶¹³ *Diário da Manhã* (Pelotas), de 16 de outubro de 1998. Citado por FIERGS. *A rearquitectura do Rio Grande do Sul* – garantindo o futuro, p. 73.

⁶¹⁴ *Diário da Manhã* (Passo Fundo), de 20 de outubro de 1998. IDEM, *Ibid.*, p. 75.

Importante destacar que a posição da FIERGS em relação às eleições estaduais de 1998 refletia uma posição amplamente hegemônica na burguesia industrial no Rio Grande do Sul. No entanto, não era consensual. Alguns industriais declararam abertamente o apoio a Olívio Dutra naquelas eleições. O presidente da empresa Adubos Trevo, industrial Roberto Lindemann, por exemplo, embora afirmando “que não defendia nenhum partido”, mas “a agricultura gaúcha”, foi um dos apoiadores da candidatura do PT naquelas eleições. Segundo revelou para meios de comunicação de Porto Alegre, durante o segundo turno daquelas eleições ele encaminhou uma carta para os trabalhadores da empresa na qual era presidente recomendando o voto em Olívio Dutra. Afirmando que teria tomado o cuidado de “não coagir os empregados”, o industrial argumentou que, na referida carta, explicava que Olívio Dutra estava comprometido com a pequena propriedade agrícola no Rio Grande do Sul, o que era importante para o desenvolvimento desse setor econômico do estado e o que, portanto, beneficiaria sua empresa, vinculada à produção de adubos e de fertilizantes.⁶¹⁵ A manifestação daquele industrial, no entanto, não chegava a ter representatividade política no interior da burguesia industrial sul-rio-grandense.

O resultado do segundo turno das eleições para o governo gaúcho não foi favorável ao candidato à reeleição, Antônio Britto. A reação dos dirigentes da FIERGS em relação ao resultado das eleições foi de reconhecimento da legitimidade na eleição de Olívio Dutra e de não reconhecimento da legitimidade do projeto político por ele defendido. Com algumas manifestações exaltadas, como a do industrial Renan Proença que, já na condição de futuro presidente da FIERGS, defendeu a formação de um governo paralelo, as lideranças políticas da burguesia industrial cobraram de Olívio Dutra um respeito às propostas apresentadas no documento *A rearquitetura do Rio Grande do Sul – garantindo o futuro*.

Olívio Dutra é, assim, com toda a legitimidade, o governador eleito do Rio Grande, ao qual devemos nosso maior respeito. Venceu com o discurso mais impregnado de emoção, repassado de um idealismo visionário e revestido com símbolos mais caros à alma gaúcha. Mas isso bastará para assegurar sucesso ao seu programa de governo, carregado de compromissos (...)?

⁶¹⁵ *Jornal do Comércio*, 27 de outubro de 1998.

Neste momento, caracterizado por uma verdadeira reindustrialização do nosso Estado, desencadeada no atual período de governo, as linhas dessa cooperação estão traçadas no documento *A rearquitectura do Rio Grande*, que entregamos aos candidatos antes da eleição. Nele, apontamos a modernização da máquina pública, as privatizações, as concessões de serviço público e o uso competitivo dos incentivos fiscais para atrair investimentos, como o caminho possível e necessário para contornar os cofres vazios do Tesouro

A Rearquitectura do Rio Grande será o manual que balizará nosso relacionamento com o governo Olívio Dutra. Mantendo viva a emoção que deu brilho à disputa eleitoral, fazemos votos que a razão ilumine o nosso governante e o faça permeável às idéias capazes de tornar realidade os sonhos dos gaúchos.⁶¹⁶

Os meses de novembro e dezembro de 1998 (portanto, o período que antecedeu à posse de Olívio Dutra) ficaram marcados pelo acirrado debate político realizado entre lideranças de diferentes frações da burguesia gaúcha e a equipe de transição do governador eleito. Aquele debate ocorreu em torno de três questões principais: a continuidade da política de privatizações do governo Britto; o comportamento das empresas multinacionais (que já tinham acenado investimentos no Rio Grande do Sul) frente ao novo governo; a permanência da política de subsídios adotada pelo governo Britto, em especial às grandes empresas.

No debate em torno das privatizações, as lideranças políticas da burguesia gaúcha insistiam no argumento de que as privatizações de empresas estatais eram importantes para a “modernização” do Rio Grande do Sul e que, nesse sentido, o novo governo não somente deveria respeitar o que já tinha sido feito, mas, também, ampliar o processo de privatização.

Gostaria que Olívio fosse sensível às idéias que apresentamos e favorável à continuidade das privatizações, modernização da máquina pública e da política de incentivos fiscais ...⁶¹⁷

⁶¹⁶ Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS (1993 - 1999). *Zero Hora* de 27 de outubro de 1998.

⁶¹⁷ Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS (1993 - 1999). *Jornal do Comércio*, 27 de outubro de 1998.

Olívio Dutra, por sua vez, mostrava-se disposto a estancar o processo de privatização, afirmando, nessa direção, que, uma vez no governo, iria promover uma auditoria das privatizações.

Vamos estancar a sangria privatista. Não vamos deixar privatizar o Banrisul nem a Corsan e nem o que restou da CEEE. Vamos auditar as privatizações feitas (...). O governo investiu pesado nessas empresas na antevéspera da sua privatização para quem as assumisse saísse lucrando e o cidadão ficou sem saber quem controla ou define taxas de serviços, tarifas e qual a qualidade do serviço. Não privatizar a Corsan, o Banrisul e parte da CEEE não quer dizer que elas devam ter uma estrutura pesada, que não sejam ágeis, eficientes e competentes nos setores que tenham que atuar.⁶¹⁸

No que diz respeito às concessões de subsídios a grandes investimentos no Rio Grande do Sul, as indicações do novo governo de que iria revisar os acordos estabelecidos entre o governo gaúcho e as grandes empresas (em especial a GM e a Ford) e, se necessário, entraria na justiça para “resguardar os interesses da sociedade gaúcha”, provocaram reações críticas por parte das lideranças da burguesia industrial.

A vinda da GM e da Ford para o Estado se tornou uma dúvida, o que representa um grande prejuízo para as indústrias gaúchas, que fornecerão subsistemas de eletrônica para as montadoras. (...). Para terem condições de concorrer com os paulistas, as empresas de informática gaúchas têm hoje subsídios de 50% no ICMS. Se o subsídio não for mantido, estas empresas vão deixar o Rio Grande do Sul.⁶¹⁹

Essa questão foi objeto, naquele período, de uma onda de boatos segundo os quais as empresas multinacionais revisariam seus planos de investimentos em território gaúcho, em virtude da vitória do Partido dos Trabalhadores. Esses boatos ocorreram lado a lado a encontros promovidos pela equipe de Olívio Dutra com representantes dessas

⁶¹⁸ Olívio Dutra. Entrevista concedida ao *Jornal do Comércio* do dia 9 de novembro de 1998.

⁶¹⁹ Gilberto Machado. Presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletro-eletrônica – ABINEE-RS. *Jornal do Comércio*, 27 de outubro de 1998.

multinacionais. Naqueles encontros, as manifestações dos representantes das multinacionais eram unânimes na afirmação de que os investimentos pretendidos transcendiam um governo e que se colocavam dentro de estratégias pensadas pelas empresas para os investimentos no Brasil. Assim, por exemplo, o diretor da Dell Computer declarou para veículos de comunicação de Porto Alegre que a Dell já era “uma empresa gaúcha”, pois as decisões que a empresa tomava não estavam vinculadas às políticas deste ou daquele governo ou partido.⁶²⁰

É importante destacar que a discussão em torno do comportamento das multinacionais (que já tinham assinalado a intenção de investir no Rio Grande do Sul) frente ao novo governo situava-se, na perspectiva da burguesia industrial, num debate ainda mais amplo, a saber: o comportamento político do novo governo frente à política de incentivos fiscais desenvolvida pelo governo Britto. Olívio Dutra, durante a campanha eleitoral e mesmo depois de eleito, afirmava que a partir de primeiro de janeiro de 1999 não haveria “mais subsídios para quem não precisasse” e que sua política de desenvolvimento daria prioridade às pequenas e médias empresas. Acusando o governo Britto de ter “lesado a sociedade gaúcha” através de sua política de incentivos, já que 50% dos recursos do FUNDOPEM teriam sido direcionados a apenas 10 grandes empresas, Olívio prometia uma revisão profunda na política de apoio às empresas.⁶²¹ Por outro lado, as lideranças da burguesia industrial defendiam a continuidade da política de incentivos adotada pelo governo Britto, entendida como um mecanismo não somente de atração de novos investimentos, mas, também, de proteção da economia gaúcha num contexto de guerra fiscal.

Os compromissos assumidos em programas de incentivos fiscais junto a investidores não podem ser descumpridos, inclusive os ainda não contratados, mas formalizados em protocolos de intenções. É preciso seguir a tradição de honrar o fio de bigode. A quebra de compromissos (...) porá em risco não só o empreendimento envolvido como a confiança no Rio Grande do Sul, prejudicando as possibilidades do Estado de atrair investidores por muitas décadas.⁶²²

⁶²⁰ *Jornal do Comércio*, 25 de novembro de 1998.

⁶²¹ *Jornal do Comércio*, 06 de novembro de 1998.

⁶²² Industrial Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS (1993 - 1999). *Jornal do Comércio*, 07 de novembro de 1998.

Naqueles dois meses que separaram a eleição e a posse de Olívio Dutra, um fato político aqueceu o debate em torno da política de incentivos às empresas no Rio Grande do Sul, envolvendo diretamente o governador eleito e o industrial Jorge Gerdau Johannpeter.

O grupo Gerdau, do qual aquele industrial era presidente, em 1994 foi o principal colaborador da candidatura de Antônio Britto, tendo contribuído novamente em 1998 para a sua reeleição (ainda que “de forma menos significativa”, como afirmou o presidente do grupo).⁶²³ Durante o governo Britto, o grupo conseguiu definir uma política de subsídios para o setor de Metalurgia (mas que, na verdade, previa investimentos públicos somente para o grupo), visando a instalação de uma laminadora no município de Nova Santa Rita.

Olívio Dutra declarou publicamente que considerava os incentivos dados ao grupo Gerdau um privilégio e que, se fosse necessário, iria contestá-los judicialmente. Essa atitude provocou uma reação imediata do industrial Jorge Gerdau Johannpeter, que ameaçou revisar os investimentos previstos pelo grupo no Rio Grande do Sul, caso fosse confirmada a intenção do governador eleito.⁶²⁴

Os incentivos ao grupo Gerdau foram votados pela Assembléia Legislativa, juntamente com outros incentivos, no dia 17 de novembro de 1998. O projeto de incentivos fiscais, que foi aprovado pela Assembléia Legislativa naquele dia, contemplou cinco pontos principais: 1) criou o Fundo de Desenvolvimento ao Setor da Metalurgia (FDM), destinado ao financiar investimentos de giro de capital para a laminadora do grupo Gerdau, prevendo o abatimento de até 100% do ICMS durante 15 anos, mais financiamento (com carência de 10 anos e amortização sem juros nem correção monetária); 2) criou o Fundo para Investimento e Desenvolvimento Tecnológico (FITEC), destinado a financiar investimentos de capital de giro para a fábrica da Dell Computer, prevendo investimentos (carência de 10 anos e amortizações com juros de, no máximo, 12% ao ano) e abatimento de até 100% do ICMS por 15 anos; 3) autorizou o diferimento no pagamento do ICMS dos fornecedores de gás liquefeito da GM e de insumos para as indústrias do ramo de plástico; 4) permitiu que os débitos do Estado com os frigoríficos fossem trocados por abatimentos no ICMS e autorizou um tratamento diferenciado no pagamento do ICMS para os fornecedores de energia elétrica da GM; 5) anistiou os beneficiários do

⁶²³ *Jornal do Comércio*, 05 de novembro de 1998.

⁶²⁴ Industrial Jorge Gerdau Johannpeter. *Jornal do Comércio*, 05 de novembro de 1998.

programa de revitalização de cooperativas de produção agropecuária de metas de ICMS.⁶²⁵

Aquele projeto de incentivos a investimentos no território sul-riograndense foi confirmado pelo governador Antônio Britto que, no dia 02 de dezembro de 1998, com a presença significativa de lideranças da burguesia gaúcha, assinou um protocolo de intenções entre o governo gaúcho e as empresas favorecidas pelo projeto.

O comportamento de Olívio Dutra frente à aprovação daquele projeto foi de inteira contrariedade, prometendo contestar judicialmente os incentivos fiscais concedidos.⁶²⁶

6.1.1. Os posicionamentos políticos nas eleições estaduais de 1998.

Os posicionamentos políticos da burguesia industrial nas eleições de 1998 foram sintetizados no documento *A rearquitectura do Rio Grande do Sul – construindo o futuro*, no qual foram apresentadas 42 propostas, contemplando as áreas de gestão e qualidade, política fiscal, gasto público, política industrial, desenvolvimento regional, programas sociais, desenvolvimento tecnológico e meio ambiente. Essas propostas eram expressivas dos seguintes “objetivos fundamentais”:

1. Construir através de consenso um diagnóstico sobre nossas potencialidades e fraquezas, um novo setor público estadual calcado em padrões de excelência de forma que este seja capaz de alavancar a economia estadual para o desenvolvimento auto-sustentado – crescimento com qualidade de vida e equidade social;
2. Implementar uma intervenção seletiva no sistema econômico gaúcho com a finalidade de potencializar o crescimento dos setores mais promissores, isto é, daqueles que apresentam as maiores vantagens comparativas a longo prazo, utilizando-se para tanto dos frutos do desenvolvimento tecnológico em áreas tais como biotecnologia, informática, química fina e robótica, por exemplo;

⁶²⁵ *Jornal do Comércio*, 03 de dezembro de 1998.

⁶²⁶ *Jornal do Comércio*, 19 de novembro e 03 de dezembro de 1998.

3. Promover uma reestruturação dos chamados setores tradicionais de nossa economia, possibilitando sua modernização de forma que as empresas desses setores possam voltar a serem bem sucedidas no ambiente de uma economia aberta, caracterizada na forma de intensas pressões competitivas.⁶²⁷

Esses três objetivos foram detalhados num conjunto de metas:

Transformar, em um horizonte definido (1999 – 2002) a administração pública estadual em um sistema de excelência ...

Dar continuidade ao processo ora em curso de reafirmação da administração pública estadual como um agente de promoção do desenvolvimento econômico e social.

Compatibilizar a carga tributária com a preservação da competitividade sistêmica da economia gaúcha nos planos nacional e internacional.

Recuperar, em um prazo definido, a capacidade de investimento do setor público estadual, reduzindo, para tanto, os gastos com as atividades-meio da administração.

Manter um processo de crescimento auto-sustentado, traduzido em uma elevação significativa da renda per capita estadual nos próximos anos através da utilização de políticas públicas orientadas para a modernização e consolidação dos diferentes setores produtivos da economia gaúcha.

Reduzir as significativas desigualdades que hoje existem entre as diferentes regiões do Estado, promovendo a convergência do desenvolvimento entre as mesmas.

Implementar no Estado uma infra-estrutura social capaz de colocar o padrão de desenvolvimento do Rio Grande do Sul ao nível dos países do primeiro mundo.

Estabelecer no Estado um sistema educacional que seja referência nacional.

Obter no Estado, nos próximos 20 anos, indicadores de saúde (mortalidade infantil, expectativa de vida, etc.) ao nível dos países industriais desenvolvidos.

⁶²⁷ FIERGS, *A Rearquitetura do Rio Grande do Sul – garantindo o futuro*, p. 28.

Ação cooperativa junto ao Governo Federal e municípios de forma a eliminar as indefinições de atribuições ora existentes entre as referidas esferas da administração, evitando-se, com isso, as ações pontuais e o desperdício de recursos públicos.

Adoção da meta de “tolerância zero” em termos de criminalidade no Estado.

Implementar no Estado um sistema de pesquisa tecnológica de excelência através da formação de uma rede integrada de instituições públicas e privadas com o objetivo de compatibilizar a demanda e oferta de tecnologia, de forma a acelerar os processos de inovação e difusão tecnológica na economia gaúcha, processos esses fundamentais para a elevação da renda per capita estadual.

Implementar no Estado medidas necessárias à construção das bases para o desenvolvimento sustentado do Rio Grande, com especial ênfase às atividades não poluentes e de reciclagem de materiais.⁶²⁸

Nessas “metas de governo”, a FIERGS sintetizava um projeto político de desenvolvimento para o Estado gaúcho, estruturado sobre cinco temas centrais: 1 – a competitividade da economia gaúcha num contexto de mundialização do capital; 2 – a reestruturação produtiva das empresas gaúchas; 3 – o papel da esfera estadual do Estado na promoção do desenvolvimento; 4 - a inserção competitiva do Rio Grande do Sul no circuito de investimentos nacionais e internacionais; 5 – a questão social.

Em relação à *competitividade da economia gaúcha num contexto de mundialização do capital*, durante a década de 1980 já havia um posicionamento favorável a uma maior inserção da economia brasileira no processo de “globalização econômica”. Essa postura política era evidenciada, por exemplo, nos posicionamentos da FIERGS em relação ao MERCOSUL: desde àquela época, a entidade manifestava-se “favorável” ao processo integrativo, ainda que com “restrições”.

Já hegemônica, portanto, a posição segundo a qual a integração econômica com outros mercados era um “processo irreversível”, situando-se num cenário de reestruturação do capitalismo em nível mundial e que, num quadro de mudanças históricas como se desenhava

⁶²⁸ IDEM, *Ibid.*, p. 31-37.

já durante a década de 1980, era necessário que indústrias e entidades representativas dos interesses industriais se preparassem, perseguindo níveis superiores de qualidade, produtividade e de competitividade no mercado.

O Mercosul deve ser compreendido como algo desejável, mas que deve ser bem administrado. E para ser bem administrado teria que ter a visão do novo paradigma, porque a integração dos mercados, rompidas as barreiras protecionistas de cada país, se apresentava num primeiro momento como uma grande ameaça, especialmente para o Rio Grande do Sul, cujo perfil econômico é muito similar ao da Argentina mas com inegáveis vantagens comparativas para os argentinos. Então, se ficássemos no paradigma anterior, teríamos que fazer da FIERGS a guardiã dos dispositivos de proteção da indústria brasileira e gaúcha. (...). Mas isto seria dar as costas ao Mercosul. Portanto, partimos para a idéia de que num mercado competitivo a saída é saber cooperar. Não para perder a competitividade. Ao contrário, para aumentá-la, o que requer parcerias e articulação.⁶²⁹

Essa manifestação é ilustrativa de um processo de mudanças, ocorridas durante a década de 1990, nos posicionamentos da burguesia industrial no Rio Grande do Sul. Para as suas lideranças, ficou cada vez mais claro que o processo de reestruturação do capitalismo em nível mundial, com seus corolários, em especial a maior liberdade que os capitais adquiriram para explorar as potencialidades de diferentes mercados, exigia um novo dinamismo das economias locais.

Não implicava isso, como o depoimento do presidente da FIERGS pode sugerir, o abandono de concepções protecionistas. Antes, pelo contrário, sempre se defendeu a proteção das empresas privadas e, mais do que isso, uma atuação forte do Estado no sentido de criar incentivos para os investimentos privados, mas, também, para controlar os entraves sociais e políticos, potencialmente “prejudiciais” à lógica de valorização do capital. Mas havia a compreensão, também, de que as empresas privadas deveriam promover um processo de reestruturação produtiva visando criar melhores e maiores condições de competitividade no contexto da reestruturação do capitalismo.

⁶²⁹Industrial Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS (1993 - 1999). FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul: a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS (1993 - 1996 - 1999) - ações e idéias I*, p. 67.

Tal perspectiva, inclusive, e como já foi registrado nesta tese, orientou as ações das diretorias do sistema FIERGS/CIERGS ao longo da década de 1990. Durante o período em que Dagoberto Lima Godoy esteve na presidência da FIERGS, por exemplo, a entidade passou a ser referida como um “agente de mudança”, capaz de adotar “atitudes estratégicas” em duas direções principais: a representação política em defesa dos interesses da “indústria gaúcha” e a qualificação das empresas gaúchas para a competitividade num “mercado globalizado”.

Nosso projeto de administração seguiu duas vertentes: a de agente de transformação do setor para o novo período de competitividade global, e a representação política da indústria. No que diz respeito à primeira, nossa administração se afirmou no princípio da competência e da competitividade, o que implica o abandono de paradigmas arraigados como o do paternalismo e do patrimonialismo (...). Buscamos cada vez mais estimular a própria capacitação das empresas, o que envolveu a criação do Centro de Competitividade, o Compet, uma instituição moderna que trabalha na coleta e disponibilização da informação de forma expedita e decodificada às indústrias, abrangendo desde fatores tecnológicos até mercadológicos, passando pelos aspectos das relações de trabalho e com o governo, das licitações, práticas de importação e exportação até a introdução de conceitos centrais nesta mudança de paradigmas dentro de um mundo globalizado.⁶³⁰

Ainda que não permitam uma análise detalhada do alcance dessas intenções, é importante a referência de dois programas que a FIERGS coordenou durante a década de 1990 visando “qualificar” as indústrias gaúchas: o Centro de Competitividade (COMPET), criado em 1995, e o SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

Quanto ao COMPET, o mesmo foi criado com o objetivo de capacitar as indústrias gaúchas para a disputa dos mercados interno e externo. Reunindo os Núcleos de Qualidade, de Inteligência Competitiva e de Informação, o Centro atuou durante a década de 1990 na disseminação de informações atualizadas e no acompanhamento da

⁶³⁰ Referência à entrevista concedida pelo presidente da FIERGS, Dagoberto Lima Godoy, ao jornalista Sérgio Bueno. In: FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul: a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS (1993 - 1996 - 1999) - ações e idéias I*, p. 66-67.

competitividade da indústria gaúcha; no apoio a programas de qualidade e produtividade; na emissão de certificados de origem; através da sistematização e da disponibilização de informações sobre os mercados externos, em especial o mercado norte-americano e o mercado europeu (o Centro possuía uma representação oficial nos Estados Unidos e escritórios comerciais na Europa); na realização de estudos de comportamento de mercado entre outras atividades de apoio a uma maior competitividade da indústria gaúcha.⁶³¹

Em relação ao SENAI, no período entre 1993 e 1999 a entidade ampliou de 70 para 113 o número de postos em sua rede de atendimento, formada por escolas, agências de treinamento, centros de formação profissional, de pesquisa e de tecnologias limpas e unidades móveis. Para as lideranças da burguesia industrial, o crescimento do SENAI ocorreu dentro de uma perspectiva segundo a qual suas funções não se resumiam à formação profissional e que, portanto, deveriam ser ampliadas, colocando a entidade como um agente de desenvolvimento tecnológico, contribuindo com as indústrias gaúchas para que pudessem melhorar a qualidade e a produtividade de seus produtos.⁶³²

Em 1998, o documento elaborado visando mobilizar a burguesia industrial para as eleições estaduais refletia a preocupação da FIERGS com a competitividade da economia gaúcha, amadurecida ao longo da década de 1990. Naquele documento, ficava clara a compreensão de que, frente às transformações da economia mundial, “a excelência e a competitividade” tornaram-se “moeda de troca da globalização”. Decorria daí a compreensão da necessidade de um projeto de desenvolvimento capaz de inserir a economia gaúcha, de forma competitiva, no processo de reestruturação do capitalismo em nível mundial.

E, naquela discussão, uma novidade no ideário político da burguesia industrial no Rio Grande do Sul era a compreensão de que a competitividade econômica seria alcançada com uma *atitude competitiva das empresas*. Isso não significa que em outros períodos essa questão não preocupava as lideranças da burguesia industrial. O que merece destaque é que, diferentemente de outras épocas, ao longo da década de 1990 suas lideranças verbalizaram, de forma mais clara e mais incisiva, a compreensão de que, “nos novos tempos” (marcados

⁶³¹ FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul*: a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS (1993 - 1996 - 1999) - ações e idéias I.

⁶³² IDEM, *Ibid.*

pela “globalização econômica”), ou as empresas se adaptariam a um “paradigma competitivo” ou, então, estariam “condenadas ao desaparecimento”.

A indústria gaúcha deve ‘coopetir’ não apenas como resposta à globalização econômica, mas principalmente em função da globalização cultural e da evolução dos padrões de consumo. Nossos companheiros que procuram associações e até vendem suas empresas estão fazendo aquilo que o empresário tem que fazer. A atividade empresarial é fundamentalmente pragmática e realista, e no mundo de hoje todos aqueles que estiverem nos setores que têm produtos comercializáveis mundialmente (...) ou se juntam à ‘rede’ ou desaparecem
⁶³³
 ...

... Daqui para frente teremos a continuidade deste fenômeno da globalização e boa parte de nossos companheiros de médio e pequeno porte ainda não se deram conta das mudanças fundamentais que estão ocorrendo. (...) Agora, no que diz respeito ao triunfo industrial, este terá de ser conseguido pela própria empresa, na prática dos valores de nossa época, da competição global. Cada indústria precisa desenvolver-se tecnologicamente e mercadologicamente, deve saber atuar em rede, encontrar aliados, viabilizar-se por si mesma⁶³⁴

Esta é uma visão diferente daquela encontrada no final da década de 1980 e início da década de 1990, quando se discutia a abertura comercial por intermédio do MERCOSUL. Como foi indicado anteriormente, naquele período era predominante entre a burguesia industrial gaúcha um discurso defensivo, que se acobertava numa visão de Estado paternalista, capaz de criar barreiras de proteção às empresas locais. Durante a década de 1990, no entanto, a exemplo da manifestação do então presidente da FIERGS, diferentes vozes da indústria gaúcha passaram a indicar a necessidade de uma adaptação das indústrias ao “paradigma da competição”. Uma adaptação que implicava um processo de reestruturação produtiva nas empresas, através da

⁶³³ Referência à entrevista concedida pelo presidente da FIERGS, Dagoberto Lima Godoy, ao jornalista Sérgio Bueno. In: FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul: a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS (1993 - 1996 - 1999) - ações e idéias I*, p. 68.

⁶³⁴ IDEM, *Ibid.* p. 68.

implantação de novas tecnologias e de novas técnicas de gestão do trabalho, através da adoção de novos modelos de regulação das relações entre capital e trabalho, através de rearranjos nas relações entre as próprias empresas (a referência do presidente da FIERGS às “redes” empresariais é ilustrativa), através de novas formas de atuação no mercado.

No entanto, o foco central na mobilização da burguesia industrial nas eleições estaduais de 1998 não era a iniciativa privada. Embora fosse considerada a importância dos “fatores internos de espírito empreendedor, capital, capacidade gerencial, tecnologia e produtividade” num mercado que se tornava cada vez mais competitivo, predominava a visão segundo a qual “as empresas não são elementos isolados” e, nesse sentido, existem “fatores externos” que “se consubstanciam na estabilidade das regras do jogo; na infra-estrutura eficiente; na educação; na segurança; na pesquisa acadêmica; na evolução do cidadão e da qualidade de vida”.

O foco principal do discurso da burguesia industrial era, nesse sentido, o Estado e, no caso específico das eleições estaduais, o Estado em sua esfera subnacional de atuação.

Durante a década de 1980 e início dos anos noventa, o discurso político da burguesia industrial acerca do papel do Estado esteve “poluído” por um forte viés mistificador, definido ainda num momento de adesão ao ideário neoliberal, do qual resultava a percepção de que a ação estatal, por natureza, tende a ser prejudicial à iniciativa privada e que, portanto, o Estado “não deve exercer funções de planejamento central, de procuração econômica e de intervencionismos”. Somente nas entrelinhas do discurso era possível identificar a dependência e, mesmo, o atrelamento ao Estado presente no comportamento político da burguesia industrial.

No final dos anos noventa, no entanto, o discurso político das lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul definia com maior clareza o papel do Estado. O Estado, dentro da perspectiva político-ideológica da burguesia industrial, deveria colocar-se como parceiro da iniciativa privada, não criando empecilhos para os investimentos privados, retirando-se daquelas funções que comprometiam a competitividade das empresas privadas, protegendo-as quando necessário, promovendo o desenvolvimento das condições infra-estruturais, tecnológicas, organizacionais favoráveis ao desenvolvimento da competitividade empresarial.

Implicada nessa concepção de Estado encontrava-se, em primeiro lugar, a idéia de que as ações estatais deveriam ser racionalizadas a

partir de critérios mercadológicos de qualidade e produtividade. É nesse sentido que o documento de 1998 sugeria a utilização de uma série de indicadores de avaliação da qualidade e da produtividade dos serviços públicos, bem como a adoção de programas de qualidade que pudessem otimizá-los. Revelava-se, nesse sentido, uma crítica, de longa data, da burguesia industrial ao Estado, acusado de ineficiência, inoperância e onerosidade. Para que sua “capacidade de investimento” pudesse ser recuperada, mas, também, para que se criasse condições para que uma menor “sangria dos recursos da sociedade” (diminuição da carga tributária), necessário se fazia que o Estado gastasse menos e melhor seus recursos.

Note-se que, na concepção de Estado defendida pela burguesia industrial, não se exigia o abandono de funções sociais historicamente atribuídas a ele: educação, saúde, segurança, habitação e saneamento. No entanto, havia cobrança para que as ações estatais nessas áreas fossem seletivas, racionalizadas a partir de critérios mercadológicos e divididas entre as esferas federal, estadual e municipal da administração pública e, mesmo, com a iniciativa privada.

Assim, quando o documento de 1998 abordava a questão da educação, por exemplo, sugeria: a adoção de “ferramentas da Q&P na gestão da educação”; a adoção de avaliações de desempenho como critério para concessões de promoções e gratificações para o magistério público; a inovação na “administração do ensino”, através da “combinação de recursos públicos com gestão privada”; a parceria com entidades vinculadas à iniciativa privada (como, por exemplo, o SENAI) para a definição de programas de ensino que estivessem comprometidos com a formação de profissionais sintonizados com as exigências e expectativas do mercado capitalista de trabalho.⁶³⁵ No caso da saúde, o documento cobrava programas de melhoria no atendimento (lançando o desafio de se chegar, dentro de 20 anos, a indicadores de saúde semelhantes aos apresentados por países do “primeiro mundo”); uma clara definição de atribuições entre o governo federal, estados e municípios e a atuação do sistema estadual através de centros de referência hospitalar localizados em pólos regionais. Na habitação e saneamento, o documento propunha a “transferência integral dos programas de habitação popular para os municípios” e a privatização ou municipalização dos serviços de abastecimento da água e saneamento.⁶³⁶

⁶³⁵ FIERGS, *A rearquitectura do Rio Grande do Sul* - garantindo o futuro, p. 35.

⁶³⁶ FIERGS, *A rearquitectura do Rio Grande do Sul* - garantindo o futuro, p. 36.

Na segurança, o documento sugeria a “adoção da meta ‘tolerância zero’ em termos de criminalidade no Estado” e de uma cultura de resultados.⁶³⁷

Se havia restrições nas ações estatais nas áreas sociais, o mesmo não ocorria quando o discurso político da burguesia industrial atribuía ao Estado tarefas relacionadas ao fomento do desenvolvimento econômico. Ao Estado (e, enfatize-se novamente, o Estado em sua esfera subnacional de atuação), nesse sentido, cobrava-se uma participação ativa na atração e no apoio aos investimentos privados (nacionais e estrangeiros), na proteção ao capital local e no desenvolvimento da base produtiva local.

Na perspectiva política da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, à esfera subnacional do Estado cabia uma ação firme no sentido de *atrair e apoiar investimentos privados*, o que poderia ser desenvolvida, segundo o documento de 1998, através de três frentes principais: 1 – uma política industrial; 2 – uma política fiscal e tributária; 3 – uma política social.

No que diz respeito à política industrial, o documento de 1998, em sua proposta número 16, fala na criação de um fundo de investimentos para empresas emergentes. Propõe, nesse sentido:

A instituição de um fundo voltado a capitalização de empresas promissoras localizadas em setores dinâmicos cujos produtos apresentam ‘reputação’, ou seja, características de agregação de mão-de-obra qualificada, conteúdo tecnológico e ‘design’. Esta iniciativa conjunta do Governo Estadual, CRP, agências de fomento e fundos de pensão estaduais seria importante para fomentar o desenvolvimento de empresas que atuam em nichos de mercado e que representam especialidades ou vocações características da economia gaúcha ...⁶³⁸

Se nessa passagem fica clara a intenção de ver o Estado subnacional investindo na criação de condições de competitividade mais favoráveis para empresas estratégicas ao desenvolvimento da economia gaúcha, em outra proposta cobrava-se, como política industrial, a ampliação do FUNDOPEM como estratégia de incentivo a novos investimentos.

⁶³⁷ IDEM, *Ibid.*, p. 36.

⁶³⁸ IDEM, *Ibid.*, p. 33.

Empresas de Alta Tecnologia: em adição à legislação recentemente aprovada que introduz no FUNDOPEM o financiamento à capitalização de empresas emergentes na área de alta tecnologia, sugere-se, de forma complementar a criação pelo Governo Estadual, através de recursos orçamentários, de um Fundo de Aval destinado à prestação de garantias para as empresas da referida área, tais como informática e biotecnologia cujas empresas são intensivas na utilização de capital humano.⁶³⁹

Reafirmava-se, assim, aquilo que já vinha norteando as relações entre a burguesia industrial e o governo Britto: a necessidade do Estado subnacional ter políticas claras de atração ao capital, tanto nacional quanto estrangeiro, mas principalmente em áreas prioritárias, capazes de alavancar o desenvolvimento de outros setores da economia.

Quanto à política fiscal e tributária, o documento de 1998 deixava clara a visão segundo a qual a tributação deve ser vista como um instrumento de incentivo e de atração do capital. É nesse sentido que, na proposta 4, o documento assim se referia: “considerar as alíquotas do ICMS como instrumento (de longo prazo) da política industrial estadual e não como expedientes para resolver problemas de caixa do Estado”.⁶⁴⁰ A questão é que a política fiscal e tributária era colocada, desde o final dos 1980, como um empecilho para novos investimentos. E, nesse sentido, a reforma tributária esteve colocada, ao longo dos anos noventa, em sua agenda política como uma das metas principais de suas lutas junto ao Estado brasileiro. Não é demais observar, também, que a burguesia industrial apoiou a política de atração ao capital estrangeiro adotada pelo governo Britto, centrada nos subsídios e renúncias fiscais.

Um elemento novo durante a década de 1990, os programas públicos direcionados a algumas áreas sociais também passaram a ser colocados como estratégias de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, o documento de 1998 chama a atenção para a necessidade de uma atuação forte do Estado subnacional nas áreas de saúde, educação, habitação e saneamento e segurança pública. Nesses quatro pontos, destaque-se a questão da educação, vista como importante instrumento para que o Rio Grande do Sul se qualificasse no “mercado globalizado”, criando-se melhores condições para que a economia gaúcha se tornasse

⁶³⁹ FIERGS, *A rearquitectura do Rio Grande do Sul: garantindo o futuro*, p. 34.

⁶⁴⁰ IDEM, *Ibid.*, p. 31.

competitiva, mas, também, para que o próprio território gaúcho desenvolvesse diferenciais em sua mão-de-obra, capazes de se colocarem como elementos de atração de novos investimentos.

Ao Estado subnacional cobrava-se, também, ações de *proteção ao capital local*, especialmente quando este enfrenta a concorrência resultante de condições diferenciadas (criadas pela própria intervenção estatal) em espaços de sua atuação econômica. A proposta 05, referente à política fiscal, do documento de 1998 é clara:

Instrumento de Equalização da Competitividade: compromisso do Governo Estadual no sentido de efetuar a imediata aplicação do Art. 58 da Lei 8.820 toda vez que um setor econômico gaúcho demonstrar estar sofrendo prejuízos em decorrência de concessão de incentivos de natureza tributária ou creditícia a empresas ou setores produtivos localizados em outras unidades da Federação.⁶⁴¹

Com maior ênfase, no entanto, o documento de 1998 cobrava da ação estatal uma participação ativa na criação de condições favoráveis ao desenvolvimento da base produtiva local. Essa questão perpassava praticamente todas as áreas temáticas abordadas pelo documento: - política fiscal; - política industrial; - desenvolvimento regional; - programas sociais; - desenvolvimento tecnológico; - meio ambiente.

Nas propostas sobre política fiscal, sugeria-se uma compatibilização da carga tributária “com a preservação da competitividade sistêmica da economia gaúcha nos planos nacional e internacional”.⁶⁴²

Nas propostas sobre política industrial, o documento sugeria que o Estado subnacional mantivesse “um processo de crescimento auto-sustentado” e utilizasse as políticas públicas para “a modernização e consolidação dos diferentes setores produtivos da economia gaúcha”⁶⁴³. Além disso, eram sugeridas as seguintes propostas: - criação de um “Fórum para o Desenvolvimento RS”, prevendo a criação de uma “agenda estratégica (longo prazo) para o desenvolvimento do Estado”, com previsão de recursos públicos e privados destinados para esse fim; - programas de reestruturação setorial, especialmente em setores da

⁶⁴¹ FIERGS, *A rearquitectura do Rio Grande do Sul: garantindo o futuro*, p. 31.

⁶⁴² IDEM, *Ibid.*, p. 31.

⁶⁴³ FIERGS, *A rearquitectura do Rio Grande do Sul: garantindo o futuro*, p. 32.

economia mais atingidos com o processo de globalização competitiva; - incentivo aos investimentos em tecnologia; - criação de programas permanentes de formação de recursos humanos, requalificação da mão-de-obra e 'upgrade' das instituições de ensino e treinamento dos trabalhadores; - criação de um Centro Gaúcho de Comércio Exterior, com o objetivo de

Criar e disponibilizar informações relativas ao comércio exterior gaúcho, identificar oportunidades de negócios internacionais, promover a criação de instrumentos que auxiliem nossas empresas a adotarem padrões de operação internacionais, acompanhar as negociações internacionais que possam impactar a economia do Estado e apoiar as nossas empresas em solicitações que visem adequar a legislação e as políticas governamentais aos interesses das nossas empresas.⁶⁴⁴

No que diz respeito ao desenvolvimento regional, o documento cobrava uma atuação do governo estadual no sentido de diminuir as disparidades regionais, incentivando o desenvolvimento econômico nas diferentes regiões do Rio Grande do Sul, através investimentos na infraestrutura, na área social, no treinamento de mão-de-obra, no acesso ao crédito, através de programas de incentivo a investimentos e desenvolvimento de empresas.⁶⁴⁵

Destaque-se, também, a percepção da burguesia industrial quanto à importância do desenvolvimento tecnológico para o desenvolvimento da economia local. Nesse sentido, ao Estado subnacional era cobrado maior atenção a essa área, através de investimentos, incentivo e apoio à pesquisa, criação de instituições comprometidas com esse tipo de desenvolvimento. Assim se referia o documento em sua proposta 37:

Incentivos ao Desenvolvimento Tecnológico: criação de um incentivo de natureza fiscal (à semelhança do Incentivo à Cultura) para a aplicação pelas empresas gaúchas em programas de desenvolvimento tecnológico para projetos conjuntos envolvendo universidades, institutos tecnológicos, entidades não-governamentais e o setor privado.⁶⁴⁶

⁶⁴⁴ IDEM, *Ibid.*, p. 33.

⁶⁴⁵ IDEM, *Ibid.*, p. 34.

⁶⁴⁶ FIERGS, *A re arquitetura do Rio Grande do Sul: garantindo o futuro*, p. 37.

Colocava-se, também, como proposta da burguesia industrial para o estado subnacional, a *inserção competitiva do Rio Grande do Sul na disputa pelos investimentos nacionais e internacionais*. Essa temática será abordada adiante, quando da análise dos posicionamentos políticos da FIERGS em relação ao tratamento dado pelo governo Olívio aos investimentos estrangeiros no Rio Grande do Sul. De qualquer forma, é importante notar que a burguesia industrial sempre foi favorável a políticas de atração do capital estrangeiro. Na segunda metade da década de 1990, o interesse de um conjunto de empresas multinacionais em investir no Brasil, em especial a indústria automobilística, colocou a burguesia industrial no Rio Grande do Sul na ofensiva, cobrando uma postura ativa governo gaúcho no sentido de atrair essas empresas. Note-se que a indústria automobilística tinha uma importância estratégica para o setor de autopeças, um importante setor da economia gaúcha naquele período. Perceba-se, igualmente, que uma das estratégias dos grandes investimentos internacionais durante a década de 1990, para definirem onde colocariam suas unidades produtivas, foi estabelecer uma espécie de leilão entre estados nacionais e, dentro de um mesmo território, entre as unidades federativas. No caso brasileiro, essa situação criou uma verdadeira guerra fiscal entre governos estaduais. A FIERGS, desde o início da década de 1990, tinha estudos que afirmavam que uma estratégia eficaz para atrair investimentos estrangeiros era ter ofertas “imbatíveis”. Nesse sentido, sua orientação foi, desde sempre, no sentido de pressionar o Estado subnacional para que se habilitasse à guerra fiscal provocada pelos grandes investimentos estrangeiros.

Por fim, dentro do projeto defendido pela burguesia industrial colocava-se a *questão social*. Já referido nesta tese, o documento elaborado visando as eleições estaduais de 1998 contemplava preocupações da fração industrial com a educação, a saúde pública, habitação e saneamento e segurança pública. Suas propostas expressavam concepções acerca da importância da questão social e do papel que o Estado e a sociedade têm nessa área.

Como já foi afirmado, em primeiro lugar os posicionamentos políticos e ideológicos da burguesia industrial não atribuíam à questão social uma matéria de exclusiva responsabilidade do Estado, dividindo-a com a iniciativa privada e, também, entre as diferentes esferas da atuação governamental (federal, estadual e municipal). Em segundo lugar, a questão social era concebida não como um fim, mas como um meio (importante) para que se estabelecessem condições favoráveis ao desenvolvimento econômico do Estado e, nesse sentido, aos investimentos privados.

Quanto à primeira questão, o discurso político da burguesia industrial questionava a eficácia da atuação estatal, mas, também, sua capacidade em definir critérios de avaliação da produtividade e da qualidade dos serviços que presta. Nesse sentido, era clara a indicação de que o Estado deveria adotar instrumentos de organização da produção e do trabalho, bem como de avaliação da qualidade e da produtividade, que expressavam os esforços históricos do capitalismo em revolucionar os modos de produzir e de trabalhar visando racionalizar o uso da força-de-trabalho, aumentar a produtividade do trabalho, diminuir os custos da produção e, assim, aumentar o excedente produzido. Mas, além disso, no ideário da burguesia industrial, a questão social deveria ser dividida com a iniciativa privada. É nesse sentido que no documento de 1998 a proposta 29 referia-se à “definição de atribuições”, dividindo as funções estatais na área da saúde entre governo federal, governo estadual e municípios; e, na proposta 30, cobrava uma “ação preferencial” do governo estadual através de “centros de referência hospitalar”, desresponsabilizando-o, portanto, em relação a programas de vacinação, combates às epidemias, hospitais-escola (esfera federal) e em relação à rede ambulatorial, hospitais gerais e serviços de pronto socorro (esfera municipal). Quando o documento abordava a questão da habitação e do saneamento, sugeria a “transferência integral dos programas de habitação popular para os municípios” e a “privatização ou municipalização dos serviços de abastecimento de água e saneamento”.⁶⁴⁷

Um elemento importante no discurso político da burguesia industrial era a crítica à eficiência dos serviços públicos. Não era naquela conjuntura, evidentemente, uma novidade nos posicionamentos políticos e ideológicos da burguesia industrial. Nessa direção, retomava-se o discurso em defesa da adoção, por parte do governo, de critérios desenvolvidos pela iniciativa privada em processos de avaliação e no controle da qualidade e da produtividade dos serviços públicos. Mais do que isso, as parcerias do estado com a iniciativa privada eram vistas como uma forma de conciliar os serviços públicos com “a eficiência privada”. Essa questão está bem explicitada na proposta 27 do documento de 1998, que aborda os programas sociais direcionados à educação:

⁶⁴⁷ FIERGS, *A reestruturação do Rio Grande do Sul: garantindo o futuro*, p. 36.

Gestão do Ensino Público: implementação gradual de um sistema de ‘vouchers’, destinados às famílias de menor renda com os objetivos de: (1) contribuir para a maior liberdade de escolha social no âmbito da educação; (2) conciliar o dilema eficiência privada versus equidade social e (3) permitir uma forma inovadora para a administração do ensino através da combinação de recursos públicos com gestão privada.⁶⁴⁸

A segunda questão merece um aprofundamento que os documentos investigados não permitem. De qualquer forma, é importante notar que a questão social nem sempre esteve entre as motivações das lutas políticas da burguesia industrial no Rio Grande do Sul. No início dos anos noventa, essa preocupação ficou mais evidente, face ao crescimento de forças sociais comprometidas com mudanças econômicas capazes de garantir uma melhor distribuição de renda no País e a integração na economia e na sociedade de setores historicamente colocados à margem na sociedade brasileira. Face ao crescimento do poder dessas forças sociais, lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, acompanhando um movimento presente naquele período no discurso político da burguesia industrial em todo o País, trataram de enfatizar que a questão social não era somente uma “preocupação de socialistas” e que os setores empresariais também estavam comprometidas com mudanças sociais no País.⁶⁴⁹

No final da década de 1990, no entanto, diferentes manifestações pareciam indicar que uma determinada questão social era, também, importante para o desenvolvimento da economia num momento de fluxos de capitais e de globalização econômica. Isso significa que se desenvolvia a visão entre a burguesia industrial segundo a qual determinadas precariedades sócio-econômicas contribuía para que a economia local (estadual ou, mesmo, nacional) enfrentasse maiores dificuldades num mundo cada vez mais globalizado e competitivo. Ainda em 1994, no documento produzido pela FIERGS visando as eleições estaduais, essa questão ficava evidenciada:

Mas, como termos melhor produto, o melhor preço, sem dispormos de estabilidade institucional para planejar o futuro; sem contarmos com estradas e portos para ecoar a

⁶⁴⁸ FIERGS, *A arquitetura do Rio Grande do Sul: garantindo o futuro*, p. 35.

⁶⁴⁹ *Jornal do Comércio*, 27 de dezembro de 1989.

produção; se não dispomos de telecomunicações eficientes para fechar os negócios com rapidez; se não temos energia par nossas ampliações e para a atração de novos investimentos; se não engajamos o meio acadêmico para apoiar o processo de inovações gerenciais e tecnológicas; se não temos educação para os cidadãos; se não contamos com governos capazes de induzir o crescimento; se não temos uma justiça verdadeiramente eficiente para solucionar os conflitos

650
...

Não era por acaso, nesse sentido, que a educação aparecia de forma prioritária nas propostas que o documento de 1998 apresentou na área dos programas sociais. E a direção era clara: tratava-se de ter uma educação com “qualidade” e direcionada ao desenvolvimento econômico. A proposta 28 é muito elucidativa:

Formação/reconversão de mão-de-obra: o perfil do profissional moderno abrange a compreensão dos elementos que compõem a atual realidade econômica e social mundial, dentre eles os conceitos de Q&P. A ênfase na formação profissional considerando este aspecto reflete diretamente na capacidade de desenvolvimento da sociedade, na medida da adaptabilidade de seus elementos a novas condições/demandas. Programas que abordem ferramentas situadas diante de contextos variado, e que com isto ajudem a formar um perfil, contribuem muito mais para este processo de desenvolvimento econômico e social ...⁶⁵¹

Dessa forma, ficava claro que algumas questões sociais, cujos problemas deveriam ser enfrentados através da parceria entre Estado e iniciativa privada (recursos públicos com gestão privada), eram consideradas importantes para a competitividade da economia local num contexto de mundialização do capital. Não somente porque se colocavam como elementos de atração de novos investimentos, mas, também, porque potencialmente poderiam criar melhores condições de competitividade das empresas locais no mercado globalizado.

⁶⁵⁰ FIERGS, *Projeto FIERGS/Novo Governo do RGS*, p. 5.

⁶⁵¹ FIERGS, *A rearquitectura do Rio Grande do Sul: garantindo o futuro*, p. 35.

6.2. Os posicionamentos em relação ao tratamento dado aos investimentos estrangeiros no estado gaúcho: o caso FORD

Olívio Dutra, bem como as forças sociais e políticas que representava nas eleições de 1998, sempre se posicionou criticamente em relação aos incentivos fiscais concedidos aos grandes investimentos (estrangeiros ou nacionais) durante o governo de Antônio Britto. Nas eleições de 1998, assim, a candidatura de Olívio Dutra apresentou à sociedade gaúcha um projeto político que se contrapunha àquele adotado por Antônio Britto, identificado com a perspectiva neoliberal e comprometido com a atração de grandes investimentos privados para o território gaúcho.

Ao ser eleito, Olívio Dutra manteve sua postura crítica em relação à prioridade dada pelo governador Antônio Britto aos grandes investimentos. Mais do que isso, assumiu publicamente o desejo de revisar os contratos estabelecidos por aquele governo com as grandes empresas beneficiárias de sua política de subsídios e incentivos fiscais.

Dos dois bilhões concedidos nesse último governo, através do FUNDOPEM, 76% ficou em regiões bem mais desenvolvidas e industrializadas. Deste montante, apenas 10 empresas foram beneficiadas.⁶⁵²

Se juridicamente perfeitos e socialmente justos, os acordos firmados pelo governo Britto não serão alterados. É preciso, no entanto, que eles sofram adequações, que possibilitem que os grandes investimentos no Estado sejam emuladores do desenvolvimento harmonioso e espraiado de todas as regiões.⁶⁵³

Ao adotar essa posição, Olívio Dutra iniciou, ainda antes de assumir o governo, um intenso debate com diferentes setores da burguesia gaúcha, defensores (em sua maioria) da continuidade da política de incentivos adotada pelo governador Antônio Britto. O debate público entre o próprio governador eleito e o industrial Jorge Gerdau Johannpeter e a votação, ao final do governo Britto, de um conjunto de subsídios à iniciativa privada, ambos referidos anteriormente, são ilustrativos daqueles conflitos.

⁶⁵² *Jornal do Comércio*, 05 de novembro de 1998.

⁶⁵³ *Jornal do Comércio*, 27 de novembro de 1998.

Cabe notar que a mobilização da FIERGS em favor da entrada do Rio Grande do Sul na disputa pelos investimentos prometidos pela indústria automobilística no Brasil iniciou ainda durante o governo estadual de Alceu Colares (1991 – 1994). Em 1994, a entidade promoveu uma reunião-almoço com o gerente de relações institucionais da General Motors do Brasil, Luiz Moan Yabiku, ocasião em que foi revelado aos industriais gaúchos o interesse daquela empresa em investir em duas novas unidades no Brasil. A FIERGS, de imediato, procurou mobilizar o governo gaúcho para que desse início a negociações com a empresa, visando assegurar a vinda de uma das unidades previstas para o Rio Grande do Sul.⁶⁵⁴ Como resultado, o próprio governador Alceu Colares foi a público afirmar que o Rio Grande do Sul estava disposto a cobrir qualquer proposta de incentivos de outro Estado brasileiro, acrescentando 10%.⁶⁵⁵

A importância atribuída aos investimentos da indústria automobilística no Estado e de uma ação forte do governo estadual na atração desses investimentos, num momento em que os governos subnacionais no Brasil praticavam uma intensa guerra fiscal com o intuito de disputar investimentos (nacionais e estrangeiros), fez com que a FIERGS colocasse a atração de uma montadora de automóveis como uma ação estratégica de estado para o governo gaúcho.⁶⁵⁶

Com a vitória de Antônio Britto nas eleições de 1994, a FIERGS não somente conseguiu a mobilização do governo gaúcho como foi colocada, pelo próprio Antônio Britto, numa posição estratégica no processo de mobilização do Estado gaúcho para atrair investimentos da indústria automobilística para o Rio Grande do Sul. Assim, por exemplo, com a justificativa de que a contratação, através do Estado, de uma empresa de consultoria demandaria muito tempo (o trâmite seria “longo e burocrático”), o governo gaúcho solicitou a FIERGS um estudo que apontasse as condições necessárias para que os investimentos da indústria automobilística fossem atraídos para o território gaúcho. Assim, ainda em 1995, a FIERGS contratou a WS Consult, empresa de consultoria do ex-presidente da Volkswagen do Brasil, Wolfgang Sauer,

⁶⁵⁴ FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul: a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS (1993 - 1996 - 1999) - ações e idéias I*.

⁶⁵⁵ A manifestação do então governador gaúcho Alceu Colares foi referida pelo industrial Dagoberto Lima Godoy, em artigo publicado no jornal da COPESUL, no dia 16 de maio de 1994.

⁶⁵⁶ No documento elaborado pela FIERGS visando as eleições para o governo gaúcho, em 1994, a implantação de uma montadora de veículos foi colocada como essencial para o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul.

para realizar um estudo que indicasse “as condições que o Estado dispunha para atrair uma montadora de automóveis” e para oferecer um receituário que tornasse o Rio Grande do Sul competitivo na disputa por aqueles investimentos. O relatório final desse estudo, financiado com recursos de empresas privadas e de Sindicatos de Indústrias filiados ao CIERGS, foi apresentado às diretorias do sistema FIERG/CIERGS no dia 20 de agosto de 1996, tendo como uma de suas principais conclusões a seguinte “receita”: “para atingir seu objetivo o governo deveria construir um arsenal de incentivos fiscais e financeiros que superasse os benefícios concedidos por outros Estados”.⁶⁵⁷

O estudo encomendado pela FIERGS foi, então, entregue ao governador Antônio Britto e serviu de base de apoio para as negociações entre o estado gaúcho e as indústrias automobilísticas General Motors e Ford. O contrato estabelecido entre o governo Britto e as referidas montadoras indicou que as sugestões da FIERGS tornaram-se estratégias de Estado naquelas negociações.

Durante o governo Britto, a FIERGS procurou sustentar as negociações estabelecidas pelo governo gaúcho com a General Motors e com a Ford. Frente aos protestos dos partidos de oposição ao governo Britto, que não concordavam com os benefícios oferecidos às montadoras, os dirigentes da FIERGS defenderam publicamente as bases da negociação estabelecida.

Várias pessoas, de diversos setores da nossa comunidade, dizem não compreender e até criticam o enorme esforço que o Rio Grande vem fazendo para atrair uma montadora de automóveis...

A montadora, então, trará consigo um novo impulso ao nosso parque metalmeccânico, desencadeará novos investimentos dos ‘consorciados’ ou ‘condôminos’ e se constituirá, sem dúvida, num pólo irradiador de modernidade tecnológica e de gestão (...). Ainda mais, converterá o RS em nó da intrincada rede global da indústria automobilística, ‘certificando’, por assim dizer, o RS como apto para a globalização.

O empenho para atrair a montadora e a vitória que antevemos em consegui-la deve ter continuidade num padrão de comportamento coletivo. A união de esforços da comunidade, articulada por um governo que age competentemente e se credencia, ao por em prática

⁶⁵⁷ FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul*: a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS (1993 - 1996 - 1999) - ações e idéias I, p. 23.

efetiva, medidas de modernização da gestão pública, tem que dar certo.⁶⁵⁸

Mais do que manifestações públicas em favor das condições estabelecidas pelo governo gaúcho para os investimentos da indústria automobilística, a própria FIERGS contava com estudos que indicavam o efeito positivo desses investimentos na economia e na sociedade sul-rio-grandenses. De acordo com esses estudos, somente os investimentos da General Motors (estimado na época em 600 milhões de dólares) iriam ter um efeito multiplicador da ordem de 1,9 bilhão de dólares sobre a renda estadual (ou um crescimento de 4% do PIB anual do Rio Grande do Sul) e iriam criar, direta e indiretamente, 200 mil empregos.⁶⁵⁹ A publicação desses estudos nos principais jornais do Rio Grande do Sul, bem como sua utilização em debates em que as lideranças da burguesia industrial participavam, colocou-se, nesse sentido, numa ampla campanha publicitária realizada pela burguesia industrial, visando convencer a população gaúcha acerca da importância do governo estadual adotar uma política agressiva de atração das empresas multinacionais para o território sul-rio-grandense.

A FIERGS, portanto, acompanhou de muito perto as negociações do governo Britto com a General Motors e com a Ford, ressaltando o acerto daquele governo ao oferecer condições “imbatíveis” para que tais investimentos fossem realizados no Rio Grande do Sul. Ao final de seu governo, todas as manifestações dos dirigentes da entidade expressavam a gratidão pela ação positiva de Antônio Britto na atração das montadoras.

Em 1998, no entanto, a vitória de Olívio Dutra nas eleições para o governo gaúcho representou, para a burguesia industrial gaúcha, uma ameaça de “fim do sonho” de ver a General Motors e a Ford instalando novas unidades em território gaúcho. Frente a essa ameaça, a FIERGS manteve-se muito atenta em todo o período que separou a eleição e a posse de Olívio Dutra, procurando estabelecer um consenso na sociedade gaúcha de que os acordos estabelecidos entre o governo Britto e as montadoras não eram acordos de um governo, mas do Estado gaúcho, num processo de afirmação da economia e da sociedade sul-rio-grandense. Os acordos, portanto, não poderiam ser questionados.

⁶⁵⁸ Industrial Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS (1993 - 1999). *Zero Hora* do dia 1º de dezembro de 1996.

⁶⁵⁹ FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul: a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS (1993 - 1996 - 1999) - ações e idéias II*, p. 44.

Os compromissos assumidos em programas de incentivos fiscais junto a investidores não podem ser descumpridos, inclusive os ainda não contratados, mas formalizados em protocolos de intenções. É preciso seguir a tradição de honrar o fio do bigode. A quebra de compromissos firmado por um governo legítimo, porá em risco não só o empreendimento envolvido como a confiança no Rio Grande do Sul, prejudicando as possibilidades do Estado de atrair investidores por muitas décadas.⁶⁶⁰

Como já foi referido, ao assumir o governo Olívio Dutra iniciou um processo de renegociação das bases contratuais estabelecidas pelo governo Britto com a General Motors e com a Ford, o que desembocou, em março de 1999, na suspensão dos repasses financeiros às montadoras.

Nesses primeiros meses do governo Olívio e, principalmente, no período entre a suspensão dos repasses financeiros às montadoras (dia 20 de março de 1999) e o anúncio oficial da desistência da Ford em instalar sua unidade no Rio Grande do Sul (dia 28 de abril de 1999), a FIERGS manteve-se inteiramente mobilizada, visando garantir o cumprimento, por parte do governo gaúcho, das bases contratuais originalmente estabelecidas.

No final de março, alguns dias após o anúncio da suspensão dos repasses financeiros às montadoras, o presidente da FIERGS solicitou uma audiência com o governador Olívio Dutra, com a intenção de “dar a contribuição da entidade” nas negociações com a Ford e com a General Motors. O governador não respondeu ao pedido da entidade, mesmo após seu presidente ter solicitado pessoalmente uma resposta, num encontro que ocorreu no 12º Fórum da Liberdade, realizado no dia 06 de abril de 1999, nas dependências da FIERGS. Na ausência de uma resposta do governador, o que foi interpretado como uma atitude de desrespeito à entidade (“não é possível brincar com o prestígio da entidade”, afirmava Dagoberto Lima Godoy), a FIERGS cancelou formalmente a solicitação de audiência, não escondendo o ressentimento em relação à atitude do governador no fax que transmitiu ao Palácio Piratini:

⁶⁶⁰ Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS (1993 - 1999). *Jornal do Comércio*, 13 de novembro de 1998.

Exmo. Sr.
 Olívio Dutra
 DD. Governador do Estado do Rio Grande do Sul
 Senhor Governador

Não tendo sido marcada até a presente data a audiência solicitada em 26 de março a V. Exa. por esta Federação, possivelmente pelo preenchimento de sua agenda por assuntos de maior importância para seu governo, vimos tornar sem efeito a referida solicitação. Entretanto, ficamos à disposição de V. Exa. caso venha a ser de seu interesse conhecer, por via de comunicação direta, como tem sido a tradição, a opinião a as contribuições da FIERGS a respeito dos projetos de implantação das montadoras de automóveis em nosso Estado.

Atenciosamente,
 Dagoberto Lima Godoy.⁶⁶¹

Uma das estratégias utilizadas pela FIERGS, para forçar o governo Olívio Dutra a respeitar os acordos estabelecidos com as montadoras de veículos, foi a utilização dos meios de comunicação. No período entre a suspensão dos repasses financeiros e a decisão final da Ford em não mais investir no Rio Grande do Sul, representantes da FIERGS (em especial seu presidente, industrial Dagoberto Lima Godoy) ocuparam diferentes veículos de comunicação, apresentando suas visões e seus argumentos em defesa da manutenção do acordo estabelecido entre o governo Britto e as montadoras.

O Rio Grande do Sul não pode parar

A Fiergs cumpre o dever de alertar a sociedade rio-grandense para o risco iminente que ameaça o almejado desenvolvimento econômico e social do nosso Estado: perder investimentos é abrir mão de empregos e de renda, ou seja, é um retrocesso que acarretará prejuízos para todos os gaúchos.

Em nome do futuro melhor que se quer para nossa gente e em especial para os nossos jovens, é preciso destacar os seguintes pontos:

- 1 – Não podemos perder empreendimentos pelos quais lutamos há mais de 20 anos, enquanto assistimos outros Estados desenvolverem-se rapidamente, alavancados pela indústria automobilística;
- 2 – Os projetos da GM e da Ford irão desencadear a

⁶⁶¹ FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul: a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS (1993 - 1996 - 1999) - ações e idéias I*, p. 27.

geração de mais de 100 mil empregos diretos e indiretos, pelos efeitos multiplicadores em todos os setores da economia estadual; afugentar as duas ou uma só dessas unidades será, no mínimo atrasar as respostas sociais que necessitamos;

3 – Empreendimentos desse porte induzem também novos investimentos em infra-estrutura, cujos benefícios são sempre coletivos, facilitando o desempenho das empresas menores e melhorando a qualidade de vida do povo;

4 – Não se pode cair na armadilha de colocar em contraposição os incentivos para as montadoras e os investimentos em saúde e educação ou o apoio às pequenas e médias empresas e aos agricultores; na verdade, não são propósitos excludentes, e a competência para atrair e desenvolver grandes empreendimentos é a mesma requerida para vencer os outros desafios; mas rejeitando as duas montadoras, ou uma só delas, haverá menos desenvolvimento e, portanto, menos recursos para investir naqueles setores;

5 – GM e Ford, trazendo consigo uma série de outras empresas, colocaram o Estado no mapa dos investimentos internacionais, onde a credibilidade é ponto fundamental; qualquer retrocesso no cumprimento dos contratos firmados pelo Estado prejudicará a imagem do Rio Grande, afugentando futuros negócios a curto e longo prazos;

Outros pontos ainda poderiam ser alinhados, mas fundamental é que a sociedade rio-grandense deve ser corretamente informada e conscientizada das conseqüências dos equívocos que se esboçam nas atitudes do atual governo.

A experiência de outros países mostra que a criação de um ambiente favorável a investimentos é requisito indispensável do desenvolvimento. Assim, as oportunidades de trabalho e a qualidade de vida dos gaúchos dependem da atração de muitos empreendimentos, além dos que agora estão em risco. Por a perder esses investimentos será comprometer irremediavelmente o futuro do nosso povo.⁶⁶²

Após o anúncio da Ford de que não mais insistiria na negociação com o governo Olívio Dutra e que iria buscar outro estado para a

⁶⁶² Carta Aberta aos Gaúchos. Assinada por FIERGS, CIERGS, SESI, SENAI, IEL, INDUSPREV. *Jornal do Comércio*, 15 de abril de 1999.

instalação de sua montadora de automóveis, alguns setores da burguesia gaúcha e o próprio governo estadual tentaram mobilizar a Ford para a retomada da negociação e encontrar saídas para o impasse que havia sido criado. Uma dessas saídas, apontada pelo governador Olívio Dutra, foi o levantamento de recursos entre a iniciativa privada que pudesse complementar a disponibilidade do estado e, desse modo, chegar aos valores inicialmente contratados entre a empresa e o governo gaúcho. Assim, num encontro promovido entre representantes do executivo gaúcho, da Assembléia Legislativa, senadores gaúchos, líderes empresariais, promovido para debater uma solução para o “caso Ford”, o governador Olívio Dutra sugeriu que, dos 440 milhões de reais que deveriam ser repassados para a Ford, o Estado gaúcho entrasse com 196 milhões, os governos municipais e a União com 131 milhões e os 113 milhões restantes fossem levantados num esforço “compartilhado pela iniciativa privada”.⁶⁶³

Essa proposta até foi bem recebida por alguns representantes da burguesia gaúcha que, inclusive, participaram do encontro referido dispondo-se a participar na formação de um fundo.

Devemos nos unir, criando um fundo de participação, para que a montadora fique no Rio Grande do Sul. Devemos nos unir para oferecer ao governo gaúcho idéias criativas de como cobrir essa ou aquela diferença.⁶⁶⁴

O presidente da FIERGS, no entanto, se posicionou contrário a criação de qualquer fundo resultante da participação de empresas privadas, afirmando que esse era um compromisso do estado e que, portanto, a iniciativa privada não tinha que ter outra participação a não ser na cobrança para que o governo cumprisse sua parte no contrato.

A solução do problema está exclusivamente nas mãos do governador Olívio Dutra. Existe um contrato que impõe obrigações do Estado e à Ford. Se o governo cumprir com a sua parte, a Ford terá que cumprir com a dela e levar a frente o empreendimento.⁶⁶⁵

⁶⁶³ *Jornal do Comércio*, 03 de maio de 1999, p. 10.

⁶⁶⁴ Mauro Knijnik, presidente da FEDERASUL. *Jornal do Comércio*, 30 de abril de 1999.

⁶⁶⁵ Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS (1993 - 1999). *Jornal do Comércio*, 03 de maio de 1999.

Dentro dessa linha, de pressionar o governo gaúcho para que respeitasse as bases contratuais inicialmente firmadas com a Ford, a FIERGS ocupou, inclusive, espaço em horário nobre na televisão. Assim, no dia 28 de abril de 1999, o presidente da entidade falou em cadeia estadual de televisão.

Num momento em que o emprego escasseia e o drama do desemprego sacrifica tantos irmãos nossos, a FIERGS tem o dever de lutar para não perdermos empreendimentos como o da Ford, que coroam uma luta dos gaúchos por mais de 20 anos. Além das 18 empresas novas que virão com a Ford, a montadora ativarará os negócios de centenas de empresas gaúchas, de todos os tamanhos e de todos os setores da indústria, do comércio e dos serviços. Perder a Ford será perder mais de 100 mil empregos em toda esta cadeia produtiva. Por isso, os incentivos contratados pelo Estado não podem ser confundidos com benefícios à Ford, mas como a compra do passe de um craque que nós precisamos para ganhar o campeonato do desenvolvimento do Rio Grande (...) A solução do problema está exclusivamente nas mãos do governo Olívio Dutra (...). Governador Olívio Dutra: cumpra a nossa parte do contrato e exija que a Ford cumpra a dela.⁶⁶⁶

O mesmo pronunciamento foi ao ar, pela Rede Brasil Sul (RBS), no intervalo do Jornal Nacional do dia 1º de maio daquele ano, data em que se comemorava o dia do trabalhador.

As tentativas de setores empresariais e mesmo do governo gaúcho de retomada das negociações com a Ford não surtiram efeito. A empresa já tinha tomado sua decisão de não mais instalar sua montadora no estado gaúcho, beneficiando-se de uma medida provisória do governo federal que garantia subsídios fiscais para investimentos no Nordeste brasileiro. Com a decisão definitiva da empresa, FIERGS publicou, ainda, um “manifesto ao povo gaúcho”, intitulado “Responsabilidade”, com o seguinte teor:

Diante da iminente perda definitiva do complexo Ford/Guaíba, a Fiergs, cõnscia de sua responsabilidade

⁶⁶⁶ Pronunciamento do industrial Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS, em cadeia gaúcha de televisão. Citado por FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul: a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS - ações e idéias I*, p. 31.

como representante da indústria gaúcha e parte das forças sociais de nosso Estado, objetivando oferecer o democrático contraditório ao Governo e aos gaúchos, vem manifestar publicamente a sua convicta visão de que a perda desse investimento:

Prejudica a reputação do nosso Estado como um todo, por decorrer da não sustentação de um contrato legítimo e da não-condução competente de uma eventual reformulação, abalando a confiabilidade dos acordos firmados, ao nível internacional, por gaúchos tanto do setor público como da iniciativa privada;

Prejudica os trabalhadores gaúchos, ao inviabilizar um empreendimento que geraria dezenas de milhares de empregos, diretos e indiretos, nos mais variados setores de atividades em nosso Estado, num momento em que o desemprego sacrifica a tantos e deveria preocupar a todos;

Prejudica as pequenas e médias empresas gaúchas, ao afastar uma grande empresa líder, capaz de abrir espaços para negócios de menor porte, como está demonstrado nos outros Estados brasileiros em que se instalaram uma ou mais montadoras de veículos;

Prejudica especialmente o nosso parque de autopeças, o 2º maior do País, composto por centenas de empresas de médio e pequeno porte, que mantém milhares de industriários empregados, para quem a proximidade de montadoras é quase um fator de sobrevivência, na economia globalizada;

Prejudica o mercado de trabalho das profissões de alto nível científico e tecnológico, ao afastar do Rio Grande o conjunto da Ford e das 16 novas empresas que com ela viriam para Guaíba, todas de nível mundial e, portanto, ávidas de nossos talentos humanos; ao mesmo tempo, enfraquece o projeto Porto Alegre Tecnópole – iniciativa conjunta da Prefeitura de Porto Alegre, das Universidades da Região Metropolitana e da FIERGS – ao perder uma importante indústria-âncora da Tecnópole;

Prejudica o processo reindustrialização do Rio Grande, ao inviabilizar um empreendimento que, ao lado da General Motors, Agrale-Navistar e de tantas outras empresas gaúchas do ramo, nos consolida como 2º ou 3º pólo automotivo do Brasil;

Afinal, prejudica o futuro de nossos jovens, ao desperdiçar uma preciosa oportunidade – e dificultar

outras tantas futuras – de alavancar a economia de nosso Estado, em padrões modernos e competitivos, única forma de ensejar à juventude gaúcha a realização, aqui na nossa terra, de suas legítimas ambições de crescimento e melhoria de vida.

Por isso, a Fiergs – mesmo que a oferta de auxílio da entidade não tenha sido aproveitada pelo governo no momento oportuno – registra que continuará exercendo a sua responsabilidade de agente do desenvolvimento gaúcho e permanecerá disponível, como sempre esteve, para ‘cooperar com o governo e a sociedade’ em todas as causas que interessem ao Rio Grande e ao Brasil.⁶⁶⁷

6.3. A ‘inserção subordinada’: o projeto burguês de desenvolvimento subnacional no contexto de reestruturação do capitalismo no Brasil

A economia mundial experimenta hoje profundas transformações. Tais mudanças vêm sendo alimentadas em razão de fatores de duas ordens. No plano político, o final da Guerra Fria (...) fez o capitalismo a forma dominante de organização da economia mundial. Em consequência, a ênfase na livre iniciativa e a percepção crescente do papel limitado do estado na economia ensejam a abertura de novos mercados e novas oportunidades de negócios em todas as regiões do mundo.

De outra parte, o fantástico desenvolvimento da tecnologia da informação e de comunicações viabilizam a interação generalizada dos mercados e, especialmente, movimento de capitais financeiros em escala planetária. Diante desses novos movimentos que conduzem à globalização da economia, está em curso a dissolução da velha ordem internacional baseada em economias fechadas, mercados extremamente fragmentados e o setor estatal como o núcleo principal da atividade produtiva.⁶⁶⁸

Para que o Estado (Rio Grande do Sul) se beneficie de forma integral destas novas tendências que ora se

⁶⁶⁷ *Jornal do Comércio*, 10 de maio de 1999.

⁶⁶⁸ FIERGS, *A rearquitetura do Rio Grande do Sul - garantindo o futuro*, p. 27.

manifestam nos grandes investimentos que estão chegando ao Estado, é importante que o Rio Grande do Sul tenha um projeto estratégico de desenvolvimento, capaz de promover a sua inserção neste novo cenário de crescimento e mudança...⁶⁶⁹

As duas citações acima, tiradas do documento elaborado pela FIERGS visando sua participação nas eleições estaduais no Rio Grande do Sul em 1998, indicam não somente o interesse da burguesia industrial em intervir diretamente na definição de um projeto de desenvolvimento econômico para o território gaúcho num contexto de reestruturação do capitalismo, mas, também, os fundamentos políticos e ideológicos do projeto de desenvolvimento que amadureceu em seus posicionamentos ao longo da década de 1990.

Durante a década de 1990, ficou cada vez mais claro para as lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul que, diante da mundialização do capital, mas, também, da reorientação neoliberal do Estado brasileiro, havia a necessidade de uma intervenção política na esfera subnacional, objetivando criar condições regionais mais favoráveis ao desenvolvimento do capital local e, principalmente, para atrair novos investimentos, capazes de diversificar a estrutura industrial sul-rio-grandense e fomentar uma nova dinâmica de desenvolvimento econômico no território gaúcho.

Evidentemente, a preocupação com a questão subnacional não era novidade nos anos 1990. Como, inclusive, foi apontado nesta tese, pelo menos desde a década de 1950, numa perspectiva de “descentralização” da dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no País, diferentes “burguesias estaduais” instrumentalizaram seus governos subnacionais visando criar condições mais favoráveis de integração de seus respectivos territórios naquela dinâmica de desenvolvimento. No Rio Grande do Sul, durante a década de 1970, a instalação de um pólo petroquímico (Pólo Petroquímico de Triunfo) se colocou naquele contexto de pressão da burguesia gaúcha para uma maior participação nos investimentos do governo militar e para um posicionamento mais favorável do estado gaúcho na dinâmica do capitalismo nacional.

Durante a década de 1980, a preocupação com o desenvolvimento estadual também esteve presente nas mobilizações da burguesia industrial no Rio Grande do Sul. No final daquela década, inclusive, aquela preocupação levou a FIERGS à elaboração de um documento

⁶⁶⁹ IDEM, *Ibid.*, p. 28.

(que ficou conhecido como “Relatório Sayad”), através do qual fez um diagnóstico do setor público estadual, recomendando sua reestruturação (o documento propunha, por exemplo, a transferência da CRT para o sistema TELEBRÁS, a redução na folha de pagamento do funcionalismo público, uma reforma administrativa capaz de reduzir os gastos públicos), como forma de aumentar sua capacidade de investimento e de apoiar a iniciativa privada situada no território gaúcho.⁶⁷⁰

É preciso notar, porém, que durante a década de 1990 a preocupação com a questão subnacional ganhou novos significados. Em primeiro lugar, tornou-se uma preocupação situada num novo contexto de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. A partir de então, a abertura da economia, a reestruturação neoliberal do Estado, a política de atração de capital internacional, o maior descomprometimento dos governos nacionais com o desenvolvimento regional e a vinculada guerra fiscal promovida por diferentes governos estaduais ressaltou a importância de uma intervenção mais ativa na esfera subnacional. Mas, além, disso, o contexto político sul-rio-grandense, principalmente a partir de 1994, passou a ter um componente novo. Pela primeira vez, um conjunto de forças sociais e políticas vinculadas à classe trabalhadora no estado, que desde o processo de “abertura democrática” vinham confrontando-se diretamente com os interesses da burguesia no País, conquistaram um espaço político com grande possibilidade de colocá-las à frente do executivo estadual.

Nesse sentido, a partir de então no Rio Grande do Sul, como assinalam Schmidt e Herrlein Jr.(2002), dois projetos de desenvolvimento polarizaram a dinâmica política sul-rio-grandense: por um lado, o projeto de desenvolvimento executado pelo governador Antônio Britto (1994 - 1998) e, por outro lado, o projeto de desenvolvimento executado pelo governador Olívio Dutra (1999 - 2002).

O projeto desenvolvido pelo governo Britto partiu de um “diagnóstico negativo” da economia gaúcha, a partir do qual vinculava uma “paulatina desestruturação” da mesma, por um lado, com a crise de sua vocação agrícola (decorrente, primeiro, do esgotamento da fronteira agrícola; segundo, pela competição desigual com os países vizinhos e pertencentes ao tratado do MERCOSUL, em especial o Uruguai e a Argentina), e, por outro lado, com as dificuldades de expansão na área industrial no contexto da “globalização da economia”, dado o perfil

⁶⁷⁰ FIERGS, *Rio Grande do Sul: eficácia na administração; avaliação do setor público.*

industrial gaúcho fortemente identificado com setores industriais tradicionais, com origem na produção familiar, “sem capital e tecnologia suficientes para enfrentar os desafios da concorrência internacional”.⁶⁷¹

Em função daquele diagnóstico, o projeto adotado pelo governo Britto considerou o processo de desenvolvimento como “exogenamente determinado”,⁶⁷² dependente das ações de agentes externos, ainda que com uma ação ativa do Estado subnacional na preparação de condições favoráveis de infra-estrutura e na atração de investimentos.⁶⁷³ Daí a importância que o Estado subnacional assumiu enquanto Antônio Britto esteve no governo na atração dos investimentos estrangeiros (através da política de incentivos e de renúncias fiscais às montadoras de automóveis, por exemplo) e, também, num esforço pretendido de “modernizar” a infra-estrutura estadual (onde a privatização de determinadas empresas estatais e a concessão de serviços públicos para a iniciativa privada colocaram-se como estratégicas).

O projeto desenvolvido pelo governo Dutra, por outro lado, desde sempre criou dificuldades à lógica de mundialização do capital (a re-negociação das bases contratuais estabelecidas entre o governo gaúcho e as montadoras de automóveis é ilustrativa). Além disso, procurou-se afirmar através de compromissos com a base produtiva tradicional no Rio Grande do Sul (pequenas e médias indústrias, pequena propriedade agrícola), com o estímulo ao desenvolvimento dos elos mais fracos das cadeias produtivas já situadas em território gaúcho, com a formação de redes de comercialização, compra de insumos e desenvolvimento tecnológico. Assim, em linhas gerais, o projeto desenvolvido pelo governo Dutra compreendeu o desenvolvimento subnacional

... como resultado de um movimento interno dos agentes econômicos regionais, estimulado pelas ações do Estado regional. As ações promotoras do desenvolvimento parecem não pretender provocar grandes impactos sobre a estrutura produtiva (...) mas têm de desdobrar-se em inúmeras intenções microeconômicas que pretendem aprimorar o tecido produtivo e, supostamente, capacitá-lo para captar os estímulos dinâmicos do mercado.⁶⁷⁴

⁶⁷¹ Carlos SCHMIDT, Ronaldo HERRLEIN JR., *Notas sobre o desenvolvimento do Rio Grande do Sul*, p. 272.

⁶⁷² IDEM, *Ibid.*, p. 273.

⁶⁷³ IDEM, *Ibid.*, p. 273.

⁶⁷⁴ Carlos SCHMIDT, Ronaldo HERRLEIN JR., *Notas sobre o desenvolvimento do Rio Grande do Sul*, p. 278.

Mas note-se, além disso, que o governo Dutra comprometeu-se com uma maior democratização do Estado subnacional, implantando o Orçamento Participativo e, nesse sentido, abrindo possibilidades para que a população pudesse definir prioridades na gestão pública não necessariamente vinculadas aos interesses de uma maior competitividade do capital local no contexto da mundialização do capital ou, então, com investimento de recursos públicos estaduais visando atrair grandes grupos econômicos para o território gaúcho.

Portanto, durante a década de 1990 uma nova conjuntura política e econômica, com alto grau de polarização político-ideológica no espaço sul-rio-grandense, impulsionou a ação classista da burguesia industrial e sua preocupação com o desenvolvimento subnacional.

Naquele contexto histórico, como os documentos elaborados pela FIERGS (num amplo processo de mobilização política em todo o território gaúcho) visando às eleições de 1994 e de 1998 permitem perceber, a burguesia industrial comprometeu-se com um projeto de desenvolvimento que defendeu uma *associação subordinada* do Estado subnacional à dinâmica de mundialização do capital.

Um projeto, portanto, de instrumentalização do Estado subnacional na dinâmica de mundialização do capital. Essa foi uma questão central no apoio hegemônico da burguesia industrial ao governo de Antônio Britto, mas, também, da intensa mobilização capitaneada pela FIERGS contra a postura política do governo Olívio Dutra em relação aos investimentos privados das indústrias automobilísticas no território sul-rio-grandense.

Havia, nesse sentido, uma compreensão de que a diversificação, a “modernização” e, mesmo, o desenvolvimento da estrutura industrial (mas, também, da economia como um todo) já existente no estado gaúcho requeria investimentos externos e, em especial, o aproveitamento dos fluxos de investimentos que o grande capital internacional, beneficiando-se do processo de reestruturação do capitalismo, realizava no País durante a década de 1990. Foi esse, inclusive, o teor da nota divulgada na imprensa pela FIERGS na ocasião em que a Ford definiu a instalação de sua fábrica (até então prevista para o Rio Grande do Sul) no estado da Bahia. Naquela nota, as lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul deixavam claro que a não aceitação, por parte do governo gaúcho, das condições colocadas por aquela multinacional, acarretaria prejuízos para “as pequenas e médias empresas gaúchas” (que poderiam se beneficiar das oportunidades de negócio que “uma grande empresa líder” poderia abrir), para o setor gaúcho de autopeças (“para quem a proximidade das montadoras é

quase um fator de sobrevivência na economia globalizada”), para os trabalhadores gaúchos (em virtude das “dezenas de milhares de empregos” que a empresa geraria), para o mercado de trabalho “das profissões de alto nível científico e tecnológico” (em virtude de ser aquela multinacional considerada uma “importante indústria-âncora” em termos de tecnologia), para o próprio processo de industrialização gaúcha, pois tirava a possibilidade real de se configurar no espaço sul-rio-grandense o segundo (ou o terceiro) pólo automotivo do Brasil.

Era essa a perspectiva, portanto, que legitimava a posição favorável à subordinação do Estado subnacional aos interesses do grande capital internacional que acenou com seus investimentos no território gaúcho. Perceba-se que não era o Estado subnacional o agente central na definição de uma estratégia de desenvolvimento. Ao Estado subnacional era cobrado uma participação “eficiente” (subordinada) no leilão que o capital internacional propôs aos diferentes governos subnacionais no Brasil durante a década de 1990. Lembre-se, inclusive, que a proposta de subordinação do Estado subnacional aos interesses do capital internacional surgiu da própria FIERGS. Quando o governo Britto sugeriu que a entidade apresentasse um estudo para atrair investimentos estrangeiros para o Rio Grande do Sul, o relatório apresentado pela entidade (e elaborado por um ex-executivo da indústria automobilística no Brasil) foi taxativo: o governo estadual deveria “construir um arsenal de incentivos fiscais e financeiros que superasse os benefícios concedidos por outros Estados”.

Observe-se, porém, que o interesse pela subordinação do Estado subnacional à dinâmica de mundialização do capital através da criação de condições locais altamente vantajosas (subsídios e renúncias fiscais, investimentos em infra-estrutura etc.) voltava-se, também, para o capital já instalado no território sul-rio-grandense. Como fica claro num dos “objetivos fundamentais” do “programa de governo” apresentado nas eleições estaduais de 1998, era importante promover “uma reestruturação dos setores tradicionais” da economia gaúcha, “possibilitando sua modernização” e capacitando-as para uma atuação “bem sucedida” no ambiente de “uma economia aberta, caracterizada na forma de intensas pressões competitivas”.

Ao longo da década de 1990, aliás, as lideranças da burguesia industrial defenderam uma política fiscal e de subsídios para a indústria sul-rio-grandense, naturalizando, inclusive, a guerra fiscal que ocorreu no País naquela década, pois utilizada como argumento político para pressionar o governo subnacional em favor de seus interesses. No entanto, também se reproduzia nessa defesa do “capital local” uma

concepção na qual os grandes grupos econômicos são “locomotivas” do desenvolvimento capazes de dar dinamismo a uma região econômica. É simbólico, nesse sentido, que quando Dutra, já eleito governador, anunciou que iria revisar a política de subsídios e de renúncias fiscais adotadas pelo governo Britto, “denunciando” que o principal programa de incentivos então existente (o FUNDOPEM) beneficiara um número muito reduzido de empresas, as lideranças da burguesia industrial não se posicionaram em relação à denúncia, mas, sim, em relação ao desejo do governador eleito de querer revisar o programa (criticando tal postura política).

Uma questão fundamental e implicada no projeto de desenvolvimento subnacional defendido pela burguesia industrial no Rio Grande do Sul durante a década de 1990, como é possível perceber na discussão sobre a política de atração (ou de manutenção) de grandes investimentos no território sul-rio-grandense, estava relacionada com a reestruturação do *Estado em sua esfera subnacional*.

Claro que, visando adaptar o espaço sul-rio-grandense ao processo de reestruturação do capitalismo no País e à mundialização do capital, suas lideranças perceberam, desde o início da década de 1990, a necessidade de desenvolver uma cultura de competitividade na indústria gaúcha.

Nessa direção, suas ações coletivas também estiveram comprometidas com o desenvolvimento de um processo de reestruturação produtiva na indústria gaúcha, incentivando a introdução de novas tecnologias e de novas formas de organização do trabalho, bem como outras estratégias que, individualmente, os industriais poderiam estar utilizando para aumentar a produtividade do trabalho e do capital, aprofundar a lógica de produção de um excedente econômico na relação entre capital e trabalho, aumentar os níveis de competitividade num contexto de abertura de economia e de possibilidades de atuar num espaço econômico mais amplo e competitivo. Tanto o documento de 1994 quanto o documento de 1998 partem desse pressuposto. Ou seja, o pressuposto de que as empresas precisavam se preparar (garantir níveis excelentes de competitividade) diante de uma economia mundial que experimentava “profundas transformações”.

Porém, como já era enfatizado pelo documento de 1994,

As empresas (...) não são elementos isolados. Elas fazem parte do sistema sócio-econômico da Nação, do Estado e do município onde se localizam. A competitividade inclui, assim, elementos coletivos e estruturais

pertinentes ao ambiente em que trabalham as organizações.⁶⁷⁵

Assim, a *reestruturação neoliberal* do Estado subnacional assumia grande importância no projeto de adaptação do espaço estadual no processo de reestruturação do capitalismo e de mundialização do capital.

Desnecessário afirmar, nesse ponto da análise, que a reestruturação neoliberal do Estado defendida pela burguesia industrial não tinha compromisso nenhum com concepções contrárias à intervenção estatal, considerada prejudicial, por natureza, ao livre desenvolvimento da iniciativa privada (como, inclusive, no calor do debate político-ideológico, especialmente no início da década de 1990, aparecia no próprio discurso de lideranças da burguesia industrial). A reestruturação estatal defendida pressupunha a intervenção do Estado, mas um Estado submetido aos interesses do capital, ou, o que é a mesma coisa, um Estado capaz de intervir na economia e na sociedade em favor do mercado.

Nesse processo de reestruturação do Estado subnacional, as privatizações de empresas estatais e a concessão de serviços públicos à iniciativa privada ocupavam grande importância. Havia a compreensão, entre as lideranças da burguesia industrial, de que uma vez privatizadas as empresas estatais e concedido para a iniciativa privada o direito de explorar algumas atividades até então na mãos do Estado (estradas, por exemplo), criar-se-ia a possibilidade de recuperar a infra-estrutura estadual, sucateada pela “ineficiência” estatal (como afirmava o discurso ideológico de algumas lideranças da burguesia industrial), mas, fundamentalmente, pela crise estrutural do Estado a partir da década de 1980. Mas havia, também, a compreensão de que a privatização de estatais e a concessão de serviços públicos eram estratégias importantes de atração do capital estrangeiro, com capacidade maior de realizar os investimentos requeridos, realizar aportes tecnológicos e, portanto, “modernizar” a infra-estrutura estadual.

Como foi indicado anteriormente, a reestruturação neoliberal do Estado subnacional defendida pela burguesia industrial implicava também uma ampla “racionalização administrativa” nas atividades governamentais, envolvendo essa “racionalização” desde a adoção de critérios utilizados pela iniciativa privada na gestão pública até a

⁶⁷⁵ FIERGS, *Projeto FIERGS/Novo Governo do RGS*, p. 5.

seletividade das ações estatais nas áreas sociais, defendendo-se, nessa questão, um maior descomprometimento da esfera subnacional (com a defesa, por exemplo, da municipalização de determinados serviços sociais).

Na base desse projeto de “racionalização” das atividades governamentais estava o interesse de recuperar as finanças públicas, recuperando sua capacidade de investimento, mas, também, criar condições fiscais mais favoráveis para a iniciativa privada localizada no território sul-rio-grandense, numa perspectiva de que o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) deveria ser utilizado não para “resolver os problemas de caixa do Estado”, mas como “instrumento” de uma política industrial.

Portanto, no projeto de reestruturação neoliberal do Estado subnacional defendido pela burguesia industrial no Rio Grande do Sul durante os anos 1990, Estado e desenvolvimento econômico não se excluía, não eram vistos como contraditórios. Pelo contrário, através de seus posicionamentos políticos revelava-se uma concepção de Estado forte, capaz de intervir na economia e na sociedade em favor da iniciativa privada, protegendo-a quando necessário e contribuindo para que alcançasse maior competitividade no processo de reestruturação do capitalismo no País. Era um Estado instrumento, portanto, no interesse de reestruturar o capitalismo em favor dos interesses do capital. Afinal, como afirmava Suzanne de Brunhoff ainda no início dos anos 1990, “o ‘big market’ não pode administrar sua própria crise sem a intervenção do Estado. Sua verdade é o oposto do que anuncia seu discurso teórico”.⁶⁷⁶

⁶⁷⁶ Suzanne de BRUNHOFF, *A hora do mercado: críticas do liberalismo*, p. 182.

Conclusões

Esta tese analisou a formação de classe da burguesia industrial no Rio Grande do Sul no contexto da reestruturação do capitalismo no Brasil durante a década de 1990. A análise realizada, como indicado desde a introdução, enfocou três questões principais: a) a sua organização classista, visando colocar-se diante daquele processo de reestruturação como força social e coletivamente mobilizada em defesa de interesses coletivamente partilhados; b) os seus posicionamentos políticos em relação ao projeto neoliberal de reestruturação do capitalismo executado pelos governos brasileiros naquela década; c) a sua participação política na definição de um projeto de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul naquele contexto de reestruturação.

No que diz respeito à organização classista, procurou-se demonstrar que sua formação de classe, ou seja, sua capacidade de atuar como força social e coletivamente organizada, esteve fortemente vinculada ao papel estratégico que a FIERGS ocupou naquele contexto histórico tanto na construção de uma solidariedade de classe (sob o ponto de vista político-ideológico e sob o ponto de vista organizativo) quanto na articulação de práticas de classe, objetivando operacionalizar objetivos coletivos e viabilizar ativamente sua participação político-ideológica.

Não se pretendeu com isso relativizar a importância que outras instituições representativas tiveram junto à burguesia industrial no Rio Grande do Sul naquele contexto. Embora não tenham sido contempladas nesta tese, é sabido que outras instituições, como, por exemplo, determinados Sindicatos de Indústrias e entidades como o Instituto Liberal e o Instituto de Estudos Empresariais, ocupavam espaços políticos importantes na articulação político-ideológica não somente da burguesia industrial, mas, também, de outras frações da burguesia gaúcha.⁶⁷⁷

⁶⁷⁷ Denise Gros, por exemplo, desde a década de 1980 mostra a importância que tanto o Instituto Liberal quanto o Instituto de Estudos Empresariais ocupam na formação político-ideológica do “empresariado” no Rio Grande do Sul. Segundo a autora, ainda durante aquela década, esses dois “institutos” tinham importância significativa na disseminação da concepção neoliberal e, nessa direção na discussão (no interior da burguesia gaúcha) “sobre os rumos da

Não houve pretensão, também, de afirmar que as posições políticas assumidas pela FIERGS representavam, em todos os momentos do período histórico analisado, uma unidade absoluta entre a burguesia industrial no Rio Grande do Sul, anulando-se qualquer possibilidade de divergência e, mesmo, de posições antagônicas.⁶⁷⁸

Não se descuide, porém, do fato de que algumas formas de intermediação dos interesses da burguesia industrial têm uma natureza de atuação política mais restrita. Embora sejam expressões das diferentes possibilidades de intermediação de interesses com as quais a burguesia pode contar, caracterizam-se pelo caráter setorial, corporativo. É o caso, por exemplo, dos Sindicatos de Indústria e, mesmo, de alguns grupos econômicos que, pela importância econômica que representam, conseguem estabelecer uma relação direta com espaços governamentais de poder para defender seus interesses.

Mesmo instituições como o Instituto Liberal e o Instituto de Estudos Empresariais, embora de inegável contribuição para a disseminação da concepção neoliberal no interior da burguesia industrial, durante a década de 1990 não se colocaram como protagonistas principais nos momentos de mobilização e de pressão da “burguesia gaúcha” junto às instâncias governamentais em defesa de interesses coletivamente partilhados.

Contudo, se considerado o fato de que a capacidade organizacional de uma classe é um elemento importante para conciliar interesses divergentes, mobilizar diferentes segmentos em torno de interesses fundamentais e compartilhados num processo de lutas, parece inegável que a FIERGS, não só por uma questão de representação formal, mas, principalmente, *pelo esforço político de seus dirigentes durante a década de 1990*, colocou-se como uma entidade de fundamental importância no *fazer-se classe* da burguesia industrial no Rio Grande do Sul durante a década de 1990.

A FIERGS reunia em torno de si um número muito expressivo de sindicatos e de associações industriais vinculadas aos setores

economia capitalista”, não numa perspectiva apenas econômica e corporativista, mas, fundamentalmente, numa perspectiva mais ampla, defendendo “uma reorganização das relações econômicas e sociais que privilegie a economia de mercado e diminua a atividade econômica do Estado capitalista...”. GROS, Denise B. *Empresariado e atuação política na Nova República: notas sobre as entidades liberais no Rio Grande do Sul*, p. 119.

⁶⁷⁸ Como foi indicado nesta tese, durante as eleições estaduais de 1998 no Rio Grande do Sul, quando dois projetos (antagônicos) de desenvolvimento subnacional estavam em disputa, ainda que a FIERGS tenha defendido publicamente a reeleição de Antônio Britto, Olívio Dutra recebeu apoio de industriais gaúchos.

empresariais no Rio Grande do Sul (de caráter municipal, regional e, mesmo, nacional). Além disso, durante a década de 1990 as eleições para a direção da FIERGS foram realizadas com chapa única e os candidatos apresentados receberam amplo apoio dos sindicatos filiados (com manifestações públicas de apoio em períodos anteriores às eleições). Isso não pode ser relativizado, pois foi resultado de um esforço político de seus dirigentes visando ampliar sua representatividade, integrando à entidade o maior número possível de “lideranças empresariais” (representando todos os setores industriais e todas as regiões do estado gaúcho), e organizar mobilizações políticas capazes de aglutinar política e ideologicamente toda a burguesia industrial no Rio Grande do Sul.

Aquele esforço político garantiu para a FIERGS uma importância central no processo de articulação classista da burguesia industrial no Rio Grande do Sul. Como demonstrado nesta tese, nos principais momentos da década de 1990, quando questões de importância central estavam sendo discutidas (não somente para a indústria sul-rio-grandense, mas, também, para os rumos do processo de reestruturação neoliberal do capitalismo no País), a entidade procurou mobilizar a burguesia industrial sul-rio-grandense, motivou a construção de consensos, articulou pressões políticas para a defesa de seus interesses de classe. A mobilização política em favor das “reformas estruturais”, inclusive pelo tempo que esteve na “agenda política” da burguesia industrial naquela década, é muito ilustrativa.

Essas questões são importantes porque contribuem para problematizar teses recorrentes na bibliografia que analisa a participação política da burguesia industrial no Brasil. Teses que enfatizam sua heterogeneidade de interesses, sua fragmentação excessiva, o alto grau de corporativismo presente em seu comportamento político, do que resultaria uma dificuldade de articular ações conjuntas em torno de interesses coletivamente partilhados. Mas, também, teses que, em função da complexificação da estrutura de representação de interesses da burguesia (fenômeno ocorrido já a partir da década de 1980), tendem a questionar a capacidade das “instituições tradicionais” (federações estaduais e a própria Confederação Nacional da Indústria) de representarem a diversidade e a complexidade de interesses industriais no Brasil.

Pelo menos no Rio Grande do Sul, a estrutura tradicional de representação mostrou grande capacidade política de articulação classista da burguesia industrial durante a década de 1990. O poder e a habilidade que a direção da FIERGS demonstrou ao articular

coletivamente a burguesia industrial e ao organizar práticas coletivas em defesa de seus interesses, em diferentes momentos daquela década (eleições presidenciais de 1989, revisão constitucional de 1993, pressões em favor das “reformas estruturais” durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, eleições presidenciais e governamentais de 1994 e de 1998, luta em favor de interesses econômicos da indústria gaúcha no contexto da execução do Plano Real, mobilização em favor da manutenção da política de incentivos às multinacionais no estado gaúcho), não deixa dúvidas quanto à sua importância enquanto entidade de representação classista da burguesia industrial no Rio Grande do Sul. Portanto, sua importância enquanto “agente coletivo”, capaz de visualizar interesses de classe (com potencial de “compartilhamento” coletivo), perseguir uma coesão interna de classe, articular posições hegemônicas (regulando relações divergentes), viabilizar a inserção política e ideológica da classe nas instâncias de decisão da sociedade, articular a conversão de projetos particulares (de classe) em demandas gerais da sociedade.

Mas a análise realizada nesta tese apresentou, também, elementos com grande significação histórica para que se afirme que a mesma articulação classista se fez presente em nível nacional, através da liderança da Confederação Nacional da Indústria. A mobilização política da burguesia industrial no Rio Grande do Sul visando interferir no projeto neoliberal de reestruturação do capitalismo no Brasil não se deu de forma isolada, mas, ao contrário, de modo articulado com outras federações estaduais de indústrias e através da CNI. Novamente aqui, a defesa das “reformas estruturais” e as lutas contra determinados pontos da política econômica adotada a partir da implantação do Plano Real (abertura abrupta da economia, taxa de juros, política cambial) ilustram a capacidade de articulação classista alcançada pela burguesia industrial no Brasil durante a década de 1990.

A ênfase na capacidade de articulação classista não relativiza divergências, pois as divergências são constituintes das experiências históricas das classes. A execução do projeto neoliberal de reestruturação do capitalismo no Brasil durante a década de 1990 não atingiu da mesma forma os diferentes segmentos industriais no Rio Grande do Sul. Para alguns segmentos industriais as dificuldades foram maiores (por exemplo, pela forma como foram atingidos pela política de abertura da economia e a conseqüente competição com produtos estrangeiros). Nesses segmentos, as indústrias adotaram estratégias individuais para contornar a situação negativa (algumas empresas, por exemplo, deslocaram suas fábricas para o Nordeste), mas, também, se

articularam coletivamente para a defesa de seus interesses setoriais e corporativos (mobilização em favor de proteção e políticas de incentivos junto ao governo nacional).

Interessante notar, porém, que dessas divergências (em relação a determinadas políticas adotadas pelos governos nacionais) e, em consequência, das práticas de defesa de interesses individuais, setoriais e corporativos não resultou uma ruptura política e ideológica com o projeto neoliberal de reestruturação do capitalismo no País. Mesmo os segmentos industriais mais atingidos por determinadas políticas implicadas na política econômica adotada a partir da implantação do Plano Real (setor de calçados, por exemplo) tinham representação na FIERGS. O que se observou foi uma luta contra questões pontuais da política econômica. Mas havia concordância com a direção política e ideológica adotada, o que significa afirmar que o projeto neoliberal de reestruturação do capitalismo no País em momento algum foi questionado.

É preciso destacar, ainda, as manifestações variadas de práticas de classe, visualizadas a partir da experiência histórica da FIERGS, com as quais a burguesia industrial no Rio Grande do Sul procurou concretizar seus interesses de classe. O primeiro destaque dirige-se, sem dúvida, ao processo de aperfeiçoamento da estrutura organizacional da FIERGS, através do qual a burguesia industrial contou com a atuação de um expressivo número de “intelectuais orgânicos” que, diariamente, instrumentalizaram a entidade para uma ação premeditada e com intencionalidade planejada em defesa de seus interesses de classe. Destaque-se, igualmente, o esforço em aglutinar os diferentes setores e as diferentes regiões gaúchas num processo coletivo de mobilização, onde o processo de “interiorização da FIERGS” colocou-se como expressão muito significativa. Mas também as mobilizações políticas que ao longo da década de 1990 foram realizadas, que envolveram ações voltadas à articulação intra-classe, ações dirigidas à sociedade gaúcha como um todo (num esforço de criar consensos em torno de propostas e concepções político-ideológicas defendidas), articulações diretas com representantes políticos (deputados, senadores, secretários estaduais, ministros de Estado, governadores, presidentes) visando defender seus interesses nos momentos em que questões importantes naquela conjuntura estavam sendo discutidas e decididas nas instâncias de poder governamental.

Toda aquela articulação coletiva situava-se num processo de formação de classe que já vinha sendo gestado nas lutas de classe da burguesia industrial no Rio Grande do Sul desde a década de 1980, no

contexto da “redemocratização” da sociedade brasileira. Durante a segunda metade daquela década, o avanço dos movimentos sociais vinculados às classes trabalhadoras e a possibilidade de um “projeto de desenvolvimento democrático e distributivista”, mobilizou a burguesia industrial num crescente distanciamento em relação à saída desenvolvimentista e em favor de uma reorientação neoliberal no padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil. Naquele período, porém a burguesia industrial, sob o ponto de vista político-ideológico, adotou um *comportamento reativo*, de reação à possibilidade de avanços nas demandas e projetos defendidos e vinculados às classes trabalhadoras no País. É nesse sentido, por exemplo, que nas eleições presidenciais de 1989 a direção principal da mobilização política da burguesia industrial no Rio Grande do Sul esteve vinculada aos receios quanto à eleição de Luis Inácio Lula da Silva.

A partir da eleição de Collor de Melo, no entanto, as lutas de classe da burguesia industrial tomaram novos rumos. A contraposição aos projetos políticos e ideológicos defendidos pelas classes trabalhadoras no País deixou de ser a direção principal de suas lutas. O neoliberalismo alcançou crescente hegemonia não somente na definição das políticas governamentais no País, mas, também, na construção de um “senso comum”, difundido na sociedade brasileira, que ressaltou a lógica do mercado como uma lógica da eficiência, da inovação, do progresso e condenou as atividades estatais como espaços do desperdício, da morosidade burocrática, dos privilégios. A partir de então, as lutas de classe da burguesia industrial estiveram muito mais vinculadas à defesa de um projeto neoliberal de reestruturação do capitalismo no País e à defesa de seus interesses econômicos no contexto de execução daquele projeto.

As lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul continuaram se dirigindo a Brasília para defender seus interesses de classe e lá continuaram encontrando movimentos sociais e políticos vinculados às classes trabalhadoras no País. Mas as posições e as motivações se inverteram. É simbólico que, em 1987, uma comitiva liderada pela FIERGS tenha ido para Brasília defender a não inclusão (na Carta Constitucional de 1988) de direitos sociais e trabalhistas defendidos pelas classes trabalhadoras; durante os anos 1990, uma comitiva também liderada pela FIERGS foi a Brasília, *porém para defender a realização das reformas neoliberais*, lá encontrando trabalhadores e trabalhadoras que não estavam pleiteando reformas, mas, ao contrário, estavam se contrapondo às reformas pretendidas pela burguesia no País.

Os posicionamentos políticos hegemônicos entre a burguesia industrial no Rio Grande do Sul, fundamentados no ideário neoliberal, tornaram-se, portanto, *propositivos*, de defesa de um projeto de reestruturação neoliberal do capitalismo no Brasil.

Na base daquele projeto político estavam os objetivos fundamentais do processo de reestruturação do capitalismo afirmado pelas forças sociais e políticas representativas do capital (em esfera mundial) desde a década de 1970: aumentar a produtividade do capital e do trabalho, aprofundar a lógica de produção de mais-valia nas relações entre capital e trabalho, mundializar a produção, a comercialização e os mercados (tornando os “espaços locais” mais atrativos para o capital e buscando ampliar as possibilidades de exploração de novos espaços econômicos), redefinir as funções do Estado em favor de ganhos de competitividade do capital e em detrimento dos interesses dos trabalhadores. Sob o ponto de vista político-ideológico, o projeto defendido alinhava-se com as proposições que, ainda durante a década de 1990, as instituições internacionais comprometidas com a reestruturação neoliberal do capitalismo “apresentaram” para os países latino-americanos (através do “Consenso de Washington”): disciplina fiscal, com maior controle nos gastos estatais; reforma tributária, com redução dos impostos; redefinição das funções estatais; privatização de empresas estatais e maior participação da iniciativa privada em atividades até então sob o controle estatal; maior liberalização da economia, com políticas de atração do capital internacional; maior desregulamentação estatal, com redução das funções reguladoras do Estado, em especial no que diz respeito às relações capital e trabalho.

A defesa da reestruturação neoliberal do capitalismo no País orientou *os posicionamentos políticos favoráveis em relação aos diferentes governos nacionais* durante a década de 1990 (Fernando Collor de Melo, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso).

O posicionamento favorável ao projeto neoliberal não impediu, no entanto, que a burguesia industrial no Rio Grande do Sul se posicionasse criticamente em relação ao modo como aqueles governos conduziram o processo de reestruturação neoliberal do capitalismo no País. Assim se observou em relação ao governo Collor, especialmente diante do fracasso de sua política econômica no que diz respeito ao controle inflacionário e à superação de um quadro histórico de estagnação econômica. Mas, também, em relação a determinados pontos da política econômica adotada a partir da implantação do Plano Real (em 1994), em especial a política de juros, a política cambial e a

abertura abrupta da economia (com a conseqüente exposição do mercado nacional à competição internacional).

Note-se, porém, que em nenhum momento as críticas e as dificuldades enfrentadas pela indústria diante da política econômica adotada, arranhou a posição hegemônica de defesa do projeto neoliberal. Isso ficou evidenciado, por exemplo, na desconfiança em relação ao processo de Impeachment de Fernando Collor de Melo (e a defesa de uma saída numa perspectiva de continuidade do projeto neoliberal que aquele governo vinha executando), na defesa da implantação do Plano Real, na defesa da eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1995 (em que pese as implicações - já sentidas naquele momento - do Plano Real sobre a indústria no País), na defesa da reeleição de Fernando Henrique Cardoso em 1998.

Diante das dificuldades encontradas, a burguesia defendeu o aprofundamento do projeto neoliberal, através das “reformas estruturais”. Como foi indicado nesta tese, em todos os momentos nos quais os governos nacionais no Brasil (durante a década de 1990) enfrentaram dificuldades de manter a estabilidade econômica e superar situações de estagnação econômica, mas, também, diante da adversidade de algumas políticas neoliberais adotadas por aqueles governos, a burguesia industrial defendeu a realização das “reformas estruturais”: administrativa, tributária, das relações trabalhistas, da previdência.

A “agenda de reformas” assumida pelos governos brasileiros durante a década de 1990 era a mesma “agenda de reformas” defendida pela burguesia industrial. As reformas realizadas por aqueles governos não foram realizadas com a rapidez e a profundidade pretendidas pela burguesia industrial. Em relação à reforma tributária, por exemplo, havia a expectativa na burguesia industrial de que aquela reforma fosse realizada ainda na primeira metade da década de 1990, contemplando uma perspectiva de diminuição da carga tributária. De qualquer forma, as reformas realizadas até o final do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (reforma administrativa, reforma na ordem econômica, reforma no Estado, reforma previdenciária, reforma na legislação trabalhista) foram de encontro com as expectativas da burguesia industrial, ainda que algumas delas não tenham chegado ao alcance e à profundidade desejados.

Por fim, a análise realizada mostrou a ativa participação política da burguesia industrial no debate em torno de um projeto de desenvolvimento subnacional para o Rio Grande do Sul no contexto de reestruturação do capitalismo no Brasil.

O projeto neoliberal executado pelos governos brasileiros durante a década de 1990 teve impactos significativos sobre os espaços subnacionais. Ao apostar na eficiência do mercado e das regiões no estabelecimento de estratégias de inserção econômica aquele projeto garantiu, por um lado, um grau significativo de liberdade ao capital internacional que investiu no País naquela década para que promovesse um verdadeiro leilão pela definição de locais mais favoráveis aos seus investimentos; por outro lado, aquele projeto motivou as burguesias subnacionais a pressionar seus respectivos governos para que promovessem políticas de incentivos ao capital (políticas de subsídios e de renúncias fiscais às empresas, investimentos na infra-estrutura econômica e social), tanto para atrair os fluxos de investimentos do capital internacional quanto para tornar mais competitivo o capital já localizado em seus territórios num cenário de abertura da economia e de aumento da competitividade econômica.

Aquele contexto despertou uma maior preocupação entre a burguesia industrial no Rio Grande do Sul com a competitividade da indústria gaúcha, impulsionando um processo de reestruturação produtiva (inovações tecnológicas e organizacionais) que, embora heterogêneo, se colocou a partir da década de 1990 como uma meta (individual e coletiva) “a ser perseguida por todos” visando alcançar níveis mais elevados de competitividade no mercado.

Mas naquele contexto, também, a burguesia industrial passou a dar uma maior atenção à política subnacional e à definição de um projeto de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. Nessa direção, inclusive, desde a primeira metade da década de 1990 suas lideranças políticas vinham gestando um projeto de reestruturação da economia subnacional. Aquele projeto, como se viu, atribuía grande importância aos investimentos estrangeiros como forma de diversificar e dinamizar a economia gaúcha, mas, também, à reestruturação do Estado subnacional (definida a partir dos pressupostos neoliberais), como forma de instrumentalizá-lo num processo de criação de condições mais favoráveis para a competitividade do capital já instalado no Rio Grande do Sul.

O projeto de desenvolvimento subnacional defendido pela burguesia industrial, porém, não era consensual no Rio Grande do Sul, tendo encontrado forte resistência, inclusive, junto a forças sociais e políticas que assumiram o governo gaúcho no final da década de 1990.

No contexto histórico polarizado e conflituoso que se configurou no território sul-rio-grandense, a burguesia industrial defendeu um projeto de desenvolvimento subnacional que afirmou a importância da

inserção subordinada do Rio Grande do Sul à lógica de valorização do capital e, em especial, ao grande capital internacional, entendido esse como estratégico para diversificar e dinamizar a economia gaúcha, impulsionando sua inserção competitiva no processo de reestruturação do capitalismo em nível mundial.

Foi nessa direção que a FIERGS, expressando uma posição política hegemônica na burguesia industrial no Rio Grande do Sul, organizou intensa mobilização em favor de uma “participação competitiva” do governo gaúcho no leilão que as multinacionais do setor automobilístico promoveram no Brasil durante os anos 1990 para definir os locais onde instalaram suas fábricas.

Anexos

Anexo 01 - Sindicatos Filiados a FIERGS em 1999.

Sindicato da Indústria de Adubos no Estado do Rio Grande do Sul.

Sindicato das Indústrias de Alfaiataria, Confeções, Malharia e Vestuário de Bento Gonçalves.

Sindicato da Indústria de Alimentação de Bento Gonçalves.

Sindicato das Indústrias de Alimentação de Caxias do Sul.

Sindicato das Indústrias de Alimentação de Dom Pedrito.

Sindicato das Indústrias de Alimentação de Erechim.

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado do Rio Grande do Sul.

Sindicato da Indústria do Arroz de Pelotas.

Sindicato da Indústria do Arroz no Estado do Rio Grande do Sul.

Sindicato das Indústrias do Arroz, de Torrefação e Moagem de Café, de Planificação e Confeitaria, de Laticínios e Produtos Derivados, de Cervejas e de Bebidas em Geral, de Carnes e Derivados, de Fumo, dos Congelados, dos Sorvetes, Concentrados e liofilizados e de Rações Balanceadas de Bagé.

Sindicato da Indústria de Artefatos de Borracha no Estado do Rio Grande do Sul.

Sindicato das Indústrias de Artefatos de Couro do Estado do Rio Grande do Sul.

Sindicato das Indústrias de Artefatos de Couro de São Leopoldo.

Sindicato das Indústrias de Artefatos de Papel e Papelão de Novo Hamburgo.

Sindicato das Indústrias de Balas, Chocolates, Confeitos e Similares de Erechim.

Sindicato da Indústria de Café no Estado do Rio Grande do Sul.

Sindicato das Indústrias de Calçados, de Alfaiataria e de Confeções de Roupas de Homem, de Camisas para Homem e Roupas Brancas, de Guarda-Chuvas e Bengalas e de Chapéus de Caxias do Sul.

Sindicato da Indústria de Calçados de Campo Bom.

Sindicato das Indústrias de Calçados de Dois Irmãos.

Sindicato das Indústrias de Calçados de Estância Velha.

Sindicato das Indústrias de Calçados de Farroupilha.

Sindicato da Indústria de Calçado de Igrejinha.
Sindicato da Indústria de Calçado de Ivoti.
Sindicato da Indústria de Calçado de Novo Hamburgo.
Sindicato da Indústria de Calçado de Parobé.
Sindicato da Indústria de Calçado do Estado do RGS.
Sindicato da Indústria de Calçado de Sapiranga.
Sindicato da Indústria de Calçado de Taquara.
Sindicato da Indústria de Calçados de Três Coroas.
Sindicato das Indústrias de Carne e Derivados no Estado do RGS.
Sindicato da Indústria de Cervejas e Bebidas em Geral no Estado do RGS.
Sindicato da Indústria da Construção Civil de Caxias do Sul.
Sindicato da Indústria da Construção Civil de Santa Maria.
Sindicato da Indústria da Construção Civil e Moveleira de Pelotas.
Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do RGS.
Sindicato das Indústrias da Construção de Estradas, Pavimentação, Obras de Terraplanagem em Geral no Estado do RGS.
Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Bento Gonçalves.
Sindicato das Indústrias da Construção Civil, de Olaria, de Ladrilhos Hidráulicos e Produtos de Cimento, de Serrarias e Marcenarias de Novo Hamburgo.
Sindicato da Indústria da Construção e do Mobiliário de Erechim.
Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Lagoa Vermelha.
Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário Passo Fundo.
Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Santa Rosa.
Sindicato da Indústria da Construção e do Mobiliário de São Leopoldo.
Sindicato das Indústrias de Curtimento de Couros e Peles de Estância Velha.
Sindicato da Indústria de Curtimento de Couros e Peles de Novo Hamburgo.
Sindicato da Indústria de Curtimento de Couros e Peles de Pelotas.
Sindicato da Indústria de Curtimento de Couros e Peles de Portão.
Sindicato da Indústria de Doce e Conservas Alimentícias de Pelotas.
Sindicato das Indústrias de Doce e Conservas Alimentícias do Estado do RGS.
Sindicato das Indústrias de Extração de Madeira no Estado do RGS.
Sindicato da Indústria da Extração de Madeira de Porto Alegre.
Sindicato das Indústrias de Extração de Mármore, Calcários e Pedreiras no Estado do RGS.

Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Caxias do Sul.
Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Farroupilha.
Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem no Estado do RGS.
Sindicato da Indústria do Fumo no Estado do RGS.
Sindicato das Indústrias Gráficas de Caxias do Sul.
Sindicato da Indústria Gráfica de Pelotas.
Sindicato da Indústria Gráfica no Estado do RGS.
Sindicato das Indústrias de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas de Caxias do Sul.
Sindicato da Indústria de Joalherias, Mineração, Lapidação, Beneficiamento, Transformação de Pedras Preciosas e Semi-Preciosas do Estado do RGS.
Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no RGS.
Sindicato da Indústria de Máquinas e Implementos Agrícolas no RGS.
Sindicato da Indústria de Máquinas e Implementos Agrícolas, de Matrizes e Moldes, de Fundição e de Materiais e Equipamentos Rodoviários e Ferroviários de Novo Hamburgo.
Sindicato da Indústria de Marcenaria no Estado do RGS.
Sindicato das Indústrias de Mármore e Granito no RGS.
Sindicato da Indústria do Mate no Estado do RGS.
Sindicato da Indústria de Material Plástico do Nordeste Gaúcho.
Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado do RGS.
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Bento Gonçalves.
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Cachoeira do Sul.
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Canoas.
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul.
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Ijuí.
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Pelotas.
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do RGS.
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Santa Maria.
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Leopoldo.

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Santa Rosa.

Sindicato das Indústrias do Mobiliário da Região das Hortênsias.

Sindicato das Indústrias de Olaria e Cerâmica para Construção no RGS.

Sindicato das Indústrias de Óleos Vegetais no Estado do RGS.

Sindicato das Indústrias de Panificação, Massas Alimentícias e Biscoitos de Pelotas.

Sindicato das Indústrias de Panificação, Confeitaria, Massas, Alimentos e Biscoitos no Estado do RGS.

Sindicato das Indústrias de Papel, Papelão e Cortiça do Estado do RGS.

Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do RGS.

Sindicatos das Indústrias de Produtos Farmacêuticos do Estado do RGS.

Sindicato das Indústrias de Produtos Suínos no Estado do RGS.

Sindicato das Indústrias Químicas no Estado do RGS.

Sindicato das Indústrias de Reparação de Veículos e Acessórios no Estado do RGS.

Sindicato das Indústrias de Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomerados e Chapas de Fibras de Madeira de Caxias do Sul.

Sindicato das Indústrias de Serrarias, Carpintarias e Tanoarias de Ijuí.

Sindicato da Indústria do Trigo no Estado do RGS.

Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado do RGS.

Sindicato das Indústrias do Vestuário de Santa Cruz do Sul.

Sindicato das Indústrias do Vestuário de São Leopoldo.

Sindicato das Indústrias do Vestuário da Zona Sul.

Sindicato das Indústrias de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmicas de Louça e Porcelana no Estado do RGS.

Sindicato da Indústria do Vinho do Estado do RGS.

Sindicato Nacional da Indústria de Cimento.

Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores.

Sindicato Nacional da Indústria da Construção Naval.

Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal.

Sindicato Nacional da Indústria da Extração de Carvão.

Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas.

Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal.

Sindicato Nacional da Indústria de Tratores, Caminhões, Automóveis e Veículos Similares.

Sindicato Nacional das Indústrias Siderúrgicas.

Sindicato Interestadual da Indústria de Materiais e Equipamentos Ferroviários e Rodoviários.

Anexo 02 - Entidades associadas ao CIERGS em 1999.

Associação Comercial e Industrial de Aceguá
Associação Comercial e Industrial, de Serviços e Agropecuária de Água Santa.
Associação Comercial e Industrial de Agudo.
Associação Comercial e Industrial de Ajuricaba.
Associação Comercial e Industrial de Alecrim.
Centro Empresarial de Alegrete.
Associação Comercial e Industrial de Alegria.
Associação Comercial e Industrial de Alpestre.
Associação Comercial e Industrial, de Prestação de Serviços de Alto Alegre.
Associação Comercial e Industrial de Alvorada.
Câmara dos Dirigentes Lojistas de Amaral Ferrador.
Câmara dos Dirigentes Lojistas de Anta Gorda.
Associação Comercial e Industrial e de Serviços de Antônio Prado.
Associação Comercial e Industrial de Aratiba.
Associação Comercial e Industrial, Agropecuária e de Serviços de Arroio do Tigre.
Associação Comercial e Industrial de Arroio dos Ratos.
Associação Comercial e Industrial de Arroio Grande.
Associação Comercial e Industrial de Arroio do Meio.
Câmara dos Dirigentes Lojistas de Arvorezinha.
Associação Comercial e Industrial de Augusto Pestana.
Associação Comercial e Industrial de Bagé.
Associação Comercial e Industrial de Barão do Triunfo.
Associação Comercial e Industrial de Barra do Ribeiro.
Associação Comercial e Industrial e de Serviços de Barros Cassal.
Associação Comercial e Industrial e de Serviços de Bento Gonçalves.
Associação Comercial e Industrial de Boa Vista de Buricá.
Associação Comercial e Industrial de Boa Vista das Missões.
Associação Comercial e Industrial de Bom Jesus.
Associação Comercial e Industrial de Bom Princípio.
Associação Comercial e Industrial e Agropastoril de Bom Retiro do Sul.
Associação Comercial e Industrial de Bossoroca.
Câmara dos Dirigentes Lojistas de Brochier.
Câmara dos Dirigentes Lojistas de Butiá.
Associação Comercial e Industrial de Caçapava do Sul.
Associação Comercial e Industrial de Cacequi.
Associação Comercial e Industrial de Cachoeira do Sul.

Associação Comercial e Industrial de Cachoeirinha.
Centro das Indústrias de Cachoeirinha.
Associação Comercial e Industrial de Caibaté.
Associação Comercial e Industrial de Camaquã.
Câmara Industrial e Comercial de Cambará do Sul.
Associação Comercial e Industrial de Campina das Missões.
Associação Comercial e Industrial de Campinas do Sul.
Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campinas do Sul.
Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Bom.
Associação Comercial e Industrial de Campo Novo.
Associação Comercial e Industrial de Candelária.
Associação Comercial e Industrial de Cândido Godoy.
Associação Comercial e Industrial de Canela.
Câmara da Indústria e Comércio da Região das Hortências\Canela.
Associação Comercial e Industrial de Canguçu.
Câmara da Indústria, Comércio e de Serviços de Canoas.
Associação Comercial e Industrial de Capão da Canoa.
Associação Comercial e Industrial de Carazinho.
Associação Comercial e Industrial de Carlos Barbosa.
Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agropecuária de Casca.
Associação Comercial e Industrial de Catuípe.
Câmara da Indústria, Comércio e de Serviços de Caxias do Sul.
Associação Comercial e Industrial de Cerro Branco.
Associação Comercial e Industrial de Cerro Largo.
Associação Comercial e Industrial de Chapada.
Câmara de Indústria, Comércio, Serviços e Agropecuária de Charqueadas.
Associação Comercial e Industrial de Chiapetta.
Câmara de Diretores Lojistas de Chuí.
Associação Comercial de Cidreira.
Associação Comercial e Industrial de Condor.
Associação Comercial e Industrial de Constantina.
Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Coronel Bicaco.
Associação Comercial e Industrial de Crissiumal.
Associação Comercial e Industrial de Cruz Alta.
Câmara de Dirigentes Lojistas de David Canabarro.
Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agropecuária de Dois Lajeados.
Associação Comercial de Dom Feliciano.
Associação Comercial e Industrial de Dom Pedrito.

Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Dr. Maurício Cardoso.

Centro de Indústria, Comércio, Agropecuária e de Serviços de Eldorado do Sul.

Associação Comercial e Industrial de Encantado.

Associação Comercial, Industrial e de Prestação de Serviços de Encruzilhada do Sul.

Câmara dos Dirigentes Lojistas de Encruzilhada do Sul.

Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Prestação de Serviços de Entre Ijuís.

Associação Comercial e Industrial de Erechim.

Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agropecuária de Erval Grande.

Associação Comercial e Industrial de Espumoso.

Câmara dos Dirigentes Lojistas de Estância Velha.

Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Esteio.

Associação Comercial e Industrial de Estrela.

Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Farroupilha.

Associação Comercial e Industrial de Faxinal do Soturno.

Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Feliz.

Centro Empresarial de Flores da Cunha.

Associação Comercial e Industrial de Fontoura Xavier.

Associação Comercial, Industrial e de Agropecuária de Formigueiro.

Associação Comercial e Industrial de Fortaleza dos Valos.

Associação Comercial e Industrial de Frederico Westphalen.

Câmara de Indústria, Comércio, Avicultura e Serviços de Garibaldi.

Associação Comercial e Industrial de Guaramá.

Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Serviços de Getúlio Vargas.

Associação Comercial e Industrial de Giruá.

Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Glorinha.

Câmara da Indústria, Comércio, Serviços, Agropecuária e Turismo de Gramado.

Associação Comercial e Industrial de Gravataí.

Associação Comercial e Industrial de Guaíba.

Câmara da Indústria e Comércio de Guaporé.

Associação Comercial e Indústria de Guarani das Missões.

Associação Comercial, Industrial e de Agropecuária de Horizontina.

Associação Comercial e Industrial de Humaitá.

Associação Comercial e Industrial de Ibirubá.

Câmara dos Dirigentes Lojistas de Igrejinha.

Associação Comercial e Industrial de Ijuí.
Associação Comercial e Industrial de Imbé.
Associação Comercial e Industrial de Ipê.
Associação Comercial e Industrial de Iraí.
Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Serviços de Itaara.
Associação Comercial e Industrial de Itaquí.
Associação Comercial e Industrial de Ivorá.
Associação Comercial de Jaguarão.
Associação Comercial e Industrial de Jaguari.
Associação Comercial e Industrial de Jóia.
Associação Comercial e Industrial de Júlio de Castilhos.
Associação Comercial e Industrial de Lagoa Vermelha.
Associação Comercial e Industrial de Lajeado.
Associação Comercial e Industrial de Lajeado\Santa Clara do Sul.
Câmara de Dirigentes Lojistas de Lavras do Sul.
Associação Comercial e Industrial de Manoel Viana.
Associação Comercial e Industrial Marau.
Associação Comercial e Industrial de Marcelino Ramos.
Associação Comercial e Industrial de Mata.
Associação Comercial e Industrial de Montenegro.
Associação Comercial e Industrial de Mostardas.
Associação Comercial e Industrial de Não-Me-Toque.
Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Serviços de Nonoai.
Câmara de Dirigentes Lojistas de Nova Bassano.
Associação Comercial e Industrial de Nova Esperança do Sul.
Associação Comercial e Industrial de Nova Palma.
Associação Comercial e Industrial de Nova Petrópolis.
Câmara da Indústria e Comércio de Nova Prata.
Associação Comercial, Industrial, de Agricultura e Serviços de Nova Roma do Sul.
Associação Comercial, Industrial e de Prestação de Serviços de Nova Santa Rita.
Associação de Construtores e da Indústria da Construção Civil do Litoral Norte de Nova Tramandaí.
Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Novo Hamburgo.
Associação Comercial e Industrial Osório.
Associação Comercial e Industrial de Palmares do Sul - Quintão.
Associação Comercial e Industrial de Palmeira das Missões.
Associação Comercial e Industrial de Palmitinho.
Associação Comercial e Industrial de Panambi.

Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Pântano Grande.
Câmara da Indústria e Comércio Paraí.
Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agropecuária de Passo Fundo.
Associação Comercial e Industrial de Pedro Osório.
Associação Comercial e Industrial de Pejuçara.
Associação Comercial de Pelotas.
Centro de Indústrias de Pelotas.
Associação Comercial, Industrial, de Agropecuária e de Serviços de Pinheiro Machado.
Associação Comercial, Industrial, de Agropecuária e de Serviços de Piratini.
Associação Comercial e Industrial de Planalto.
Câmara da Indústria, Comércio e Serviços de Portão.
Associação Comercial e Industrial de Porto Lucena.
Associação Comercial e Industrial de Mauá.
Associação Comercial e Industrial de Porto Xavier.
Associação Comercial e Industrial de Putinga.
Associação Comercial e Industrial de Quarai.
Associação Comercial e Industrial de Quinze de Novembro.
Associação Comercial e Industrial de Profissionais Liberais e Autônomos de Redentora.
Associação Comercial e Industrial de Restinga Seca.
Câmara do Comércio de Rio Grande.
Centro de Indústrias de Rio Grande.
Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Rio Pardo.
Associação Comercial e Industrial de Rodeio Bonito.
Associação Comercial e Industrial de Ronda Alta.
Câmara da Indústria, Comércio, Agropecuária e Serviços de Rondinha.
Associação Comercial e Industrial de Roque Gonzales.
Associação Comercial e Industrial Rosário do Sul.
Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Salto do Jacuí.
Câmara de Dirigentes Lojistas de Sananduva.
Associação Comercial e Industrial de Santa Bárbara do Sul.
Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz do Sul.
Câmara do Comércio e Indústria de Santa Maria.
Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agropecuária de Santa Rosa.
Associação Comercial e Industrial de Santa Vitória do Palmar.
Associação Comercial e Industrial de Santana do Livramento.
Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Santiago.

Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agropecuária de Santo Ângelo.

Associação Comercial e Industrial de Santo Antônio das Missões.

Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Santo Antônio da Patrulha.

Associação Comercial e Industrial de Santo Augusto.

Associação Comercial e Industrial de Santo Cristo.

Associação Comercial, Industrial, de Prestação de Serviços e Agropecuária de São Borja.

Câmara de Dirigentes Lojistas de São Francisco de Assis.

Associação Comercial e Industrial de São Francisco de Paula.

Associação Comercial e Industrial de São Gabriel.

Associação Comercial, Industrial e Câmara de Dirigentes Lojistas de São Jerônimo.

Associação Comercial, Industrial e de Serviços de São João de Polésine.

Associação Comercial e Industrial de São José do Herval.

Associação Comercial de São José do Norte.

Associação Comercial, Industrial e de Serviços de São Leopoldo.

Associação Comercial, Industrial e de Serviços de São Lourenço do Sul.

Associação Comercial e Industrial de São Luiz Gonzaga.

Associação Comercial, Industrial e de Serviços de São Marcos.

Associação Comercial e Industrial de São Martinho.

Associação Comercial e Industrial de São Miguel das Missões.

Associação Comercial e Industrial de São Nicolau.

Associação Comercial e Industrial de São Paulo das Missões.

Associação Comercial, Industrial e de Prestação de Serviços de São Pedro do Butiá.

Associação Comercial e Industrial de São Pedro do Sul.

Associação de Empresas e CDL de São Sebastião do Caí.

Associação Comercial e Industrial de São Sepé.

Associação Comercial de São Vicente do Sul.

Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Sapiranga.

Associação Comercial e Industrial de Sapucaia do Sul.

Associação Comercial e Industrial de Sarandí.

Associação Comercial e Industrial de Seberi.

Associação Comercial e Industrial de Selbach.

Associação Comercial e Industrial de Serafina Corrêa.

Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Sobradinho.

Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Soledade.

Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Tapejara

Associação Comercial e Industrial de Tapera.

Associação Comercial e Industrial de Tapes.
Câmara da Indústria, Comércio e Serviços do Vale do Paranhana (Taquara).
Associação Comercial e Industrial de Taquari.
Associação Comercial e Industrial de Tavares.
Associação Comercial e Industrial de Tenente Portela.
Associação Comercial e Industrial de Teotônia.
Câmara dos Dirigentes Logistas de Torres.
Associação Comercial e Industrial de Tramandaí.
Associação Comercial e Industrial de Três de Maio.
Câmara do Comércio, Indústria e de Serviços de Três Passos.
Associação Comercial e Industrial de Triunfo.
Associação Comercial e Industrial de Tucunduva.
Associação Comercial e Industrial de Tupanciretã.
Associação Comercial e Industrial de Tuparendi.
Associação Comercial e Industrial de Uruguaiana.
Câmara da Indústria, Comércio, Agricultura e de Serviços de Vacaria.
Associação Comercial e Industrial de Vale do Sol.
Associação Comercial e Industrial de Venâncio Aires.
Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Vera Cruz.
Associação Comercial e Industrial de Veranópolis.
Associação Comercial e Industrial de Viamão.
Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Prestação de Serviços de Victor Graeff.
Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agropecuária de Vitória das Missões.

Anexo 03 - Diretoria do Sistema FIERGS/CIERGS na gestão de Luiz Carlos Mandelli - 1987-1990.

FIERGS:

Vice-Presidentes:

Gerard J. Theisen, Dagoberto Lima Godoy, Ernani Reuter, Élio Eulálio Grisa e Hugo Poetsch.

Diretores:

Otto Walther Beiser, Henrique Augusto Milagre, Luis Fernando Gomes Franco, Hélio Adolfo Fensterseifer, Armando Giampoli da Silva, Ênio Lúcio Schein, Antônio Gonçalves de Azevedo Filho, Paulo Antônio Pinto Juliano, Celso Erny Kraemer e Mário Lourenço Polessó.

Diretores-secretários:

Paulo Müller, Zildo de Marchi e Geraldo Pinto Rodrigues da Fonseca.

Diretores-tesoureiros:

Adair Jacques Schiavon, Sérgio Mendes Ribeiro e Valayr Hélio Wosiack.

CIERGS:

Vice-Presidentes:

Luis Roberto Andrade Ponte, Francisco Renan Proença, Bolivar Baldisseroto Moura, Antônio Carlos Bica Smith e Roger Ian Wright.

Diretores:

Gilberto Mosmann, João Victorio Berton, Ivânio Bernardon, Ricardo Lins Portella Nunes, Pedro Ivo Hartmann, Décio Schnack, Luiz Manoel Rodrigues, Marco Aurélio Paradedá, Ruy Lerner e Alfredo Albino Treichel.

Diretores-Secretários:

Carlos Goidanich, Paulo Renato Ketzer de Souza e Flávio Antônio Müller.

Diretores-Tesoureiros:

Fernando Gabriel Ferreira, Juan Pio Germano e Alécio Ughini.

Anexo 04 - Diretoria do Sistema FIERGS/CIERGS na gestão de Luiz Carlos Mandelli - 1990-1993.

FIERGS:

Vice-Presidentes:

Gerard J. Theisen, Dagoberto Lima Godoy, Francisco Renan Proença, Ernani Reuter e Érico da Silva Ribeiro.

Diretores:

Paulo Müller, Daniel Ioschpe, Cláudio Antônio Rossi Heitor José Müller, Klaus Wilms, Ênio Lúcio Schein, Luis Fernando Gomes Franco, Gianfranco Cimentti, Ricardo Lins Portella Nunes, Eduardo Silva Logeman, Marco Aurélio Paradedda, Pedro Ivo Hartmann, Silvino Geremia, Deomedes Roque Talini, Gilberto Porcello Petry, Juan Pio Germano, Gilberto Ribeiro, João Alberto Azevedo Tonin, Jandir Antônio Cantel, Carlos Alberto Schuler, Arlindo Paludo, João Paulo Reginatto, Ayrton Luiz Giovaninni, Ervino Ivo Renner, Renato Bergmann Severo Miranda, Rogério Roberto Kuhsler, Attilio Billibio, Eduardo Basso, Nilson Fortunato Guidolin, Luiz Fernando Martau, Antônio Carlos Mazza Leite e Raul Tessari.

Diretores-secretários:

Adair Jacques Schiavon, Valayr Hélio Wosiack e Mário Loureiro Polessso.

Diretores-tesoueiros:

Antônio Carlos Bica Smith, Geraldo Rodrigues Pinto da Fonseca e Debi Bordin.

CIERGS:

Vice-Presidentes:

Luis Roberto Andrade Ponte, Dagoberto Lima Godoy, Francisco Renan Proença, André Geraldo Velho Cirne Lima, Bolivar Baldisseroto Moura.

Diretores:

Gilberto Mosmann, Carlos de Freitas e Castro Smith, Álvaro Alves Sobrinho, Willian Ling, Martinho Clóvis Camelo Faria, Raul Martini,

Luiz Antônio de Oliveira Coimbra, Mathias Renner, Carlos Roberto Miguel, João Alberto da Costa Difini.

Diretores-Secretários:

Breno Micheletto Verlangieri, Tito Lívio Jaime Goron, Sérgio Chesini.

Diretores-Tesoureiros:

José Aury Klein, Paulo Renato Ketzer de Souza e Jayme Praver.

Anexo 04 - Diretoria do Sistema FIERGS/CIERGS na gestão de Dagoberto Lima Godoy - 1993-1996.

FIERGS:

Vice-Presidentes:

Attilio Bilibio, Bolivar Baldisserotto Moura, Ernani Reuter, Francisco Renan Proença e Roberto Brauner Penteadó.

Diretores:

Astor Milton Scmitt, Ênio Lúcio Schein, Geraldo Pinto Rodrigues da Fonseca, Gerhard Joseph Theisen, Gianfranco Cimenti, Heitor José Müller, Hugo Poetsch, Humberto César Busnello, Luis Fernando Gomes Franco, Zildo de Marchi, Adair Jacques Schiavon, Valayr Hélio Wosiack, Roger Lima Lange, Hélio Adolfo Fensterseifer, Antônio Carlos Bica Smith, Gilberto Porcello Petry, Ayrton Luiz Giovannini, Adalberto Luiz Lenhard, Ademar de Gasperi, Arlindo Paludo, Carlos Alberto Schüller, Cláudio Escobar Pereira Lima, Décio José Schnack, Délcio Alonso Schmidt, Deomedes Roque Talini, Gilberto Ribeiro, Ivânio Bernardon, Jalmar José Martel, Mário Luis Renner, Murilo Lima Trindade, Nelson Ely Filho, Oscar Alberto Raabe, Paulo Gilberto Fernandes Tigre, Ricardo Heurich, Rogério K. Milagre, Saul Zubaran de Souza, Simone Borges Vogg, Walter Otto Bing.

Conselho Fiscal:

Élio Eulálio Grisa, José Auri Klein, Paulo Müller, Antônio José de Mello Widholzer, Nilson Irineu Spohr e Pedro Ivo Hartmann.

Representantes junto a CNI:

Dagoberto Lima Godoy, Luiz Carlos Mandelli, Sérgio Nicolau Schapke e Paulo D'Arrigo Vellino.

CIERGS:

Vice-Presidentes:

Antônio Zaffari, Érico da Silva Ribeiro, José Antônio Alberici Filho, Luis Roberto Ponte, Nestor Perini.

Vice-Presidentes Regionais:

André Meyer da Silva, Antônio Roso, Carlos Adílio Maia do Nascimento, Ottomar Vontobel e Pedro Carpenedo.

Diretores:

Antonio de Azevedo, Álvaro Alves Sobrinho, Dailce Maria Leite Miotto, Daniel Ioschpe, Eduardo Basso, Eduardo Bettanin, Gilberto da Silva Consoni, Gilberto Mosmann, Horst Ernst Volk, Hermann Werner Hädrich, Ingomar Brune, Israel Tevah, Jandir Antônio Cantele, João Alberto da Costa Difini, José Luiz Bozzetto, Marcos José Zamprogna, Martinho Clóvis Camelo de Faria, Paulo Nelson Regner, Renan Bergmann, Ricardo Lins Portella Nunes, Rodrigo Vontobel, Silvino Geremia, Sirleu José Protti, Ubiratan Bica Rocha, Valdomiro Bocchese da Cunha, William Ling, André Geraldo Velho Cirne Lima, Tito Lívio Jaime Goron, Adroaldo Gonçalves da Rosa, Breno Micheletto Verlangieri, Celso Ângelo Falcetta, Carlos Alexandre Geyer.

Conselho Fiscal:

Guido Mario D'Arrigo, Marco Aurélio Paradedda, Sérgio Ítalo Weber, Dolaimes Stedile Angeli, Geraldo Estrázulas Pereira de Souza e Jacob Braun.

Organismos Temáticos:**1. Conselho de Política Empresarial:****Conselheiros:**

Attílio Bilibio, Bolívar Baldissorotto Moura, Ernani Reuter, Francisco Renan Proença, Roberto Brauner Penteado, Antônio Zaffari, Érico da Silva Ribeiro, José Antônio Alberici Filho, Luis Roberto Ponte, Nestor Perini.

2. Conselho de Competitividade:**Coordenador:**

Paulo Regner.

Conselheiros:

Alfredo Stedile, Arlindo de Souza Moura, Claus Jorge Suffert, Eero Leo Jokiaho, Erno Harzheim Jr., João Alberto Tonin, Pedro Antônio Leivas Leite, Simão Guilhem.

3. Conselho de Assuntos Tributário, Legais e de Ação Parlamentar**Coordenador:**

Gilberto Porcello Petry.

Conselheiros:

Adroaldo Gonçalves da Rosa, Alécio Ughini, Ayrton Luiz Giovannini, Breno Micheletto Verlangieri, Castilho Ignácio Barcellos Neto, Celso Luiz Bernardon, Cezar Müller, Cláudio Rossi, Cúrsio Juchem, Dirceu Scheffel, Ênio Lúcio Schein, Gilberto Mosmann, Gilberto Pereira de Moraes, Hermes Ghidini, Jorge Luiz Buneder, José Domingos Ferrazzo, Nilso Fortunato Guidolin, Paulo Tigre, Raul Carlos Martini, Renato Renck, Rogério Kuhler, Sérgio Roberto Juchem, Zulmar Neves.

4. Divisão de Assuntos Técnicos, Tributários e Legais:**Coordenador:**

Ênio Lúcio Schein.

Conselheiros:

Adroaldo Gonçalves da Rosa, Alécio Ughini, Ayrton Luiz Giovannini, Breno Micheletto Verlangieri, Cezar Müller, Cláudio Rossi, Dirceu Scheffel, Gilberto Pereira de Moraes, José Domingos Ferrazzo, Raul Carlos Martini, Renato Renck, Rogério Kuhler, Zulmar Neves.

5. Comissão de Articulação Parlamentar:**Coordenador:**

Gilberto Porcello Petry.

Conselheiros:

Castilho Ignácio Barcellos Neto, Hermes Ghidini, Jorge Luiz Buneder, Nilso Fortunato Guidolin, Paulo Tigre, Sérgio Roberto Juchem.

6. Conselho de Relações de Trabalho:

Coordenador:

Geraldo Pinto Rodrigues da Fonseca.

Conselheiros:

Adair Adélio Grings, Adalberto Luiz Lenhard, Carlos Alberto Kallfelz, Cláudio Barreto Vianna, Ernani Antônio Piccoli, Fernando José Alves, Gilberto Porcello Petry, João Carlos Jaeger, Luciano Pessin, Marco Aurélio Paradedá, Odacir Conte, Raul José Werlang, Sérgio Ussan, Tito Lívio Jaime Goron.

7. Conselho de Economia:

Coordenador:

Nestor Perini.

Conselheiros:

Adroaldo Carlos Aumonde, Aldenir Roberto Stumpf, Alfredo Freund, Breno Micheletto Verlangieri, Cláudio Ryff Moreira, Geraldo Pinto Rodrigues da Fonseca, Gilberto Mosmann, João de Souza Jardim, José Paulo Cairoli, Lourenço Castellan, Luiz Rauber, Raul Heller, William Ling.

8. Conselho de Comércio Exterior:

Coordenador:

André Meyer da Silva.

Conselheiros:

Alberto Cardiga, Amilcar Zanotta, Clécio Egers, Eduardo Scomazon, Frederico Behrends, Gelson Castellan, Mário Luis Renner, Rainer Lutke, Raul Tessari, Ricardo Martins, Sérgio Becker.

9. Conselho de Defesa do Meio Ambiente:

Coordenador:

Carlos Adílio Maia do Nascimento.

Conselheiros:

Astério José Grando, Clovis Marosin Mistura, Élio Jorge Coradini, Fernando Justo, Hans Dieter Rahn, Hermann Werner Hädrich, Otto Walther Beiser, Paulo Lawson, Rogério Porto, Sérgio Dias, Wagner Gerber.

10. Conselho de Agroindústria:**Coordenador:**

Heitor José Müller.

Conselheiros:

Décio Schnack, Fernando Becker, Fernando Saldanha, Geraldo Estrazulas Pereira de Souza, Gilberto Sica Gastaud, Marcos Odorico Oderich, Moysés Luiz Michelon, Nelson Baumhardt, Renato Soares Gastaud, Ricardo Vasques Culpa, Rinaldo Dal Pizzol, Roger Lima Lange, Ruben ILgenfritz da Silva, Rui Polidoro Pinto.

11. Conselho de Promoção da Pequena e Média Indústria:**Coordenador:**

Gilberto da Silva Consoni.

Conselheiros:

Adolfo Gerhard Goldberg, João Mayer Santiago, João Paulo Reginatto, Joni Alberto Matte, Lélío José Robe, Moacir Antônio Locatelli, Murilo Lima Trindade, Orestes Duarte Pacheco, Pery Sommer Pereira, Rui Edgar Varzin Bigliardi.

12. Conselho de Desenvolvimento Regional e Infra-estrutura:**Coordenador:**

Roberto Brauner Penteadó.

Conselheiros:

Agláé Regina Schulz Silva, Airton Stein, André Meyer da Silva, Anildo Bristoti, Antônio Roso, Arno Augusto Veit Júnior, Arno Krenzinger, Carlos Adílio Maia do Nascimento, Carlos Alberto Fonte, Carlos

Eduardo Severo Calazans, Carlos W. de Faria, Claudio Algayer, Claudio Carnevale, Clóvis Magalhães, Daniel Lena Souto, Ditmar Peter Hirenkauf, Edson Vieira, Egon Höerlle, Eugen Romeo Lawall, Flávio Brinckmann, Flavio Daudt de Oliveira, Gerson Eichenberg, Hans Dieter Rahn, Hermann Werner Hädrich, Ivaporé Martelli, Jairo Francisco Tessari, Jandir Antônio Cantele, João Alberto da Costa Difini, João Carlos Victória de Araújo, João Paulo de Oliveira, José Antônio Martins Gomes, José Costa Freire Neto, José Uchôa Menegatti, Leandro Dala Zen, Luis Fernando Gomes Franco, Luiz Elody Sobreiro, Luiz Marques, Manoel Leão, Marco Antônio Eckert, Marco Kappel Ribeiro, Mario Rache Freitas, Mauro Wabner Pupe, Miguel de Almeida Pires, Moacir Kwitko, Nelson Guilloux da Silva, Nelson Macedo, Nilo Augusto Hörlle, Oldemar Brahm, Ottomar Vontobel, Paulo Antônio Dutra Duhá, Paulo Caldas Milano, Paulo César Gravana Prestes, Paulo Luis Vianna Bojunga, Paulo Roberto Fraga Zuch, Paulo Wolff, Pedro Carpenedo, Ricardo Lins Portella Nunes, Roberto Maisonave, Rubens Echeverria, Sérgio Bechelli, Sérgio de Paula Couto, Sérgio Souza Dias, Simone Vogg, Sirleu José Protti, Tilton Martins, Walter Bergamaschi, Walter Ries, Wilen Manteli, Zenon Meirelles.

13. Departamento de Desenvolvimento Regional:

Attílio Bilibio, Bolívar Baldisserotto Moura, Ernani Reuter, Francisco Renan Proença, Roberto Brauner Penteado.

14. Comissão de Acompanhamento da Revisão Constitucional:

Coordenador:

Gilberto Mosmann.

Conselheiros:

Augusto Portugal, Carlos Batista da Silva, Darci Ferreira, Éclair Moraginski, Hélio Fensterseifer, Ivo Todeschini, Joaquim Guedes Souza, Luis Percy Denardin Filho, Marcos Vinicius Gravina, Ricardo Heurich, Sérgio Blates.

15. Comissão para Assuntos do MERCOSUL:

Coordenador:

Álvaro Alves Sobrinho.

Conselheiros:

Celso Alcaraz Gomes, Gualdino Pederiva, Hugo Poetsch, Jorge Carlos Ribeiro, Manfredo Koehler, Martin Kohlrausch, Nilo Trevisan.

16. Conselho de Programas de Interesse Social e Cidadania:**Coordenador:**

Adair Jacques Schiavon.

Conselheiros:

Carlos Alberto Miguel, Dailce Maria Leite Miotto, Dirceu Pezzin, Ervino Ivo Renner, Francisco Adolfo Oderich, Geraldo Link, Gehard Joseph Theisen, Graziela Castro, Juan Pio Germano, Luíza Stadtlander, Martinho de Faria, Sérgio Dornelles, Sérgio Pegoraro, Ubirajara Morsch, Waldir Ramos.

17. Comissão de Informática:**Coordenador:**

José Luiz Bozzetto.

Conselheiros:

Aderbal Fernandes Lima, Alvacir Rocha, André Luiz Nodari, Antônio de Azevedo, Carlos Roberto Porto, Cláudio Roberto Viana, Corrado Lacchini, Eduardo Luiz Aloísio, Fernando Woiciekovski, Gilberto Machado, Gilberto Rolim Teixeira, Glauco Allem Nunes, José Argon Filho, José Luiz Aquino, Júlio César Camerini, Milton Felipe Müller, Newton Braga Rosa, Oldemar Brahm, Paulo Renato Ketzner de Souza, Ricardo Felizzola, Wilson Flor, Zenon Leite Neto.

18. Comissão de Petroquímica:**Coordenador:**

Bolívar Baldisserotto Moura.

Conselheiros:

Renan Bergman, Newton Battastini, Norberto Leite, Paulo Francisco Weber.

19. Comissão de Informação Tecnológica:**Coordenador:**

Deomedes Roque Talini.

Conselheiros:

Átila Mentz, Carlos Alberto Ricco, Cláudio Strussmann, Cléber Osório Faria, Eero Léo Jokiahho, Flávio Franco Feier, Frederico Ritter, Ildo Görbing, João Alziro da Jornada, José Carlos Cervieri, Manlio Maria Gobbi, Milton Isaac Zouvi, Paulo Afonso Pereira, Silvino Geremia, Sisino Silveira Filho, Tito Lívio Jaime Goron.

20. Coordenadoria de Articulação com Entidades do Interior:**Coordenadores:**

Região I - São Leopoldo: Francisco Alziro Gomes.

Região II - Farroupilha: Nelson Neumann.

Região III - Passo Fundo: Renato Borgmann Severo de Miranda.

Região IV - Ijuí: Diogo Elias Damian.

Região V - Encantado: Paulo Costi.

Região VI - Santa Cruz do Sul: André Backes.

Região VII - Santa Maria: Bugre de Oliveira.

Região VIII - Santa Rosa: Valdir Carpenedo.

Região IX - Caçapava do Sul: João Ernesto Barcellos.

Região X - Pelotas: Elmar Hadler.

21. Conselho Consultivo:

Paulo D'Arrigo Vellinho, Luiz Mandelli, Enio Lippo Verlangieri, Sérgio Nicolau Schapke, Luiz Octavio Bueno Dias Vieira, Luis Carlos Mandelli, Alexandre Grendene Barteles, Eduardo Silva Logemann, Flávio Sérgio Wallauer, Franciso Stédile, Hugo Ferreira, Ivoncy Ioschpe, Jorge Gerdau Johannpeter, Nestor Herculano de Paula, Paulo Pedro Belini, Raul Anselmo Randon, Sérgio Silveira Saraiva, Sheun Ming Ling, Thomas Bier Hermann.

Anexo 04 - Diretoria do Sistema FIERGS/CIERGS na gestão de Dagoberto Lima Godoy - 1996-1999.

FIERGS:

Vice-Presidentes:

Attilio Bilibio, Ênio Lúcio Schein, Francisco Renan Proença, Humberto César Busnello e Roberto Brauner Penteadó.

Diretores:

Adair Jacques Schiavon, Astor Milton Schmitt, Deomedes Roque Talini, Geraldo Pinto Rodrigues da Fonseca, Gilberto Porcello Petry, Gilberto Ribeiro, Heitor José Müller, Moysés Luis Michelin, Zildo de Marchi, Valair Hélio Wosiack, Raul Carlos Martini, Saul Zubarán de Souza, Breno Micheletto Verlangieri, Carlos Alexandre Greyer, Hélio Adolfo Fensterseifer, Adolfo Erwin Gerhard Goldberg, Aldenir Roberto Stumpf, Arlindo Paludo, Carlos Alberto Schuler, Décio José Schnack, Élio Jorge Coradini, Francisco José Justo, Gilberto Sica Gastaud, Israel Tevah, Néelson Ely Filho, Nilo Trevisan, Oscar Alberto Raabe, Oswaldo Sergio Ferreira Beck, Pedro Stangarlin, Ricardo Heurich, Roger Lima Lange, Ubirajara Vasconcelos Morsch, Valdomiro Bocchese da Cunha, Walter Bertolini, Hermann Werner Hädrich, Joni Alberto Matte, Murilo Lima Trindade.

Conselho Fiscal:

Ernani Reuter, Élio Eulálio Grisa, Pedro Carpenedo, Arildo Bennech Oliveira, Nilso Fortunato Guidolin, Paulo Müller.

Representantes junto a CNI:

Dagoberto Lima Godoy, Sérgio Nicolau Schapke, Francisco Renan Proença, Roberto Brauner Penteadó.

CIERGS:

Vice-Presidentes:

Ademar de Gasperi, André Meyer da Silva, Luis Roberto Ponte, Nestor Perini e Ottomar Vontobel.

Vice-Presidentes Regionais:

Antônio Roso, Diogo Elias Damiani, José Roberto Denardin, Marcos Odorico Oderich e Pedro Antonio Garcia Leivas Leite.

Diretores:

Alexandrino de Salle Ramos de Alencar, Amadeu Pedrosa Fernandes, Catilho Ignácio Barcellos Neto, Dauro da Rosa Pereira, Delcio Aloncio Schmidt, Eduardo Bettanin, Geraldo Estrázulas Pereira de Souza, Gilberto da Silva Consoni, Gilberto Pereira de Moraes, Jalmar José Martel, Jandir Antônio Cantele, José Antônio Fernandes Martins, José Luiz Bozzetto, Luciano Peccin, Luiz Felipe de Paola Osório, Manfredo Frederico Koehler, Mário José Zamprogna, Maurício Roberto Medeiros, Nelson Brochmann, Raul Heller, Rodrigo Vontobel, Rogério K. Milagre, Sérgio S. Pegoraro, Silvino Geremia, Sirleu J. Protti, Ubiritan Bica Rocha, Álvaro Alves Sobrinho, Tito Lívio Jaime Goron, Dailce Maria Leite Miotto, Ivanio Bernardon, Marco Aurélio Vieira Paradedda, Celso Ângelo Silveira Falcetta.

Conselho Fiscal:

Ervino Ivo Renner, Guido Mário D'Arrigo, Ivo Bertol, Delorges Antonio Horta Duarte, Jacob Braun e Plínio Mioranza.

Organismos Temáticos:**1. Conselho de Vice-Presidentes:****Conselheiros:**

Ademar de Gasperi, André Meyer da Silva, Attilio Bilibio, Ênio Lúcio Schein, Francisco Renan Proença, Humberto César Busnello, Luis Roberto Ponte, Nestor Perini, Ottomar Vontobel, Roberto Brauner Penteadó.

2. Conselho de Assuntos Técnicos, Tributários e Legais:**Coordenador:**

Heitor José Müller.

Conselheiros:

Breno Micheletto Verlangieri, Celso Luiz Bernardon, Dauro da Rosa Pereira, Gilberto Pereira de Moraes, Haroldo Lauffer, Hélio Adolfo Fensterseifer, Renato Renck, Silvino Geremia, Tito Lívio Jaime Goron, Walter Bertolini.

3. Conselho de Relações de Trabalho:**Coordenador:**

Gilberto Porcello Petry.

Conselheiros:

Antonio João Bordin, Arlindo Paludo, Beatriz Santos Gomes, Carlos Alberto Kallfelz, Carlos Alberto Schuler, Carlos Fernando Kranz, Cássio Cury Mattos, Castilho Ignácio Barcellos Neto, Dante Rossi, Élio Eulálio Grisa, Emílio Rothfuchs Neto, Flávio Zanotto Caon, Francisco Daniel Ernst, Gilberto Hermann, Gilberto Ribeiro, Israel Tevah, João Alberto Maeso Montes, João Carlos Araújo, Joni Alberto Matte, José Carlos Cervieri, José Cláudio dos Santos, José Osório Mongeló da Silva, Loremar Enio Agne, Marcelino Perlott, Muciano Niederaurer Dias, Norberto Hugo Nast, Odacir Conte, Otacílio Lindemeyer Filho, Paulo Serra, Sergio Luis de Macedo Ussan, Sérgio Luiz Ferandin, Sérgio Roberto Juchem, Sérgio Xavier da Costa, Vitor Dal Pós.

4. Conselho de Economia:**Coordenador:**

Nestor Perini.

Conselheiros:

Adelino Raymundo Colombo, Adroaldo Carlos Aumonde, Aldenir Roberto Stumpf, Alexandrino Ramos de Alencar, Alfred Freund, Bolívar Baldisserotto Moura, Cláudio Ryff Moreira, Gilberto Porcello Petry, João Salvador de Souza Jardim, Michael Lenn Ceitlin, Miguel Sampol Pou, Paulo Afonso Feijó, Raul Heller, Sérgio Pegoraro, Thomas Hermann, William Ling.

Convidados:

André Cirne Lima, Gilberto Mosmann, José Maria Kroeff, Marco Túlio Kalil Ferreyro, Zalmir Chwartzmann.

5. Conselho de Comércio Exterior:**Coordenador:**

Astor Milton Schmitt

Conselheiros:

Alberto Nunes Cardiga, Álvaro Alves Sobrinho, Eduardo Logemann, Eduardo Scomazzon, Élbio Forni, Elias Marcos Guerra, Frederico Luis Behrends, Helio Fensterseifer, Jorge Ribeiro, Klaus Wilms, Manfredo Frederico Koehler, Mário José Zamprogna, Marlin José Kohlrausch, Raul Carlos Martini, Roberto Pandolfo, Rodrigo Vontobel, Roger Lima Lange, Sergio Manfroni, Valter Gomes Pinto.

6. Conselho de Desenvolvimento do Meio Ambiente:**Coordenador:**

Carlos Adília Maia do Nascimento.

Conselheiros:

Alberto Moesch, Assis Piccini, Carla Rangel, Celso Foelkel, Dilvar Kaiser, Eugenio Miguel Cánepa, Fernando Justo, Flávio Alberto Luchese, Gerson Chaves, Gilberto Amato, Hans Dieter Rahn, Hugo Springer, Ivo Mello, José Wagner Kaehler, Lucio Renato Bruschi, Luísa Falkenberg, Luiz Alberto Bertotto, Luiz Felipe Nascimento, Manuel Zurita, Mario Buade Teixeira, Paolo Andrea Melloni, Renato Hansen, Ricardo Brandalise, Victor Hugo De Lazzer, Wagner D. Gerber, Wilmar Zielinski.

7. Conselho de Promoção da Pequena e Média Indústria:**Coordenador:**

Gilberto da Silva Consoni.

Conselheiros:

Adolfo Gerhard Goldberg, Coni Ferreti, Delorges Antonio H. Duarte, Fernando J. Kothe, Horário G. Filho, João Paulo Reginatto, Joni Alberto Matte, Murilo Lima Trindade, Pery Sommer Pereira, Rudimar Grillo.

8. Conselho de Infra-estrutura:**Coordenador:**

Sirleu José Protti (até julho de 1998); Humberto César Busnello (julho de 1998 em diante).

Conselheiros:

Adalberto C. Silveira Netto, André Loiferman, Antônio Carlos Leal, Arno Busnello, Carlos Weinschenk de Faria, Claudia Hoffmeister, Dale Perry, Darico Livi, Derly Bittencourt, Edu Machado, Érico Wickert, Eudes Missio, Eugen Romeo Lawall, Fernando A. Dutra, Flamarion L. Zanchi, Flávio A. Brinckmann, Francisco Miguel Pires, Gerson Eichenberg, Gilson Ferreira Ogando, Hans Dieter Rahn, Ivaldo Souza Argoud, Jarbas Haag, João Paulo de Oliveira, Jorge Buneder, José Uchoa Menegatti, José Wagner Kaehler, Julio Fortini, Kuniyuki Terabe, Manoel Ramalho Campello, Marino de Andrade, Mário Rache Freitas, Nelson Olegário Macedo, Oswaldo Sérgio Ferreira Beck, Paulo Antônio Dutra Duhá, Paulo Caldas Milano, Paulo César Battastini, Paulo César Bertinetti, Paulo Roberto Fraga Zuch, Paulo Roberto Wolff, Ricardo Bernardes, Rodrigo Vontobel, Rogério Affonso de Oliveira, Rogério Gonçalves, Sérgio Souza Dias, Ubiratan Bica Rocha, Vicente Rauber, Volmar Sérgio Ramos de Oliveira, Walter Ries, Wilen Manteli, Wilson Pinto Ferreira Júnior.

9. Conselho de Programas de Interesse Social e Cidadania:**Coordenador:**

Roberto Brauner Penteadó.

Conselheiros:

Adair Jacques Schiavon, Dailce Maria Leite Miotto, Francisco Adolfo Oderich, Francisco Alziro Gomes, Gilberto Aluizio Csaszar, Ivo Bassani, Jayme Praver, João Mayer Santiago, Joaquim Guedes de Souza, Jorge Luiz Buneder, Luísa Falkenberg, Paulo Cesar Leite.

10. Conselho do Centro FIERGS de Competitividade:

Coordenador:

Deomedes Roque Talini.

Conselheiros:

Arno Müller, Celso Foelkel, Claus Süffert, Eduardo Bettanin, Fernando Bandeira, Geraldo E. Pereira de Souza, Hélio Henkin, João Alziro da Jornada, José Antônio Fernandes Martins, José Luiz Bozzetto, Leo Iolovitch, Luciano Deos, Manlio Maria Gobbi, Marcos Odorico Oderich, Maurício Roberto Medeiros.

11. Comissão de Agroindústria:

Coordenador:

Geraldo Estrazulas Pereira de Souza.

Conselheiros:

Adair Jacquer Schiavon, Cláudio Afonso Bier, Fernando Crady, Gilberto Sica Gastaud, Ítalo Reali, Oscar Alberto Raabe, Roger Lima Lange, Rogério Kerber.

12. Comissão de Informática:

Coordenador:

José Luiz Bozzetto.

Conselheiros:

Aderbal Fernandes Lima, Alvacir Rocha, André Luiz Nodari, Antônio de Azevedo, Carlos Roberto Porto, Cláudio Roberto Viana, Corrado Lacchini, Eduardo Luis Aloísio, Fernando Woiciekowski, Gilberto Machado, Gilberto Rolin Teixeira, Glauco Allem Nunes, José Argon Filho, José Luiz Aquino, Julio César Camerini, Milton Felipe Müller, Newton Braga Rosa, Oldemar Brahm, Paulo Renato K. de Souza, Ricardo Felizzola, Wilson Flor, Zenon Leite Neto.

13. Comissão de Tecnologia e Design:

Coordenador:

Manlio Maria Gobbi.

Conselheiros:

André Bier Johannpeter, Carlos Alberto Bicchieri, Cesar Acosta Rech, Cláudio Gandolfi, Daniel Tevah, Heitor Kraemeer, João Luiz Becker, José Bornancini, Lincoln Seragini, Lynaldo de Albuquerque, Mário Ferreira, Paulo Fernando Presser, Paulo Salgueiro, Rosa Borba dos Santos, Sibelle Machado, Telmo Frantz, Thomas Elbling.

14. Comissão para Assuntos do MERCOSUL:

Coordenador:

Álvaro Alves Sobrinho.

Conselheiros:

Celso Falcetta, Élbio Forni, Elias Marcos Guerra, Jorge Carlos Ribeiro, José Paulo Cairolí, Luiz Felipe Osório, Manfredo Koehler, Mário José Zamprogna, Marlin Kohlrausch, Rodrigo Vontobel.

15. Comissão Quadro Social:

Coordenador:

Gilberto Ribeiro

Conselheiros:

Antonio D'Amico, Carlos Biazus, Décio Schenkel, Dolaimes Angeli, Flávio Haas, Francisco Assis Stürmer.

16. Comissão d Marketing:

Coordenador:

Álvaro Alves Sobrinho.

17. Coordenadoria de Articulação com Entidades do Interior:

Coordenadores:

Região I - Metropolitana - Flávio Daudt de Oliveira (1998); Ernani Reuter (a partir de 1999).

Região II - Serra - Antônio Roberto de Brito (até 1998); Ayrton Luiz Giovannini (a partir de 1999).

Região III - Planalto - Renato B. Severo de Miranda.

Região IV - Missões - Adir Luiz Bottega.

Região V - Vale do Taquari - Nestor Schneider (até 1997); Antônio Alair Schabbach (a partir de 1998).

Região VI - Vale do Rio Pardo - Francisco Azambuja (até 1997); Flávio Hass (a partir de 1998).

Região VII - Central - José Roberto Denardin (até 1996); Pedro Stangarlin (a partir de 1997).

Região VIII - Noroeste - Artur Lorentz.

Região IX - Fronteira - Nilto Delgado (até 1997); Orestes Duarte Pacheco (a partir de 1998).

Região X - Sul - Darley Blank Schwonke.

Vice-Presidentes Regionais:

Regiões I e II - Marcos Odorico Oderich.

Regiões III e V - Antonio Roso.

Regiões IV e VIII - Diogo Elias Damian.

Regiões VI e VII - José Roberto Denardin.

Regiões IX e X - Pedro Antônio Leivas Leite.

18. Grupo Automotivo FIERGS:**Coordenador:**

Tito Lívio Jaime Goron

Conselheiros:

Algridas TamaliunaS, Álvaro Schein, Arno Augusto Veit Júnior, Astor Milton Scmitt, Atílio Bilibio, Ayrton Luiz Giovannini, Clóvis Brust, Dailce Maria Leite Miotto, Deomedes Roque Talini, Eduardo Logemann, Ênio Corsetti, Erino Tonon, Ernani Fisch, Gerhard Theisen, Gilberto Pereira de Moraes, Ingomar Brune, Ivo Piccinini, João Francisco Müller, Jochen Lunke, Jones Francisco Mariani, José Antônio Fernandes Martins, José Luiz Andregueti, Leandro Gostisa, Leonildo Bernardon, Luís Gonçalves, Marcelo Calil Branchi, Nestor Perini,

Nicolas Denis, Nilo Travi, Paulo Regner, Paulo Tigre, Plínio Pereira, Roberto Rossato, Sérgio Grillo.

19. Instituto Gaúcho de Estudos Automotivos:

Presidente do Conselho Deliberativo:

Nestor Perini

Coordenador do Conselho Técnico Operacional:

Paulo Tigre

Coordenadores dos Comitês Técnicos:

Zeli Isabel Ambros (Capacitação de Pessoal); Paulo Cirne Lima (Desenvolvimento de Mercado); Jarbas Milititsky (Qualificação Gerencial); Paulo Nelson Regner (Tecnologia); Masayuki Nakagawa (Custos\Logística).

Conselheiros:

Astor Milton Schmitt, Eduardo Logemann, Ingomar Brune, Paulo Presser, Odilon Marcusz do Canto.

20. Grupo de Comunicação e Marketing da FIERGS:

Dagoberto Lima Godoy, Affonso Motta, Bruno Ferreira, Ercy Torma, Francisco Ferraz, Hélio Gama Filho, José Salimen, Júlio César de Magalhães, Marco Antônio Kraemer, Paulo Sérgio Pinto, Valdir Loeff.

21. Grupo da Construção Civil:

Coordenador:

Helvio Jobim Filho.

Conselheiros:

Alfredo Cousandier Filho, André Vanoni de Godoy, Arlindo Madalozzo, Gilberto Jacob Fogliato, Henrique Mosmann Junior, Hugo Cipião Ferreira Junior, Ivo Bassani, Jose Natal Kubica, Miguel Thormann, Nestor Arioli, Nilso Fortunato Guidolin, Ricardo Heurich, Sergio Luiz Montipó, Severino Sartori, Telio Gilberto Hartmann, Theo

Bonow, Ubirajara Morsch, Vitorio Silva Ardizzone, Zalmir Chwartzmann.

22. Núcleo de Inteligência Competitiva:

Coordenador:

José Luiz Bozzetto.

23. Rede Metrológica RS:

Presidente do Conselho Deliberativo:

Deomedes Roque Talini

Conselheiros:

Álvaro Medeiros de Farias Theisen, Átila Mentz, João Alziro da Jornada, José Virgílio Gonçalves, Julio Cesar Carmo Bueno, Luiz Carlos Mandelli, Luiz Henrique Ferreira, Nelson Luiz Proença Fernandes, Paulo Fernando Presser, Silvino Geremia.

Referências

ACCURSO, Jorge. A economia gaúcha nos anos 90. In: FLIGENSPAN, Flávio B. (coord.). *Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90*. Porto Alegre: FEE, 2000, p. 45-62.

ALVES, Maria Abadia da S., Guerra fiscal e finanças federativas: o caso do setor automotivo. Dissertação (Mestrado em Economia). Departamento de Economia da UNICAMP, 2001. Disponível em: WWW.federativo.bndes.gov.br. Acesso em: 21 ago. 2008.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In; SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-28.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas: Autores Associados, 2004.

ARAÚJO, Tânia B. Brasil nos anos 90: opções estratégicas e dinâmica regional. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Recife, v. 2, p. 9-24, 1999.

ARBIX, Glauco. Desenvolvimento regional e guerra fiscal entre estados e municípios no Brasil. In: GUIMARÃES, Nadya Araújo; MARTIN, Scott (orgs.). *Competitividade e desenvolvimento: atores e instituições locais*. São Paulo: SENAC, 2001, pp.267-286.

_____. Guerra fiscal e competição intermunicipal por novos investimentos no setor automotivo brasileiro. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 43-67, 2000.

ARRIGUI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BALESTRO, Moisés V.; MESQUITA, Zilá. Redes de pequenas empresas em sistemas locais de produção: la experiencia de la red de

tapiceros del pólo de muebles de Rio Grande del Sur. In: VICENTE, Andrés Solari (coord.). *Desarrollo local, innovaciones y redes empresariales*. San Nicolas de Hidalgo: Facultad de Economía de la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, 2002, p. 113-129.

BANDEIRA, Pedro S. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: BECKER, Dinizar F; BANDEIRA, Pedro S (orgs.). *Determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 23-128. (Desenvolvimento local-regional, vol. 1).

BARUCO, Grasiela C. da C.; CARCANHOLO, Marcelo D. Contradições da proposta neoliberal à crise dos anos 1970. Disponível em: <http://www.redem.buap.mx/word/2006/marcelo.doc>. Acesso em 29 de maio de 2007.

BASSO, Luís. Neoliberalismo, empresa moderna e organização espacial. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 1, p. 57-59, jul. 1996.

BASTOS, Raul Luís A. Emprego e produtividade na indústria de transformação do Rio Grande do Sul: alguns aspectos nos anos 90. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 137-180, 2000.

BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. *A modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BECKER, Dinizar F. A economia política da regionalização do desenvolvimento contemporâneo: em busca de novos fundamentos teórico-metodológicos para entender as diferentes dinâmicas de regionalização do desenvolvimento contemporâneo. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 6, n. 3, p. 7 - 46, set./dez. 2001.

_____. *Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNIS, 1998.

_____. Necessidades e finalidades dos projetos regionais de desenvolvimento local. In: BECKER, Dinizar F; BANDEIRA, Pedro S (orgs.). *Determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 129-147. (Desenvolvimento local-regional, vol. 1).

BEINSTEIN, Jorge. *Capitalismo senil: a grande crise da economia global*. Trad. de Rita Vinagre. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

BOITO JR., Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil, *Crítica Marxista*, São Paulo, 3: 80-105, 1996. Disponível em: <http://www.unicamp.br/ce marx/criticamarxista/CM3armando.pdf>. Acesso em: 23 set. 2007.

BORÓN, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. 2. ed. Trad. de Emir Sader. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BORÓN, Atílio. Os ‘novos leviatãs’ e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência na América Latina. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (orgs.). *Pós-neoliberalismo II – que estado para que democracia?* Petrópolis: Vozes, 1999.

BRUM, Argemiro. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.

BRUNHOFF, Suzanne de. *A hora do mercado: críticas do liberalismo*. Trad. de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1991.

CADONA, Marco André. *Dos bastidores ao centro do palco: a atuação política da burguesia industrial gaúcha no processo de redemocratização*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

CALANDRO, Maria Lucrecia; CAMPOS, Silvia Horst. Dez anos de Plano Real e a indústria gaúcha. *Indicadores FEE*, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 247-272, 2005.

CANO, Wilson. *Desconcentração produtiva regional do Brasil (1970 - 2005)*. São Paulo: UNESP, 2008.

_____. *Soberana e política econômica na América Latina*. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

_____. *Reflexões sobre o Brasil e a nova desordem internacional*. Campinas: UNICAMP, 1993.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Trad. de Roneide V. Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1).

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Trad. de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. A 'nova economia': uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, François et. al. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003, p. 43-70.

_____. Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-34, 1997.

CLARET, Martin (coord.). *O fenômeno Collor*. São Paulo: CLARET, 1989.

CONCEIÇÃO, Os anos 90 e os desafios da reestruturação. In: FLIGENSPAN, Flávio B. (coord.). *Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90*. Porto Alegre: FEE, 2000, p. 15-44.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *Agenda Legislativa da Indústria*. Rio de Janeiro: CNI, 1996.

CONTRI, André e outros. Visão global da economia gaúcha. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 25, n. 4, p. 7-31, 1997.

CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo avesso*. Trad. de Emerson S. da Silva. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

COUTINHO, Carlos Nelson. A época neoliberal. Disponível em: <http://www.adufpa.org.br/detalha-notícia.php?id=157>. Acesso em: 20 ago. 2007.

CRUZ, Sebastião V. *Empresariado e estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974 - 1977)*. Campinas: UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1995.

CRUZ, Sebastião V. *Política empresarial em tempos de crise: apontamentos teóricos e reflexões sobre o Brasil*. Campinas: IFCH-UNICAMP, 1992.

DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: DIEESE, 2001.

DINIZ, Clélio Campolina. A questão regional e as políticas governamentais no Brasil. In: SZMRECSANYI T.; COELHO, F. S. (orgs.). *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007, p. 81-95.

_____.; CROCCO, Marco. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 77-103, 1996.

DINIZ, Eli. *Empresários e constituinte: continuidades e rupturas no modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987. (Cadernos de Conjuntura, 11).

_____. *Empresariado, estado e capitalismo no Brasil: 1930 - 1945*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

_____. Empresariado e projeto político na América Latina: uma avaliação dos anos 80. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 349-377, 1991.

_____. Neoliberalismo e corporativismo: as duas faces do capitalismo no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 31-46, 1992.

_____.; BOSCHI, Renato. *Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

_____. *Empresários e constituinte: continuidades e rupturas no modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987. (Cadernos de Conjuntura, 11).

DINIZ, E.; MINELLA, Ary C.; GROS, Denise B.. BOSCHI, Renato; FIGUEIREDO, R.. *Empresários & Modernização Econômica: Brasil anos 90*. Florianópolis: UFSC, IDACON, 1992.

DINIZ, Eli; PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Depois do consenso neoliberal, o retorno dos empresários industriais? Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.03.Empres%C3%A1riosEliDinizBresserPereira.9Outubro07.pdf>. Acesso em: 25 out. 2008.

DREIFUSS, René. *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918 – 1986)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

_____. *O jogo da direita*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

_____. *1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

DULCI, Otávio Soares. Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782002000100007. Acesso em: 20 nov. 2007.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo. In: CHESNAIS, François et. al. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003, pp. 15-42.

FARIA, Luiz Augusto E. Aquém da estagnação: 10 anos de Plano Real. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 175-196, ago. 2004.

FEIJÓO, José Carlos V. O estado neoliberal e o caso mexicano. In: LAURELL, Asa Cristina (org.). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. Trad. de Rodrigo León Contrera. São Paulo: Cortez, 1995, p. 11-52.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FIERGS (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul). CIERGS (Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul). *A reindustrialização do Rio Grande do Sul; a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS 1993 - 1999. Ações & Idéias I*. Texto de Sérgio Bueno. Porto Alegre: FIERGS, 1999.

_____. *A reindustrialização do Rio Grande do Sul; a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS 1993 - 1999. Ações & Idéias II*. Textos de Dagoberto Lima Godoy. Porto Alegre: FIERGS, 1999.

_____. *A arquitetura do Rio Grande do Sul - garantindo o futuro*. Porto Alegre: FIERGS, 1998.

_____. *Termos de Referência sobre setores da economia do Rio Grande do Sul face ao processo de integração*. Porto Alegre: FIERGS, 1992.

_____. *Projeto FIERGS/Novo governo do RGS*. Porto Alegre: FIERGS, 1994.

_____. *As administrações da Federação e do Centro das Indústrias do RS entre 1962 e 1993*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

_____. *Estatuto da Entidade*. Porto Alegre: FIERGS, 1989.

_____. *Liberdade para o crescimento*. Porto Alegre: FIERGS, 1989 (Vídeo).

_____. *O Produto*. Porto Alegre: FIERGS, 1989 - 1994.

_____. *Rio Grande do Sul: eficácia na administração; avaliação do setor público*. Porto Alegre: FIERGS, 1988.

FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. *Projeto político e modelo econômico neoliberal no Brasil: implantação, evolução, estrutura e dinâmica*. Disponível em: http://www.nec.ufba.br/artigos/Artigos/Textos_para_discussão/2006%20-%20TEXTOS%20PARA.%20%A%20DISCUSS%C3%83%20-%20Projeto%20Pol%C3%ADtico%20e%20Modelo%20Econ%C3%B4mico%20Neoliberal%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 23 jul. 2006.

_____. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. (orgs.). *Neoliberalismo y sectores dominantes*. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 179-206.

FIORI, José L. *60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. *Liberdade de escolher*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, 1990.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 25. Ed. São Paulo: Nacional, 1995.

GAZETA MERCANTIL, São Paulo, 20 ago. 1993, 11 nov. 1993, 07 out. 1993.

GENNARI, Adilson Marques. Mundialização do capital e reformas privatizantes no Brasil e na Inglaterra no final do século vinte. Disponível em: <http://www.reseau-amerique-latine.fr/ceisal->

[bruxelles/HIST-RI/HIST-RI-2-GENNARI.pdf](#). Acesso em 30 de maio de 2007.

GOUNET, Thomas. *Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel*. Trad. de Bernardo Joffily. São Paulo: Boitempo, 1999.

GREMAUD, Amaury; SAES, Flávio A. M. de; TONETO JR., Rudinei. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997.

GROS, Denise B. A atuação política do empresariado gaúcho nos anos 80. In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *O desempenho da economia gaúcha nos anos 80: um breve retrospecto*. Porto Alegre: FEE, 1990, p. 382-400. Tomo I.

_____. *Burguesia industrial gaúcha e o Estado nacional - 1964 - 1978*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1987.

_____. Empresariado e atuação política na Nova República: notas sobre as entidades liberais no Rio Grande do Sul. *Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, v. 17, n. 4, p. 113-120, 1990.

_____. Empresários, estratégia política e revisão constitucional. *Indicadores Econômicos FEE: análise da conjuntura*, v. 2, n. 1, p. 86-94, 1994.

_____. *Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Porto Alegre: Secretaria da Coordenação e Planejamento, 2003.

_____. Os industriais gaúchos e a constituinte: uma reflexão acerca do 'Movimento pela Liberdade Empresarial', *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 130-146, 1988.

GUARESCHI, Pedrinho. *Sociologia da prática social*. Petrópolis: Vozes, 1992.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Classes, interesses e exploração: comentários a um debate anglo-americano. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 31, p. 49-66, 1991.

GUIMARÃES, Nadya Araújo; MARTIN, Scott (orgs.). *Competitividade e desenvolvimento: atores e instituições locais*. São Paulo: Editora do SENAC, 2001.

GÜTHS, Marisa L. *L'action politique des organisations corporative du patronet industriel: les cas des fédérations des industries de la région sud du Brésil*. Doutorado (Ciências Sociais - Sociologia). Sorbonne (França): Université Paris I (Panthéon Sorbonne), 2002.

HARNECKER, Marta. *Os conceitos elementares do materialismo histórico*. São Paulo: Global, 1983.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. de Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993.

HAYEK, Friedrich. *O caminho da servidão*. Trad. de Leonel Vallandro. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1977.

HERRLEIN JR., Ronaldo. O crescimento econômico do Rio Grande do Sul entre 1990 e 2002. *Análise*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 137-160, jan./jul. 2005.

HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Trad. de Wanda C. Brant. Petrópolis: Vozes, 1998.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1991)*. Trad. de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

_____. *Pensamento social no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2004.

_____. *Teorias da globalização*. 13. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2002.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Trad. de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LACERDA, Antonio Corrêa de et. al. *Economia brasileira*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

LAPOLLI, Jayme N. Considerações sobre características e peculiaridades da industrialização no Rio Grande do Sul. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 469-501, 1993.

LARANJEIRA, Sonia. Fordismo e pós-fordismo. In. CATTANI, Antonio D. (org.). *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Editora da Universidade, 1997.

LEITE, Márcia de Paula. *O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária*. São Paulo: Página Aberta, 1994.

LIMA, Rubens Soares de. Notas à margem da estrutura industrial do Rio Grande do Sul. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 49-92, 2003.

MANCUSO, Wagner P.; OLIVEIRA, Amâncio J. Abertura econômica, empresariado e política: os planos doméstico e internacional. *Lua Nova*, São Paulo, v. 69, p. 147-172, 2006.

MANDEL, Ernest. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. Trad. de Juarez Guimarães e João Machado Borges. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

_____. *O capitalismo tardio*. Trad. de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

MARTINS, Luciano. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. de Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. Petrópolis: Vozes, 1989.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política (Livro I - o processo de produção do capital)*. Trad. de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

_____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Pensadores).

MARQUETTI, Adalmir; SCHERER, André. Indústria: crise mantém-se com o Plano Collor II. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 28-35, 1991.

MATTOSO, Jorge. *O Brasil desempregado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MELLO, João Manuel Cardoso de. A contra-revolução liberal conservadora e a tradição crítica latino-americana: um prólogo em homenagem a Celso Furtado. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José L. (orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, pp. 15-24.

_____. *Capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MELO, Marcus André. *Reformas constitucionais no Brasil: instituições políticas e processo decisório*. Rio de Janeiro: REVAN; Brasília: Ministério da Cultura, 2008.

MESQUITA, Ana Cleusa; OLIVEIRA, Tiago. Crise do estado e a questão regional: elementos para um debate. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 14, n. 3, p. 451-461, 2004.

MOREIRA, Edison Marques; ALMEIDA, Elza M. S.; GIROTTO, Lisete M. *Indicadores econômicos*. Desempenho da economia gaúcha 1991. Porto Alegre: FEE, 1992.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Campinas: UNICAMP; São Paulo: Boitempo, 2002.

NEGRÃO, João José. *Para conhecer o neoliberalismo*. São Paulo: Publisher Brasil 1998.

OLIVEIRA, Fabrício; NAKATANI, Paulo. A política econômica do crescimento insustentável. *Indicadores Econômicos* FEE, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 99-124, 2005.

OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste: planejamento e conflitos de classe*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Os protagonistas do drama: estado e sociedade no Brasil. In: LARANJEIRA, Sônia (org.). *Classes e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Hucitec, p. 43-66, 1990.

PETRAS, James. *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau: FURB, 1999.

PASSOS, Maria Cristina; LIMA, Rubens Soares. Tendências estruturais da indústria gaúcha nos anos 90: sintonias e assimetrias. In: In: FLIGENSPAN, Flávio B. (coord.). *Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90*. Porto Alegre: FEE, 2000, p. 117-158.

PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____. *Formação do Brasil contemporâneo – colônia*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PRADO, Sérgio. Guerra fiscal e políticas de desenvolvimento estadual no Brasil. Disponível em: http://docs.google.com/gview?a=v&q=cache:aXmGPSH4EfYJ:www.sefa.pa.gov.br/site/semin_poltrib/materestudo/P5_GuerraFiscal_SergioPrado.pdf+PRADO,+S%C3%A9rgio.+Guerra+fiscal+e+pol%C3%ADticas+de+desenvolvimento+estadual+no+Brasil.&hl=pt-BR&gl=br&sig=AFQjCNGv9Y8i3bQvet9kN14QmiyYpM-5Eg. Acesso em: 24 ago. 2007.

POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001.

PROGRAMA GAÚCHO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE. Gestão qualidade 1997. Guia de avaliação nível I, revisão 3. Porto Alegre: PGQP, 1997.

REVISTA AMANHÃ, Porto Alegre: Plural Comunicações, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999.

SALLUM JR., Basílio. *O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo*. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv33.htm>. Acesso em: 15 abr. 2007.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia e administração*. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Theotônio. *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. *Evolução histórica do Brasil: da Colônia à Nova República*. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. *O conceito de classe social*. Petrópolis: Vozes, 1983.

SCHMIDT, Carlos; HERRLEIN JR., Ronaldo. Notas sobre o desenvolvimento do Rio Grande do Sul: trajetória histórica e os projetos contemporâneos. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 255-284, 2002.

SOUZA, Celina. Intermediação de Interesses regionais no Brasil: o impacto do federalismo e da descentralização. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, p. 569-592, 1998.

SOUZA, Juarez. Críticas à construção de um Estado neoliberal no Brasil (1987 – 2002: 15 anos de profundas mudanças). VIII Congresso Internacional del CLAD sobre La reforma del Estado y de La administración pública. Panamá, 28-31 oct. 2003. Disponível em: <http://unpan/.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0047110.pdf>. Acesso em 30 de maio de 2007.

SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João Eduardo de Moraes Pinto. Política industrial e desenvolvimento. In: PAULA, João Antonio de (org.). *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 47-78.

TAVARES, Maria da C., FIORI, José L. *(Des)ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa - a árvore da liberdade*. Trad. de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1.

_____. *A formação da classe operária inglesa – a maldição de Adão*. Trad. de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b. v. 2.

_____. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. Classe e ‘falsa consciência’. Disponível em: http://www.mra.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=20&Itemid=0. Acesso em: 26 set. 2007.

_____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. 2. ed., Barcelona: Critica, 1984.

VICENTE, Andrés Solari (coord.). *Desarrollo local, innovaciones y redes empresariales*. San Nicolas de Hidalgo: Facultad de Economía de la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, 2002.

WRIGHT, Erik O. *Classe, crise e o estado*. Trad. de Nathanael Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WALLERSTEIN, Immanuel. Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo. In: CHESNAIS, François et al. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003, p. 71-92.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. Distritos industriais. In: CATTANI, Antonio D. (org.). *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Editora da Universidade, 1997, p. 55-61.

_____. Modelo japonês. In: CATTANI, Antonio D. (org.). *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Editora da Universidade, 1997, p. 156-161.

ZERO HORA, Porto Alegre, 1 dez. 1996, 27 out. 1998, 27 set. 2002.